

UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ

FRANCO IACOMINI JÚNIOR

“Não podemos deixar de falar [informar] do que temos visto e ouvido”: Lucas entre os antecedentes históricos do Jornalismo

CURITIBA

2018

UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ

FRANCO IACOMINI JÚNIOR

“Não podemos deixar de falar [informar] do que temos visto e ouvido”: Lucas entre os antecedentes históricos do Jornalismo

Orientador: Prof. Dr. Álvaro Nunes Lorangeira

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Linguagens da Universidade Tuiuti do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor.

CURITIBA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na fonte
Biblioteca "Sydney Antonio Rangel Santos"
Universidade Tuiuti do Paraná

I11 Iacomini Júnior, Franco.

“Não podemos deixar de falar [informar] do que temos visto e ouvido”: Lucas entre os antecedentes históricos do Jornalismo / Franco Iacomini Júnior; orientador Prof. Dr. Álvaro Nunes Lorangeira.

179f

Tese (Doutorado) – Universidade Tuiuti do Paraná,
Curitiba, 2018.

1. Comunicação. 2. História da comunicação. 3. Bíblia, religião e comunicação. 4. Jornalismo. I. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Linguagens/ Doutorado em Comunicação e Linguagens. II. Título.

CDD – 070.4

TERMO DE APROVAÇÃO

FRANCO IACOMINI JÚNIOR

“NÃO PODEMOS DEIXAR DE FALAR [INFORMAR] DO QUE TEMOS VISTO E OUVIDO”: LUCAS ENTRE OS ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO JORNALISMO

Esta tese foi julgada e aprovada para obtenção do título de doutor no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Linguagens da Universidade Tuiuti do Paraná.

Curitiba, 6 de dezembro de 2018.

Doutorado em Comunicação e Linguagens
Universidade Tuiuti do Paraná

Orientador: Prof. Dr. Álvaro Nunes Larangeira – Orientador (PPGCOM-UTP)

Prof. Dr. Geraldo Pieroni (PPGCOM-UTP)

Prof. Dr. Carlos Eduardo Marquioni (PPGCOM-UTP)

Prof. Dr. Gelci André Coli (Faculdade Cristã de Curitiba)

Prof. Dr. Marlon Ronald Fluck (Faculdade São Braz)

Curitiba

2018

*Para Marli, mulher virtuosa
que comprou, vendeu e
teceu enquanto seu marido
se sentava às portas com
os anciãos da terra.*

*E para Obirajara e Valdívía,
meus avós professores.
Gostaria que estivessem aqui.*

AGRADECIMENTOS

A produção de uma tese é processo longo e, muitas vezes, difícil. No meu caso, seria impossível concluí-lo se não fosse pelo apoio de muita gente boa e querida. Mesmo temendo o risco de deixar alguém de fora, vou citar alguns nomes de pessoas e instituições sem as quais nada disso seria possível.

Não posso deixar de abrir a lista mencionando o nome de Deus. A Ele seja a glória!

A família merece lembranças especiais. Marli, Luca e Davi, sua compreensão e incentivo de fizeram ir adiante. Luca, obrigado pelos livros emprestados da biblioteca da Federal!

Aos meus pais agradeço a atenção e o apoio à minha educação desde a pré-escola.

À Congregação Unidos na Fé, de Piraquara, e à Primeira Igreja Batista de Curitiba. Ao pastor Paschoal Piragine Jr., pelo cuidado e pelas dicas valiosas.

Aos meus mentores, Hélio, Érika e Jacob, e também a Eduardo e Marcilene. Obrigado pelo incentivo! O mesmo vale para a grande família estendida, os Lima e os Bastos.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Linguagens da UTP e, em especial, aos amigos do *#TeamLarangeira*, Tarcis e Moisés. Nossa união fez diferença!

Ao Álvaro, meu orientador, agradeço a confiança e os tantos desafios lançados nas aulas, nos encontros de orientação e nas reuniões do Jor XXI. Sou grato também a todos os professores do programa pelas indicações de leitura, dicas de pesquisa, correções, observações. Ao Marquioni agradeço ter me apresentado a obra do Eric Havelock, a quem devo o *insight* dos fósseis de jornalismo, essenciais para o desenvolvimento desta tese. Aos funcionários do programa e toda a comunidade da Universidade Tuiuti do Paraná.

À Capes, pelo apoio financeiro no último semestre.

RESUMO

Esta tese defende que há indícios do fazer jornalístico nas práticas comunicacionais do evangelista Lucas, escritor dos livros bíblicos de Lucas e Atos dos Apóstolos. Para tanto, propõe um mergulho na história do jornalismo, de modo a rever seus conceitos e filosofia a partir das discussões contemporâneas a respeito do tema. Entende-se que as certezas sobre o jornalismo estabelecidas ao longo do século XX estão influenciadas pelo alto modernismo no jornalismo (de acordo com Daniel Hallin) e vêm sendo questionadas nos últimos anos pela emergência de novas formas de divulgação de informações, de tal modo que torna-se difícil definir de forma clara o que é o jornalismo. Desta forma, olhar para seus antecedentes históricos pode ajudar a compreender a essência da atividade. A tese aponta que o jornalismo se revela a partir de um arcabouço de influências que lhe são anteriores, entre elas um conjunto de temas típicos, modos distintos de escrever e de comportar-se. As origens dessas influências são traçadas até a Antiguidade Clássica e dizem respeito à propagação de informações tidas como relevantes e verdadeiras. Tais influências podem ser percebidas na produção lucana, de modo que nela há indícios de fósseis de jornalismo.

Palavras-chave:

Comunicação, História da Comunicação, Bíblia, Religião e Comunicação, Jornalismo

ABSTRACT

This thesis defends that there are elements of the journalistic doing in the communicational practices of Luke the evangelist, traditionally taken as writer of the biblical books of Luke and Acts of the Apostles. To prove this point, it's necessary to revise concepts and philosophy of journalism, starting from contemporary discussions about the theme. It is understood that the certainties about journalism established during the 20th century are influenced by the high modernism in journalism (according to Daniel Hallin) and have been questioned in recent years by the emergence of new forms of information dissemination, in such a way that it becomes difficult to define clearly what journalism is. In this way, looking at your historical background can help you understand the essence of the activity. The thesis shows that journalism reveals itself from a framework of previous influences, including a set of typical themes, distinct ways of writing and behaving. The origins of these influences can be traced back to Classical Antiquity and relate to the propagation of information considered relevant and true. Such influences can be perceived in Lucan production, so that it can be seen it fossil evidences of journalism.

Keywords:

Communications, History of Communication, Bible, Religion and Communication, Journalism

LISTA DE ABREVIATURAS

ARA – Almeida Revista e Atualizada

Ap – Apocalipse

At – Atos dos Apóstolos

Jo – João

Lc – Lucas

Mc – Marcos

Mt – Mateus

Ne – Neemias

Nm – Números

NVI – Nova Versão Internacional

S. d. – Sem data

Sumário

APRESENTAÇÃO	9
INTRODUÇÃO	11
PARTE I – Novo Jornalismo, Velho Jornalismo	21
1. JORNALISMO ONTEM, HOJE E SEMPRE	21
1.1 As hipóteses sobre a origem.....	21
1.1.1 Século XIX	22
1.1.2 Século XV	27
1.1.3 Antiguidade.....	34
1.2 O desconforto de um caminho errado	37
1.3 Quem faz e o que é	45
1.4 Contar o que está acontecendo	51
1.5 Histórias humanas, guerras, realeza, crimes e seus julgamentos.....	57
1.6 A religião e o protojornalismo	62
2. OS FÓSSEIS DE JORNALISMO	66
2.1 O jornalismo na longa duração.....	67
2.2 Princípios de Paleontologia aplicados à comunicação.....	71
2.3 Os sedimentos se acumulam.....	77
2.3.1 Os fósseis da escrita.....	80
2.3.2 Os icnofósseis do jornalismo	84
2.4 Uma pequena conclusão	87
PARTE II – O evangelista e a prática jornalística	89
3. O QUE LUCAS TEM A VER COM ISSO?	89
3.1 O que é um evangelho?	89
3.2 Um olhar sinótico	99
3.2.1 As soluções propostas.....	105
3.2.2 Lucas no panorama sinótico	108
3.3 As peculiaridades de Lucas	111
3.3.1 Para quem e por quê?	115
3.3.2 Precisão e historicidade	121
3.4 Lucas e o protojornalismo	125
4. ESCAVANDO LUCAS.....	138
4.1 Lucas e a disposição jornalística.....	138

4.1.1 A veracidade.....	140
4.1.1.1 Fóssil: exatidão no terceiro evangelho	143
4.1.1.2 Fóssil: exatidão em Atos	143
4.1.1.3 Fóssil: historicidade	145
4.1.1.4 Fóssil: transparência.....	146
4.1.1.5 Fóssil: fonte histórica	147
4.1.2 A ética.....	148
4.1.2.1 Fóssil: posicionamento crítico frente aos governos.....	151
4.2 Lucas e a temática jornalística	154
4.2.1 No terceiro evangelho.....	155
4.2.1.1 Fóssil: a opção pelos pobres.....	157
4.2.1.2 Fóssil: o papel da mulher	159
4.2.2 Nos Atos.....	159
4.2.2.1 Fósseis: relatos de julgamentos	160
4.3 Lucas e a forma jornalística	161
4.3.1 A forma de contar histórias	161
4.3.1.1 Fóssil: a pirâmide invertida	162
4.3.1.2 Fóssil: a técnica de força crescente	163
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	165
REFERÊNCIAS	168

APRESENTAÇÃO

O tema desta pesquisa surgiu a partir de um interesse pessoal em um personagem, o evangelista Lucas. Embora ele seja apontado como escritor de dois dos mais longos livros no Novo Testamento, pouco se sabe sobre ele – apenas três passagens bíblicas o mencionam pelo nome. Nelas, ele não é referido como um escriba, mas como um médico (a igreja católica o celebra como patrono da Medicina), membro da equipe do apóstolo Paulo em suas viagens pela Ásia e pela Europa. A tradição e escritos extrabíblicos dos primeiros séculos dão conta de que ele não era do povo israelita e que, provavelmente, não conheceu pessoalmente o Jesus sobre quem tanto escreveu. Entendi que seu relato foi feito a partir de outros textos, que o antecederam, e de entrevistas. Minha impressão era de que agia como um jornalista.

Quando buscava um tema para apresentar ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Linguagens da UTP, semanas após concluir o mestrado em Teologia, o Lucas jornalista surgiu naturalmente. Foi uma sugestão da leitora e incentivadora mais entusiasmada que tenho, minha esposa Marli. Seria necessário colocar a ideia à prova: que elementos tenho para suportar esse raciocínio? Que outros autores seguiram caminhos semelhantes? Que outros antecedentes do jornalismo poderiam ser comparáveis ao trabalho do evangelista?

As páginas que se seguem apresentam esse longo teste a que o texto lucano foi submetido em três anos de pesquisa sobre o tema. Para chegar até ele foi necessário abrir um caminho, usando a categoria dos “fósseis de jornalismo” – cuja inspiração veio de uma frase do britânico radicado no Canadá Eric Havelock, ele próprio uma espécie de paleontólogo que conseguiu divisar entre as letras dos antigos gregos as sombras de uma poderosa tradição oral.

Como parte de uma abordagem híbrida entre pelo menos três áreas do conhecimento – comunicação, história e teologia/ciências da religião –, este trabalho terá trechos que poderão ser tidos como redundantes ou enfadonhos para estudiosos de uma dessas áreas. Em especial as discussões sobre a datação e formação dos evangelhos sinóticos, parte do capítulo 3, podem

parecer estéreis e antigas àqueles que estão familiarizados com o tema. A estes e outros peço paciência, porque as digressões são necessárias para fornecer o mesmo nível de informação em todos os segmentos. É na interseção desses diferentes saberes que pretendo trafegar. Também tive a intenção de produzir um texto que pudesse agradar a qualquer possível leitor, sem deixar a formalidade acadêmica. Espero ter chegado perto. A este imaginado leitor, cumprimento como Alberto Caeiro:

*“Saúdo todos os que me lerem,
Tirando-lhes o chapéu largo
Quando me veem à minha porta
Mal a diligência levanta no cimo do outeiro.
Saúdo-os e desejo-lhes sol,
E chuva, quando a chuva é precisa,
E que as suas casas tenham
Ao pé dum janela aberta
Uma cadeira predileta
Onde se sentem, lendo os meus versos.”*

Ou, neste caso, a minha tese...

Franco Iacomini Júnior
Curitiba, novembro de 2018

INTRODUÇÃO

O estudo da Comunicação é uma disciplina que usualmente se prende ao presente, eventualmente ao futuro. Isso não chega a ser surpreendente, dada a forma como a própria comunicação ocorre – ela é processo imediato, pessoal e intransferível: “A comunicação é um procedimento meu em relação àquilo que me aparece ou que eu procuro. É minha maneira de me relacionar com o mundo” (MARCONDES FILHO, 2008, p. 17). É um acontecimento e, como acontecimento, é fugaz. Assim, o estudo da comunicação tem, muitas vezes, evitado o passado porque este é inalcançável. Não é possível refazer as conjunturas culturais em que a comunicação se apoiava, por exemplo, no século I ou na época da Guerra do Peloponeso. Da mesma forma, boa parte das interações entre as pessoas está irremediavelmente perdida.

O presente nos traz, ainda, a sedução das tecnologias, produto de uma visão mecanicista da comunicação. Nesse sentido, os últimos 100 anos foram prodigiosos: rádio, cinema, televisão, internet, mídias sociais apresentaram-se em rápida sucessão, atraindo atenções para as mudanças que provocavam e distraíndo os pesquisadores. A atração pela mais nova roupagem da comunicação tira a atenção do assunto em si, de forma que as camadas de sedimento que lhe deram forma acabam esquecidas ou, ainda, trocadas pelo fino verniz que as encobre. Essas constatações são especialmente reais no que se refere ao jornalismo, o qual costuma ser subestimado também pelos historiadores. Embora o vejam como uma importante fonte primária, estes tendem a ver a imprensa em geral como “excitável, imatura, tão frequentemente enganada – dificilmente deve ser levada muito a sério” (STEPHENS, 1993, p. 20).

Este trabalho constitui uma exploração das comunicações do passado. Entretanto, a tarefa de retornar a um texto bíblico e avaliar os elementos comunicacionais nele contidos pode soar incômoda a muitos ouvidos. No campo da Teologia, ela pode ser mal vista como uma tentativa de dessacralizar o texto evangélico, o que não é, de forma alguma, a intenção desta pesquisa. Inclusive por isso, como regra geral, buscou-se evitar nomear Mateus, Marcos, Lucas e João como autores dos evangelhos. Eles são apresentados como escritores – que, segundo a tradição cristã, foram inspirados em sua tarefa pelo

Espírito Santo, este, sim, o autor da totalidade dos textos bíblicos. Em respeito a esse ponto de vista, Lucas será mencionado nesta tese sempre como escritor do evangelho e do livro dos Atos.

Pelo lado da pesquisa em jornalismo, a dificuldade está em combater uma errônea, embora sedimentada, opinião geral de que o jornalismo é invenção recente, fruto de condições que não surgiram antes do século XIX. Nisso, o projeto se conecta ao campo da comunicação na medida em que traz uma abordagem a partir do ângulo comunicacional (BRAGA, 2011) – um *approach* baseado nas características próprias da comunicação, deixando para segundo plano aspectos que seriam essenciais em análises centradas na História, na Ciência da Religião, na Teologia ou em outros saberes. Nessa abordagem, as outras áreas servem como suporte para a análise comunicacional. E há que destacar as afinidades entre elas, em especial no que se refere à comunicação e à História. Ao tratar dessas afinidades, John Durham Peters (2008, p. 22) observa que, ao analisar um documento, o historiador raramente vai direto ao seu conteúdo. Ele analisará a forma como foi encontrado, suas dobraduras, seu estado de conservação, até seu cheiro. “Na História, o meio também é a mensagem”¹, provoca.

O desafio de situar a questão no campo da comunicação é contemplado no primeiro dos quatro capítulos em que esta tese está organizada. Este capítulo inicial corresponde a uma retomada dos conceitos sobre a formação histórica do que se entende por jornalismo, e conclui que o consenso geral sobre a atividade é altamente influenciado por aquilo que Daniel Hallin (1992) denominou “alto modernismo” – associado ao período entre a Segunda Guerra Mundial e o fim da década de 1970, em que parecia haver no Ocidente uma impressão de que a civilização havia atingido o máximo poder e prosperidade na sociedade capitalista, e que o jornalismo era o guardião desses valores, marcados por um elevado senso de integridade e transparência. Nesse ambiente, o jornalismo é uma atividade profissional reconhecida e exercida nas grandes redações de empresas jornalísticas. Essas, entretanto, são condições restritas a um passado recente, que não correspondem à realidade em outros momentos da trajetória jornalística. Essa visão leva a uma noção distorcida do

¹ “The medium is the message in history too.” Tradução nossa.

jornalismo, que, por ser incompleta, resulta incapaz de traduzir as complexidades que a atividade desenvolveu, em especial neste início de século.

O trabalho está dividido em duas partes, cada uma delas formada por dois capítulos. A primeira parte, intitulada “Novo Jornalismo, Velho Jornalismo”, trata de situar a atividade dentro de um contexto histórico, buscando resgatar-lhe o significado. Empreendendo uma revisão da literatura sobre a história do jornalismo e por diferentes definições sobre o campo, o capítulo 1 descreve as três hipóteses predominantes sobre a origem histórica do jornalismo: a recente, que estipula o início formal da atividade em meados do século XIX; a da Modernidade, que associa essa origem às inovações tecnológicas ligadas ao surgimento da tipografia na Europa (ainda que admitindo uma filiação com as folhas manuscritas que circularam anteriormente, a partir da Baixa Idade Média); e da origem remota, que atribui aos relatos de viagem e historiográficos da Antiguidade Clássica a primazia da criação jornalística. Pretende-se demonstrar que esta última hipótese é a que representa com mais precisão as nascentes do processo histórico que desaguou no jornalismo atual. Nesse período já se manifestavam diversos aspectos da identidade do jornalismo, notadamente em termos de forma, de temática e de filosofia. Esta última característica é a mais difícil de definir – trata-se de uma espécie de “disposição” jornalística, uma maneira específica de aproximar-se dos eventos, que Luiz Beltrão (1992) qualificou como a filosofia do jornalismo e Pierre Bourdieu (1997) comparou a uns óculos especiais, que mudam o olhar daqueles que os usam. Estes óculos foram adotados pelos publicistas franceses, que o usavam para emitir opiniões e defender pontos de vista; pelos menestréis medievais, que levavam de vila em vila e de castelo em castelo as últimas fofocas; pelos cronistas da Alta Idade Média; por escritores antigos como Políbio ou Xenofonte. Todos esses os vestiram muito antes que ingleses e britânicos moldassem sua forma atual.

Para o leitor do século XXI, talvez não seja tarefa simples encontrar o ângulo comunicacional expresso nos textos de Lucas. Muitas das pontes culturais que permitiriam a compreensão não podem ser encontradas. Mais do que isso: há sobre ele camadas milenares de tradição e de reverência, que são opacas às intenções comunicacionais da época em que o texto foi produzido. A

dimensão jornalística de uma produção cultural só pode ser compreendida de forma sincrônica – não há jornalismo que não seja produzido para o “hoje”. Para compreender a dimensão comunicacional do escrito bíblico é essencial afastar o olhar do texto contemporâneo e da maneira como este é estudado ou apreendido na atualidade (AGAMBEN, 2009). E é preciso olhar com cuidado a relação do ser humano com a religião, porque esta era parte essencial do modo de vida – conforme escreve Mircea Eliade (1978), a consciência do mundo estava conectada com a descoberta do sagrado. Por essa razão, a divisão que se estabeleceu na crítica a partir do século XIX entre dois personagens, o Jesus histórico e o Cristo da fé, faz pouco sentido na leitura que se pretende fazer do texto de Lucas. Para o escritor bíblico, essa distinção era impensável: o que ele buscava descrever era a trajetória de um Jesus homem, que muitos de seus contemporâneos haviam conhecido pessoalmente, e que também era a razão de sua fé. Assim, sua produção precisa ser compreensível dentro de seu contexto histórico e sociocultural.

É preciso, entretanto, construir um caminho que permita reconhecer o jornalismo em suas manifestações mais antigas. Para isso é necessário revisar as teorias e definições correntes a respeito do jornalismo. No presente caso, as hipóteses mais ousadas implicam vê-lo como uma área em permanente redefinição. Pode ser simples aceitar isso para o jornalismo contemporâneo, do imediatismo on-line e do compartilhar nas redes sociais. No caso de Lucas, entretanto, seria necessário submeter essas mutações a um teste de longa duração². Se as manifestações jornalísticas ao longo dos séculos fossem mutantes exatamente como são hoje, quais seriam as tremendas transformações que sofreriam, quais diferentes formas poderiam assumir? O desafio do capítulo 2 é construir um caminho para identificar essas transformações históricas. Trata-se de um trabalho que se assemelha ao da

² O conceito de longa duração, retomado no capítulo 2, foi estabelecido pelo historiador Fernand Braudel em um ensaio de 1958. Expoente da escola dos Annales, Braudel contrapõe diferentes formas de estudo da história: a abordagem da história tradicional, “atenta ao tempo breve, ao indivíduo, ao acontecimento” (BRAUDEL, 1965, p. 263); a da história econômica e social, cujo foco está nos ciclos econômicos, períodos que podem variar de 10 a 50 anos, aproximadamente; e o da longa ou muito longa duração, que se traduz em uma “tendência secular” (*Ibid.*, p. 268), perceptível em períodos muito longos. Como exemplo da longa duração, Braudel cita a mudança das paisagens e a sujeição do homem às condições geográficas, que limita e orienta certos setores da vida em comunidades costeiras ou montanhosas, entre outras.

paleontologia: é preciso escavar sedimentos da história da comunicação para encontrar sinais da presença de atividade jornalística no passado. Esses sinais surgem associados a outras formas literárias e podem apresentar-se de forma muito diferente do jornalismo contemporâneo. Dizendo de outra forma: na longa duração, as transformações impostas às formas antigas de jornalismo foram tão intensas que os olhos contemporâneos (conformados à forma alto-modernista da atividade), não conseguem encontrar nelas jornalismo ou reportagem propriamente ditos. Entretanto, é possível reconhecer modos distintos de escrever e de se comportar que remetem à prática jornalística. Esses modos serão tratados aqui como “fósseis de jornalismo” – antecedentes do fazer jornalístico pelo ponto de vista da temática, da sua escrita ou da sua filosofia.

Para entender melhor é necessário aprofundar a analogia. Imagine-se um megatério, tido como o maior dos mamíferos que habitou o Brasil. O megatério alimentava-se de folhas, pesava quatro toneladas e tinha o tamanho aproximado de um elefante africano. Ao longo do século XX, pesquisadores escavaram diversos esqueletos de megatérios e, a partir desses restos fósseis, identificaram formas anatômicas bastante parecidas com as da preguiça moderna, um animal que vive em árvores e dificilmente alcança cinco quilos. Preguiça e megatério são bichos diferentes – se, por algum paradoxo do espaço-tempo, fossem colocados lado a lado, não haveria como confundi-los. Entretanto, há algo em comum na estrutura das ossadas dos megatérios, que foi percebido pelos paleontólogos e que remete às preguiças. Aos olhos do paleontólogo, o fóssil aponta tanto para o passado (porque é componente de uma coisa pré-existente, extinta), como para a própria atualidade, pois o pesquisador busca nele informações para compreender as espécies contemporâneas. Da mesma forma, os escritos bíblicos e o jornalismo de hoje são, metaforicamente, bichos diferentes, mas os fósseis podem indicar alguma forma de parentesco. É a partir desses indícios ou sinais, conforme descreveu Carlo Ginzburg (1989), que será possível escavar as semelhanças das produções mais antigas com o que veio a ser conhecido como jornalismo.

Torna-se essencial, neste momento, responder a uma questão básica: por que analisar Lucas como um antecedente da prática jornalística, e não outro escritor? Lucas tem algumas características que o tornam único no

panorama do Novo Testamento, e isso tem sido notado por seus comentaristas, ao longo da história. A segunda parte deste trabalho dedica-se a analisar Lucas sob o ponto de vista da comunicação. Joseph Fitzmyer (1981, p. 21) observa que sua obra tem peculiaridades que permitem destacar o trabalho redacional que o evangelista teve ao tratar dos relatos recebidos da tradição. Brandon Crowe (2012, p. 85) escreve que seria razoável concluir que Lucas entrevistou algumas das testemunhas oculares da vida de Cristo, já que, ao que tudo indica, ele próprio não esteve entre os primeiros seguidores de Jesus. Além disso, das quatro narrativas canônicas da vida de Jesus, aquela atribuída a Lucas é a única que conta com um prólogo (Lc 1.1-4) que pode ser contado como uma exposição dos motivos que o levaram a escrever. Aprende-se nele que Lucas, observando que muitos relatos já haviam sido feitos a respeito de Jesus, tomou a iniciativa de investigar desde o princípio o que de fato havia ocorrido e, a partir dessa investigação, elaborar um relato ordenado. Assim, o destinatário dos escritos – certo Teófilo, a respeito do qual nada se sabe – poderia ter certeza das coisas sobre as quais fora ensinado. O cânone muratoriano, fragmento que reproduz uma lista de manuscritos do século II, já dizia que Lucas empreendeu suas próprias investigações para escrever seu evangelho. Referências antigas dão conta de que entre as fontes consultadas por Lucas estariam, além do apóstolo Paulo (que se refere a Lucas como “o médico amado” em sua carta aos cristãos de Colossos), pessoas da família de Jesus, incluindo Maria, sua mãe.

Essas características lembram a atividade de um repórter moderno. Como um jornalista, Lucas teria saído a campo para separar realidade de ficção nos relatos a respeito de Jesus, apurando, entrevistando, consultando fontes escritas. Depois, redigiu um relato ordenado. Afinal, os jornalistas também não conseguem deixar de informar a respeito daquilo que têm visto e ouvido – conforme, aliás, o próprio Lucas escreve em Atos 4.20.

É possível, então, que Lucas tenha se comportado como um jornalista (carregando, assim, aquela filosofia ou disposição jornalística de que se falou anteriormente). Seria isso suficiente para qualificar seu trabalho como uma manifestação do fazer jornalístico? À primeira vista seria mais aceitável classificar como jornalístico um texto de fundo historiográfico, como a “História da Guerra do Peloponeso”, de Tucídides, e não um livro religioso. Mas não se

constrói saber tratando apenas do aceitável – é preciso testar hipóteses mais ousadas para avançar.

O capítulo 3 busca situar nessa perspectiva os escritos de Lucas, compostos por um evangelho e por um livro histórico (os Atos dos Apóstolos). Os dois podem ser vistos como um único conjunto, em que a primeira parte relata a vida de Jesus, seus feitos, sua morte e ressurreição, enquanto a segunda parte conta como sua obra foi continuada por uma equipe de discípulos dispersa por diversas regiões do Império Romano. A origem da expressão “evangelho” – literalmente, “boa notícia” ou “boa nova” –, por si, remete ao jornalismo. No mundo helênico, ela era usada em situações relacionadas com o ambiente político e diplomático, com duas conotações principais: o anúncio de uma novidade auspiciosa (um triunfo na guerra, por exemplo) ou a recompensa dada ao portador das boas notícias. O uso da expressão para designar um livro ou, ainda, a coletividade de escritos a respeito de Jesus Cristo data do século II (GUSSO, 2006), época em que começava a se distanciar o tempo dos eventos relacionados a Jesus e fazia-se necessário separar a memória dos acontecimentos da fantasia dos devotos, com o objetivo de manter a fidelidade à pregação original. Para consolidação desses relatos, a pesquisa bíblica aponta evidências a respeito de diferentes fontes, que tiveram de ser coligidas e editadas.

À medida que essa necessidade se apresentava, as jovens comunidades cristãs foram estabelecendo o que parece ser uma regra para aceitação desses relatos. As narrativas teriam de ser provenientes dos seguidores mais próximos de Jesus (os 12 apóstolos e um grupo maior, porém ainda limitado, de discípulos), que foram testemunhas oculares dos eventos da Judeia. Também teriam de ser aceitos pela comunidade geral dos crentes – ou seja, já deviam circular pelas igrejas da época. Naturalmente, teriam de harmonizar-se com outros textos já conhecidos, assim como com os ensinamentos dos livros dos israelitas que os precediam: a Torá, os profetas e os livros poéticos. Cada um desses textos teria sido, então, composto primariamente de acordo com os desafios teológicos que as próprias comunidades estavam enfrentando e com as características culturais das pessoas a quem se dirigiam. É nesse ambiente que surge o livro de Lucas,

destinado, provavelmente, a uma comunidade de tradição e fala grega, mas convertida ao Cristianismo.

O capítulo 4 é um campo aberto, em que se realiza uma ampla escavação dos textos lucanos em busca de fósseis em três categorias: temática, forma e disposição jornalística. Nesse sentido, serão analisados trechos do livro de Lucas que apresentam elementos jornalísticos, com base nas definições apresentadas nos capítulos anteriores – ou seja, aquelas em que o levantamento empírico realizado pelo pesquisador apontou a presença de elementos relacionados com a temática típica, com formas de escrita características ou com a disposição do jornalista.

Identificar fósseis de jornalismo em Lucas e estabelecer suas relações com as formas históricas do jornalismo, portanto, é o objetivo geral desta pesquisa. Assim, será possível estabelecer que o jornalismo é também tributário da prosa evangelística, da mesma forma como descende dos clássicos gregos. Entre os objetivos secundários, que são etapas necessárias para chegar a esse objetivo geral, busca-se compreender o desenvolvimento histórico do Jornalismo, incluindo seus antecedentes na Antiguidade; entender a forma como o jornalismo se redefine ao longo do tempo; identificar práticas que podem ser consideradas antecedentes do fazer jornalístico pelo ponto de vista da temática, escrita ou da filosofia do jornalismo (ou seja, os fósseis de jornalismo); compreender as motivações e a finalidade da escrita dos Evangelhos e, em especial, do complexo Lucas-Atos; e analisar os escritos de Lucas pelo ponto de vista desses fósseis de Jornalismo, identificando pontos de contato.

Essas primeiras manifestações de jornalismo serão, com frequências, denominadas “protojornalísticas” ao longo desta tese. A escolha não tem relação com o conceito de proto-história, termo visto como um intermediário entre a pré-história (período no qual não há registros escritos que permitam a reconstrução dos fatos) e a história propriamente dita (na qual a sociedade em estudo já produziu uma certa quantidade de registros escritos pertinentes às necessidades do historiador). Apesar disso, é tentador fazer um paralelo entre a proto-história e o protojornalismo. Na fase proto-histórica, os estudos tendem a ser dependentes de relatos feitos por outros povos – o que pode ser até útil na perspectiva do pesquisador, mas resulta em uma visão culturalmente

enviesada (MCCALL, 1999). No caso do protojornalismo, ainda não havia uma cultura ou ideologia ocupacional definida para os jornalistas – isso viria a se definir apenas lá pelo início do século XX (DEUZE; WITSCHGE, 2015). Trata-se, no entanto, de mero exercício intelectual, dado que há, naturalmente, inúmeros registros escritos das manifestações protojornalísticas. O que o uso da expressão busca é deixar claro, logo de princípio, que os produtos protojornalísticos não são equivalentes à atividade contemporânea, mas algo que tomou diversas formas ao longo de sua história. Essa não é uma distinção nova: Jorge Pedro Sousa e Jean Chalaby, por exemplo, chegaram a se referir a essas formas de contar notícias como “pré-jornalísticas”. A preferência pelo prefixo grego “pré” significaria admitir que o jornalismo *per se* só viria a surgir mais tarde.

Com o objetivo de padronizar a linguagem, as referências bíblicas citadas nesta tese serão provenientes da tradução em português denominada Nova Versão Internacional. Eventualmente, entretanto, alguns textos podem ser apresentados em outras versões – para adotar a forma pela qual são tradicionalmente conhecidos ou, ainda, por uma melhor harmonia com os textos gregos ou hebraicos. Nesse caso, uma sigla irá identificar a tradução mencionada.

Ainda em termos de padronização, a segunda parte da tese apresentará a necessidade de grafar algumas palavras em grego e hebraico. Quando uma expressão grega for utilizada, sua transliteração para o alfabeto latino virá logo em seguida, em itálico. O sistema de transliteração usado é aquele exposto por Edson de Faria Francisco (2008), que corresponde a um padrão internacional para a questão. Palavras em hebraico serão citadas em quantidade muito pequena e, quando ocorrerem, serão expressas apenas em alfabeto latino.

Dito isso, defende-se a tese de que os textos de Lucas (o evangelho que lhe empresta o nome e o livro dos Atos dos Apóstolos) contêm elementos que apontam para o jornalismo. Esses elementos podem ser encontrados, em especial, na vocação historiográfica das narrativas, da qual deriva uma intenção de separar a realidade dos relatos fantasiosos que já circulavam à época. Nisso reside um elemento importante para discernir em Lucas uma disposição que combina com o que se esperaria do comportamento jornalístico. Há ainda indícios de afinidade no conjunto de temas típicos do jornalismo e

também na forma de escrita. Analisados em conjunto, esses sinais permitem concluir que uma forma inicial de jornalismo se desenvolvia em meio ao texto lucano.

PARTE I – Novo Jornalismo, Velho Jornalismo

1. JORNALISMO ONTEM, HOJE E SEMPRE

Para uma atividade cuja importância para a democracia contemporânea tem sido tão destacada, é surpreendente a pouca quantidade de estudos que se atêm seriamente sobre a história do jornalismo. Muitos são restritos a determinados países ou limitam a si próprios com um entendimento bastante circunscrito de seu objeto. A “História del Periodismo Universal” organizada por Carlos Barrera (2004), por exemplo, abrange apenas a Europa e as Américas e dedica poucas páginas a qualquer evento anterior ao século XIX – passando ao largo, por exemplo, das gazetas chinesas, citadas já no século XVIII como existentes há muito tempo. Com isso, dá-se, em geral, pouca atenção a manifestações anteriores.

Mas elas existiram, embora – fique claro – não tenham todas as características que definem o jornalismo como o conhecemos hoje. A primeira questão que surge, então, em que medida essas manifestações podem ser consideradas jornalismo, sem que isso soe como anacronismo. Neste capítulo serão recenseadas as hipóteses a respeito da origem do jornalismo e suas relações com as formas contemporâneas da atividade, seus temas preferenciais. Uma última seção dedica-se a analisar a possibilidade de textos relacionados com a prática religiosa serem aceitos como precursores do jornalismo – uma avaliação que se justifica pelo fulcro deste trabalho, que busca identificar indícios de jornalismo nos escritos do evangelista Lucas.

1.1 As hipóteses sobre a origem

Jorge Pedro Sousa (2008, p. 4), baseando-se em descrições feitas anteriormente por Alejandro Pizarroso Quintero, cita três grandes linhas de entendimento a respeito da origem do jornalismo. A primeira é de que este existe desde a Antiguidade, porque desde aquela época existiam dispositivos para “a troca regular e organizada de informações actuais”. Essa atividade antiga teve uma retomada no Renascimento, decorrente da busca pelos ideais

da Antiguidade Clássica, bem como por razões técnicas e socioeconômicas. A segunda propõe que o jornalismo é uma invenção da Modernidade, dependente das inovações que vieram com o surgimento da tipografia, embora preste tributo às folhas noticiosas que circularam entre a Baixa Idade Média e o Renascimento. Pela terceira opção (que parece ser predominante nos dias atuais), o fenômeno jornalístico aparece no século XIX, como resultado de mudanças sociais, econômicas e tecnológicas. Estas três hipóteses serão discutidas nas próximas páginas, em ordem inversa – daquela que propõe a origem mais recente até a mais antiga.

1.1.1 Século XIX

Uma boa quantidade das tentativas contemporâneas de definir o que é o jornalismo surge de uma fase particular dessa atividade, que se inicia a partir da segunda metade do século XIX. Érik Neveu (2006, p. 22–26) aponta que remontam a essa época as práticas que constituem os referenciais normativos da profissão: a ênfase para a coleta sistemática de dados, a predominância do discurso da objetividade, a busca por respostas às necessidades práticas da população (utilitarismo), a lógica empresarial e a profissionalização – esta última demonstra-se essencial para a compreensão dos rumos que toma a atividade. A partir da profissionalização, o jornalista deixa de ser visto como um semiartista (ou um artista frustrado) ou como um ativista político. Passa a ser, então, um assalariado, que usa determinadas habilidades profissionais e as reforça com técnicas de investigação e regras disciplinadas de escrita.

Para Jean Chalaby (2003, p. 30), o século XIX corresponde ao período de formação de um gênero discursivo específico, que engendrou um gênero distinto de texto, caracterizado por normas e valores específicos, entre os quais se encontram a neutralidade e a objetividade. Da mesma forma, o texto concebido para os jornais passavam a adotar estratégias discursivas e práticas que se distanciavam da literatura e da política, assumindo características filológicas próprias. Essa origem novecentista, de acordo com esse autor, emerge a partir de características históricas e culturais do mundo anglo-saxão da época, no qual encontra um substrato propício pelo ponto de vista cultural, político (em que o ambiente basicamente bipartidário dos Estados Unidos e do Reino Unido favorecia uma retensão de neutralidade por parte dos

responsáveis pelo noticiário), econômicas (com o desenvolvimento rápido do mercado de publicidade e uma abundância de companhias interessadas em tornar-se conhecidas do público por meio dos anúncios), linguísticos e geopolíticos.

Esse momento corresponde, inegavelmente, a um período de expansão para a atividade, conforme descreve Nelson Traquina (2005b, p. 34–35), de forma mais ou menos sucinta:

Assim, no século XIX, verificamos a emergência de um novo paradigma – informação, não propaganda – que é partilhado entre os membros da sociedade e os jornalistas; a constituição de um novo grupo social – os jornalistas – que reivindica um monopólio do saber – o que é notícia; e a comercialização da imprensa – a informação com mercadoria, visível com o surgimento de uma imprensa mais sensacionalista nos fins do século, aquilo que se chamou o ‘jornalismo amarelo’ nos Estados Unidos.

Esse foi o ponto de partida para uma grande expansão, que Michael Schudson (2010, p. 43) associa à ascensão de uma sociedade democrática de mercado. Schudson apresenta (e rejeita) explicações alternativas para esse desenvolvimento, em especial as hipóteses tecnológica (a disponibilidade de melhores meios de impressão, a partir da produção de papel feito com celulose e da invenção das impressoras cilíndricas) e da alfabetização. Neste último caso, Schudson (2010, p. 48) considera difícil rastrear seu efeito sobre os hábitos da população: “Sem a alfabetização, os jornais de grande circulação tornam-se inviáveis. Mas um aumento da alfabetização em si é um estímulo para a circulação de jornais? Existem boas razões para se duvidar disso”. A questão que coloca é que a aptidão para a leitura não faz, imediatamente, com que ela se torne social ou psicologicamente significativa ou necessária. Citando estudos sobre o número de indivíduos capazes de assinar documentos na Nova Inglaterra, Schudson aponta que 90% dos homens casados na região tinham algum grau de alfabetização – o que não se traduziu pela introdução de jornais relevantes à época. O mesmo parece valer para outras regiões onde a alfabetização era mais intensa, como a Escócia e a Suécia. Essa conclusão parece apontar para um uso instrumental da leitura, que era usada principalmente nos negócios e na devoção religiosa.

Adicionalmente, o autor aborda o otimismo exacerbado dos jornalistas em relação à sua própria atividade, que identifica como o “argumento da

história natural”. De acordo com ele, muitas das tentativas de relatar a história do jornalismo nos Estados Unidos “assumem um tom de liberalismo, sugerindo um progresso natural em direção ao jornal ‘moderno’, embora nunca se preocupem em explicar o que ‘moderno’ significa. O progresso que identificam é a transição de uma imprensa cativa para uma imprensa livre, independente” (SCHUDSON, 2010, p. 53) – algo como a doutrina do “destino manifesto”³ professada na época da expansão para o Oeste, só que aplicada à imprensa, cujo destino seria evoluir para uma realidade de independência baseada no modelo de negócios da publicidade.

Essa tradição valoriza a ideia do jornalismo como um serviço público e enfatiza a sua importância para o estabelecimento e a manutenção dos regimes democráticos. Soa, assim, particularmente sedutora para aqueles que atuam na área – estes sentem-se autorizados a ver a si mesmos como uma espécie de herói, representantes de algo maior. Uma visão, aliás, reforçada pela cultura popular, que frequentemente retrata jornalistas como protagonistas de livros, filmes e histórias em quadrinhos. Essa visão, entretanto, não corresponde de maneira perfeita a toda e qualquer manifestação do jornalismo. Isso tem se tornado mais evidente a partir da última década do século XX, seguindo a decadência daquilo que Daniel Hallin (1992) descreveu como o alto modernismo do jornalismo – uma era marcada por um senso de integridade e transparência, que refletia a impressão de que a civilização ocidental havia atingido um ideal máximo de poder e prosperidade (*Ibid.*, p. 14).

Há um passado para a atividade jornalística que vem sendo negligenciado e que permite recuar por milênios e, ainda assim, encontrar elementos que remetem ao jornalismo contemporâneo, seja pela sua forma, seja pelas motivações que a antecedem. É interessante observar que muitos

³ Pensamento predominante na política americana em especial nas décadas a partir de 1830 (identificadas como “era jacksoniana”, em referência ao presidente Andrew Jackson, que governou o país de 1829 a 1837). De acordo com ela, a população dos Estados Unidos deveria ampliar seu domínio continental porque ela e suas instituições tinham características especiais, em virtude das quais deveriam ter como missão redimir o mundo e transformá-lo à sua imagem. Este seria o destino da nação, que seria alcançado por bênção divina (MILLER, 2006, p. 120). As consequências da doutrina do destino manifesto espalharam-se por diversas áreas da vida do país e revelam-se persistentes até hoje em segmentos como a política externa, entre outros. É de se compreender que, para seus compatriotas e a seu tempo, a fortaleza da instituição “imprensa independente” poderia ser contada entre as virtudes cardeais da democracia americana, que a doutrina do destino manifesto previa reproduzir mundo afora, em um esforço redentor.

autores contemplam esse passado, mas preferem separá-lo daquilo que entendem por jornalismo. Schudson (2010, p. 14), em sua busca por compreender a origem do conceito de objetividade no jornalismo norte-americano, defende que “a ideia da ‘notícia’ propriamente dita foi uma invenção da era jacksoniana”⁴ – uma generalização que o autor justifica pela emergência de uma nova ordem social e política.

Essas mudanças teriam começado a se formar em fins do século XVIII, com o surgimento de uma inédita liberdade para discussão de temas políticos sem a interferência do Estado (SCHUDSON, 2002, p. 463), em consequência da formação da esfera pública burguesa descrita por Jürgen Habermas (2003). Nos Estados Unidos, as mudanças incluem uma transformação do ambiente da comunicação entre as pessoas. Esta deixa de ocorrer na “comunidade” e passa a localizar-se na “sociedade”, uma mudança que equivale, de certa forma, à passagem da vida rural para a cidade, da tradição para a modernidade (SCHUDSON, 2010, p. 75). Embora ressalve que essa transição tenha se mostrado ilusória em diversos sentidos, Schudson destaca que esse momento histórico levou as pessoas a se desapegarem de determinados costumes e a buscarem a realização individual de forma não contemplada dentro da realidade anterior.

Mas como era a atividade jornalística antes do surgimento da onda da objetividade? Seria mais próxima da fofoca (*gossip*), como insinua Robert E. Park (1923, p. 282–283) no seu ensaio sobre a história natural dos jornais?

Talvez a melhor amostra do que era esse ambiente seja aquela apresentada por Honoré de Balzac em sua “Monografia da Imprensa Parisiense”, de 1843. A partir de seu privilegiado ponto de observação, e diante de uma imprensa que tardou a adotar os ideais de objetividade abraçados nos Estados Unidos e no Reino Unido (conforme CHALABY, 2003), o escritor francês divide os jornalistas de seu tempo em dois grupos: os publicistas, que são os “escrevinhadores que *fazem* política” (BALZAC, 2004, p. 31), e os

⁴ Ou seja, no período aproximado que vai da posse de Andrew Jackson, em 1829, até a eclosão da Guerra da Secessão, em 1861. No campo político, foi um tempo de redivisão dos poderes no país e de ampliação da participação política, com a extensão do direito de votar a todos os homens brancos. As restrições de voto, que anteriormente só permitiam o sufrágio aos proprietários de terras ou aos pagantes de impostos, foram levantadas na maior parte dos estados, de forma a permitir o surgimento de uma democracia de massas. Schudson aponta que tais mudanças importam por significar a substituição de uma cultura política regida por uma aristocracia por uma de participação popular ampla.

críticos, em geral autores impotentes, fracassados e corruptos. “O principal caráter desses dois gêneros é não ter nenhum caráter”, sintetiza (*Ibid.*, p. 25). É verdade que tal descrição deve ser vista com a cautela de quem está diante de um impasse cultural: para os franceses, em geral a permanência nas oficinas de um periódico era apenas uma etapa na carreira de alguém que ambicionava voos literários. À época de Balzac, “o jornalismo não era uma profissão, mas uma ocupação provisória” (CHALABY, 2003, p. 39), à qual, note-se, nem o próprio Balzac deixou de se filiar.⁵ A atividade era julgada sempre em uma comparação – francamente desfavorável – com os altos gêneros literários. Chalaby (*Ibid.*, p. 40) observa que os círculos intelectuais parisienses consideravam que até mesmo o *vaudeville*, um gênero literário menosprezado, era superior a qualquer prática jornalística.

Ainda no contexto francês, é de se destacar o tratamento que a *Encyclopédie* de Diderot e d’Alembert, publicada entre 1751-1772, concede ao jornalismo francês. O verbete para o “Jornalista” (DIDEROT, 1765) apresenta uma visão que se assemelha muito ao papel do crítico. Em um texto que ocupa pouco mais de uma coluna, Diderot o descreve como “autor que se ocupa de publicar trechos e julgamentos das obras de Literatura, Ciências e Artes, à medida que aparecem”. Ao fim, o enciclopedista observa que há sobreposição nos dois temas: “percebo que, ao alongar essas observações, eu apenas repetirei o que dissemos no artigo Crítica”.

O “Jornal” é tratado em um verbete de duas páginas do oitavo volume da obra, e seu conteúdo aponta para a mesma impressão que Balzac apresentaria, três quartos de século mais tarde. De acordo com os enciclopedistas, um jornal contém “trechos de livros recém impressos, com um detalhe das descobertas que são feitas todos os dias pelas Artes e Ciências”, que seriam um “alívio daqueles que estão muito ocupados ou com preguiça de ler livros inteiros” (ANÔNIMO, 1765)⁶. Segundo a escrita afiada do autor do

⁵ Chalaby cita que, entre outros, Balzac, Alexandre Dumas e Victor Hugo foram, em algum momento de suas vidas, proprietários ou editores de jornais. Tal tradição se manteve no jornalismo francês no início do século XX. Em 1938, o diário “Paris-Soir” empregava 29 escritores, entre eles Albert Camus, subeditor; Jean Cocteau, correspondente especial; François Mauriac, colunista; Antoine de Saint-Exupéry, repórter; George Simenon, correspondente para assuntos criminais (CHALABY, 2003, p. 38–39).

⁶ Paul Benhamou (1988, p. 48) atribui a autoria desse verbete anônimo a Diderot. Para isso, baseia-se em uma carta que o enciclopedista enviou ao padre Berthier, redator do “Journal de Trévoux”, em que afirma que tentará não deixá-lo insatisfeito com a redação do verbete

verbete, seria mais prudente tomar o que os jornais dizem ao contrário, adotando as obras que eles criticam e deixando de lado os livros que elogiam – feita, entretanto, uma exceção àquele “pequeno número” dos que julgam com franqueza e não com malignidade.

Nesse mesmo artigo, a *Encyclopédie* atribui a invenção do jornal a Fócio, que foi patriarca de Constantinopla no século IX e desempenhou papel de protagonismo nas disputas entre o cristianismo romano e oriental. Aos olhos contemporâneos, essa atribuição é peculiar, porque raramente se costuma lembrar desse personagem histórico ao rememorar a história das publicações jornalísticas. A referência, entretanto, faz todo sentido quando se pensa no que se entendia por “jornal” à época. Afora os textos teológicos (Fócio é lembrado como um dos nomes mais influentes da Teologia do Cristianismo Oriental desde João Crisóstomo, que viveu cinco séculos antes), a obra que tornou o nome de Fócio conhecido foi sua Biblioteca, ou *Myriobiblion* – nomes que se popularizaram a partir do século XVI, substituindo o enorme título original: “Inventário e enumeração dos livros que li, ou dos quais nosso querido irmão Tarásio me pediu uma análise geral” (PHOTIUS OF CONSTANTINOPLA, [S.d.]). Trata-se, de fato, de uma coleção de resenhas ou resumos de obras clássicas, que somam 279, sendo a maioria delas histórica (POSADAS SÁNCHEZ, 2016, p. 90). Como a *Encyclopédie* classifica o jornal como uma coleção de trechos de livros recentes, nada mais natural que apontar as “miríades de livros” de Fócio como antecedente.

1.1.2 Século XV

Auxílio para leitores preguiçosos, resumo das obras de outrem: a imagem dos jornais e dos seus autores não era nada boa na França do século XVIII. Paul Benhamou (1988, p. 51–54) aponta três razões que explicariam a aversão dos enciclopedistas em relação aos jornalistas: a pretensão crítica dos jornalistas franceses da época; a natureza superficial, frívola e polemista que os jornais apresentavam, na comparação com os ideais de saber aprofundado, reflexão demorada e nobre eloquência, advogados pela República das Letras

“Journal”. Na edição original da *Encyclopédie*, letras ou sinais gráficos assinalavam a autoria dos textos – os de Diderot eram marcados com um asterisco; os de Jean de Rond d’Alembert, com “(O)”, por exemplo. Há pelo menos 5.800 “assinados” dessa forma por Diderot (PUJOL, 2015, p. 44), e muitos outros têm sido atribuídos a ele.

do Iluminismo europeu; e, principalmente, as posições opostas tomadas nas questões ligadas à própria criação da *Encyclopédie* – os jornalistas se colocaram como “apologistas do trono e do altar” (BENHAMOU, 1988, p. 52), contrários, portanto, às aspirações de Diderot, d’Alembert e de seus colaboradores.⁷ Decorrem daí afirmações ousadas que constam nas páginas daquela obra, como esta, que consta no verbete “Journal”: “temos agora na França uma multidão de jornais; descobriu-se que é mais fácil dar conta de um bom livro do que escrever uma boa linha, e muitos espíritos estéreis se voltaram para esse lado” (ANÔNIMO, 1765).

Contudo, foi a liberdade para expressar opiniões estéreis e relatar fofocas (para repetir a expressão usada por Park, já citado) que levou os periódicos da época desenvolver habilidades que permitiram, mais tarde, aspirar voos mais altos.⁸ Escrevendo sobre a transição dos jornais ilegais (“*unstamped*”) da Inglaterra do início do século XIX, Jean Chalaby (1998, p. 2) faz uma defesa dos publicistas, considerando inclusive a busca pela objetividade que se seguiu como uma forma de declínio. Ele argumenta que essa “imprensa pré-jornalística” na Grã-Bretanha era “política de coração e pública de caráter” (“political at heart and public in character”), altamente influenciada pelos seus pontos de vista políticos. Seus textos eram partidários, coerentes e dialógicos e, por meio deles, essa imprensa podia se dirigir aos seus leitores por meio de sua dimensão social e política, como membros de uma coletividade que também era social e política. Desta forma, lutavam constantemente para expandir os limites da consciência política da classe

⁷ Benhamou (1988, p. 54) chama atenção para o fato de que os enciclopedistas se comportavam exatamente como seus opositores, ao usarem seus verbetes para ataques dirigidos diretamente aos seus títulos. No entender do autor, eles não levaram em conta uma mudança que ocorria naquele momento nas publicações francesas, que se tornaram mais combativas e opinativas. Ao deparar-se com essa nova realidade, reagiram acusando seus líderes de incompetentes e ignorantes, que prostituíam suas penas. “Seu discurso revela certa rigidez mental e intolerância, que lançam uma sombra sobre a grande obra do Século das Luzes”, conclui.

⁸ Cremilda Medina (1988, p. 17–18), relembrando as três fases das teorias sobre a liberdade de imprensa propostas por Fred S. Siebert e Theodore Peterson, observa que a ascensão da burguesia a partir do século XVII irá acelerar e fundamentar as reivindicações pela informação, ancoradas na ideia de um “mercado livre de ideias” e da livre concorrência das opiniões. Essas ideias e opiniões circulavam pelas cartas noticiosas ou pela nascente imprensa diária. “O jornalismo romântico das revoluções nacionais acreditava indiscutivelmente nessa liberdade”, assinala (p. 18). Assim, o jornalismo e os jornalistas assumem a linha de frente na formação política das sociedades – deixando, por assim dizer, de ser meros disseminadores de informação pouco relevante e abrindo caminho para, mais tarde, reivindicar seu papel de “quarto poder”.

trabalhadora (*Ibid.*, p. 29). Os resultados apareciam: campanhas realizadas por jornais britânicos no século XVIII estão diretamente ligadas ao surgimento das petições populares como instrumento de política, a partir de 1750; a partir de 1771, a imprensa estava autorizada a relatar os debates parlamentares, algo que, até então, era um crime punível com cadeia (CURRAN, 2002, p. 5). Essas são conquistas de uma imprensa ainda não profissionalizada, partidária, ligada a associações e organizações políticas.

Percebe-se, assim, que o jornalismo objetivo teve ascendentes menos parecidos com o rumo que a atividade tomou em tempos mais recentes – ou seja, a imprensa partidária descrita por Balzac e Chalaby (entre outros), a fofoca mencionada por Park, a pretensão literária que menospreza os detalhes em nome de um relato mais emocionante ou instigante, descrita por Schudson nos periódicos americanos do século XIX. Ignorar esses antecedentes constringe a capacidade do pesquisador para compreender os desdobramentos contemporâneos da atividade⁹. E esta, como em um movimento pendular, tem apresentado a tendência de reproduzir contemporaneamente velhos comportamentos, que agora ganham novos apelidos – as *fake news* que tanto povoam a produção acadêmica contemporânea, por exemplo, talvez possam ser consideradas descendentes das *hoaxes* que, conforme descreve Schudson (2010, p. 82), povoavam as primeiras páginas dos jornais de Nova York entre 1830 e 1850¹⁰.

Da mesma forma que os jornalistas tendem, com frequência, a dar menos importância a eventos passados e olhar de modo quase que exclusivo para o presente, os estudiosos do tema também podem estar depreciando as práticas antigas, conforme, aliás, notou Mitchell Stephens (1993, p. 19): “Historiadores do jornalismo perdem seus rumos com grande facilidade. Frequentemente, estamos tão ansiosos por elogiar inovadores e proclamar

⁹ Esses ascendentes não são, de forma alguma, menos nobres nem mais ricos que o jornalismo que aspira a objetividade. Cada um deles espelha a época em que foi constituído.

¹⁰ A ideia aqui é apresentada apenas como provocação, já que o tema está fora do escopo desta análise e não há no presente trabalho qualquer aprofundamento neste sentido. Não obstante, um estudo sobre as notícias sabidamente falsas publicadas no passado poderia contribuir realmente para o entendimento do fenômeno na contemporaneidade.

furos de reportagem, que acabamos por ver inovações e furos onde deveríamos enxergar conexões e continuidades”¹¹.

Stephens, em sua busca por continuidades, enxerga a gênese do jornalismo moderno na produção de folhas noticiosas, quase sempre manuscritas, que começam a aparecer por volta do século XV¹² e tornam-se notáveis nos anos 1600.¹³ O centro primitivo dessa produção parece ter sido Veneza, um centro mercantil importante e uma espécie de polo para onde convergiam viajantes de variadas origens – e, com eles, informações que poderiam ser úteis para comerciantes e artífices europeus. De acordo com Carlos Rizzini (1977, p. 84–85), as *fogli d'avvisi* e as *notizie scritte* produzidas na cidade ganharam notoriedade e eram vistas em Roma e nos Países Baixos. Stephens (1993, p. 336) relata que uma coleção dessas *gazzette* (plural em italiano de *gazzetta*, que seria, de acordo com a versão mais aceita atualmente, o apelido da moeda veneziana da época, e tornou-se uma das denominações dadas aos jornais) sobreviveu até os tempos atuais depois de as folhas originais terem sido enviadas a Londres juntamente com a correspondência diplomática proveniente da Itália. Com periodicidade definida – embora a maioria das folhas não seja apropriadamente datada, os registros apontam para uma produção semanal –, elas registram principalmente acontecimentos de outras regiões, como Messina, Corfu, Constantinopla, Gallipoli. Embora a produção manuscrita limitasse seu alcance (uma restrição que o uso das prensas deixaria para trás em poucos anos), elas preenchem as

¹¹ Stephens, por sinal, é um crítico da visão de Schudson de que a ideia de notícia é uma criação da América do Norte de meados do século XIX, que entende como uma “limitação de interpretação” (*Ibid.*, p. 19).

¹² Interessante observar que essas gazetas ou cartas de notícias eram contemporâneas da tipografia, mas não faziam uso dela. Rizzini (*Op. cit.*, p. 88), observa que as gazetas eram, em geral, clandestinas. Como convém às atividades clandestinas, eram produzidas e copiadas por indivíduos solitários. A tipografia, que exige equipamentos e a participação de artífices, incluiria mais pessoas e colocaria em risco o segredo da operação. Denis McQuail (2003, p. 21) nota que os primeiros jornais tiveram como precursor a carta, e se constituíam como “uma extensão ao domínio público de uma actividade que vinha já a exercer-se para fins comerciais, diplomáticos ou governamentais” – assim, seria natural que surgisse inicialmente sob a forma manuscrita.

¹³ O jornalismo, de acordo com Stephens, seria resultado de um apetite humano por novidades, que pode ser encontrado até mesmo em culturas ágrafas e que é sensível na produção literária e historiográfica, ao longo dos séculos. A transformação que ele aponta ocorrer a partir do surgimento das gazetas é no sentido de uma padronização do modo de apresentar essas novidades, tanto do ponto de vista de um suporte físico (previamente, a disseminação oral era a regra) como da finalidade (essencialmente, a difusão de notícias, distinguindo-se da comunicação pessoal). Elas seriam, assim, antecedentes históricos dos jornais e, por isso, um marco para o estabelecimento do jornalismo moderno.

características tidas como essenciais para que uma produção pudesse ser considerada algo como um jornal. Essas características seriam regularidade e frequência (pelo menos uma publicação por semana), variedade (diversas histórias diferentes a cada edição; ao apresentar-se assim, as folhas de avisos se distinguem de relatos puramente comerciais ou diplomáticos, por exemplo) e formato consistente e reconhecível (um jornal precisa ter um título consistente e reconhecível, capaz de dar-lhe identidade própria, independente dos textos que possa conter; dessa forma, diferencia-se de um folhetim ou de uma série de livretos temáticos) (STEPHENS, 1993, p. 329).

Na *Encyclopédie* francesa, as gazetas também estão presentes – de fato, Benhamou (1988, p. 47) destaca que há quatro estilos de periódicos apontados com seus respectivos conteúdos: os *affiches* (semanários que informam sobre produtos à venda ou para alugar, objetos perdidos ou encontrados, além de informações sobre espetáculos e obituários); os jornais, já citados, os mercúrios (referência ao “*Mercur de France*”, periódico mensal de curiosidades), além das *gazettes*.¹⁴ Verbete assinado por Voltaire (1757) as descreve como um relato de assuntos públicos e situa sua invenção na Veneza do século XVI. Em uma observação sagaz a respeito da possibilidade de erros nas descrições feitas por essas folhas noticiosas, o filósofo francês comenta que, “embora muitas vezes sejam cheias de notícias falsas, eles podem, assim mesmo, fornecer bom material para a história; porque geralmente os erros de uma gazeta são corrigidos pela seguinte” (*Ibid.*, tradução nossa). O mesmo verbete aponta que a publicação dos extratos de livros (identificada com o *journal* na nomenclatura dos enciclopedistas) foi um desdobramento das *gazettes* – seriam as gazetas literárias, surgidas a partir de 1665, a maior parte delas com o único objetivo de ganhar dinheiro, de acordo com Voltaire. De acordo com Jorge Pedro Sousa (2008, p. 58), cartas semelhantes passaram a ser produzidas por toda a Europa, tornando-se, assim, antecessores diretos dos diários contemporâneos e uma contribuição direta do Renascimento para a história do jornalismo. Voltaire, na *Encyclopédie*, já observava que o exemplo veneziano foi seguido em todas as grandes cidades da Europa.

¹⁴ Em geral, como se pôde depreender, o entendimento da ideia de “jornal” e “jornalista” para os enciclopedistas difere do que contemporaneamente se entende desses termos. Desses quatro gêneros, as gazetas se aproximam mais desse conceito.

Faz sentido, pelo ponto de vista do desenvolvimento histórico do pensamento, aproximar o despontar das manifestações jornalísticas com o racionalismo da Idade Moderna. Hans Ulrich Gumbrecht (1998, p. 11–12) comenta que a descoberta do continente americano e a invenção da imprensa são eventos que representam metonimicamente a própria modernidade. De acordo com o teórico alemão, elas apontam “para a emergência do tipo ocidental de subjetividade – para uma subjetividade que está condensada no papel de um observador de primeira ordem e na função da produção de conhecimento” (*Ibid.*, p. 12). Esse observador de primeira ordem e a confiança que se estabelece em torno do conhecimento gerado por este torna-se uma característica marcante do início da Modernidade: o ser humano começa, assim, um processo de abandono de um conhecimento do mundo explicado pelo sobrenatural (e, portanto, externo àquilo que ele observava) e passava a depositar sua crença naquilo que ele próprio experimentava e nas interpretações que extraía dessa realidade sensível, substituindo a materialidade e a corporeidade por uma primazia da razão (GUMBRECHT, 2010, p. 134). Pode-se contrapor, entretanto, que essa guinada para o racionalismo corresponde também a um retorno aos ideais clássicos. Jorge Pedro Sousa (2008, p. 3) trilha esse caminho ao observar que a gênese do jornalismo situa-se na Antiguidade, e que a Idade Moderna assiste é uma retomada, graças ao Renascimento e ao espírito iluminista.

O uso da razão como referência essencial para o entendimento do mundo era, ironicamente, o que unia os enciclopedistas franceses aos jornalistas. Enquanto os primeiros buscavam o aplicar o conhecimento racional e a ciência à tarefa de indexar o mundo, reduzindo-os a verbetes e espremendo-os em 17 volumes de texto e 11 coleções de pranchas de imagens, o segundo grupo se dedicava a relatar a realidade e explicá-la mediante o uso da opinião. De certa forma, sem o saber, tanto o grupo de Diderot quanto os seus adversários nas redações parisienses eram observadores de primeira ordem, caminhando (historicamente) em direção a um objetivo comum. Tanto o naturalista quanto o repórter representam de modo exemplar, cada qual à sua maneira, o papel de observadores de primeira ordem. O desenvolvimento da ideia de objetividade jornalística, cujo início Schudson situa em torno da década de 1830, surgiria, assim, como indício de

uma nova mudança – a ênfase no observador de segunda ordem. Gumbrecht (1998, p. 13), apoiando-se no trabalho de Niklas Luhmann¹⁵, situa o começo desse processo nas décadas em torno de 1800 e o relaciona com a emergência das ciências humanas.

Não muito depois do surgimento das gazetas europeias, a humanidade começa a refletir sobre essa atividade. Data de 1690 a primeira tese sobre a Filosofia do Jornalismo, apresentada pelo alemão Tobias Peucer à universidade de Leipzig – pelos padrões de hoje, um opúsculo de apenas 29 parágrafos. Nela, o autor faz paralelos entre a atividade de relatar as últimas novidades e a tarefa de compilar registros históricos¹⁶. Peucer defende haver três formas de contar a História. A primeira delas ordena os fatos como ações contínuas, conservando tão minuciosamente quanto possível sua sucessão. A esta denomina “universal, particular ou singular” (PEUCER, 2004, p. 15). A segunda categoria resenha determinados fatos específicos, extraídos da narração contínua dos fatos. O terceiro modelo traz histórias multiformes, sem critério identificável de ordem, denominadas “‘coisas desordenadas’ (átacta)” (*Ibid.*, p. 15). É nesta última divisão que se encaixam os relatos periodísticos:

Estes relatos, com efeito, têm mais em conta a sucessão exata dos fatos que estão interrelacionados e suas causas, limitando-se somente a uma simples exposição, unicamente a bem do reconhecimento dos fatos históricos mais importantes, ou até mesmo misturam coisas de temas diferentes, como acontece na vida diária ou como são propagadas pela voz pública, para que o leitor curioso se sinta atraído pela variedade de caráter ameno e preste atenção.(PEUCER, 2004, p. 15)

Na descrição de Peucer, tais relatos já vinham em 1690 sendo retratados de forma impressa e vendidos aos interessados. O que move essa nascente indústria é, então, “em parte a curiosidade humana e em parte a busca de lucro, tanto da parte dos que confeccionam os periódicos, como da parte daqueles que os comerciam” (*Ibid.*, p. 17). Com isso, apresenta um diagnóstico precoce que se confirmaria nos séculos posteriores mediante a

¹⁵ Para quem “a realidade dos meios de comunicação é uma realidade da observação de segunda ordem” (LUHMANN, 2005, p. 141)

¹⁶ Jorge Pedro Sousa (2004, p. 37) observa que, na tese de Peucer, não é possível discernir perfeitamente uma diferenciação entre jornalismo e história. Para ele, o autor de relatos classificados como periodísticos (*novellae*, no latim em que foi originalmente escrito) é o responsável por incluir acontecimentos no relato histórico. “Para ele, fazer ‘jornalismo’ é essencialmente construir a história da vida diária, fazer uma historiografia dos acontecimentos relevantes, dos ‘factos históricos mais importantes’”.

consolidação de um mercado para a informação. A partir dessa observação, Kevin Furtado e Sérgio Gadini (2013, p. 192) concluem que havia uma atuação profissional ligada à produção de conteúdo informativo consumível. Essa atuação profissional “acompanha a história humana há pelo menos 2.000 anos, se contarmos do tempo das *Actas Urbanas* do Império Romano, mesmo que essa, logicamente, não possua os mesmos contornos do que hoje concebemos e aceitamos como Jornalismo”. É a mesma linha de raciocínio que segue Sousa (2008, p. 4), ao apontar que “a profissionalização dos jornalistas do século XIX corresponde, basicamente, à reformatação de um modelo cuja estrutura, inclusivamente, já existia na Antiga Roma”. O princípio, portanto, é que havia uma atividade identificável com aquilo que se compreende contemporaneamente como jornalismo, apesar de este não estar completamente conformado. Voltemos, portanto, às duas questões tratadas neste capítulo, nesta seção e na anterior: O jornalismo começou no século XIX, como uma consequência da democracia jacksoniana anterior à eclosão da Guerra da Secessão?; ou ele surgiu a partir da experiência das gazetas manuscritas de Veneza, no alvorecer da Idade Moderna?

1.1.3 Antiguidade

Pelo que se viu até agora, encaminha-se para o aprofundamento da noção de que o jornalismo tem raízes antigas perfeitamente delineáveis. Não há qualquer novidade em relação a isso, pois esse entendimento já havia sido apresentado, por exemplo, por Voltaire (1757), que, ao escrever sobre as gazetas, observou que “tais jornais foram estabelecidas na China em tempos imemoriais”. A ele se alinham outros, como Peucer, conforme observado anteriormente.

Mitchell Stephens (1993, p. 37), embora aponte a origem dos jornais no século XV, não hesita em apontar que até mesmo culturas não alfabetizadas, visitadas por antropólogos e etnógrafos, têm grande apetite por ouvir as últimas novidades – o que, para ele, reflete um aspecto da herança genética humana, que é a curiosidade pela vida dos outros. A maior parte das notícias das sociedades antigas era difundida de forma oral, sendo, portanto, impossíveis de recuperar por parte de um pesquisador contemporâneo. Dos tempos mais

antigos, os registros que chegam à contemporaneidade são aqueles talhados, literalmente, em meios duráveis, como pedra e argila. Esses meios são francamente desfavoráveis à divulgação daquele tipo de notícia que despertaria naturalmente o interesse da comunidade. De fato, “as notícias correm velozes, e a escrita demora. Leva tempo formar palavras no barro macio. Numa aldeia ou pequena cidade, a maior parte dos acontecimentos será discutida muito tempo antes de ser registrada” (STEPHENS, 1993, p. 122).

Assim, são relativamente comuns os registros de atividades oficiais dos reinos antigos, necessários à administração pública e à observância da lei. Arqueólogos também encontram com alguma frequência registros comerciais, mas raramente deparam-se com apontamentos sobre fatos da vida comum. Um desses casos infrequentes é um conjunto de tabuletas mesopotâmicas encontradas em 1925 em Tepe Yorghan, cidade do atual Iraque que corresponde à antiga Nuzu, habitada pelo povo hurrita. Nelas, é descrita uma revolta da população contra o dirigente da cidade, Kushibarbe, acusado de roubo, extorsão e adultério. A finalidade real destas tabuletas, datadas, aproximadamente, de 1.500 antes de Cristo, não é certa. Stephens (1993, p. 121–122) observa que, embora elas pudessem ter servido como meio para um viajante tomar ciência do que havia ocorrido em Nuzu, elas dificilmente seriam de utilidade para qualquer habitante local, dado que a informação certamente teria se difundido rapidamente nas conversas entre a população. Seu registro teria ocorrido, provavelmente, como parte do rito judicial dos hurritas, e serve como uma amostra da vida comum na cidade. A preservação da história de Kushibarbe serviria, então, de advertência para que futuros administradores não adotassem condutas semelhantes. Poderia, também, representar algum tipo de repreensão ligada à dominação de um grupo étnico sobre outro, já que o nome Kushibarbe indicaria que o prefeito não era hurrita, mas cassita (PATERSON, 1945, p. 110). Ou seja, era proveniente de um grupo étnico concorrente, proveniente de uma região vizinha.

Há nas descrições deste *impeachment* do mundo antigo algo que evoca o jornalismo contemporâneo, porque ele apela àquele apetite pelas novidades a que se referiu Stephens. Caminhando em sentido semelhante, mas buscando explicar o desenvolvimento da ideia de jornalismo, Jorge Pedro Sousa

simplifica o conceito de jornalismo de forma a abarcar o que ele chama de formas “pré-jornalísticas”.

Na sua essência, o jornalismo é uma representação discursiva de factos e ideias da vida do homem, construída para se contar ou mostrar a outrem. Por outras palavras, o jornalismo é uma representação discursiva da vida humana na sua diversidade de vivências e ideias. Assim, pode dizer-se que o jornalismo vai buscar a sua origem mais remota aos tempos imemoriais em que os seres humanos começaram a transmitir informações e novidades e a contar histórias, quer por uma questão de necessidade (nenhuma sociedade, mesmo as mais primitivas, conseguiu sobreviver sem informação), quer por entretenimento, quer ainda para preservação da sua memória para gerações futuras (o que, simbolicamente, assegura a imortalidade). (SOUSA, 2008, p. 5)

As asserções do autor português levam a uma noção de jornalismo que transcende o meio pelo qual este é propagado. Diversos suportes precederam o papel e a tinta na difusão de informações entre as pessoas, por meio de letras ou símbolos. Muitas delas não caberiam na definição de registro histórico, por não descreverem eventos de porte, mas aspectos da vida cotidiana – não se encaixando, portanto, na categoria de registro historiográfico, que é frequentemente a gaveta metafórica onde os defensores do jornalismo tardio tentam encaixar as manifestações jornalísticas mais antigas:

Se nem todas as antigas inscrições puderam ser completamente decifradas, velando-se no esquecimento notícias votadas à comemoração, muitas delas são vulgares páginas de gazetas aos olhos dos arqueólogos. Nos chamados Mármore de Paros, achados e trazidos à Inglaterra pelo conde de Arundel, hoje na Universidade de Oxford, acompanhavam-se os fastos gregos desde a fundação de Atenas até 354 antes de Cristo. De anais mais veneráveis, a Pedra de Palermo, consta a crônica dos reis do Egito, assim das coleções dos nossos jornais a dos governos hodiernos. Evidentemente nem a esses nem a outros monumentos epigráficos, ou aos paleográficos, cabe a qualificação de jornal, ainda no sentido da singela e ingênua informação. Menos cabe a de história, em cujo espírito interpretativo e crítico a narração por si nada exprime. Com exceção de poucas resenhas ordenadas, a generalidade dos documentos arqueológicos contém episódios avulsos e casos circunstanciais. Em nenhum capítulo da história, mas em qualquer coluna de jornal, entrariam, por exemplo, as vinte curas milagrosas gravadas nas estelas do oráculo de Esculápio, em Epidauro, entre elas a de um pobre diabo que engolia sanguessugas por artes da sogra e a de um tufão a quem o deus fizera nascer cabelos esfregando-lhe a calva com certo unguento. (RIZZINI, 1977, p. 4)

De fato, embora seja claro que esses elementos – estelas, mármore, colunas – possam ser consideradas fontes históricas, elas não podem ser confundidas com uma produção voltada ao registro histórico. Há outras produções, como a clássica História da Guerra do Peloponeso, de Tucídides, ou as Histórias de Heródoto, que foram criadas com o propósito definido de registrar eventos para a posteridade. A validade daqueles primeiros elementos para a pesquisa histórica está justamente no que revelam sobre o dia a dia, e não sobre os grandes eventos da história dita “dos acontecimentos”, como sugere Marc Bloch (2002, p. 78):

Até nos testemunhos mais resolutamente voluntários, o que os textos nos dizem expressamente deixou hoje em dia de ser o objeto predileto de nossa atenção. Apegamo-nos geralmente com muito mais ardor ao que ele nos deixa entender, sem haver pretendido dizê-lo. Em Saint-Simon, o que descobrimos de mais instrutivo? Suas informações, frequentemente inventadas, sobre os acontecimentos do reino? Ou a espantosa luz que as Memórias nos lançam sobre a mentalidade de um grande senhor, na corte do Rei-Sol? Entre as vidas dos santos da alta Idade Média, pelo menos três quartos são incapazes de nos ensinar qualquer coisa de concreto sobre os piedosos personagens cujo destino pretendem [nos] retrair. Interroguemolas, ao contrário, sobre as maneiras de viver ou de pensar particulares às épocas em que foram escritas, todas as coisas que o hagiógrafo não tinha o menor desejo de nos expor. Vamos achá-las de um valor inestimável.

É esse o espírito de época que se encontra nas produções jornalísticas. E que, como se verá, já habitava o fenômeno jornalístico muitos séculos antes das rotativas e mesmo da invenção da prensa de tipos móveis.

1.2 O desconforto de um caminho errado

Enquanto caminhava pelo bosque, Alice, a personagem de Lewis Carrol, deparou-se com o sorridente gato de Chesire, sentado sobre um galho de árvore. Desorientada, a menina resolveu pedir informações ao felino:

“Poderia me dizer, por favor, que caminho devo tomar para ir embora daqui?”

“Depende bastante de para onde quer ir”, respondeu o Gato.

“Não me importa muito para onde”, disse Alice.

“Então não importa que caminho tome”, disse o Gato. (CARROL, 2010, p. 48)

O enigmático gato informa as consequências de uma escolha: cada caminho levará a um percurso diferente e, por consequência, a um destino

diferente. No caso do percurso histórico-metodológico dos estudos sobre o jornalismo, o raciocínio é semelhante. Uma parte significativa dos apuros em que a pesquisa sobre a área se colocou nas últimas décadas, instigada por mudanças tecnológicas que alteraram a face reconhecível do jornalismo conforme este era feito nos últimos 200 anos, decorre da preferência por estudar as manifestações mais recentes da atividade. Com isso, incorre-se no erro de um botânico que, ao analisar as fraquezas das folhas de uma planta, ignora a existência de suas raízes. O caminho escolhido o leva a um beco sem saída.

Nestas primeiras décadas do século XXI, o jornalismo vive uma crise. Ainda é costume chamar os veículos que publicam notícias de “a imprensa”, e os representantes mais poderosos dessa linhagem são apelidados de “a grande imprensa” – um apodo raramente positivo. Essa imprensa parece estar se evaporando. Desde o início da década de 2010, pelo menos 11 jornais diários de relevância regional ou nacional deixaram de circular no Brasil. O “Jornal do Comércio” do Rio de Janeiro, decano deles, circulou por 189 anos antes de fechar as portas, em 2016, junto com seu coirmão, o “Diário Mercantil”. No mesmo ano deixaram de ser impressos o “Jornal da Paraíba”, de João Pessoa, e o “Diário de Uberlândia”. O “Diário do Comércio de São Paulo”, publicado pela Associação Comercial local, durou 90 anos, de 1924 a 2014. O “Jornal da Tarde”, celebrado pela sua qualidade gráfica e pelas pautas inovadoras, deixou de circular em 2012. Em 2017, a “Gazeta do Povo”, de Curitiba, deixou de ter edição impressa diária – restou apenas o portal, com a ênfase *mobile first*, e uma edição impressa semanal (ESTARQUE, 2017). O número de assinaturas digitais vem crescendo, enquanto que a audiência do impresso vai caindo (ESTARQUE, 2016) – isso, é claro, quando ainda existe uma edição impressa, pois há cada vez menos veículos impressos nisso que se costuma denominar imprensa.

Eis aí uma fonte clara do desconforto que afeta a atividade jornalística e a pesquisa que se faz acerca dela. Conforme lembra Sousa, todo o sistema jornalístico está assentado sobre a ideia da imprensa – ainda que, conforme se argumenta aqui, o jornalismo preceda Gutenberg:

A etimologia da palavra jornalismo apela, inclusivamente, para a ideia de jornal. A imprensa foi-se abrindo, ao longo dos tempos, ao

fotojornalismo, à infografia e ao design. À imprensa vieram juntar-se, como suportes jornalísticos, a rádio, a televisão e, mais recentemente, a Internet. A aparição de novos suportes foi provocando a transformação dos meios e suportes precedentes e a sua evolução conjunta, em interacção. Esse desenvolvimento conjunto dos meios, em interacção constante uns sobre os outros, agudizou-se, com a recente convergência mediática electrónica para a Internet. Os modos de produção, difusão e apropriação da informação foram-se, também, modificando, embora, na sua essência, o jornalismo continue a definir-se pela produção de informação por jornalistas. Assim, pode dizer-se que *o ecossistema jornalístico se formou por fenómenos de acumulação, interacção e adaptação*. (SOUSA, 2008, p. 258, grifos do autor)

Tendo como ponto de partida a produção impressa dos diários, o jornalismo passou a agregar outros processos ao seu modo de produção, por influência da tecnologia disponível. Mediante a interacção, a acumulação e a adaptação, esse jornalismo foi-se transformando em algo que nem sempre irá lembrar imediatamente aquele marco originário. Ana Lúcia M. da Silva *et. al.* (2015, p. 58) observam que,

se a ideia de enxergar a singularidade do jornalismo a partir de suas práticas e do seu objeto empírico já era frágil antes da incorporação inevitável da tecnologia digital na rotina jornalística, agora reina o desconforto, pois tudo foi colocado no caldeirão da complexidade contemporânea.

O fato evidente de que o jornalismo está se transformando, sendo forçado a abrir suas estruturas sistêmicas, parece escancarar um cenário até então encoberto: a necessidade de se buscar uma essência do jornalismo que transcenda a materialidade da notícia e das práticas consolidadas na literatura e nos manuais de jornalismo – sem, no entanto, desconsiderar a importância de ambos.

E, mais adiante:

As transformações que a emergência das novas tecnologias trouxe colocam em xeque não só uma teoria do jornalismo fechada na mídia hegemônica, mas também a definição do que é a comunicação. Todo e qualquer conceito é inscrito no tempo e no espaço. Uma ciência estática não faz outra coisa a não ser afastar-se de seu objeto. (SILVA *et al.*, 2015, p. 59)

Essas inquietações levaram o jornalismo ao atual estágio, que pode ser classificado como uma crise de identidade, nos termos usados por Stuart Hall em seu estudo sobre a identidade cultural na pós-modernidade: um processo de deslocamento das estruturas e processos centrais das sociedades modernas, cujo resultado é um estremecimento nas referências que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social (HALL, 2002, p. 7). Nas

palavras de Hall (2002, p. 9), mudanças estruturais ocorridas já em fins do século XX vêm “fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais”.

Não seria estranho acrescentar a esse conjunto de “paisagens culturais” a identidade profissional do jornalista. Este está entre os trabalhadores mais afetados pelas mudanças, pelo fato de que elas resultam em uma transformação no seu produto e, por consequência, na sua forma de trabalho. Ao tratar das formas de organização econômica da contemporaneidade, Michael Hardt e Antonio Negri (2001, p. 311) observam que estas se caracterizam frequentemente pelo “trabalho imaterial – ou seja, trabalho que produz um bem imaterial, como serviço, produto cultural, conhecimento ou comunicação”¹⁷. O trabalho do jornalista coincide essencialmente com essa definição, principalmente no ambiente contemporâneo, no qual as empresas de comunicação costumam definir a si mesmas, primordialmente, como fornecedoras da informação.¹⁸ Desta forma, pode-se entender que essas

¹⁷ Hardt e Negri (2001, p. 301-302) partem do pressuposto de que, desde a Idade Média, a humanidade tem visto três paradigmas econômicos se sucederem, cada um deles caracterizado pela predominância de um tipo de atividade. O paradigma mais antigo é o da agricultura e a extração de matérias primas. O segundo foi dominado pela indústria, com destaque para a fabricação de bens duráveis. O terceiro e mais recente paradigma é o da oferta de serviços e manuseio de informações. Assim, a ideia de modernização econômica se dá na passagem do primeiro paradigma para o segundo – uma ponte que o Brasil, por exemplo, veio a cruzar somente na segunda metade do século XX. Nessa mudança, a agricultura não desaparece, mas é reorganizada, para atender às necessidades de uma sociedade industrial. “A agricultura modernizada tornou-se indústria”, escrevem (HARDT; NEGRI, 2001, p. 305). A passagem do segundo paradigma para o terceiro é denominado pelos autores como “pós-modernização” ou, mais apropriadamente, “informatização”. Esta travessia tende a alterar inclusive a estrutura da produção industrial, modelando o relacionamento entre os serviços e a atividade fabril.

¹⁸ É o caso, por exemplo, do Grupo Folha, detentor do diário Folha de S. Paulo e do portal Universo On Line, entre outros meios. Em seu *website*, o grupo assinala como sua missão “Produzir informação e análise jornalísticas com credibilidade, transparência, qualidade e agilidade, baseadas nos princípios editoriais do Grupo Folha (independência, espírito crítico, pluralismo e apartidarismo), por meio de um moderno e rentável conglomerado de empresas de comunicação, que contribua para o aprimoramento da democracia e para a conscientização da cidadania” (FOLHA DE S. PAULO, s/d). “Informação” e “análise” são, portanto, as mercadorias que o grupo empresarial se compromete a ofertar à sociedade e aos seus clientes. De forma semelhante, o grupo Globo define sua visão em termos ainda mais genéricos: “Queremos ser o ambiente onde todos se encontram. E encontram informação, diversão e cultura, instrumentos essenciais para uma sociedade que busca a felicidade de todos e de cada um”. Já a missão do grupo é “Criar, produzir e distribuir conteúdos de qualidade que informem, divirtam, contribuam para a educação e permitam aos indivíduos e comunidades construir relações que tornem a vida melhor” (GRUPO GLOBO, s/d).

empresas de comunicação são como que uma ponta de lança dessa nova forma de trabalho na sociedade.

Assim, o jornalismo parece estar sendo afetado por uma transição de épocas, na qual sua identidade torna-se cada vez mais fluida: “algo semelhante a um ‘tornar-se’, em vez de um ser” (DEUZE; WITSCHGE, 2016, p. 8). Isso porque o foco da atividade jornalística deixou de ser o produto – que, na era clássica do jornalismo do século XX esteve primariamente ligado à produção feita por jornalistas dentro de empresas especializadas, que constituíam seu ambiente principal de trabalho – e passa ao jornalista e ao seu modo de trabalhar (ao seu trabalho imaterial, à maneira de Hardt e Negri). Assim, o jornalismo articula-se como uma cultura ou uma ideologia ocupacional capaz de ser resumida em cinco itens, os quais serviriam para dar unidade à profissão e defendê-la contra ameaças:

Jornalistas tenderiam a espelhar-se uns nos outros nessas normas típico-ideais, vendo a si próprios como (a) fornecedores de um serviço público; (b) imparciais, neutros, objetivos, justos e críveis; (c) trabalhadores autônomos, livres e independentes; (d) comprometidos com uma lógica operacional do imediatismo, da realidade e da velocidade (proeminente no conceito de furo noticioso); e (e) com um senso de ética, validade e legitimidade. (DEUZE; WITSCHGE, 2015, p. 4)

Em consequência dessa cultura e ideologia comuns, a representação dos jornalistas na sociedade – que é, de fato, produzida pelos próprios jornalistas por meio de expressões autorreferenciadas, como biografias, memórias e hagiografias (DEUZE; WITSCHGE, 2015, p. 5) – tende a se manter a mesma, ainda que suas condições de atuação mudem rapidamente. Essa estabilidade do exercício profissional do jornalismo é, frequentemente, compreendida como um componente importante para as relações entre as instituições, uma forma de mediação que toma formas de uma argamassa que dá solidez à sociedade (DEUZE, 2008, p. 850).

A pretensão parece fora de contexto, fruto de outra época:

Considerando a tendência entre os trabalhadores na notícia de reiterar e produzir valores antigos, ao mesmo tempo em que surfam as ondas de mudança permanente, amplificada pelas atitudes e comportamentos da elite financeira e política global, o jornalismo justifica uma modernidade que parece perturbadora, na melhor das

hipóteses, e fora da realidade cotidiana da maior parte de seus habitantes, na pior. (DEUZE, 2008, p. 850)¹⁹

Deuze recorre ao conceito de modernidade líquida de Zygmunt Bauman²⁰ para explicar a situação do jornalismo destes primeiros anos do século XXI, definidos pela “permanente impermanência” da indústria da comunicação (DEUZE; WITSCHGE, 2016, p. 8), resultando em um “jornalismo líquido”, em que a participação da audiência e os diversos contextos de consumo e reuso das mensagens mudam a maneira como a comunicação é percebida (DEUZE, 2008). Esse modelo desafia diretamente o paradigma do alto modernismo de Hallin (1992) – o que, de fato, não deve surpreender, dado que se tratava de “um breve período baseado em condições históricas muito específicas, que estão agora desaparecendo” (HALLIN, 2006).²¹ Essas condições históricas eram definidas pelas condições políticas e econômicas da indústria da mídia, o alto nível de consenso na política americana do período, a confiança pública nas autoridades (condição que imperou nos Estados Unidos especialmente entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o início da década de 1970), e a universalidade da audiência, servida por um número restrito de jornais de alcance local e por emissoras de tevê e rádio. Tratava-se, portanto, de um modelo baseado nos princípios da comunicação de massa, em que mecanismos de *broadcast* conduziam a um sem-número de destinatários uma série de mensagens produzidas de forma centralizada por empresas especializadas.

Embora de curta duração e bastante localizadas – são bastante diferentes, por exemplo, do ambiente em que se encontrava a imprensa brasileira nesse mesmo período –, essas condições influenciaram a forma como o jornalismo era visto mundo afora. E a decadência dessas condições

¹⁹ “Considering the tendency among news workers to reiterate and reproduce age-old news values, while at the same time surfing on the waves of permanent change amplified by the attitudes and behaviors of the global financial and political elite, journalism makes sense of a modernity that seems unsettling at best, and out of touch with the everyday lives of most of its inhabitants at worst.” (Tradução nossa)

²⁰ De acordo com Bauman (2007, p. 7), “líquido-moderna é uma sociedade em que as condições sob as quais seus membros agem mudam num tempo mais curto do que aquele necessário para a consolidação, em hábitos e rotinas, das formas de agir”. A percepção desta constante mudança social e tecnológica é, então, condição para o entendimento desta sociedade.

²¹ “A brief episode based on very specific historical conditions which are now passing away.” (Tradução nossa)

explica o encerramento desse período, com alguns agravantes: os escândalos ocorridos no início dos anos 2000 (como o de Jason Blair, que inventou reportagens publicadas no “The New York Times”), o partidarismo da mídia (Hallin o classifica como uma força reemergente na mídia americana, que desde a década de 1990 tensiona a unidade e a identidade do jornalismo) e o neoliberalismo, que tende a tratar de forma cínica a ideia geral de interesse público e também qualquer afirmação sobre valores que não possam ser reduzidos a escolhas de mercado (HALLIN, 2006).

Desfeitas as certezas da Era de Ouro, resta um jornalismo com referências que se perdem no ar:

Mutações fazem parte da própria história do Jornalismo, posto que prática sociocomunicacional. O mesmo se aplica à notícia, entendida como a narrativa de acontecimentos sociais. Mutável como o próprio Jornalismo, a notícia se adaptou aos suportes e deles fez distintos meios de expressão. Mudou junto com os modos de produção, com a cultura profissional e com as organizações jornalísticas. No processo, passou por diferentes etapas; mudou em forma, gêneros e critérios de relevância e se adaptou tanto às opções tecnológicas dos diferentes períodos quanto às diversas configurações socioculturais. Nos diferentes períodos, os preceitos do campo se modificaram. Enquanto prática social, novos conceitos de notícia emergiram. (RUBLESKI; SILVA, 2012, p. 128)

Ou seja: analisado de perto, o Jornalismo é muito mais mutável e adaptativo do que se poderia supor a partir da autoimagem construída nos últimos 100 ou 200 anos. Em uma apropriação talvez um pouco radical dessa constatação, pode-se dizer que, a cada atualização dos veículos (a cada nova edição ou publicação de matéria em veículos digitais), uma nova definição de jornalismo está sendo gestada, com mudanças infinitesimais em relação às que a precederam. Assim, a aceleração da produção noticiosa das antiquíssimas gazetas semanais, escritas à mão, para os jornais diários e destes para os telejornais, boletins das rádios *all-news* e blogs noticiosos é fator essencial para o derretimento das referências sobre o que é o jornalismo. Portanto, definir o jornalismo em termos objetivos tende a ser tarefa impossível. A cada vez que tal definição for retomada, o objeto a definir estará diferente, como ocorre com o livro de areia do conto fantástico de Jorge Luis Borges (2008, p. 100–105), no qual as páginas estão dispostas em ordem aleatória e não podem ser contadas, pois são tão numerosas quanto os grãos de areia em uma praia.

Boa parte das dificuldades teóricas do jornalismo está ligada, de uma forma ou outra, a esse obstáculo. Ao analisar as diferentes abordagens adotadas por jornalistas, professores e pesquisadores da área, Barbie Zelizer chega à conclusão de que a pesquisa reage à dificuldade de sistematização dilacerando seu objeto de análise em partes e olhando para cada uma com lentes diferenciadas:

O jornalismo tem sido abordado em bolsões, cada um dos quais isola certos aspectos do fenômeno: essa compartimentalização tem trabalhado contra um esclarecimento do que o jornalismo é, por examinar os trabalhos parciais do jornalismo, em vez de seu conjunto. O resultado tem sido uma área de estudo do jornalismo em guerra consigo mesma, com professores de jornalismo separados dos pesquisadores acadêmicos de jornalismo, com estudiosos de jornalismo da área de humanidades separados dos estudiosos formados em ciências sociais, e uma série de esforços acadêmicos independentes se configurando em uma variedade de disciplinas, sem o conhecimento compartilhado que é crucial para pesquisa acadêmica. Paralelamente a esses esforços, os jornalistas resistem há muito tempo às tentativas de examinar microscopicamente seu ambiente de trabalho. (ZELIZER, 2014, p. 19)

Essa forma de encarar o jornalismo tem desaguado, de acordo com a autora americana, em particularizações que não encontram explicação nem na prática profissional nem na sistematização proporcionada pela pesquisa. Diante da dificuldade de criar uma teoria capaz de abarcar toda a diversidade temática que o jornalismo exhibe, os estudiosos dedicaram-se a defini-lo a partir das especificidades do *hard news* e de questões mais próximas à cobertura política ou econômica. “Em outras palavras, o mundo acadêmico incidiu em alguns pontos focais do pensamento sobre o jornalismo, que não levam em conta o vasto mundo do que o jornalismo é” (ZELIZER, 2014, p. 20). No dia a dia dos profissionais da área, essas pressões são concretizadas na discussão sobre temas que são “mais jornalísticos” que outros. Embora, por exemplo, a cobertura de esportes seja parte integrante de quase todos os produtos que são entendidos como jornalísticos, ela não se enquadra, necessariamente, nas definições que se costuma dar à atividade. Por esse ponto de vista, a cobertura de uma eleição geral seria “mais jornalística” do que a jornada esportiva, porque está mais alinhada com o conceito de *hard news* e com a ideia de que o jornalismo deve ser o defensor da democracia e do direito.

Desorientado, o jornalismo do século XXI repete o questionamento feito por Michael Schudson (2002, p. 481): “Livros são publicados no éter, matérias surgem primeiro *on-line*, jovens que não sabem a diferença entre um editorial e uma reportagem surfam a *web* como *experts*. É esse o fim da trajetória de centenas de anos do jornalismo na história humana?”²² Equivale dizer: as mudanças ocorridas em termos de suportes físicos para o jornalismo e a perda de referências que resultou delas significam que o jornalismo em si está morto? A resposta do autor americano segue em outro sentido – trata-se, na verdade, de um momento propício para avaliar o papel da imprensa na história recente. Essa reavaliação vem sendo feita com diferentes vieses e resultados que variam conforme as posições assumidas pelos pesquisadores:

Em parte porque a pesquisa em jornalismo é ligada à defesa de ideais particulares de jornalismo, tem havido uma tendência entre os pesquisadores de interpretar as mudanças em uma maneira muito normativa, articulando-a mais como uma ameaça do que como uma oportunidade. As interpretações também tendem a exagerar a magnitude da mudança, em vez de descartá-la. (KOLJONEN, 2013, p. 141)²³

A pesquisa, que ignorou o viés partidário e múltiplo que o jornalismo assumiu ao longo de sua história, vê-se assombrada e incapaz de compreender os desenvolvimentos recentes da atividade. Ela nega, na verdade, a diversidade do jornalismo, a riqueza que o fez evoluir dos apensos curiosos publicados pelos editores no rodapé das notícias do senado romano às cartas da Idade Média, às gazetas renascentistas, aos publicistas do início da era moderna. O jornalismo está – sempre esteve – nas pequenas e nas grandes notícias, no imaginário que excita a curiosidade e faz com que alguém concorde em pagar para consumir uma informação.

1.3 Quem faz e o que é

Conforme Josh Stearns (2013), a imagem do jornalista profissional consolidou-se no início do século XX. Essa imagem era a de um indivíduo

²² “Books are published in the ether, stories break on-line, young people who don't know the difference between an editorial and a news story expertly surf the Web. Is this the end of the several hundred year run of journalism in human history?” (tradução nossa)

²³ “Partly because journalism research is linked to the defence of particular ideals of journalism, there has been a tendency for journalism researchers to interpret change in a very normative manner, articulating it as a threat rather than an opportunity. Interpretations also tend to exaggerate rather than dismiss the magnitude of change.” (Tradução nossa)

engajado em uma organização jornalística, que tinha como característica a disseminação periódica de informações, sob formas reconhecidas: impressas sobre papel, narradas pelo rádio, apresentada nas imagens animadas de telejornais ou cinejornais.

Além disso, essa atuação tinha uma arena conhecida, a redação, centro nevrálgico das decisões nas empresas jornalísticas e local de trabalho do jornalista (DEUZE; WITSCHGE, 2015, p. 9). Essa superioridade da redação foi sacramentada até mesmo pela cultura popular – não é por outra razão que super-heróis como o Super-Homem e o Homem Aranha trabalhavam em empresas jornalísticas; na mitologia criada sobre o trabalho jornalístico, era para as redações que afluía toda informação, concedendo aos paladinos da justiça acesso a informação sobre quaisquer situações que demandassem sua intervenção em qualquer lugar do mundo. Essas manifestações populares ajudaram a construir a cultura ocupacional do jornalista e, juntamente com relatos reais de reportagens, contribuíram para a formação das “hagiografias” mencionadas por Deuze e Witschge, citadas anteriormente.

Essa autoimagem propagada pelos jornalistas, entretanto, era desafiada de tempos em tempos pela ação essencial de não jornalistas que, por se colocarem em um ponto de observação privilegiado, tornam-se testemunhas oculares da história. Os casos da metragem filmada por Abraham Zapruder em 1963, mostrando o assassinato de John Kennedy, e o vídeo feito por George Holliday em 1991, revelando o espancamento do motorista de táxi negro Rodney King por um grupo de policiais – ambos considerados antecedentes da linha conhecida por *citizen journalism* (ALLAN, 2013, p. 84) –, podem ser citados entre esses momentos em que pessoas “comuns” (ou seja, indivíduos que não eram profissionais da imprensa) atuaram de forma a tornar públicas informações que podem ser classificadas como fatos noticiosos.

Mais recentemente, essa imagem foi atacada em seus fundamentos pela ascensão da tecnologia digital e pelo poder democratizador da internet (STEARNS, 2013, p. 2). Fabio Malini e Henrique Antoun (2013, p. 22) situam no ativismo social das décadas de 60 e 70 do século XX a origem dos movimentos gêmeos da mídia livre, o midialivrismo de massa e o midialivrismo ciberativista.

Ambos reivindicam uma outra economia política dos meios, em que a propriedade dos meios deve ser comum, isto é, que a cooperação na produção social de conteúdos midiáticos seja regida por uma estrutura decisória coletiva da sociedade civil e por um direito de autor que permita que os conteúdos circulem livremente pela sociedade, e não apenas se torne uma máquina arrecadadora de patentes. (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 22)

Na mesma linha, Ivana Bentes (2015, p. 11) aponta que o modelo industrial (“fordista”, na nomenclatura usada pela autora) é ferido com mais intensidade pelo surgimento e crescimento das redes sociais, um fenômeno já do início do século XXI. Para ela, o modelo fordista “perde a centralidade com a disseminação das redes sociais, plataformas, dispositivos de publicação e difusão de conteúdos”, em um processo que está em pleno andamento:

Essa proliferação e disseminação pós-mídias de massa já está acontecendo e criando uma nova ecologia “midialivrista”, uma quantidade enorme de coletivos, redes, grupos e também “perfis”. Pessoas que individualmente começam a se ver e assumir como produtores relevantes de conteúdos. Essa percepção de que a mídia somos nós, esse conjunto de singularidades que podemos acessar, com quem podemos interagir e trocar realmente, é uma mutação antropológica. (BENTES, 2015, p. 12)

Dan Gillmor (2005, p. 15) observa que, como resultado desses processos, “a linha divisória entre produtores e consumidores vai esbater-se, provocando alterações, que só agora começamos a antever, nos papéis de cada um dos grupos”. Ao mesmo tempo, instituições que não carregavam em si a tradição jornalística passam a adotar procedimentos e rigores típicos da reportagem em suas ações, conforme defende o mesmo autor, em artigo mais recente:

Em 2009, eu sugeri que algumas organizações de defesa de direitos estavam criando ‘quase-jornalismo’ – fazendo relatos profundos e valorosos em assuntos importantes, como liberdades civis, direitos humanos e outros. Poderiam fazer ainda melhor, eu disse, se aplicassem princípios jornalísticos básicos, porque eles [os relatos] teriam ainda mais credibilidade.

Um dirigente de uma grande ONG entrou em contato comigo pouco tempo depois que o artigo foi veiculado. Nós tivemos várias longas conversas sobre como os pesquisadores e criadores de mídia da organização poderiam adotar esses princípios. Nós inclusive discutimos fazer de mim um “coach de jornalismo” lá, mas cortes de orçamento afastaram aquela ideia.

Outros no mundo do jornalismo reconheceram a tendência de organizações como jornalistas; um relatório influente da Universidade de Columbia, que tinha meu colega Len Downie como coautor, citou a Human Rights Watch como uma organização que envolve cidadãos no processo do jornalismo. E, algumas semanas atrás, eu publiquei

uma atualização sobre as organizações, na revista 'Slate'. Passados cinco anos, eu disse, é tempo de remover o 'quase' do meme do 'quase-jornalismo'. Eles não estão todos fazendo jornalismo, que fique claro. Mas não é hora de reconhecer o jornalismo, onde quer que seja feito e por quem quer que seja feito?²⁴ (GILLMOR, 2014)

Talvez como consequência de todas essas novidades, a aura de centro de inteligência construída em torno das redações também vem se apagando. Deuze e Witschge (2015, p. 9) observam que, nessa época de jornalismo pós-industrial, “grande parte da coleta, edição e empacotamento das notícias ocorre em outro lugar, fora da sala de redação e em organizações que virtualizam o seu fluxo de trabalho, delegando atividades para repórteres e correspondentes que estão na rua”. E muitos dos profissionais envolvidos nesse processo – na redação ou fora dela – não são exatamente jornalistas na acepção que se dava ao termo no século passado, mas curadores de conteúdo, gestores de redes sociais, editores de áudio e vídeo, frutos de um jornalismo convergente. Os mesmos autores, em outro artigo, escrevem que as definições de jornalismo e de jornalista podem ser entendidas “tanto em termos ideológicos quanto praxeológicos e não são mais dependentes do trabalho realizado dentro de instituições” (DEUZE; WITSCHGE, 2016, p. 10). Nessa atual conformação, torna-se importante redefinir alguns conceitos, inclusive para estender a todas as manifestações jornalísticas as proteções legais de que desfruta a imprensa tradicional. Na visão de Stearns (2013, p. 8), ao tornar demasiado restrita a definição de quem é jornalista, corre-se o risco de excluir, por exemplo, o jornalismo cidadão, os jornalistas independentes e *sites* de denúncia. O resultado disso seria um prejuízo à oferta de informação para o público. Entre acadêmicos, parlamentares e magistrados dos Estados Unidos, sedimenta-se a

²⁴ “In 2009, I suggested that some advocacy organizations were creating “almost-journalism” — doing deep and valuable reporting on issues that mattered, such as civil liberties, human rights and more. They could do even better, I said, if they applied basic journalistic principles — because they’d be even more credible.

A senior person at a major NGO contacted me shortly after the piece ran. We had several long conversations about how the organization’s researchers and media creators could adopt these principles. We even discussed making me a part-time “journalism coach” there, but budget cuts scotched that idea.

Others in the journalism world have recognized the advocates-as-journalists trend; an influential Columbia University report, co-authored by my colleague Len Downie, cited Human Rights Watch as an organization that involves citizens in the journalism process. And several weeks ago, I published an update about the advocates, at Slate magazine. Five years on, I said, it’s time to remove the “almost” from the “almost-journalism” meme. They aren’t all doing journalism, to be sure. But isn’t it time to recognize journalism wherever it’s done, by whoever does it?” (tradução nossa)

ideia de que a proteção não deve se limitar a uma categoria profissional previamente identificável – o jornalista –, mas deve se estender a qualquer pessoa cuja atuação inclua “atos de jornalismo” (STEARNS, 2013, p. 2).

Esses atos são de difícil conceituação. A partir de debates recentes entre jornalistas e estudiosos a respeito da proteção legal à atividade jornalística, Stearns elenca três características que, embora não sejam definidoras, apontam caminhos para reconhecer o jornalismo nas diversas elaborações da comunicação humana. Nenhum deles explica totalmente o que seria um ato de jornalismo, mas, aplicados em conjunto, eles podem servir como referência. Em primeiro lugar, de acordo com o autor, o jornalismo é enraizado na ética. Isso significa que a ação do jornalista não se vale da liberdade de opinião que a maioria dos países garante aos cidadãos para obter algum tipo de vantagem pessoal ou corporativa. Em lugar disso, suas atitudes têm como referência um certo conjunto de práticas e de padrões. Suas relações com governo, líderes da política e da iniciativa privada também prezam pela autonomia de ação (STEARNS, 2013, p. 9).

Em segundo lugar, jornalismo tem a ver com comportamento: “se o jornalismo é um ato, talvez nós devamos ser julgados por como agimos”²⁵ (STEARNS, 2013, p. 10) – esses seriam termos “praxeológicos”, para fazer uma relação com Deuze e Witschge, citados anteriormente. Stearns relembra as observações de Steve Myers, ex-editor do website do Poynter Institute, a respeito do cidadão paquistanês Sohaib Athar, que descreveu pela rede social Twitter a operação militar que, como ficaria claro mais tarde, resultou na morte de Osama bin Laden. Myers defende que, em tempos anteriores, o jornalismo poderia ser reconhecido por seu produto final, ao passo que as tecnologias presentes na atualidade permitem reconhecê-lo enquanto é produzido, pelas suas atividades. Assim, Athar atuou como jornalista porque observou algo incomum e relatou isso a outros; respondeu questões de outras pessoas em busca de informação; atuou como um condutor de informações, compartilhando informações à medida que as obtinha; buscou relatos de outras fontes e os compartilhou; trocou informações a fim de descobrir o que estava acontecendo; e teceu análises sobre o evento que acompanhava. Esse, segundo Myers

²⁵ “If journalism is an act, then perhaps we should be judged on how we act” (tradução nossa)

(2011) e também Stearns (2013, p. 10), seria o comportamento esperado em um jornalista em situação semelhante: coleta de informações de fontes múltiplas e plurais, intercâmbio de conhecimento, contextualização.

A terceira e última característica é que o jornalismo é um serviço prestado ao público – o serviço de disseminar informação a um público amplo, de modo que este possa reunir conhecimento e organizar-se. Para Stearns (2013, p. 9), todo ato de jornalismo incorpora elementos dessas três definições parciais, de modo complexo e, muitas vezes, também uma maneira inconsistente. Tal complexidade foi adotada na conceituação que consta de um projeto de lei em discussão no Congresso dos Estados Unidos. De acordo com ela, o jornalismo seria definido por atos que compreendem “coleta, preparo, organização, fotografia, gravação, redação, edição, relato ou publicação de notícias ou informação de eventos de interesse local, nacional ou internacional ou de outros temas de interesse público para disseminação ao público”²⁶.

Incluem-se nessa categoria diversos tipos de iniciativas. Stearns cita como exemplares os casos de uma jovem estudante que filmou com seu celular uma abordagem policial, um urbanista que reúne informações sobre tempestades em uma página na rede social Facebook e um historiador amador que levantou informações inéditas sobre o fundador de sua cidade natal. “Ao redor do país, pessoas estão praticando atos de jornalismo que estão servindo suas comunidades, influenciando o debate nacional e mudando a face do jornalismo”²⁷, escreve Stearns (2013, p. 1).

Essa conformação difere radicalmente do que se entendia há um século, conforme explicitado anteriormente. Mas seriam essas conformações o resultado de uma nova e surpreendente configuração em uma instituição social

²⁶ No original: “The gathering, preparing, collecting, photographing, recording, writing, editing, reporting or publishing of news or information that concerns local, national or international events or other matters of public interest for dissemination to the public” (tradução nossa). O texto citado por Stearns faz parte do Free Flow of Information Act, uma proposta de legislação para garantir proteção federal ao exercício do jornalismo nos Estados Unidos, em especial no que concerne ao sigilo de fontes. Embora existam leis estaduais concedendo esse privilégio legal, não há naquele país norma federal nesse sentido. O texto completo da proposta pode ser encontrado em <https://www.congress.gov/bill/113th-congress/house-bill/1962/related-bills>. Para um melhor entendimento da questão, a Society of Professional Journalists tem uma seção em seu website dedicada ao tema das leis de proteção aos jornalistas (conhecidas em inglês como *shield laws*): <https://www.spj.org/shieldlaw-faq.asp>.

²⁷ “Around the country, people are committing acts of journalism that are serving their communities, influencing national debates and changing the face of journalism.” (tradução nossa)

reconhecida, ou um fenômeno previsível e mesmo esperado? Em que medida havia atos de jornalismo também no passado?

1.4 Contar o que está acontecendo

Torna-se necessário, então, afastar-se da concepção técnica que se estabeleceu nos últimos 100 ou 150 anos e aproximar-se mais das razões e processos que envolvem o jornalismo em suas manifestações históricas. Como ponto de partida, entende-se que o jornalismo tem suas raízes discerníveis mais antigas na Antiguidade e foi influenciado pela retórica de gregos e latinos, mas não só isso: por estar ligado, essencialmente, a qualidades humanas – a curiosidade e o desejo de saber o que acontece com outras pessoas –, ele sempre esteve presente nas formas de contar as novidades. Por isso, não pode ser visto como tendo origem apenas nas civilizações ditas clássicas. É fato, entretanto, que o material histórico disponível sobre gregos e romanos permite ao estudioso contemporâneo uma visão mais ampla dessas civilizações, o que permite chegar a achados mais decisivos. Na confluência desses dois grupos culturais com o Oriente encontra-se o objeto principal do presente estudo, o evangelista Lucas, igualmente ligado à tradição grega e ao mundo judaico, difusor da mensagem cristã para o Império Romano. Para chegar até ele, entretanto, será necessário compreender melhor o fenômeno jornalístico.

Em seu mergulho na história do jornalismo no Ocidente, Jorge Pedro Sousa (2008, p. 258) observou que há evidências de que a intenção noticiosa esteve presente em toda a atividade, desde seus primórdios: “O jornalismo viveu sempre, essencialmente, de notícias”. O mesmo autor aponta que a notícia é

um artefacto linguístico que representa determinados aspectos da realidade, resulta de um processo de construção onde interagem factores de natureza pessoal, social, ideológica, histórica e do meio físico e tecnológico, é difundida por meios jornalísticos e comporta informação com sentido compreensível num determinado momento histórico e num determinado meio sociocultural, embora a atribuição última de sentido dependa do consumidor da notícia. (SOUSA, 2005, p. 75)

A ideia aqui é que a notícia é artefato linguístico por ser construída por seres humanos sobre uma base que é fornecida pelas linguagens que estes

desenvolveram ao longo de sua história: verbal, escrita, imagética, gestual. A notícia surge, então da fricção entre a realidade percebida pelo indivíduo por meio dos seus sentidos (com toda a subjetividade que essa constatação carrega) e a mente que se dedica a caçar essas percepções no ambiente, compreendê-las e rotulá-las com significado. As linguagens servem como base desse processo, por formarem o código por meio do qual a interação humana ocorre, e também traduzem essas apreensões de uma forma que elas sejam apresentáveis a outros indivíduos. Sendo assim, a notícia não tem como espelhar o acontecimento (a realidade objetiva) por uma dupla limitação, proveniente tanto da incapacidade de compreensão humana como da insuficiência dos meios linguísticos para expressar tudo o que se vê ou sente.

Ora, a tecnologia agregou capacidades ao ser humano para melhor apresentar essas representações – ela agregou-lhe extensões, conforme definiu Marshall McLuhan (1979) –, mas o desejo de criá-las independe do quão tecnologicamente avançada é a civilização. Desse modo, conforme observa Luiz Beltrão (1992, p. 34), mesmo o homem primitivo fazia jornalismo à sua forma: “transmitia aos seus semelhantes, à sua tribo, com regularidade e frequência, interpretando-os, os fatos correntes que interessavam à comunidade”. O conteúdo dessas mensagens era relacionado aos eventos cuja utilidade estaria ao alcance do grupo. Os animais abatidos em uma caçada e os confrontos com predadores perigosos seriam acontecimentos dignos de reportar, assim como a aclamação de líderes e a descrição de possíveis guerras. A transmissão era feita mediante as capacidades do grupo, de forma oral ou mediante o uso de outros instrumentos, como sinais de tambores ou expressão corporal. Mediante o uso dessas ferramentas, as pessoas poderiam comemorar os feitos de seus melhores caçadores ou pescadores, evitar lugares frequentados por animais ferozes (ou mesmo reconhecê-los, diferenciando-os de outros), prestar honra às suas autoridades. Nessa pré-história mais remota do jornalismo, é possível reconhecer um padrão extremamente simples de noticiabilidade. Em geral, o ser humano conta com especial interesse e esforço aquelas informações que lhe parecem mais importantes, para si próprio ou para a comunidade onde está inserido. Para o cidadão comum, para quem discussões teóricas não importam, fazer jornalismo é contar o que está acontecendo – isto é, o que é notícia.

Foram formuladas outras definições mais complexas de notícias, mas este parece ser o cerne da questão. A notícia costuma ser um relatório acerca de um acontecimento – um incêndio, um assassinato, o resultado de uma votação – ainda que um relato acerca da posição adotada pelo presidente em relação à paz no Oriente Médio não deixe de ser também uma notícia. As notícias costumam normalmente tratar de eventos recentes, a despeito do fato de qualquer nova informação a respeito de Napoleão ter sido envenenado ou não na ilha de Santa Helena, em 1821, também poder ser tratada como notícia. As notícias são correntemente coletadas para o propósito de divulgação, mas podemos obter notícias simplesmente ao toparmos com o fato de que uma casa no final de nossa rua foi roubada durante a noite passada. (STEPHENS, 1993, p. 30)

É o caso de abrir curtos parênteses para notar que não está sendo feita aqui qualquer defesa da teoria do espelho, tentativa de explicar o funcionamento do jornalismo, de acordo com a qual o trabalho do repórter deve ser visto como o relato de um observador desinteressado, que reflete a realidade tal e qual ela se desenrola, “doa a quem doer” (TRAQUINA, 2005b, p. 146). Essa visão da comunicação está muito mais relacionada com o conceito de objetividade que surgiu a partir do século XIX do que com os elementos de um jornalismo que possa ser entendido como diacrônico, discernível em momentos históricos tão diferentes. Antes das mudanças do século XIX, pouca importância se dava à vida cotidiana da população. Esta, em geral, não era assunto para o jornalismo:

O conceito de notícia dos *penny papers*²⁸ não apenas concebeu a notícia como um produto comercializável, cujos atributos – particularmente a atualidade – como inventou um gênero que reconheceu – e então reforçou – a importância da vida cotidiana. Na literatura, até o século XVIII, as convenções aristocráticas haviam ditado que os aspectos comuns do dia a dia só poderiam merecer tratamento cômico, se alguma vez chegassem a ser mencionados.

²⁸ *Penny press* é o apelido dado aos jornais populares, vendidos ao preço de um centavo (*penny*) nas grandes cidades americanas. Seu surgimento marca a gênese de uma imprensa popular, que estabeleceu o modelo seguido daí em diante pela imprensa no país: jornais baratos, focados na circulação, financiados tanto pela venda avulsa como pela publicidade (esta até então quase ausente). Na época em que apareceram, por volta de 1830, receberam a oposição dos jornais “de qualidade” da época, vendidos a preço mais alto – os diários *six-penny*. Embora faça parte do senso comum a respeito da formação da imprensa americana moderna, o papel da *penny press* não é aceito de forma unânime. John C. Nerone (1987, p. 393) defende que a *penny press* trouxe mudanças importantes, mas recusa aceitar que ela tenha “revolucionado” o conceito de notícia. Para ele, a ascensão da *penny press* tornou-se uma espécie de “mito de origem” para a imprensa americana. Segundo esse autor, ela era mais moderna que seus antecessores, mas estava longe de ser um representante inicial do jornalismo contemporâneo. O debate incitado por Nerone não invalida a ideia de que a teoria do espelho só pode ser válida a partir de um jornalismo mais recente. Pelo contrário, ele demonstra que a pretensão de objetividade que ela carrega deve ser posterior, pelo ponto de vista histórico.

Uma convenção similar parece ter prevalecido no jornalismo – os jornais simplesmente não relatavam a vida das pessoas comuns. (SCHUDSON, 2010, p. 38–39)

O que se propõe aqui é que o consumidor da informação tende a entender a notícia como uma tentativa de relatar os fatos mais relevantes para o ambiente ao qual se reporta. Ele não é observador desinteressado: pode ser apaixonado defensor de um ponto de vista ou de uma causa. Essa não deveria ser uma afirmação estranha ao observador contemporâneo, porque esse partidarismo está presente na (assim chamada) grande imprensa de hoje. Colunistas e editorialistas demonstram seu partidarismo sem que sua condição jornalística seja questionada e, conforme mencionado anteriormente, já na década de 1990 Daniel C. Hallin (1992) observava um ressurgimento do partidarismo no noticiário dos grandes veículos (até então, insuspeitos representantes dos paradigmas da objetividade, tais como o *The New York Times*) e um retorno a um tipo de sensacionalismo repleto de histórias de crimes e até contos sobre fantasmas e discos voadores, presentes em programas de televisão e tabloides. Por trás dessa temática há a percepção de um interesse popular direto, que pode ser traduzido por uma frase pinçada por Hallin de um programa popular de televisão: “Eu tenho de viver no medo até que esse homem seja preso?” (*Idib.*, p. 23)²⁹

Essa preocupação move a busca por notícias, e não é de hoje. Observe-se, por exemplo, o fenômeno da *Acta Urbis*,³⁰ comumente – ainda que não unanimemente – apontada como um antecedente discernível da imprensa

²⁹ “Do I have to live in fear until that man gets caught?” Tradução nossa. Hallin não explicita de qual programa a citação foi retirada, mas o trecho se refere ao fenômeno dos programas vespertinos de cunho policial que proliferaram nos anos 1980 e 1990 na televisão americana, como “*A Current Affair*” (exibido entre 1986 e 1996), “*Hard Copy*” (no ar de 1989 a 1999) e “*Inside Edition*” (que estreou em 1989 e segue sendo produzido e exibido até hoje). São programas que espelham (ou espelhavam) a lógica dos tabloides populares de língua inglesa, tendo sido classificados como “*pseudo-news*” (PEW RESEARCH CENTER, 1998).

³⁰ Neste trabalho, os nomes genéricos *Acta* ou *Acta Urbis* serão usados em referência a um conjunto diverso de documentos, a respeito dos quais, em geral, pouco se conhece. É importante, entretanto, deixar claro que vários documentos mais ou menos da mesma época se sobrepunham e, juntos, desenvolveram-se na direção do protojornalismo. A expressão *Acta* significa “eventos” ou “feitos” e está diretamente ligada à origem de “ato” no português contemporâneo. No período do fim da República e do Império Romano, foram produzidas a *Acta Publica*, *Acta Urbana*, *Acta Rerum Urbanarum*, *Acta Militaria*, *Acta Populi*, conforme a origem ou o alcance dos atos que se pretendia tornar públicos – Mastino (1978, p. 16–17) cita ainda outros títulos, totalizando 17 em latim e outros três em grego. A forma *Acta Diurna* diz respeito à sua periodicidade. Não significa que ela fosse divulgada durante o dia (em oposição a uma “*Acta Nocturna*”, por exemplo), mas que era afixada diariamente.

contemporânea.³¹ Tudo o que se sabe a respeito desses documentos provêm de fontes secundárias, literárias (como os relatos da vida dos Césares, de Suetônio, ou os Anais de Tácito) ou epigráficas (cartas de Cícero e de Plínio, o Velho, entre outras). Não há remanescente deles que tenha chegado à atualidade, com exceção da *Fragmenta Dodwelliana*, trechos publicados por Henry Dodwell em sua *Chronologia Graeco-Romana pro hypothesibus Dion. Halicarnassei*, datada de 1692. Dodwell, por sua vez, obteve os textos do segundo volume dos *Annales* do holandês Stephanus Vinandus Pighius. O consenso dos historiadores, entretanto, aponta os fragmentos de Pighius e Dodwell como uma falsificação. Andrew Lintott (1986) observa que, caso fossem reais, eles resolveriam de uma vez por todas as dúvidas dos historiadores a respeito do conteúdo disposto pelas *Acta*. Mas mesmo Lintott crê que a *Fragmenta Dodwelliana* foi forjada, o que deixa os pesquisadores contemporâneos ainda no escuro em relação àquilo que era exposto nessas experiências protojornalísticas.

De acordo com o que se sabe, as *Acta* eram uma espécie de gazeta não oficial, diária, produzida por uma equipe sustentada pelo poder público e formada por magistrados. Trazia um resumo dos atos das autoridades e algumas informações a respeito das famílias nobres e de acontecimentos importantes da capital (MASTINO, 1978, p. 8).

Inicialmente, relata Rizzini (1977, p. 4–5), os acontecimentos relevantes de Roma eram tornados públicos por meio de textos pendurados em uma tábua branca (em latim, *Album*) na parede da casa do pontífice máximo, chefe dos sacerdotes, no Foro Romano. Coube a Júlio César alterar essa forma de divulgação, ordenando, quando foi eleito cônsul juntamente com Marco Bíbulo, que os atos do Senado e de outras autoridades ganhassem publicidade (SUETÔNIO, 2012, p. 18) – esta é, na verdade, a referência mais antiga às *Acta* que chega aos dias atuais (MASTINO, 1978, p. 21). César não o fez em

³¹ Não se deve ignorar as ressalvas que se costuma fazer em relação ao caráter periodístico desses documentos latinos. Talvez a principal delas seja seu uso para uma defesa intelectual do jornalismo em uma época em que este era visto como atividade literária de segunda classe. Ao invocar uma origem nobre e antiga, o jornalista reivindicava um tratamento igualmente nobre (RISCO, 2015, p. 8–9). Por outro lado, Attilio Mastino (1978, p. 13), ainda que defenda o caráter protojornalístico da *Acta*, observa que a pesquisa a respeito do tema foi contaminada, na Itália do início do século XX, pelas aspirações do fascismo a herdeiro político da grandiosidade do Império Romano. Mastino argumenta que essas ressalvas justificam uma reflexão integral sobre o tema.

nome da transparência ou da democracia: seu objetivo maior era expor os conflitos entre os senadores, até então ocultos daqueles que não participavam das suas reuniões. Por meio desses artifícios, expôs as discussões sobre leis agrárias, forçou líderes adversários a assumirem cargos em outras regiões e enfraqueceu o poder do Senado (ABBOTT, 1901, p. 113), de forma a consolidar seu poder – uma manobra que fez parte das tantas escaramuças que, por fim, permitiram a César pôr fim à República e dar início ao Império.

Aos atos oficiais que eram o objetivo inicial da publicação logo foram acrescentados os registros de nascimentos, mortes, casamentos e divórcios, bem como notícias de guerras, terremotos, incêndios, eclipses, secas em lugares distantes e “prodígios” (HANUSCH, 2012, p. 6). E não ficou por aí:

Possuindo os dois primeiros característicos do jornal – periodicidade e atualidade – cedo atraíram as *Atas* o terceiro – variedade – quando o abelhismo do público foi-lhes abrindo espaço para o noticiário vulgar. Plínio leu nelas o afogamento de um cão no Tibre por não abandonar o corpo do dono. Sêneca deplorava ostentassem as mulheres seus divórcios “nessas folhas linguarudas”. Tramando vinganças, Tibério mandava estampar nos diários tudo o que se dizia contra ele e também o que não se dizia. (RIZZINI, 1977, p. 5)

Entre os temas constantes nas *Acta Urbis*, relacionados por Mastino (1978, p. 33–47) se encontram diversos contados como curiosidades e fatos da crônica da cidade, como o aparecimento de uma fênix (ave mitológica) e a morte de um cocheiro. Assim, a *Acta* rapidamente deixou de ter seu caráter de diário oficial para converter-se em um veículo de toda sorte de informações cotidianas – saciando, assim, aquela sede por informações cotidianas que o ser humano exhibe. Concomitantemente, algumas condições obrigaram a mudanças na forma do documento. Em primeiro lugar, por necessidade das próprias autoridades: magistrados enviados às províncias precisavam manter-se informados sobre o que ocorria na capital. Depois, porque algumas pessoas ausentavam-se por alguns dias (ou simplesmente não tinham condições de deslocar-se ao Foro para saber das últimas novidades). Além disso, a quantidade de tábuas a serem dispostas na parede alva do Foro crescia pelo acréscimo de conteúdos. Tudo isso levou os cidadãos a demandar cópias particulares. Surgia, assim, um comércio de cópias da *Acta* – e há estudiosos a

alegar que estes copistas acrescentavam informações sobre o noticiário vulgar, de modo a ampliar-lhe os ganhos (RIZZINI, *Op. cit.*, p. 5).³²

Se, conforme prega Sousa (2008, p. 3), a gênese do jornalismo ocorreu na Antiguidade Clássica e o que ocorreu na Idade Moderna foi uma retomada, faz sentido pensar que a ênfase na descrição dos acontecimentos que interessam ao leitor – não importando a temática, da política ao esporte³³ – é herdada pelo jornalismo contemporâneo diretamente de seus ancestrais.

1.5 Histórias humanas, guerras, realeza, crimes e seus julgamentos

“Histórias são poderosas”, sentenciam Elizabeth Bird e Robert Dardenne (2009, p. 214). Em seu estudo sobre o papel do mito e o *storytelling* na estrutura do jornalismo, esses autores observam que as reportagens bem sucedidas são, com frequência, aquelas que apelam a estruturas que ecoam os valores professados pelas comunidades a que se destinam. Muitas vezes, essa tendência se traduz pela adoção de fórmulas simplificativas, que encaixam as histórias relatadas a lugares-comuns. Como exemplo desse tratamento, Bird e Dardenne (*Op. cit.*, p. 209-210) citam matérias cujos enfoques moralistas serviam para suprir os consumidores de notícias com o tipo de informação barata, fácil e popular que garantiria o resultado desejado pelos editores. Esses editores, provavelmente sem o perceber, repetiam padrões verificados no passado: fuxicavam as novidades, conforme o dizer de Rizzini, sempre de acordo com o enquadramento social em que se encontravam. Sendo assim, qual é o tipo de histórias que o jornalismo conta? Seriam essas as mesmas histórias que ocorriam nas manifestações protojornalísticas? Ou talvez o protojornalismo tenha tido mesmo um papel na construção dessas histórias arquetípicas que hoje servem de referência para a elaboração das reportagens?

Por se tratar de um enorme conjunto de obras, produzidas em um largo intervalo de tempo, não é tarefa simples delimitar um leque de assuntos tratados por manifestações protojornalísticas. Há, entretanto, algumas

³² Mastino (1978, p. 25) comenta que, com a documentação disponível, ainda é muito difícil formar um juízo bem fundamentado que permita separar o “jornal” produzido às expensas do Estado romano daquilo que seria *commentarius* privado.

³³ A respeito do esporte, são conhecidas as críticas formuladas por Cícero em suas cartas ao excesso de informações sobre gladiadores nos periódicos que recebia (HANUSCH, 2012, p. 6).

repetições que permitem estabelecer alguns assuntos que parecem ocorrer com alguma consistência ao longo desse período. Elas já foram observadas e documentadas. O historiador Robert Darnton arranhou algumas delas quando notou a predileção de editores e jornalistas por gêneros de matérias facilmente discerníveis, à época em que foi, ele próprio, repórter no *Newark Star Ledger* e no *The New York Times*, na virada da década de 1950 para os 1960. Em um dos casos relatados, Darnton (1990, p. 92–93) relata que havia passado todo o verão de 1959 sem publicar uma única reportagem assinada no *Star Ledger*. Então resolveu, apenas para se exercitar, contar a história de um menino que teve sua bicicleta roubada em um parque da cidade. Ao mostrar o texto a um colega de outro jornal, este disse que deveria fazer uma descrição mais detalhada – e reescreveu o texto acrescentando diversos detalhes: o menino havia poupado para comprar uma bicicleta de determinada cor e marca; o trajeto que o rapazinho fazia todos os dias; a forma como foi assaltado por jovens violentos; o auxílio amoroso do pai, que prometeu comprar-lhe outra bicicleta, a qual o menino ajudaria a pagar com seu trabalho de entregar jornais.

Darnton retomou sua apuração e preencheu as lacunas com dados reais (o colega havia inventado informações para dar “cor” à história). O texto foi publicado na primeira página e gerou repercussão local, com a prefeitura dando explicações sobre o patrulhamento do parque e os vizinhos fazendo uma vaquinha para comprar uma bicicleta nova.

Fiquei surpreso ao descobrir que tinha tocado em várias cordas ao recorrer a sentimentos e figuras corriqueiras: o menino e sua bicicleta, as economias no porquinho, os valentões sem coração, o pai consolador. A história parecia estranhamente antiquada. Exceto pela bicicleta, ela podia ter saído da metade do século XIX. (*Ibid.*, p. 93)

Conforme percebeu Darnton, os jornalistas se baseiam em formas de contar histórias que lhe são anteriores, muitas vezes por séculos. “Devido à nossa tendência de enxergar os fatos imediatos, ao invés dos processos de longa duração, éramos cegos ao elemento arcaico no jornalismo”, escreve (1990, p. 95). Longe de descrever um mecanismo pelo qual essas influências se perpetuam, ele limita-se a tocar a superfície do fenômeno, de forma distinta de outros, embora não decisiva:

Sociólogos, cientistas políticos e especialistas em comunicação têm produzido uma vasta literatura sobre os efeitos dos interesses econômicos e tendências políticas no jornalismo. No entanto, parece-me que eles não têm conseguido entender a maneira como trabalham os repórteres. O contexto do trabalho modela o conteúdo da notícia, e as matérias também adquirem forma sob a influência de técnicas herdadas de contar histórias. Esses dois elementos na redação da notícia podem parecer contraditórios, mas estão juntos no “treinamento” de um repórter, quando ele é mais vulnerável e maleável. À medida que passa por essa fase de formação, ele se familiariza com a notícia, tanto como uma mercadoria que é produzida na sala de redação quanto como uma maneira de ver o mundo que chegou, de alguma maneira, da *Mamãe Ganso* até *The New York Times*. (*Ibid.*, p. 96-97)

Aprendida de geração em geração de jornalistas, essa forma específica de contar histórias apresenta, na longa duração, um conjunto de temas que lhe são preferenciais. Alguns deles, inclusive, já foram mencionados anteriormente aqui – terremotos, incêndios, casos pitorescos, escândalos e crimes, por exemplo. As guerras, os grandes crimes e seus julgamentos e a disseminação de informações (ou seriam boatos?) sobre a realeza completam a lista.

É interessante perceber que essa diversidade de temas pode ser considerada daninha. Thomas E. Patterson (2003), por exemplo, critica o excesso do que chama de “notícias leves” no noticiário – que, para ele, estão “a enfraquecer a democracia, ao diminuírem a informação dos cidadãos sobre temas de interesse público e sobre política” (PATTERSON, p. 20). Por notícias leves, Patterson entende aqueles temas que não estão incluídos entre as “notícias sérias” – basicamente, “acontecimentos envolvendo líderes políticos, questões públicas substantivas, ou perturbações significativas na rotina da vida diária, como um sismo ou um desastre de aviação” (PATTERSON, p. 22). As reportagens leves, por seu turno, seriam centradas em celebridades, escândalos e temas de entretenimento, mas a classificação do autor abre-se tanto a ponto de abarcar ainda segurança, saúde, crime, casos judiciais e desastres. Nesses últimos três casos, a referência estaria mais relacionada àquelas coberturas longas e novelizadas, mais centradas numa personalidade e desgarradas das questões de política pública, que aproximam o noticiário do entretenimento por usar de artifícios típicos das narrativas de suspense. Na concepção de Patterson, finalmente, o aumento das notícias leves é uma ameaça ao jornalismo dos Estados Unidos (e à democracia, que alimenta e é alimentada pela imprensa) por estar contaminando uma geração de leitores,

telespectadores e ouvintes. O argumento é que o conteúdo das notícias em geral passará a ser cada vez mais de entretenimento e menos de informação. Por consequência, o consumidor de notícias sérias deixará de buscar o noticiário, por entender que este será demasiado leve e desinteressante para ele.

Trata-se, novamente, de uma leitura feita através dos óculos do alto modernismo. De fato, o jornalismo tem sido essencial para o estabelecimento e fortalecimento da democracia, e a cobertura de tais temas densos é tarefa essencial. Não obstante, ao longo da história,³⁴ os temas do protojornalismo costumavam incluir o cotidiano das pessoas. Rizzini (1977, p. 14) descreve que os jograis medievais com frequência faziam suas apresentações (mesmo às cortes) partindo de contos engraçados, emendados com trechos de histórias heroicas, até chegar aos trechos em que narravam histórias que, alegadamente, haviam testemunhado. “Castelões e vilões³⁵ vivam curiosos das tragédias palacianas, brigas senhoriais, feitos de armas, proezas dos imitadores de Rolando, novas da Terra Santa³⁶. Nos paços nada mais se fazia que fuxicar novidades” (RIZZINI, 1977, p. 14). Mais uma lembrança de que a curiosidade está entre os fatores que movem o consumo de notícias.

Eventualmente, as tendências de tratar de assuntos “sérios” e “leves” se entrecruzavam, como dá a entender Hérís Arnt (2001, p. 21–22):

A partir do século XVI, um grande número de folhas impressas apareceu em toda a Europa, propagando os mais diversos assuntos. Ao lado das notícias com assuntos gerais e de interesse da população, aumentaram, também, as folhas de propaganda política e religiosa. Incapazes de combater o comércio de notícias, a Igreja e os poderosos investiram nesse tipo de propaganda. Desde o século XVI, os impressos já eram utilizados como formadores de opinião. A Inglaterra sob os Tudors soube muito bem usar o novo meio, mandando imprimir notícias sobre a família real, casamentos e funerais dos príncipes. Como se pode ver, a tendência dos pasquins

³⁴ Por questão de coesão com o tema central desta tese, foram tratados até aqui apenas os fenômenos protojornalísticos relacionados com a Antiguidade Clássica. Em termos de temática, as questões ligadas à vida cotidiana das populações continuaram proeminentes nas manifestações medievais do jornalismo. A diferenciação em relação à Antiguidade se faz por um regresso à oralidade, “transitando as novidades de boca em boca, na poesia e no canto dos tropeiros e jograis” (RIZZINI, 1977, p. 10). Talvez mais por força do analfabetismo do que por quaisquer regulamentações restritivas, a palavra falada retomou sua primazia a partir do quinto século.

³⁵ “Vilão” era uma expressão usada para designar os moradores das vilas, na Idade Média. Diferenciava-se dos camponeses e dos castelões, expressão usada em referência aos senhores feudais e seus dependentes, que viviam em castelos ou cidades fortificadas.

³⁶ Referência às cruzadas.

ingleses em espionar a vida da família real teve origem no século XVI. Os mais antigos impressos destinados a influenciar a opinião pública foram feitos na Inglaterra, a favor do divórcio de Henrique VIII. As notícias impressas eram essencialmente informativas e versavam sobre fatos locais da ordem do *fait divers*, ocorrências naturais – inundações, erupções de vulcões –, acontecimentos fora do comum – assassinatos e milagres –, informações comerciais e notícias de guerras. Algumas falavam das descobertas marítimas. Existem onze exemplares de uma folha alemã, possivelmente de 1508 ou 1509, sobre o Brasil.

Seja na Antiguidade, conforme observou-se anteriormente, seja no século XVI, seja nas recentes coberturas sobre os filhos do príncipe britânico William ou sobre o noivado de seu irmão Henry com uma atriz americana, casamentos de celebridades sempre estiveram entre os temas mais visados pelas diversas manifestações do fazer jornalístico.

Erik Neveu (2006, p. 23), entre outros, defende que a reportagem teve início com a Guerra da Secessão americana. As guerras, entretanto, eram material essencial para as manifestações protojornalísticas desde sempre. Ao tratar das folhas manuscritas que, conforme descrito anteriormente, foram a cara do jornalismo no século XV, Hérís Arnt destaca que estas tinham os conflitos entre seus assuntos mais frequentes:

Um fato político aparecia com insistência nessas folhas: as notícias de guerra. Na trajetória do jornalismo, as guerras foram um fator de impulso para a arte de informar. Foi assim com as folhas primitivas dos jornais manuscritos e com as primeiras folhas impressas. Viena, no século XV, tornou-se um centro ativo de publicações, justamente porque era um ponto de recepção de notícias sobre as invasões do Império Otomano, que avançava na Europa Central (1543) e ameaçava o continente. (ARNT, 2001, p. 21)

Recuando mais – e reiterando a observação de Peucer de que o jornalismo, quanto mais se recua, mais se aproxima da História –, é possível observar que os textos que inauguraram o relato histórico estão ligados à narração de guerras (basta lembrar de Tucídides ou Heródoto e suas narrativas da Guerra do Peloponeso). Como um dos grandes temas da humanidade, capaz de despertar paixões e incitar ódios, é possível discernir a guerra como um dos temas necessários ao jornalismo ao longo de toda a sua história. Não surpreende, portanto, que um dos primeiros exemplares de gazetas impressas duradouras tinha por título *Neueinlauffende Nachricht von Kriegesund Welthandeln* – em português, “Notícia corrente dos fatos da guerra e do

mundo” –, publicada em Leipzig durante mais de uma década, a partir de 1660 (TAMBOSI, 2007, p. 55).

1.6 A religião e o protojornalismo

Prodígios e milagres faziam parte do repertório temático de manifestações protojornalísticas. Alguns podem ter realmente acontecido, no sentido de que desafiavam o que se conhecia como certo e verdadeiro à sua época, outros não – seria esse o caso, por exemplo, do aparecimento de uma fênix, citado anteriormente de passagem³⁷. A objetividade dos relatos ligados a questões religiosas, portanto, seriam de difícil comprovação, o que os empurraria para o campo da fé. A questão aqui é se esses relatos são ou não compatíveis com a ideia geral de jornalismo, usualmente relacionada a uma objetividade que estaria condenada a ficar de lado diante de questões religiosas, que apelam às sensibilidades e aos temores mais íntimos do indivíduo.

A essa altura, já parece claro que a invocação, por si, do argumento da objetividade queda inócuo. Mesmo sendo marca indissociável do jornalismo de metade do século XIX e de todo o século XX, a objetividade não foi condição essencial para os jornalismo que antecederam a esse período (o século XXI, em suas duas primeiras décadas, parece oscilante em relação à questão). Nesse caso, o ponto de referência deve ser se os relatos religiosos correspondem àquilo que Sousa (2008, p. 3) classifica como “o dispositivo determinante e identificador do jornalismo e dos fenômenos pré-jornalísticos”, ou seja, a notícia. E, ainda que os critérios de noticiabilidade tenham se mantido “relativamente estáveis” ao longo do tempo (*Ibid.*, p. 3), é preciso observar que houve flutuações ao longo dos tempos, por força de fatores sociais e culturais. Assim, de acordo com o professor português, “a notícia comporta informação com sentido compreensível num determinado momento histórico e num determinado meio sociocultural” (SOUSA, 2005, p. 75).

³⁷ Mastino (1978, p. 43) recorda duas referências a esse episódio, provenientes de Plínio e de Gaio Júlio Solino, ambos referindo-se a ele como atestado pelas *Actas* – uma versão antiga da ideia de que, se saiu no jornal, deve ser verdade.

Ora, a religião trafega em um ambiente carregado de experiências e significados, no qual as culturas buscam suas explicações e suas expressões de verdade. De fato,

É difícil imaginar de que modo o espírito humano poderia funcionar sem a convicção de que existe no mundo alguma coisa de irredutivelmente real; e é impossível imaginar como a consciência 'poderia aparecer sem conferir significado aos impulsos e às experiências do homem. A consciência de um mundo real e significativo está intimamente ligada à descoberta do sagrado. Através da experiência do sagrado, o espírito humano captou a diferença entre o que se revela como real, poderoso, rico e significativo e o que é desprovido dessas qualidades, isto é, o fluxo caótico e perigoso das coisas, os seus aparecimentos e desaparecimentos fortuitos e vazios de sentido. Em suma, o sagrado é um elemento na estrutura da consciência e não uma fase na história dessa consciência. Nos mais arcaicos níveis de cultura, *viver como ser humano* é em si *um ato religioso*, pois a alimentação, a vida sexual e o trabalho têm um valor sacramental. Em outras palavras, ser — ou, antes, tornar-se — *um homem* significa ser "religioso". (ELIADE, 1978, p. 13, grifos do autor)

Assim, ainda que a sociedade ocidental contemporânea se esforce para separar a instância religiosa do viver cotidiano – processo a que Eliade (1999, p. 49) denomina “dessacralização do Cosmos”, iniciada a partir do estabelecimento do pensamento científico e das descobertas da física e da química, já na Idade Moderna –, não é possível separar a religião do modo de viver do período em que se desenvolveram os protojornalismos. Dessa forma, é natural que as manifestações desse gênero expressem as inquietações religiosas e os fatos relativos às expressões de fé. Além disso, esses os relatos religiosos apresentavam-se críveis à luz das informações disponíveis à época, e se referiam a eventos recentes e relevantes para as comunidades em que estavam inseridas – ou seja, eram “notícia”.

No exemplo citado por Rizzini e mencionado anteriormente aqui, a respeito das estelas de Epidauro, a notícia das curas milagrosas era instrumental para os peregrinos que buscavam o templo de Esculápio. Dava-lhes referências a respeito do que esperar ao fim de sua jornada e dava-lhe a esperança necessária para perseverar no caminho, com base no relato de outros, que lhe antecederam.

Essa finalidade didática e, ao mesmo tempo, informativa pode ser encontrada em outras manifestações cuja ênfase é religiosa. É o caso do conjunto que compõe o *corpus* deste trabalho, a saber, os livros bíblicos de

Lucas e Atos dos Apóstolos. O prólogo de Lucas (versículos 1 a 4 do primeiro capítulo) deixa isso claro, referenciando diretamente o trabalho do evangelista em separar lendas de fatos na elaboração de um relatório confiável sobre a vida e os feitos de Jesus, além das circunstâncias que o cercaram (do nascimento à morte e ainda depois)³⁸.

Aos olhos do observador de hoje, é difícil classificar textos como os de Lucas como informativos ou didáticos. Eles estão separados do leitor contemporâneo por séculos de distância e são considerados textos sagrados pelo menos desde a segunda metade do século II, época em que foi confeccionado o cânon muratoriano, que lista 13 cartas de Paulo, os quatro evangelhos (Mateus, Marcos, Lucas e João) e o livro de Atos dos Apóstolos.³⁹ Além disso, descansa sobre os livros uma camada não desprezível de tradição e disputas a respeito da primazia de sua interpretação, que tendem a desautorizar a leitura do Evangelho de forma independente:

Chama-se “evangelho” os livros que contêm o primeiro desenvolvimento do *querigma*, a pregação dos primeiros discípulos. A Igreja jamais o chamou de “Vidas de Jesus” nem “Histórias de Jesus”. Isso significa que, quando se trata do Evangelho, a Igreja sempre o reconheceu como livros que não são apenas de natureza histórica, mas têm algo mais. Os evangelhos não fornecem apenas informações históricas, mas também a sua interpretação para a salvação à luz dos textos do Antigo Testamento. Portanto, para entendê-los não basta estudar como fazemos com outros livros. Para entendê-los devemos usar os métodos empregados para o estudo dos demais livros, e, ainda, a disposição de fé e a docilidade ao Magistério da Igreja. (RIVAS, 2008, p. 17)

O entrelaçamento das descrições e revelações dos evangelhos com os escritos do Antigo Testamento é grande, de modo que a leitura isolada destes aponta apenas para parte do conteúdo. O todo só pode ser captado quando o Novo Testamento (incluindo os evangelhos) é lido à luz do Antigo Testamento. A recíproca também é verdadeira: para o leitor cristão, as histórias do povo de Israel contadas no Antigo Testamento encontram seu sentido integral com a vinda de Jesus Cristo, o desenvolvimento da igreja (tema principal dos Atos dos Apóstolos) e com as previsões escatológicas do Apocalipse. Entretanto, antes que essas camadas se sobrepusessem ao texto, ele tinha sua finalidade

³⁸ O prólogo de Lucas será tratado com detalhes mais adiante.

³⁹ Conforme Oscar Cullmann (2001, p. 90–92). A lista completa dos livros universalmente aceitos pelas igrejas cristãs só viria a ser definida em fins do século IV, em especial com os concílios de Hipona (393) e Cartago (397).

primária. No caso do evangelho de Lucas, a pretensão era levar ao leitor um “relato ordenado” (Lc 1.3), para dar-lhe “a certeza das coisas que te foram ensinadas” (Lc 1.4). Nesse sentido, o evangelista traz informação compreensível para seu momento histórico e contexto sociocultural (satisfazendo, portanto, condição citada por Sousa e apresentada acima), recente e relevante para o público a quem esta era endereçada. Seu relato traz a urgência expressa na declaração dos apóstolos Pedro e João diante do sumo sacerdote de Jerusalém e do conselho dos anciãos da cidade (o Sinédrio, colegiado que constituía a maior autoridade religiosa judaica da época) – uma declaração que o próprio Lucas relata, no livro de Atos dos Apóstolos: “Não podemos deixar de falar do que temos visto e ouvido” (At 4.20).

Ao debruçar-se hoje sobre textos tão antigos, entretanto, fica difícil discernir seus aspectos comunicacionais. Estes estão encobertos por camadas de tradição e de interpretação que se apegam às palavras. Os instrumentos para separar esses aspectos do sedimento cultural que sobre eles depositou-se será o tema do próximo capítulo.

2. OS FÓSSEIS DE JORNALISMO

Em “Viagem à Aurora do Mundo”, uma das suas pouco conhecidas obras de literatura infanto-juvenil, o escritor Erico Veríssimo relata as descobertas revestida de mistério do professor Fabricius, que usava as novíssimas (à época, o livro é de 1939) descobertas ligadas à Relatividade einsteiniana para construir uma mistura de máquina surpreendente (VERISSIMO, 1997). Os misteriosos raios Z descobertos por Fabricius permitiam enxergar o passado e suas criaturas em uma tela de cristal, numa pitoresca mistura de televisão com filme mudo, para assombro de uma plateia reticente em relação à veracidade de suas teorias sobre o passado do planeta.⁴⁰ Em tom didático, Veríssimo discorre sobre as eras geológicas e a formação da crosta terrestre para, depois, descrever as formas de vida da época e o modo como se relacionam com plantas e animais contemporâneos. As tertúlias naturalistas do grupo eram acompanhadas por um grupo diverso, cujos choques de opinião davam a Veríssimo a oportunidade de apresentar e contextualizar a visão científica que pretendia expor. Estavam lá o filósofo Aristobulus, cético em relação ao passado de bilhões de anos que seu irmão Fabricius pretendia apresentar; o “naturalista” Calamar, que explicava as cenas do passado para a plateia; a teóloga Serena; o músico Colibri; o capitalista Jó, que financiou a construção da máquina; e o par romântico, formado pelo escritor Dagoberto e por Magnólia, sobrinha dos pesquisadores e prometida em casamento a Jó.

Este capítulo evoca uma jornada do mesmo gênero. Mediante um olhar aprofundado para o jornalismo praticado nos séculos XX e XXI, sua missão é identificar nele elementos essenciais – uma coluna dorsal, a partir da qual as linguagens e práticas protojornalísticas foram construídas. É necessário, antes disso, tomar como base algumas premissas que são limitantes a esse

⁴⁰ No prefácio que escreveu em 1960 para “Viagem à Aurora do Mundo”, Veríssimo confessa ter-se inspirado pelo “mundo perdido” de Arthur Conan Doyle. À diferença do autor britânico, ele, entretanto, não faz seus personagens viajarem pelo tempo. Em vez disso, os leva a admirar animais e paisagens de eras antigas em uma aventura cujo objetivo é claramente didático, trazendo noções de geologia e paleontologia. Na ficção de Veríssimo, todas as tentativas de ver acontecimentos da história humana por meio da máquina do professor Fabricius resultaram em algum trauma – em especial a derradeira, marcada pelo incêndio que destrói a casa onde os personagens se encontravam e acaba tanto com a máquina quanto com seus planos de construção.

raciocínio, e que são decorrentes de observações que foram minuciadas no capítulo anterior.

2.1 O jornalismo na longa duração

A primeira observação é de que o jornalismo continua sendo construído, dia a dia, na produção diária dos profissionais que atuam na área (DEUZE; WITSCHGE, 2015, p. 5) – ou seja, o jornalismo é um “vir a ser”, cujas definições e fronteiras vão sendo feitos e refeitos mediante práticas e construções discursivas adotadas pelos jornalistas em seu trabalho. Mas por que limitar essa definição às formas contemporâneas do jornalismo? E se as manifestações jornalísticas ao longo dos séculos fossem mutantes exatamente como são hoje, quais seriam as tremendas transformações que sofreriam, quais formas diferentes poderiam assumir? De fato, essas manifestações se sucederam e se modificaram, sim. E este estudo pretende, conforme sugere Fernand Braudel (1965, p. 292), virar a ampulheta nos dois sentidos, “do acontecimento à estrutura, depois das estruturas e modelos ao acontecimento”. Sem imobilizar conceitos e modelos, mas enxergando-os a partir de sua longa duração histórica.

A ideia de uma história baseada no tempo longo é uma inovação dos historiadores do início do século XX. Antes disso, pensava-se o tempo apenas como sucessão de acontecimentos que podem não ser pequenos e carregar em si profundos significados em termos de causas e consequências de eventos. O historiador contemporâneo vive em desconfiança em relação a esse tempo curto, por achá-lo por demais enganoso e por não revelar toda a dimensão da história sobre a qual cabe reflexão científica (BRAUDEL, 1965, p. 265). A narrativa histórica que trata desse tempo curto (dita *événementielle*, relativa ao acontecimento, em francês) parece apropriada para descrever e explicar certos movimentos, em especial na história política, mas tornou-se insuficiente quando a história econômica entrou em perspectiva. “Uma curva de preços, um aumento demográfico, o movimento dos salários, as variações da taxa de juros, o estudo (mais sonhado que realizado) da produção, uma análise severa da circulação reclamam medidas muito mais largas.” (BRAUDEL, 1965, p. 266)

Pode soar curioso situar o jornalismo dentro dessa perspectiva, porque se trata do exato oposto ao seu objeto. O tempo do jornalista, por excelência, é o da curta duração (BRAUDEL, 1965, p. 264), da sucessão feérica e interminável dos fatos traduzida no *slogan* da rede de rádios *all news* BandNews FM: “em 20 minutos, tudo pode mudar”. O jornalista contemporâneo vive e retrata os pequenos recortes cronológicos da realidade – “uns bem claros, bem visíveis, outros obscuros e indefinidamente repetidos”, conforme os delinea Braudel (*Op. cit.*, p. 265). Talvez por isso, e também porque muitos dos estudiosos da história do jornalismo sejam jornalistas que se transferiram para a academia e levaram consigo suas próprias impressões e conceitos sobre o tempo, o estudo do jornalismo tenha adotado como padrão um olhar assim tão circunstancial.

Se aceitarmos o fato de que o ir além do tempo curto foi o bem mais precioso, porque o mais raro, da historiografia dos cem últimos anos, compreenderemos o papel eminente da história das instituições, das religiões, das civilizações, e, graças à arqueologia, à qual são necessários vastos espaços cronológicos, o papel de vanguarda dos estudos consagrados à Antiguidade clássica. (BRAUDEL, 1965, p. 265–266)

A essa pequena lista de áreas do conhecimento elaborada por Braudel urge acrescentar a história do jornalismo, que vem sendo injustamente contida em tempos mais recentes.

A segunda premissa, consequência da primeira, é de que o que conhecemos hoje como jornalismo foi precedido por outros jornalisimos que foram modificando um ao outro a ponto de, a partir de certo momento do passado (e diferentes orientações de pesquisadores apontam ocasiões diferentes para essa aparente ruptura), se tornarem distintos daquilo que se vê hoje. Diferentes manifestações de jornalismo se sucederam no passado, acumulando-se camada sobre camada, como nos estratos do solo que os paleontólogos e arqueólogos escavam. Isso tem criado a ilusão de que o jornalismo é fenômeno recente, originado a partir da segunda metade do século XIX, ou começando do século XVI, ou das gazetas venezianas do século XIII, ou do gosto do estudioso.

É inútil, assim, tentar reduzir o jornalismo ao domínio de determinada linguagem ou a um conjunto de aspectos técnicos. Segundo Barbie Zelizer

(2014), uma das causas da dificuldade de entender o jornalismo contemporâneo e as mudanças por que ele passa está na convivência de visões concorrentes no núcleo de autodefinição de jornalismo. “Ele é uma técnica, uma profissão, um negócio, uma comunidade, uma mentalidade?”, pergunta (*Id.*, p. 17). Talvez ele seja, conforme demanda Pierre Bourdieu (1997, p. 25), o resultado de um olhar diferenciado – os óculos do jornalismo, que permitem a esse profissional específico enxergar a realidade de uma forma diferente do restante da humanidade.

Usando de um subterfúgio lógico, pode-se contornar o problema das definições e dizer, simplesmente, que o jornalismo é o produto do trabalho do jornalista. De fato, conforme observa Deuze e Witschge (2016, p. 8), ele é “um conjunto bastante complexo e desenvolvido de atitudes e práticas” dos jornalistas e de profissionais de áreas afins, como programadores, designers e profissionais de marketing.

Na prática, adotar a ideia de que o jornalismo se constituiu na longa duração corresponde a abrir mão de uma abordagem que identifica a produção jornalística à sua viabilidade tecnológica. Assim, será necessário admitir que havia um tipo de comunicação de massa que precedeu as prensas de Gutenberg:

É importante sublinhar que a ideia de comunicar publicamente através do tempo e do espaço é muito mais antiga do que os media agora em uso. Este processo era parte integrante da organização das primeiras sociedades, desenvolvido especialmente em instituições religiosas, políticas e educacionais. Mesmo o elemento de disseminação de ideias em larga escala (massa) estava presente nos primeiros tempos nas obrigações e entendimento comuns da religião e da política. (MCQUAIL, 2003, p. 18)

Embora a invenção da imprensa de tipos móveis tenha sido essencial para os destinos que o jornalismo viria a assumir em séculos mais recentes, eles não estavam, originalmente, ligados. Denis McQuail (2003, p. 21) observa que “só quase duzentos anos depois da invenção da impressão é que encontramos o que reconhecemos hoje como um protótipo de jornal, distinto dos relatórios de contas, panfletos e cartas com notícias do final do século XVI e princípios do século XVII”. Esse novo meio de comunicação, embora guardasse afinidades tecnológicas com o livro impresso – ambos eram

resultado da revolução técnica representada pela imprensa –, tinha como antecedente uma outra fonte de informação:

O seu principal precursor parece de facto ter sido a carta mais do que o livro – cartas circulando através de correio rudimentar, interessadas especialmente em transmitir notícias de acontecimentos relevantes sobre o comércio local e internacional. Constituiu portanto uma extensão ao domínio público de uma actividade que vinha já a exercer-se para fins comerciais, diplomáticos ou governamentais. (MCQUAIL, 2003, p. 21)

Kevin Furtado e Sérgio Gadini (2013, p. 187), em uma análise sobre as características jornalísticas nas cartas bíblicas atribuídas ao apóstolo Paulo, observam que,

Na perspectiva histórica, pode-se entender que as práticas missivistas – ainda que manuscritas e restritas ao pequeno universo de leitores com domínio da linguagem gráfica – operavam, antes mesmo do jornalismo industrial, como uma pré-história do Jornalismo moderno.

Não há, contudo, um momento pontual na história do Jornalismo em que as cartas passam a ser ‘enquadradas’ como gênero de opinião. Mas, tal caracterização deriva de um modelo crescentemente hegemônico de estrutura discursiva que o Jornalismo adapta das ciências humanas, em suas variadas influências temáticas, estruturais ou de formatação expressiva. Como se vê, o exercício do Jornalismo já registrou diferentes funções e mesmo formatos, em sintonia com demandas, limitações ou condições históricas.

A distribuição de conteúdo cristão por carta, estratégia adotada por Paulo, abriu caminho para a difusão dos evangelhos. De forma semelhante às epístolas paulinas, os textos de Mateus, Marcos, Lucas e João devem ter sido levados por portadores para leitura pública nas igrejas do primeiro e do segundo século. De acordo com Peter Simonson (2003), o apóstolo de Tarso concebeu uma forma de solidariedade e interação social que pode ser entendida como uma das primeiras formas de comunicação de massa. Movendo-se em meio às tradições helenísticas, judaicas e às nascentes tradições cristãs, ele conseguiu atingir uma comunidade altamente dispersa no espaço e no tempo. Em vez de se manter fiel à forma greco-romana de comunicação pública – centrada nos discursos proferidos nas ágoras ou outros espaços públicos da *polis* –, ele voltou-se para rituais de fala e gestos, que ocorriam no espaço semipúblico das casas dos crentes e, mais tarde, das em locais específicos.

Para ele, essa era uma forma paradigmática de comunicação social, ao mesmo tempo mais íntima e mais ampla que a oratória política. Ao convocar ritualmente uma força espiritual transcendente, um pequeno encontro local poderia conectar-se a uma sociedade expandida de crentes do passado, do presente e do futuro, na terra e no céu. Isso era solidariedade, identificação coletiva e comunidade imaginada em larga escala, e serviu como ponto de partida para a constituição comunicativa de uma sociedade de massa vastamente distendida formada pelos cristãos. (SIMONSON, 2003, p. 166)⁴¹

Essa comunicação de massa era centrada em centenas de locais onde assembleias locais se reuniam para adoração e comunhão. Esses encontros eram realizados em locais espalhados pela bacia mediterrânea, mas guiados e mobilizados por uma literatura comum.

2.2 Princípios de Paleontologia aplicados à comunicação

O que ocorreu com o jornalismo foi um processo pelo qual esse sistema de recolhimento, processamento e difusão de informações noticiosas acolheu diversas influências e adições, de diversas origens – sociais, econômicas, culturais e tecnológicas, entre outras. As alterações propiciadas pela inovação tecnológica foram essenciais para mudar o alcance do jornalismo, por ampliar-lhe o alcance e a durabilidade, permitindo que se tornasse um fenômeno de massa.

A imprensa foi-se abrindo, ao longo dos tempos, ao fotojornalismo, à infografia e ao design. À imprensa vieram juntar-se, como suportes jornalísticos, a rádio, a televisão e, mais recentemente, a Internet. A aparição de novos suportes foi provocando a transformação dos meios e suportes precedentes e a sua evolução conjunta, em interacção. Esse desenvolvimento conjunto dos meios, em interacção constante uns sobre os outros, agudizou-se, com a recente convergência mediática electrónica para a Internet. Os modos de produção, difusão e apropriação da informação foram-se, também, modificando, embora, na sua essência, o jornalismo continue a definir-se pela produção de informação por jornalistas. Assim, pode dizer-se que *o ecossistema jornalístico se formou por fenómenos de acumulação, interacção e adaptação*. (SOUSA, 2008, p. 258, grifos do autor)

⁴¹ “This for him was the paradigmatic form of social communication, at once more intimate than political oratory and more wide-ranging. By ritually calling forth a transcendent spiritual force, a small local gathering could connect itself outward to a distended society of believers past, present, and future, on earth and in heaven. This was solidarity, collective identification, and imagined community writ large, and it served as the hinge point for the communicative constitution of a vastly distended mass society of the Christian faithful.” Tradução nossa.

Por meio dessas acumulações, interações e adaptações, novas estruturas foram se colocando sobre a espinha dorsal do jornalismo. Criou-se, assim, um jornalismo altamente competitivo, segmentado, multiforme. Ele está, entretanto, assentado sobre características comuns que estão enraizadas em seus antecedentes históricos, e estes retrocedem à Antiguidade Clássica. Não seria apropriado, entretanto, que esses antecedentes fossem classificados como jornalismo da forma como o conhecemos hoje. Eles se misturam à historiografia e à literatura e carecem, muitas vezes, de atributos reconhecidos como essenciais ao jornalismo contemporâneo, como a periodicidade. Muitas vezes, esses elementos pré-jornalísticos encontram-se misturados a outras formas de comunicação – enterrados, por assim dizer, em meio a sedimentos de outras origens. São **fósseis de jornalismo**: fragmentos identificáveis de algo do passado, que remetem a seu equivalente hodierno. Para ilustrar o conceito, vale a pena reprisar um episódio da história da paleontologia, disciplina que estuda a vida terrestre no passado e seu desenvolvimento ao longo do tempo geológico:

No séc. XVII, o médico dinamarquês Nicolaus Steno, que trabalhava para o duque de Florença, deu um passo importante. Durante seus estudos sobre a anatomia dos animais, Steno, certo dia, teve ocasião de dissecar a cabeça de um grande tubarão que pescadores italianos lhe haviam trazido. Constatou que os dentes do animal eram semelhantes em forma, estrutura e composição às misteriosas “línguas de pedra”, fósseis encontrados nas rochas das falésias de Malta e que vinham, de há muito, intrigando as pessoas. Os fósseis de Malta eram maiores e não absolutamente idênticos aos dentes de tubarões de agora, mas a semelhança era surpreendente. Steno, que estudava ao mesmo tempo o fenômeno dos estratos superpostos (“Em diversos lugares vi que a terra é composta *ex estratis sibi mutus impositis...*”), examinara vários outros fósseis marinhos incrustados na rocha ou na argila – ostras, caramujos ou conchas de Saint Jacques. Escrevendo em 1667, ainda não fala de fósseis de seres vivos, mas de “corpos parecidos com formas de animais aquáticos” (*corpora aquatiliū animantium partibus similia*). Encontrou, não obstante, nas camadas sedimentares, provas suficientes para concluir que a Terra, de onde esses corpos eram extraídos, não mais os produzia atualmente. Quando pôde comparar as “línguas de pedra” com os dentes de tubarões vivos, aventou a hipótese – muito ousada para a época – de que os *glossopetrae* eram, na realidade, dentes de grandes tubarões de um antigo mar. (CARTIER, 1976, p. 73)

Steno embatia-se com a tradição vigente na ilha de Malta, segundo a qual as serpentes da localidade haviam sido amaldiçoadas e suas línguas

haviam-se convertido em pedra.⁴² Em sua época, boa parte dos estudiosos defendia que pedaços de rocha que aparentavam ter conchas ou insetos incrustados nada mais eram que caprichos da natureza. Seu formato era apenas uma coincidência. Depois de ter lido observações de outros sobre o tema, Steno analisou os achados contemporâneos e os comparou com fragmentos extraídos da rocha em outro local. Em um relato, não afirmou que as línguas de pedra eram peças anatômicas de animais, mas “corpos parecidos” com estas – as maiores dentre elas, de acordo com o dinamarquês, poderiam muito bem ser dentes de tubarão (ou *Canis carchariae*, cães terríveis, uma das terminologias usadas à época para se referir a esses animais). “No que se refere à forma desses corpos, ou seja, até que ponto correspondem com verdadeiras partes de animais, parece que a semelhança de estrutura permite supor que têm uma origem similar. E no caso de se considerar que os corpos em questão se fizeram de acordo com qualquer outro princípio, não é fácil crer que tenha sido possível observar tão grande semelhança”, escreve (PELAYO; SEQUEIROS, 2005, p. 236–237)⁴³.

A paleontologia contemporânea supõe que os donos originais desses dentes eram do gênero *Otodus megalodon*, comuns no Mediterrâneo no período do Mioceno e extintos, provavelmente, há 2,6 milhões de anos (DUFFIN, 2017). Embora o pioneiro Steno escreva que os dentes do tubarão moderno (em especial, o grande tubarão branco) e as línguas de serpente fósseis são tão similares quanto dois ovos entre si (PELAYO; SEQUEIROS, 2005, p. 239), a pesquisa mais recente tem apontado que eles são bastante diferentes morfológicamente (conforme, por exemplo, EHRET *et al.*, 2012).

⁴² As lendas que falam da origem sobrenatural dessas formações são descritas pelo menos desde a Idade Média. Na sua tradução dos escritos de Steno, Pelayo e Sequeiros (2005, p. 211) destacam que as *glossopetrae* (literalmente, “línguas de pedra”) também eram conhecidas como “línguas de São Paulo” e eram usadas por toda a Europa como amuleto contra picadas de cobra. O nome alude à passagem do capítulo 28 do livro bíblico de Atos dos Apóstolos em que o apóstolo Paulo, juntando gravetos para iniciar uma fogueira, é picado por uma víbora. Os habitantes locais esperam que ele morra em decorrência da picada, mas ele lança a cobra ao fogo e não sofre mal algum.

⁴³ “Por lo que respecta a la forma de los cuerpos de los que se trata: es decir, hasta qué punto se corresponden exactamente con verdaderas partes de animales, parece que la semejanza de estructura puede suponer que tienen un origen similar. Y en el caso en que se considere que los cuerpos en cuestión se hicieron de acuerdo con cualquier otro principio, no es fácil creer que se haya podido observar una semejanza tan grande.” (Tradução nossa)

Essa digressão serve para apontar uma característica importante dessa categoria de achados que é aqui denominada “fósseis de jornalismo”.⁴⁴ Um fóssil não é parte de um ser vivo contemporâneo, por mais que, de algum modo, se assemelhe a este. Da mesma forma, os dentes do *Otodus megalodon* não seriam mais do que fragmentos da forma de vida que um dia habitou os oceanos. Aos olhos do paleontólogo, o fóssil aponta tanto para o passado (porque é componente de uma coisa pré-existente, extinta), como para a própria atualidade, pois o pesquisador busca nele informações para compreender as espécies contemporâneas. Igualmente, o fato de a presente pesquisa apontar indícios de uma prática semelhante à do jornalismo em escritos como os de Tucídides, Políbio e Lucas não pode significar, necessariamente, que estes foram jornalistas *avant la lettre*. Ela traz uma abordagem a partir do que José Luiz Braga (BRAGA, 2011) chama de “ângulo comunicacional” – uma abordagem focada nas características comunicacionais, que poderiam ser vistas como complementares ou desimportantes por outras disciplinas. Ou seja, há textos antigos que, por sua vocação principal, pertencem a outras áreas (historiografia, religião, biografia, por exemplo), mas que podem ser também analisados sob um ângulo em que se destacam características comuns ao fenômeno jornalístico.

Um escrito antigo pode assemelhar-se em muitos aspectos com uma obra jornalística – pela sua estrutura textual, pela sua motivação, pela sua apresentação ou periodicidade, por exemplo. Mas ele não poderá ser *perfeitamente* jornalístico porque a todo tempo lhe faltarão elementos, sendo que os principais talvez sejam aspectos técnicos e sociopolíticos, que podem ser identificados por meio do alcance e da independência (ou, ao menos, pretensão de independência) da imprensa. Em uma definição que abrange ambos os termos, John Hartley (2009, p. 310) escreve que, “historicamente, o jornalismo é uma criatura das classes populares que foram misturadas e massivamente expandidas pela urbanização, industrialização e pela

⁴⁴ Em uma genealogia do conceito de fósseis de jornalismo é indispensável citar o britânico Eric Alfred Havelock, que cunhou uma frase de efeito para coroar seu raciocínio a respeito da sucessão da oralidade pela escrita na Antiguidade Grega e sobre sua influência, atestada pela perenidade dos escritos de Homero, entre outros. “O estranho poder dos clássicos gregos arcaicos deve-se, em primeiro lugar, não à inspiração, mas ao que eles têm em comum com a técnica e com o propósito desse modo pré-histórico de composição. É óbvio que é impossível provar esta tese por métodos positivistas: a linguagem oral não produz fósseis”, escreveu (HAVELOCK, 1996b, p. 14).

efervescência intelectual do Iluminismo e da Europa Revolucionária”⁴⁵. Sem essa expansão massiva, teria sido inócuo o avanço técnico. Essa, entretanto, é apenas uma face do jornalismo.

Kevin G. Barnhurst e John Nerone (2009, p. 17) observam que a disciplina da história do jornalismo emerge de duas tendências principais. A primeira está ligada a um interesse intelectual sobre a formação e evolução dos meios de comunicação. Defensores de um entendimento mais amplo da comunicação regressam até Platão, entendendo que a discussão propiciada por ele em “Fedro” a respeito da retórica e suas formas pode ser ligada às raízes do jornalismo. Tal caminho teria evoluído para os efeitos do desenvolvimento de uma cultura ligada à escrita e, finalmente, à prensa. Nos trabalhos ligados mais propriamente à história do jornalismo, essa tendência costuma enfatizar a importância das máquinas na conformação do jornalismo – no século XX, seria esse o caminho traçado por Harold Innis e Marshall McLuhan.

A segunda linha de entendimento está mais ligada ao desenvolvimento de uma atividade ou profissão diretamente ligada à difusão de notícias. Embora muitos apontem a existência de precursores antigos – sendo os mais célebres dentre eles os editores das *acta romanae* – esta pode ser entendida como existente de verdade em momentos historicamente muito recentes. Conforme observa Nelson Traquina,

O jornalismo que conhecemos hoje nas sociedades democráticas tem as suas raízes no século XIX. Foi no século XIX que se verificou o desenvolvimento do primeiro *mass media*, a imprensa. A vertiginosa expansão dos jornais no século XIX permitiu a criação de novos empregos neles; um número crescente de pessoas dedica-se integralmente a uma atividade que, durante as décadas do século XIX, ganhou um novo objetivo – fornecer informação e não propaganda. (TRAQUINA, 2005b, p. 34)

Essa nova categoria profissional que começava então a organizar-se tomou a iniciativa de construir para si própria uma identidade, a partir de projeções de si mesma sobre o passado (BARNHURST; NERONE, 2009, p. 17). O entendimento do que é o jornalismo está, portanto, contaminado pelas

⁴⁵ “Historically, journalism is a creature of the popular classes that were thrown together and massively expanded by urbanization, industrialization and the intellectual ferment of Enlightenment and Revolutionary Europe (from the 1790s to the 1830s).” (Tradução nossa)

construções culturais determinadas pelos jornalistas de hoje. O trabalho do pesquisador que adentra esse terreno pantanoso é, assim, o de separar o sedimento cultural dos fósseis reais.⁴⁶

Antes da tipografia, outras formas de comunicação – orais e manuscritas – tiveram grande impacto. Carlos Rizzini (1977, p. XV) chega a comentar que, a seu tempo, a chegada de uma carta ou de um grupo de jograis a um castelo medieval é perfeitamente comparável à chegada de um jornal impresso à porta aos seus assinantes ou ao som da voz do locutor no radiojornal. “A frequência e a presteza, variáveis em cada veículo, não alteram a natureza informativa de todos. Em verdade, o jornal, tal qual o conhecemos, configura um dos estados do jornalismo, assim como o brandão⁴⁷, a vela, a lâmpada elétrica, estados sucessivos da iluminação”. (*Ibid.*, p.XV-XVI)

Mesmo aqueles que defendem a hipótese de um jornalismo filho da modernidade não devem se surpreender com essa acelerada mutabilidade do fenômeno jornalístico. Afinal, também a modernidade se caracteriza por uma capacidade de transformar-se ao longo do tempo. A mudança faz parte do “caráter” da época burguesa. De acordo com Marx e Engels (2010, p. 43),

A burguesia não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais. A conservação inalterada do antigo modo de produção era, pelo contrário, a primeira condição de existência de todas as classes industriais anteriores. Essa subversão contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de ideias secularmente veneradas; as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes de se consolidarem. Tudo o que era sólido e estável se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado e os homens são obrigados finalmente a encarar sem ilusões a sua posição social e as suas relações com os outros homens.

⁴⁶ A ideia é de que cada geração de indivíduos vai contribuindo para alterar as configurações ao longo do tempo. Dessa forma, ocorre a cristalização de uma cultura jornalística, resultado do entendimento dos jornalistas sobre o que eles próprios fazem. O conceito é compatível com a ideia de cultura como “um sistema de significações realizado”, defendido por Raymond Williams (2008, p. 206). Ao aplicá-lo sobre a longuíssima duração proposta nesta tese, vale recordar a imagem artesanalmente desenhada por Williams na abertura de seu inacabado romance de tese, “O Povo das Montanhas Negras”: “Aperte em seus dedos esta pedra de arenito coberta de líquens. Com esta pedra e esta relva, com esta terra vermelha, este lugar foi recebido, feito e refeito. Suas gerações são distintas, mas todas estão repentinamente presentes” (WILLIAMS, 1991, p. 13). De forma análoga, a cultura jornalística tem sido feita e refeita ao longo de séculos a partir de elementos hoje indiscerníveis.

⁴⁷ Tipo de vela grande ou círio.

Ao inserir a comunicação nessa discussão, o debate se torna mais complexo devido a características próprias dos meios de comunicação, cujo uso “transforma a organização espacial e temporal da vida social, criando novas formas de ação e interação, e novas maneiras de exercer o poder, que não está mais ligado ao compartilhamento local comum” (THOMPSON, 2011, p. 14). De uma forma, talvez, menos acelerada, os antecedentes históricos do jornalismo vêm contribuindo há muito tempo para esses desenvolvimentos.

2.3 Os sedimentos se acumulam

Se tomarmos por premissa que se trata de uma área que se reconstrói e se redefine ao longo do tempo, estabelecer um conjunto mínimo de condições para que uma atividade seja considerada jornalística tende a ser tarefa difícil. Não é por outra razão que o pesquisador finlandês Kari Koljonen (2013, p. 141) observa que, em tempos recentes, o estudo do jornalismo tornou-se uma narrativa a respeito de mudanças. Isso se dá pelas tantas interfaces que o trabalho do jornalista tem com outras áreas: o social, a ciência política, o contexto econômico onde atua, entre outras.

Na sua essência, o jornalismo é uma representação discursiva de factos e ideias da vida do homem, construída para se contar ou mostrar a outrem. Por outras palavras, o jornalismo é uma representação discursiva da vida humana na sua diversidade de vivências e ideias. Assim, pode dizer-se que o jornalismo vai buscar a sua origem mais remota aos tempos imemoriais em que os seres humanos começaram a transmitir informações e novidades e a contar histórias, quer por uma questão de necessidade (nenhuma sociedade, mesmo as mais primitivas, conseguiu sobreviver sem informação), quer por entretenimento, quer ainda para preservação da sua memória para gerações futuras (o que, simbolicamente, assegura a imortalidade). (SOUSA, 2008, p. 5)

Assim, não seria incorreto supor que esses atos de jornalismo, entendidos na sua essência, tenham assumido diversas formas ao longo da história da humanidade.

A transmissão oral, o periódico imóvel, a carta particular, na Antiguidade; o jornalismo e o trovadorismo palaciano e ambulante, e as crônicas, na Idade Média; de novo a carta particular, a carta destinada ao público e a carta-de-notícias, o novelismo-de-boca, de café e de rua, a sátira verbal, a escrita, em prosa ou em verso, o pasquim, e, por fim, a gazeta-a-mão, no Renascimento e na Idade

Moderna – constituem os processos históricos do jornalismo antes da tipografia. (RIZZINI, 1977, p. XV)

Rizzini descreve um mercado de notícias ativo na Europa do século XVIII, largamente baseado em gazetas manuscritas passadas de mão em mão em Londres, Paris e Lisboa, entre outras grandes cidades. Tal noticiário era, então, contextualizado, ampliado e disseminado em bares, cafés e nas ruas – verdadeiras “bolsas de notícias”, à semelhança da agitação comercial provocada nas incipientes bolsas de mercadorias da época. Recuando mais, é possível encontrar manifestações de jornalismo na Antiguidade. O historiador italiano Attilio Mastino, cuja pesquisa sobre as *Acta Urbis* na década de 1970 significou uma retomada do tema, observa que há um risco nessas pesquisas: “o tópico pode parecer, e às vezes parece, um forçamento moderno, uma tentativa mal sucedida de redescobrir no passado situações e modos de ser típicos da sociedade de hoje” (MASTINO, 1978, p. 7). As *Acta* são diretamente afetadas por esse tipo de entendimento por seu caráter diário, que faz remeter diretamente aos jornais diários contemporâneos. Mas nem tudo será anacronismo – Mastino (*Op. cit.*, p. 54) observa que a *Acta* tinha equipes de pessoas encarregadas de levantar informações para a publicação (não se tratava, então, apenas de dar publicidade às informações aprovadas pela família imperial ou pelo senado). Com isso ela se aproxima de fato dos procedimentos do jornalismo contemporâneo.

As tarefas mais complexas na análise das manifestações antigas do jornalismo são, justamente, identificá-las e separá-las de outras formas literárias e culturais. Isso só será possível mediante a avaliação dos gêneros que se encontram mesclados com o protojornalismo. Este é um trabalho de investigação e reconstrução – de busca de pistas ou indícios, conforme nota Carlo Ginzburg (1989). O historiador italiano aponta que os métodos de decifração da realidade propostos por Sigmund Freud a respeito a mente humana e por Giovanni Morelli no campo da pintura não somente guardam semelhanças entre si como também possuem uma origem comum. O “método morelliano” prescreve que, para determinar a real autoria de uma obra de arte, é necessário analisar pormenores pouco evidentes, como o desenho dos lóbulos das orelhas, o formato das unhas ou dos dedos dos pés. É nesses detalhes, muitas vezes pintados com uma rapidez descuidada, quase

inconsciente, que podem ser reconhecida a forma de retratar de cada artista. Características evidentes, por mais idiossincráticas que sejam, podem ser facilmente imitadas por falsificadores. O próprio Freud registra que conhecia a admirava a argúcia das observações de Morelli, e que estas o haviam influenciado no desenvolvimento da ideia de psicanálise.

Ginzburg (1989, p. 149) observa que ambos têm em comum “a proposta de um método interpretativo centrado sobre os resíduos, os dados marginais, considerados reveladores”. É a partir desses indícios e por meio do mesmo raciocínio indutivo que tornou conhecido o personagem Sherlock Holmes, de Arthur Conan Doyle, que se chega às conclusões. “Nos três casos, pistas talvez infinitesimais permitem capturar uma realidade mais profunda, de outra forma inatingível. Pistas: mais precisamente, sintomas (Freud), indícios (no caso de Sherlock Holmes), signos pictóricos (no caso de Morelli).” (GINZBURG, 1989, p. 150) Para Ginzburg, a origem dessa forma de pensar está nas capacidades desenvolvidas pelo ser humano para a caça, que tornavam necessário identificar a presa por meio de rastros: “O caçador teria sido o primeiro a ‘narrar uma história’ porque era o único capaz de ler, nas pistas mudas (se não imperceptíveis) deixadas pela presa, uma série coerente de eventos” (GINZBURG, 1989, p. 152).

De eventos concretos, como a caça, a decifração de crimes ou a interpretação de signos pictóricos de modo a identificar o autor de pinturas, o raciocínio indiciário voltou-se para outras áreas do conhecimento em que o é necessário inferir as causas de um fenômeno a partir de seus efeitos, porque as causas se encontram irreproduzíveis. Isso é evidente em eventos históricos – não há laboratório, afinal, que seja capaz de reproduzir ocorrências do passado e testar hipóteses – e na palavra escrita. “Escrever é retirar-se. Não para a sua tenda para escrever, mas da sua própria escritura. Cair longe da sua linguagem, emancipá-la ou desampará-la, deixá-la caminhar sozinha e desmunida”, escreve Jacques Derrida (1995, p. 61). Assim, o autor é referencial necessário, porém mudo: não é possível tê-lo ao lado para uma consulta, em caso de dúvida, ou para um diálogo que permita levar além a compreensão. E quanto mais antiga escrita, maior a distância, porque tendem a desaparecer também sinalizações culturais que permitiriam absorver as intenções originais do escritor. Com isso, o desenvolvimento das formas de

crítica textual foi afastando cada vez mais a literatura de seus suportes tanto na linguagem oral quanto nos seus meios físicos de difusão:

O seu objeto, de fato, constituiu-se através de uma drástica seleção – destinada a reduzir-se ulteriormente – dos elementos pertinentes. Esse acontecimento interno da disciplina foi escondido por duas cesuras históricas decisivas: a invenção da escrita e a da imprensa. Como se sabe, a crítica textual surgiu depois da primeira (quando decidiu-se transcrever os poemas homéricos) e consolidou-se depois da segunda (quando as primeiras e frequentemente apressadas edições dos clássicos foram substituídas por edições mais confiáveis). Inicialmente, foram considerados não pertinentes ao texto os elementos ligados à oralidade e à gestualidade; depois, também os elementos ligados ao caráter físico da escrita. O resultado dessa dupla operação foi a progressiva desmaterialização do texto, continuamente depurado de todas as referências sensíveis: mesmo que seja necessária uma relação sensível para que o texto sobreviva, o texto não se identifica com o seu suporte. (GINZBURG, 1989, p. 157)

Da mesma forma, ao analisar textos antigos em busca de elementos identificáveis com as práticas jornalísticas, é necessário recorrer à dedução e a “pistas” deixadas pelos escritores originais. No caso do jornalismo, Sousa (2008, p. 7) aponta dois grandes grupos de conteúdos onde essas pistas podem ser localizadas: a literatura e a historiografia. Essas são as fontes que carregam o DNA protojornalístico, por assim dizer, mas não chegam a ser seus definidores, por serem categorias demasiado genéricas. Escavando esses sedimentos um pouco mais é possível alcançar elementos mais significativos, que são indícios de jornalismo nas formulações narrativas (um contributo da literatura) e na motivação (proveniente do trabalho historiográfico). Essas duas vertentes são as formas narrativas e a práxis jornalística, que serão examinadas em seguida.

2.3.1 Os fósseis da escrita

Em seu trabalho sobre a história do jornalismo no Ocidente, Sousa (2008, p. 7) aponta a antiga Grécia como origem do “o primeiro grande fenómeno que contribuiu para fixar a matriz do que veio a ser o jornalismo”. Auxiliada por uma confluência de fatores econômicos (prosperidade comercial e agropastoril) e culturais, a região teve seu período áureo no primeiro milênio antes de Cristo. Esse período foi também marcado pela transição entre a linguagem oral e a fixação da escrita como marco essencial para transmissão

de conhecimento (HAVELOCK, 1996b). A história da literatura europeia, aliás, tem início justamente aí, com os poemas atribuídos a Homero (a “Ilíada” e a “Odisseia”) e Hesíodo (“Os trabalhos e os dias” e a “Teogonia”), por volta do século VII a. C. (HAVELOCK, 1996a, p. 31). Essa é a data provável da formalização de versões escritas desses poemas, já que, oralmente, eles podem ter circulado antes.

Esse marco inicial da literatura também é ponto de partida para a linguagem e as formas narrativas que se desenvolveriam no jornalismo. Há uma coincidência temática (as narrativas de heróis, os grandes conflitos, os diálogos entre pessoas célebres, por exemplo, são objeto privilegiado do jornalismo desde sempre) e mesmo um prenúncio dos modos de organização de texto que prevalecem no jornalismo posterior. Sousa (*Op. cit.*, p. 8) aponta que trechos da “Ilíada” adiantam em quase três milênios o advento do lide⁴⁸ – aquela convenção textual quase onipresente no texto jornalístico, pela qual as reportagens devem ter um parágrafo inicial com maior força narrativa, preferencialmente respondendo a questões básicas sobre o tema abordado.

No relato homérico, a primeira frase de cada seção do relato, normalmente, é construída de maneira a ter impacto e importância, prefigurando aquilo que, três milênios mais tarde, os americanos e britânicos designaram por *lead*. Assim, um *lead* jornalístico não é mais do que uma reinvenção, readaptação e aperfeiçoamento de uma estrutura literária e retórica ancestral para fomentar o interesse por uma história. Por exemplo, começar a narração de uma história por “Este jovem morrerá ao amanhecer”, como fez Homero, significa antecipar a ação, começando pelo mais importante, o que constitui um indício da utilização de um *proto-lead* na literatura de há três milênios. A própria *Ilíada* começa, no Canto I, com a frase memorável e impactante: “Canta, ó deusa, a raiva funesta de Aquiles, filho de Peleus, que trouxe um incontável sofrimento aos aqueus e que precipitou no Hades muitas almas valorosas de heróis, presas de cães e abutres (...)!”, que também se aproxima da noção de *lead*, quer por aportar informação (ficamos a saber que muitos morreram por causa da cólera de Aquiles), quer pela interpelação que faz, quer ainda pelo recorte estilístico, que potencializa sua beleza plástica e seu impacto. (SOUSA, 2008, p. 8)

De acordo com Sousa e outros (o trabalho do português é amplamente baseado, nesse segmento específico, nas pesquisas de Josep Maria Casasús e Luis Nuñez Ladevéze, 1991, sobre gêneros textuais no jornalismo), o relato homérico é caracterizado tipicamente por um enunciado inicial que começa

⁴⁸ Ou *lead*, na forma original em inglês, preferida por Jorge Pedro Sousa na citação a seguir.

com os aspectos mais importantes da ação, passando em seguida a narrar exaustivamente os eventos em sua ordem cronológica. A narrativa incorpora ocasionalmente fatos interessantes ou relevantes, de modo a manter a atenção do leitor/ouvinte, até que se encerra com novos aspectos importantes ou, ainda com uma frase de efeito, que se destaca na estrutura. As frases finais de cada canto, embora tenham a função de manter alguma expectativa na audiência e fazer a ponte com a parte seguinte da narrativa, quase sempre têm menor força dramática que o início. Essa estrutura resulta em uma narrativa de força decrescente, que tem certa equivalência à técnica jornalística conhecida como “pirâmide invertida”, pela qual os elementos são dispostos no texto em ordem decrescente de importância e força. Não se trata de uma equivalência perfeita, porque a estrutura homérica ainda privilegia a ordem cronológica, mas busca uma progressão do mais importante para o menos importante.

Se a estrutura da pirâmide invertida já estava disponível mil anos antes de Cristo, a formulação clássica do lide, respondendo às perguntas “quem?”, “o quê?”, “quando?”, “como?”, “onde?” e “por quê?”, é apenas ligeiramente mais jovem, aos olhos contemporâneos – correspondem no máximo a uma nova aplicação de uma receita já existente. As regras gerais que são, ainda hoje, ensinadas nas faculdades de jornalismo aparecem quase integralmente nas orientações de Cícero sobre as boas regras da retórica, apresentadas por volta de 80 a. C. (KARAM, 2009, p. 110). Mais tarde, no primeiro século da era cristã, Quintiliano elaborou uma nova sistematização, complementando e ampliando as normas retóricas.

Bice Mortara Garavelli (1991, p. 69), baseada na “Retórica a Herênio”⁴⁹, prescreve que o discurso persuasivo para os antigos latinos deveria ter quatro partes: *exordium* (preâmbulo), *narratio* (narração ou exposição dos fatos), *argumentatio* (argumentação), *epilogus* (conclusão ou epílogo). Destas, a *narratio* é quem tem maiores afinidades com a linguagem jornalística, tendo por finalidade ensinar, comover ou deleitar os ouvintes. Esses objetivos serão alcançados se a peça oratória contar com as três virtudes essenciais,

⁴⁹ Obra inicialmente atribuído a Cícero, mas cuja autoria é disputada. Karam relata que muitos autores atribuem a obra a Cornifício, que a teria escrito entre os anos 85 e 82 a. C. – uma época em que Cícero estava ativo e destacava-se como um grande orador. Há ainda uma corrente que defende que a “Retórica a Herênio” não foi escrita por nenhum dos dois, mas por um contemporâneo, talvez aluno de Cícero ou Cornifício.

brevidade, clareza e verossimilhança (GARAVELLI, 1991, p. 76). “Nota-se, também aí, alguma aproximação com o discurso jornalístico e com os valores como credibilidade e fidelidade, incluindo o relato do profissional e a versão das fontes.” (KARAM, 2009, p. 11)

Cícero teria, então, estabelecido uma pequena série de atributos que o discurso deveria endereçar, cada um deles referenciado por uma pergunta (Tabela 1). De acordo com Garavelli, esse seria uma espécie de *check list*, a partir da qual seria possível conferir o cumprimento das condições necessárias para uma correta exposição dos fatos.

Tabela 1
As perguntas-chave da retórica, de acordo com *De Inventione* (Cícero)

<i>Persona</i>	<i>Factum</i>	<i>Causa</i>	<i>Locus</i>	<i>Tempus</i>	<i>Modus</i>	<i>Facultas</i>
<i>Quis?</i>	<i>Quid?</i>	<i>Cur?</i>	<i>Ubi?</i>	<i>Quando?</i>	<i>Quemadmodum?</i>	<i>Quibus adminiculis?</i>
Quem?	O quê?	Por quê?	Onde?	Quando?	Como?	Com que meios?

Fonte: Elaboração nossa, com informações de GARAVELLI, 1991, p. 79.

Um olhar rápido já é capaz de revelar a semelhança da fórmula estabelecida por Cícero e as perguntas básicas a serem respondidas por um lide jornalístico – são as cinco primeiras apresentadas na tabela. De acordo com Garavelli (*Op. cit.*, p. 79-80), essas referências básicas (denominadas “circunstâncias” do fato) tiveram enorme êxito na Idade Média, tendo sido adotadas em tratados religiosos desde os tempos de Jerônimo e Ambrósio (no século IV) até o papa Gregório I (século VII) e o teólogo e pedagogo Hugo de São Vítor (século XI). No século XIII, o magistrado Albertano de Brescia aplicou esses princípios também aos discursos civis e à educação leiga, criando inclusive um verso para ajudar a memorizá-los: “*Quis, quid, cui dicas, cur, quomodo, quando requiras*”.⁵⁰

Ferramentas de linguagem que foram de tal modo relevantes à sua época não poderiam deixar de impregnar a maneira como as sociedades se

⁵⁰ “Quem, o quê, a quem digas, por que, como e quando quiseres” (Tradução nossa)

expressam. Foi por isso que, quando os imperativos da prensa da tecnologia passaram a exigir uma reforma na maneira como as histórias eram contadas, os jornalistas recorreram à fórmula das perguntas básicas e das virtudes essenciais:

É com esta perspectiva, baseada na arte de dizer, resultado da habilidade em fazer, que se estrutura o discurso jornalístico. Por isso, no caso do lead, por exemplo, as atribuições de que a prensa para ler, o telégrafo que poderia cair, o tempo disponível de leitura – fatores da incipiente modernidade e do assoberbado ritmo atual –, quando consideradas razões primeiras ou exclusivas para seu surgimento e permanência, desmentem-se pela necessidade de uma arte de dizer e convencer, no que gregos e romanos foram mestres. (KARAM, 2009, p. 115)

Não se trata, entretanto, de uma importação simples das estruturas e dos modos de fazer consagrados por gregos e romanos. Trata-se de uma técnica profissional desenvolvida e aprimorada pelos jornalistas ao longo dos anos. Mas não, como assinala Sousa (2008, p. 12), uma “técnica sem memória”, ao contrário: quando precisaram de ferramentas lógicas para ensinar e dizer, os profissionais dos séculos XIX e XX recorreram ao enorme arcabouço de informações gerado ao longo da história da humanidade.

2.3.2 Os icnofósseis do jornalismo

Para traçar os primórdios do jornalismo é, preciso, naturalmente, buscar registros escritos. Essa busca deve iniciar-se nos antigos gregos, por duas razões principais. A primeira é porque é neles que se encontra, de forma mais clara, uma transição entre a tradição oral e a linguagem escrita, bem como dos conflitos que surgem em consequência dessa travessia (HAVELOCK, 1996c). A segunda razão é porque os gregos deram partida à formação do jeito de ser do jornalista:

A retórica, ligada à política e ao direito (vida nos tribunais), a literatura, a historiografia e os relatos geográficos e etnográficos foram, assim, alguns dos contributos dos antigos gregos para a fixação, muitos séculos depois, dos **valores** e **formas de agir** dos jornalistas, bem como para a **definição dos formatos e dos conteúdos jornalísticos**, ou seja, para a **fixação das estruturas** típicas das matérias jornalísticas e dos **temas** abordados pelo jornalismo. (SOUSA, 2008, p. 7, grifos do autor)

Assim, os “valores” e “formas de agir” dos jornalistas, bem como um certo conjunto de temas típicos, apontam para um segundo caminho para reconhecer o protojornalismo. O parentesco entre forma narrativa que se estabeleceu no jornalismo e alguns dos métodos adotados pela literatura e pela retórica da Antiguidade é notável, mas, ainda assim, pode ser visto por alguns como mera curiosidade. Mais importante para o entendimento de um recorte histórico do jornalismo é o desenvolvimento da atividade jornalística, seus padrões de ação e de ética. Conforme observa Francisco Karam (2009, p. 115):

Quando tratamos do lead e das narrativas, quando falamos de linguagens e ideologia, poderíamos buscar, na antiguidade greco-romana – e não no que errônea e pejorativamente chama-se hoje de “tecnicismo” –, as bases ontológicas do surgimento da atividade específica; as bases morais da ética da palavra e da profissão jornalística, mesmo que a sociedade de então, por tempo, cultura, ritmo e demais razões óbvias, sequer pudesse conceber qualquer vestígio futuro do hoje chamado jornalismo.

Esses são padrões, talvez, menos óbvios, mas que ajudaram a formar a identidade do jornalista tal como se concebe na contemporaneidade. Para manter a analogia com a Paleontologia, que se desenvolve neste capítulo, é possível recorrer à classificação que aquela ciência faz a respeito dos restos fósseis encontrados na natureza. São duas categorias: os somatofósseis são restos de organismos vivos, enquanto os icnofósseis são vestígios deixados por animais e plantas. Esta segunda categoria inclui marcas de folhas, pegadas, rastros, fezes fossilizadas, tocas ou outro tipo de habitação, ninhos, por exemplo. Eles não permitem conhecer muito sobre o animal em si – sua anatomia ou aparência externa, por exemplo –, mas pode revelar bastante sobre seus hábitos. Pois na historiografia da Antiguidade, bem como em outros escritos, é possível encontrar alguns vestígios desse gênero em relação ao jornalismo.

De acordo com Sousa (2008, p. 23), a historiografia grega a partir do século V a. C. começa a ser elaborada com a intenção de verdade, distinguindo os fatos históricos e separando-os de lendas e mitos. O destaque, nesse caso, vai para Tucídides (apontado como o “primeiro repórter”) e Xenofonte (“o primeiro enviado especial”). Tucídides, em sua obra sobre a Guerra do Peloponeso, parece ter sido o primeiro a avaliar suas fontes com

espírito crítico e a buscar as razões reais dos conflitos, por trás das aparências e dos pretextos dos monarcas. De alguma forma, os conceitos usados pelo autor parecem se aproximar daquelas categorias definidoras do ato de jornalismo na contemporaneidade (STEARNS, 2013), citados anteriormente: ética, comportamento e serviço público.

Mais do que isso: bastante cedo, alguns autores da Antiguidade Clássica apresentavam críticas importantes à forma como se relatavam os fatos no seu tempo. Tais escritos são tratados atualmente como estudos historiográficos pioneiros, mas podem ser entendidos de forma diferente, já que se referiam mais a eventos contemporâneos que àquilo que, hoje, se costuma rotular como a História com letra maiúscula. Tucídides mesmo aponta divergências com outros escritores contemporâneos, como na passagem a seguir, geralmente apontada como uma crítica a Heródoto e a outros que o precederam:

À luz da evidência apresentada até agora, todavia, ninguém erraria se mantivesse o ponto de vista de que os fatos na antiguidade foram muito próximos de como os descrevi, não dando muito crédito, de um lado, às versões que os poetas cantaram, adornando e amplificando os seus temas, e de outro considerando que os logógrafos⁵¹ compuseram as suas obras mais com a intenção de agradar aos ouvidos que de dizer a verdade uma vez que suas estórias não podem ser verificadas, e eles em sua maioria enveredaram, com o passar do tempo, para a região da fábula, perdendo, assim, a credibilidade. (Tucídides, 2001, p.14).

Separar fatos verificáveis de adornos, tratar a informação com precisão. Para o jornalista contemporâneo, tudo isso faz parte de uma lógica tão simples quanto irrefletida. É o método jornalístico, conforme define Stephens (1993, p. 511): “a busca de fatos independentemente verificáveis sobre acontecimentos atuais, através do empreendimento, a observação e investigação. Esse método todo possui importantes limitações; entretanto, juntamente com o telégrafo e outras maravilhas tecnológicas, merece algum crédito por ter colaborado na dissipação da neblina”. Um método que está, na contemporaneidade, apoiado na cultura profissional do apego aos fatos acima de tudo, e que parece ter sua origem nas manifestações protojornalísticas da Antiguidade.

Convém, por um instante, recordar as observações de Mark Deuze e Tamara Witschge (2015, p. 4), mencionadas no capítulo 1. De acordo com

⁵¹ Os antigos historiadores eram chamados de “logógrafos”, uma expressão que Tucídides usa com tom pejorativo (TUCÍDIDES, 2001, p. 14).

eles, o jornalismo contemporâneo articula-se em uma ideologia ocupacional em que os jornalistas veem a si próprios como fornecedores de um serviço público, imparciais, autônomos, comprometidos com o imediatismo e providos de um elevado senso de ética. É possível identificar, de forma clara, a aderência de alguns desses itens na forma de agir de Tucídides em sua já mencionada exposição de motivos. Percebe-se nas poucas linhas a busca de imparcialidade de quem não se preocupa em agradar, o senso de ética e a intenção de levar ao leitor a melhor informação (o que combina com o princípio do serviço público). Eis aí o sinal de indícios de jornalismo nos textos antigos, elementos fósseis que remetem ao jornalismo contemporâneo.

2.4 Uma pequena conclusão

Ao longo deste capítulo, tratou-se de fazer uma revisão de elementos que pudessem ser identificados como antecedentes históricos do jornalismo contemporâneo. Esse trabalho começa com a constatação de que não há uma forma única de jornalismo, imutável ao longo da história, mas uma sucessão de práticas que, a seu tempo, foram jornalísticas (ou protojornalísticas, porque não se apresentavam perfeitamente alinhados com os ideais que nos últimos dois séculos se convencionou chamar de jornalísticos). Essas são as transformações por que o jornalismo tem passado na longa duração e que o trouxeram à conformação atual.

Ao longo desses séculos, as manifestações protojornalísticas se apresentaram misturadas a outras formas de expressão, como a historiografia, a religião, a literatura. Assim, torna-se difícil discernir quais aspectos ou elementos de determinada produção podem ser classificados como protojornalísticos. Esses elementos encontram-se dispersos em meio ao sedimento histórico, e foram denominados “fósseis de jornalismo”. Esses fósseis podem ser encontrados tanto na forma de narrar fatos – e, nisso, são aparentados da literatura, encontrando precursores nas obras de Homero – quanto na práxis dos escritores.

No caso das formas textuais, não parece ser por coincidência histórica que os retóricos latinos e os poetas épicos gregos usavam estruturas textuais que lembram a forma de crescente das narrativas em pirâmide invertida,

consolidadas como referência para o texto jornalístico pelas agências de notícias dos séculos XIX e XX. A semelhança também não se explica por algum tipo de resgate literário, mas pela influência acumulada de séculos de relatos, discursos e argumentações. Ao serem forçados a escolher uma forma de apresentar suas informações em uma situação em que a concisão era essencial, os jornalistas reencontraram caminhos antes traçados e consagrados por referenciais antigos, provenientes da História, da literatura ficcional e de outras fontes.

Já no aspecto praxeológico, elementos como a busca pela imparcialidade e pela precisão, por exemplo, são definidores da atitude jornalística. Seu coração estaria em uma “filosofia do jornalismo” (conforme Luiz Beltrão) ou em uma ideologia ocupacional (conforme Deuze), capazes de sobreviver à “permanente impermanência” que caracteriza a atividade. Na prática, reflete-se em formas de ação que podem ser tipificadas nos atos de jornalismo – cujas características, listadas por Stearns, combinam com as normas definidoras da cultura jornalística, descritas por Deuze e Witschge. Além disso, essa filosofia também se alinha à ideia da comunidade interpretativa dos jornalistas, definida por Barbie Zelizer (1993): “Jornalistas, nessa visão, se reúnem criando histórias sobre seu passado que rotineiramente e informalmente circulam entre si – histórias que contêm certas construções de realidade, certos tipos de narrativas e certas definições de práticas apropriadas”.⁵² O resultado é que os profissionais que produzem as notícias “partilham uma ‘forma de ver’ comum, isto é, uma cultura noticiosa comum” (TRAQUINA, 2002, p. 51). Essa cultura comum inclui a mitologia de acordo com a qual o jornalista é um cão de guarda (*watchdog*, em inglês) dos direitos do cidadão, responsável pela defesa e pela promoção do indivíduo (TRAQUINA, 2005a). O próximo capítulo trará um estudo de caso: a busca de elementos de jornalismo em meio ao evangelho de Lucas.

⁵² “Journalists, in this view, come together by creating stories about their past that they routinely and informally circulate to each other— stories that contain certain constructions of reality, certain kinds of narratives, and certain definitions of appropriate practice.” (Tradução nossa.)

PARTE II – O evangelista e a prática jornalística

3. O QUE LUCAS TEM A VER COM ISSO?

Este capítulo pretende detalhar o postulado de que existem, dentro do *corpus* lucano, sinais de elementos que combinam com manifestações antigas do jornalismo. Segue-se esse caminho para evitar uma leitura influenciada pelo conceito contemporâneo de jornalismo, que consiste em uma atividade profissionalizada, reconhecida e relativamente estável, promovida por indivíduos integralmente dedicados a ela. Este entendimento do jornalismo é localizável no tempo a partir de meados do século XIX e não é válido para as formas anteriores do jornalismo – aqui entendido como a difusão de notícias em meio a diferentes grupos de pessoas.

Sendo assim, o que diferencia Lucas e Atos dos Apóstolos dos outros livros bíblicos, a ponto de que lhes possa ser atribuída a qualidade de protojornalísticos? O caminho para essa discussão passa por um estudo sobre o lugar dos escritos de Lucas nas Escrituras, sobre seus propósitos, características e peculiaridades. É esse percurso que será abordado nas próximas páginas.

3.1 O que é um evangelho?

As Escrituras Sagradas cristãs se dividem em duas partes que, *grosso modo*, espelham a maneira como se convencionou medir o tempo nas sociedades ocidentais: antes de Cristo e depois de Cristo. A primeira parte, denominada Antigo Testamento, traz um relato da criação do mundo e do afastamento dos seres humanos em relação à divindade. Boa parte da narrativa pode (ou deve) ser lida como prefiguração ou metáfora das coisas que haveriam de vir e que são narradas na seção d.C. da Bíblia, o Novo Testamento. Assim, por exemplo, o sistema de sacrifícios ordenado aos israelitas para o perdão de seus pecados serve como uma preparação ou uma analogia para o sacrifício redentor de Jesus Cristo.

Já o Novo Testamento traz o relato do nascimento, vida, morte e ressurreição de Jesus, bem como dos primeiros anos da igreja nascente e

alguns tratados teológicos da nova doutrina, apresentados em forma de cartas escritas por líderes às comunidades que eles próprios fundaram ou assistiram. Assim, o período de pouco mais de 30 anos em que se desenvolveu o ministério terreno de Jesus surge como o ponto focal de uma História universal que chegará à sua consumação em seu retorno triunfante, do qual o último livro do Novo Testamento, o Apocalipse de João, revela alguns *flashes*. É a “plenitude dos tempos”, conforme declaram Gálatas 4.4 e Efésios 1.10.

Em geral, costuma-se dividir de forma didática o Novo Testamento em cinco áreas: quatro evangelhos (Mateus, Marcos, Lucas e João), um livro histórico (Atos dos Apóstolos), treze cartas paulinas (ou seja, atribuídas ao apóstolo Paulo), oito cartas gerais e um livro profético (Apocalipse). O que interessa aqui é tratar dos evangelhos, narrativas relacionadas à vida de Jesus que abrem o Novo Testamento. Cabe, então, uma questão mais específica: que é um evangelho? Quais são as características dessa literatura?

Etimologicamente, a palavra provém do grego *εὐαγγέλιον* (*euangelion*) – uma expressão que não tem, originalmente, um caráter religioso. Em geral a expressão é traduzida como “boas-novas” ou “boas notícias”, mas a expressão não costumava ser aplicada a qualquer tipo de notícia. De acordo com John S. Kloppenborg (2011, p. 334), a expressão era usada por Homero, com o sentido de uma recompensa dada aos portadores de boas notícias.⁵³ No século IV a.C., o plural *euaggelia* era usado para referir-se aos sacrifícios feitos aos deuses para agradecer por boas notícias, e no período helenístico a expressão parece estar especialmente associada às novidades decorrentes de vitórias militares (KLOPPENBORG, 2011, p. 334). Assim, não seria estranho imaginar, por exemplo, a chegada do mensageiro Fidípedes a Atenas para anunciar a vitória na batalha de Maratona como um *euangelion* para a cidade. Havia nessa declaração de vitória um componente de assimilação política que ia além da simples notificação de um fato:

⁵³ No trecho em questão, situado no Canto 14, Ulisses está de retorno a Ítaca e encontra-se com Eumeu, guardador de porcos, um de seus servos mais fiéis. Eumeu não reconhece seu amo, mas elogia enormemente a Ulisses. Este, ainda incógnito, promete-lhe que o amo retornará ainda este ano e reivindica como pagamento pelas boas notícias uma boa capa, a serem entregues na época do retorno do rei. Eumeu, crendo que Ulisses estava morto, se entristece e diz que não poderia dar-lhe roupas de qualquer forma, por não ter outras além das que vestiam (HOMERO, 2006, p. 170–172).

Um evangelho era um tipo particular de boas notícias: politicamente, era a declaração de que o governante havia conquistado seus inimigos e que a cidade estava agora sob a proteção do vencedor. Declarar as “boas notícias” era equivalente a uma celebração de vitória e identificava aqueles que tomavam parte nela com o vencedor. (O’LOUGHLIN, 2015, p. 143)⁵⁴

Luis Heriberto Rivas (2008, p. 18) vai um pouco mais adiante em uma associação entre o poder político e religioso na interpretação dos usos da expressão no início da era cristã. Ele cita fragmentos de uma inscrição localizada na cidade de Priene, na Ásia Menor (atual Güllübahçe, próxima à costa turca do mar Egeu), em que a assembleia da cidade decide estabelecer o dia 23 de setembro, data de nascimento do imperador Augusto, como a data de celebração do ano-novo – e tratava aquele evento como *euangelion* para o mundo.

Foi decretado pelos gregos da Ásia, por proposição do alto sacerdote Apolônio, filho de Menófilo, o Aizariano: visto que a Providência, que tem ordenado divinamente nossas vidas, tendo empregado zelo e ardor, preparou um aperfeiçoamento para a vida ao produzir Augusto, a quem encheu de excelência para benefício da humanidade, enviando-o para nós e nossos descendentes como salvador que pôs fim à guerra e colocou todas as coisas em ordem; desde então, com seu surgimento, César excedeu as esperanças de todos os que receberam boas novas diante de nós, não apenas superando aqueles que haviam sido benfeitores antes dele, mas nem mesmo deixando qualquer esperança de superá-lo para aqueles que estão para vir no futuro; e visto que o começo das boas novas para o mundo foi o dia do nascimento do deus, e visto que a Ásia decretou em Esmirna, quando o procônsul era Lucius Volcacijs Tullus e o secretário era Papion de Dios Hieron, que a pessoa que encontrou as maiores honras para o deus deveria ter uma coroa, e Paulus Fabius Maximus o procônsul, como benfeitor da província tendo sido enviado disso de direito e mente junto com os outros homens através dos quais ele concedeu benefícios na província, o tamanho do qual nenhum discurso seria adequado para relacionar, encontrou algo desconhecido até agora para os gregos para a honra de Augusto, que de aniversário de Augusto deve começar o tempo para a vida - por esta razão, com boa sorte e para nossa salvação, foi decretado pelos gregos na Ásia que o primeiro mês de Ano Novo deve começar para todas as cidades no nono dia antes as calendas de outubro (23 de setembro), que é o aniversário de Augusto.⁵⁵ (SHERK, 1993, p. 125–126)

⁵⁴ “A gospel was a particular type of good news: politically, it was the statement that the ruler had conquered his foes and that the city was now under that victor's protection. Declaring the 'good news' was akin to a victory celebration and identified those taking part with the victor.” (Tradução nossa)

⁵⁵ “It has been decreed by the Greeks of Asia on the motion of the high-priest Apollonios (son) of Menophilos the Aizarian: since Providence, which has divinely disposed our lives, having employed zeal and ardor, has arranged the most perfect (culmination) for life by producing

Neste um trecho curto – o decreto prossegue, mais adiante, dando nomes aos meses e designando a cada um o número de dias que deviam ter –, há diversos termos de importância. O surgimento de Augusto é tratado como *ἐπιφανεία* (*epifaneia*, termo usado em conexão com a aparição dos deuses, inclusive na teologia cristã), e o imperador é tratado, ao mesmo tempo, como deus e como salvador (*σωτήρ*, *sōtēr*, o mesmo termo que as escrituras cristãs usam para se referir a Jesus Cristo).

“A partir desse texto, observamos que entre os pagãos a palavra poderia ser usada como um sentido político e religioso para designar um acontecimento produzido pelos deuses que traria benefícios ao império”, escreve Rivas (2008, p. 18). Para Kloppenborg (2011, p. 335), essa inscrição é uma demonstração de que a expressão havia adquirido “uma forte conotação política no contexto da propaganda imperial romana”⁵⁶. Essa propaganda era especialmente popular nas cidades da Ásia Menor, que demonstravam sua fidelidade ao império sob a forma de santuários grandiosos dedicados à autoridade deificada (BILLINGS, 2009, p. 77). “Este é o contexto no qual o ouvinte do primeiro século entenderia a palavra *euangelion*”⁵⁷ (*Ibid.*, p. 336).

No contexto judaico, a expressão também tinha um uso particular. O substantivo *euangelion* e seu plural, bem como as formas verbais derivadas, eram usadas na tradução grega do Antigo Testamento, a Septuaginta⁵⁸, como

Augustus, whom for the benefit of mankind she has filled with excellence, as if [she had sent him as a savior] for us and our descendants, (a savior) who brought war to an end and set [all things] in order; [and (since) with his appearance] Caesar exceeded the hopes of [all] those who received [glad tidings] before us, not only surpassing those who had been [benefactors] before him, but not even [leaving any] hope [of surpassing him] for those who are to come in the future; and (since) the beginning of glad tidings on his account for the world was [the birthday] of the god, and since Asia decreed in Smyrna, when the proconsul | was Lucius Volcacijs Tullus and the secretary was Pap[ion] from Dios Hieron, that the person who found the greatest honors for the god should have a crown, and Paulus Fabius Maximus the proconsul, as benefactor of the province having been sent from that (god's) right hand and mind together with the other men through whom he bestowed benefits on the province, the size of which benefits no speech would be adequate to relate, has found something unknown until now to the Greeks for the honor of Augustus, that from Augustus' birthday should begin the time for life - for this reason, with good luck and for (our) salvation, it has been decreed by the Greeks in Asia that the New Year's first month shall begin for all the cities on the ninth day before the Kalends of October (September 23), which is the birthday of Augustus.” (Tradução nossa)

⁵⁶ “(...) a strong political connotation in the context of Roman imperial propaganda” (tradução nossa).

⁵⁷ “This is the context in which the first-century hearer would understand the word *euangelion*” (tradução nossa).

⁵⁸ A Septuaginta, muitas vezes referenciada como LXX (o número setenta em algarismos romanos) é a tradução mais antiga das Escrituras judaicas para o grego (ERICKSON, 2011, p. 180), trazendo em si também certo grau de interpretação e paráfrase (BEALE, 2013, p. 145).

equivalentes às expressões hebraicas *běšōrā* (mensagem) e *baššar* (o verbo cognato, que pode ser traduzido por trazer ou anunciar notícias). Nos livros de 1 e 2 Samuel e 1 Reis, as expressões são usadas no mesmo contexto das notícias de sucesso militar do mundo helênico. Nos livros bíblicos de Salmos, Isaías, Joel e Naum, por outro lado, as mesmas expressões são usadas para falar das notícias no contexto dos atos salvíficos de Deus em relação ao seu povo (KLOPPENBORG, 2011, p. 334). É o que ocorre, por exemplo, no Salmo 96.2: “Cantem ao SENHOR⁵⁹, bendigam o seu nome; cada dia proclamem a sua salvação!” (BÍBLIA, 2000, p. 477). Na Septuaginta, este “proclamem” é grafado como *euaggelizesthe*, conjugação do verbo derivado de *euangelion*. Várias dessas passagens teriam sido escritas na época do exílio dos israelitas na Babilônia (de 587 a 538 a.C., aproximadamente), um período em que esse povo vivia em terra estranha, sem direito à sua identidade étnica e religiosa.

Segundo Rivas (2008, p. 18–19), o testemunho dos profetas levou o povo a reconhecer que esse destino era resultado de seu próprio comportamento. Em consequência das atitudes do povo, que se inclinava ao culto de outras divindades locais e concordava com a opressão dos ricos sobre os pobres, pensava-se que Deus já não se comportava como seu rei e protetor. Era sob essas circunstâncias que Isaías anunciava a boa notícia de que a divindade não abandonaria a nação. Essa boa nova é identificada como “um grito de alegria dirigido ao povo que está oprimido, triste, esmagado pelo pecado e suas consequências, visto que se anuncia a mudança dessa situação, pois Deus virá libertá-lo e perdoá-lo” (RIVAS, 2008, p. 19).

Segundo a tradição, teria sido feita no Egito, a pedido de Ptolomeu II, por um grupo de 72 eruditos judeus, seis de cada uma das tribos israelitas. A comunidade judaica que falava grego tinha a Septuaginta como sua referência escriturística (RIVAS, 2008, p. 18). G. K. Beale ressalva que é preciso buscar entender a razão por que os escritores do Novo Testamento citam a Septuaginta: em seu entender, pode ser porque esta é a única versão ao alcance dos autores ou dos destinatários dos livros neotestamentários ou então porque a interpretação que ela traz do hebraico seja mais próxima ao objetivo teológico do escritor.

⁵⁹ Há uma tradição nas bíblias protestantes de assinalar de modo específico nas traduções os pontos em que é usado o nome hebraico de Deus (יהוה, transliterado como YHWH e conhecido o tetragrama hebraico ou tetragrama teonômico) destacando a palavra no estilo versalete. A tradição está ligada à observância judaica de não utilizar o nome de Deus. Os judeus mais conservadores não usam o nome YHWH nem mesmo em suas orações silenciosas, substituindo-o, seja em voz alta ou mentalmente, por expressões como *Adonai* (Meu Senhor), *HaShem* (O Nome) ou outra equivalente. A Septuaginta substituiu o tetragrama por Κύριος (*Kyrios*, Senhor), opção mantida na maioria das bíblias protestantes, quase sempre acompanhada do destaque gráfico aqui apresentado.

Essas influências do entendimento helenístico e da tradição judaica em relação ao anúncio de boas notícias se encontram na formação dos primeiros textos originariamente cristãos. De acordo com Kloppenborg (2011, p. 335), a primeira produção literária do movimento cristão a citar a expressão *euangelion* é a primeira carta de Paulo aos cristãos de Tessalônica (1 Tessalonicenses)⁶⁰. Nesses textos e em outros do *corpus* paulino, *euangelion* designa sempre o anúncio da salvação de Deus – é um sinônimo da mensagem cristã.

O leitor contemporâneo pode e deve buscar a compreensão histórica e contextualizada dos textos, mas estes chegam na forma predefinida de uma produção literária, institucionalizada e coberta por dois milênios de tradições. Para esse leitor, o evangelho surge não como *euangelion*, uma proclamação viva e sincrônica da mensagem cristã, mas como um gênero literário⁶¹. Este leitor do século XXI, em especial caso se encontre no contexto religioso, tende a uma aproximação irrefletida em relação os textos.

Quando questionado a responder o que são os evangelhos, alguém pode dizer que são “biografias de Jesus”, mas isso está longe de ser adequado. Nós podemos pensar neles como tentativas de nos levar à crença em Jesus, mas os elementos apologéticos, por exemplo nas narrativas da paixão e da ressurreição, têm apenas um lugar menor. De novo, nós podemos pensar nos evangelhos como livros nos instruindo sobre como viver, mas, embora eles realmente contenham tais ensinamentos, eles não são sua característica definidora. Se pensamos neles como relatos inspirados de Jesus, precisamos ser claros sobre que tipo de relatos eles são. Compará-los com uma tentativa de reconstrução histórica dos detalhes exatos da vida de Jesus leva a um sem-fim de dificuldades e cria uma perspectiva distorcida do que os evangelhos tentam alcançar. Todas essas ideias convencionais colocam-se no caminho de um entendimento apropriado do que é um evangelho e de que maneira distinta ele nos atinge. (O’LOUGHLIN, 2015, p. 137)⁶²

⁶⁰ A maioria dos observadores estima a data de elaboração de 1 Tessalonicenses por volta do ano 50, com base nas datas em que o procônsul Gálio foi conduzido a Corinto, local de elaboração da carta – Gálio, irmão do escritor Sêneca, é citado no capítulo 18 de Atos dos Apóstolos como tendo presidido o julgamento de Paulo na província romana da Acaia. Por isso, 1 Tessalonicenses é apontada como a primeira carta do *corpus* paulino e, conseqüentemente, o texto mais antigo do Novo Testamento (CULLMANN, 2001, p. 41).

⁶¹ Ou, mais apropriadamente, como uma coleção de variações de gênero literário. Leland Ryken (2013, p. 39–40) observa, que a Bíblia em geral guarda as características comuns de uma antologia: ampla abrangência, múltiplos autores, gêneros variados, fundamentação lógica para a compilação.

⁶² “When asked to say what the gospels are, some might reply, 'biographies of Jesus,' but that is far from adequate. We might think of them as attempts to bring us to belief in Jesus, but the apologetic elements, for instance in the passion and resurrection narratives, have only a minor place. Again, we might think of the gospels as books instructing us on how to live, but though they do contain such teaching it is not their defining characteristic. If we think of them as

O'Loughlin (2015, p. 137) propõe que os textos dos quatro evangelhos precisam ser lidos tendo em mente seis dimensões presentes nos textos: forma, audiência, narrativa, história, mito e finalidade⁶³ – aspectos, destaca ele, presentes nos textos religiosos em geral. O ponto de vista de O'Loughlin permite uma visão didática e útil dos evangelhos como gênero textual.

É em termos de forma que os evangelhos mais se aproximam das biografias. As narrativas evangélicas são estruturadas em torno da vida de Jesus, movimentam-se em torno dela, seguem-na até a morte e o pós-morte. O'Loughlin (*Ibid.*, p. 139) observa que há evidência de que, nos primeiros anos da igreja cristã, havia relatos da vida de Jesus que não eram organizados em forma biográfica – o exemplo mais conhecido é o da coleção de dizeres de Cristo a que os escritos perdidos de Papias de Hierápolis⁶⁴ se referiam como λογία (*logia*)⁶⁵ (EUSÉBIO DE CESAREIA, 2006, p. 117). Para O'Loughlin, o fato de estas coleções não terem sobrevivido seria uma amostra da preferência humana por uma certa forma de contar histórias, baseada nos altos e baixos da vida.

A questão da audiência é essencial para a compreensão da forma. Diferentes destinatários demandam maneiras distintas de expressão, a disposição da plateia determina o andamento de uma palestra. Há consenso entre os especialistas de que os evangelhos foram originalmente compostos para serem lidos em assembleias (que é, por sinal, a origem da expressão grega ἐκκλησία (*ekklēsia*), que deu origem à palavra “igreja” em português) públicas. Eles eram a narrativa da sua própria história, no sentido de que forneciam um substrato comum para uma comunidade que tendia a ser

inspired accounts of Jesus, we need to be clear on what kind of accounts they are. To measure them against an attempted historical reconstruction of the exact details of Jesus's life leads to no end of difficulties and creates a distorting perspective on what the gospels are attempting to achieve. All of these conventional ideas get in the way of a proper understanding of what a gospel is and of the distinctive way in which it addresses us.” (Tradução nossa)

⁶³ No original, “form, audience, story, history, myth, and task”. Optou-se por traduzir “story” por “narrativa” para evitar a confusão entre dois sentidos diferentes da expressão “história”, em português: a dimensão do relato/narrativa, no sentido de como um evento pode ser descrito e de como a audiência se relaciona com ele, e a do desenrolar dos fatos históricos.

⁶⁴ Papias foi bispo de Hierápolis, na Ásia Menor. Estima-se que tenha vivido entre a segunda metade do século I e o primeiro terço do século II. Eusébio de Cesareia o aponta como autor de cinco livros intitulados “Exposição das Palavras do Senhor”, que incluiriam informações sobre a formação dos livros canônicos da Bíblia. Nada do que Papias escreveu sobreviveu, à exceção de trechos breves citados por Eusébio e Irineu de Lyon, entre outros.

⁶⁵ Essa expressão grega costuma ser traduzida como “oráculo”, diferentemente de *logoi*, comumente vertida como “palavras” no português.

heterogênea em outros sentidos – as cartas paulinas e alguns trechos de Atos dos Apóstolos dão a entender que havia entre os cristãos do primeiro século uma grande diversidade étnica, além de alguns conflitos resultantes justamente do desencontro entre os convertidos de origem judaica e aqueles de fala grega. Eram, então, documentos destinados a uma comunidade de crenças comuns, e não escritos apologéticos. Isso nos leva a uma imagem do que pode ter sido a exposição dos evangelhos a seu tempo: “um encontro de crentes para uma refeição (o que seria mais tarde formalizado no ritual da Eucaristia) ouvindo uma performance”⁶⁶ (O’LOUGHLIN, 2015, p. 140) – algo muito diferente de grupos de estudo bíblico contemporâneos, em que diversas pessoas se reúnem, cada um com seu livrinho em mãos ou, ainda, lendo as Escrituras a partir de um aplicativo num dispositivo digital móvel.

Deste engajamento dos ouvintes – um grupo de crentes assistindo à declamação da história formativa da sua própria fé – decorre o aspecto narrativo. Os ouvintes dos evangelhos estavam emocionalmente engajados com Jesus, que, para eles, não era uma figura distante, ou *rabi* sábio que viveu anos atrás em outro país. Ao contrário: trata-se de textos escritos por discípulos, para discípulos.⁶⁷ O ouvinte mergulhava em uma narrativa em que o personagem principal era identificado como seu Senhor, seu salvador pessoal (O’LOUGHLIN, 2015, p. 140). Em uma sociedade oral, é possível comparar a reação de uma audiência ouvindo os relatos evangélicos da mesma forma que o público contemporâneo assiste a um filme de ação, sentado na ponta da poltrona, entusiasmado, torcendo pelo herói.

Em termos de fidelidade histórica, vale a pena recordar a ressalva que consta no versículo final do evangelho de João: “Jesus fez também muitas outras coisas. Se cada uma delas fosse escrita, penso que nem mesmo no mundo inteiro haveria espaço suficiente para os livros que seriam escritos” (BÍBLIA, 2000, p. 870). Por isso o evangelista, na função de biógrafo, precisa tomar decisões editoriais – juntar, agrupar, resumir, acrescentar informação referencial. Tudo isso precisa levar em conta a comunidade (ou rede de

⁶⁶ “(...) a gathering of believers for a meal (what would later be formalized into the ritual of the Eucharist) listening to a performance” (tradução nossa)

⁶⁷ Ryken (2013, p. 38) observa que o objetivo dos escritores e compiladores bíblicos não é a trajetória de personagens, ações e situações, mas a revelação da ação de Deus por meio desses personagens, ações e situações.

comunidades, conforme o entendimento de alguns estudiosos contemporâneos) que seria destinatária do material. O aspecto histórico e o de mito são complementares – e é importante observar que a classificação mítica não reflete um juízo de valor em relação à veracidade do relato, mas refere-se à instância em que ele se desenrola. Enquanto o primeiro leva em conta os acontecimentos naturais, relacionados com a experiência humana convencional, o segundo se refere às coisas que contrariam a ordem natural: aparições angélicas, multiplicação de alimentos, curas excepcionais, ressurreição. O evangelista deseja que o seu ouvinte reconheça que sua narrativa está presente na História (é localizável, mediante paralelos com a história imperial romana, por exemplo), mas que a transcende:

É maravilhosa, milagrosa, não-normal. Mais do que isso, se alguém que não acredita que Jesus é o Senhor diz que ele/ela acha que esta ou aquela história não faz sentido, não há como discutir com tal pessoa: você pode discutir sobre um fato histórico (por exemplo, se Napoleão estava deprimido em Moscou em 1815), mas não sobre um 'evento' que reivindica como sua qualidade básica localizar-se além das fronteiras da história (por exemplo, a aparição de um anjo a Maria [Lc 1.26-38]).⁶⁸ (O'LOUGHLIN, 2015, p. 142–143)

Assim, discorre O'Loughlin (*Op. cit.*, p. 143), as narrativas maravilhosas nos evangelhos não são vistas por sua audiência engajada como uma falha por seus fatores a-históricos, mas como “'janelas' para o mundo que Deus revelou e que está além dos nossos sentidos normais”⁶⁹.

O sentido da finalidade traz em si a busca a uma pergunta importante: por que o escritor compôs este texto para esta audiência? O evangelho de João (capítulo 30, versículos 30-31) responde diretamente a essa questão, ao declarar que “Jesus realizou na presença dos seus discípulos muitos outros sinais miraculosos, que não estão registrados neste livro. Mas estes foram escritos para que vocês creiam que Jesus é o Cristo, o Filho de Deus e, crendo, tenham vida em seu nome” (BÍBLIA, 2000, p. 829). A tarefa (ou o propósito) da narrativa bíblica é, em primeiro lugar, de divulgação e

⁶⁸ “(...)is wondrous, miraculous, non-normal. Moreover, if someone who does not believe that Jesus is the Lord says that she/he finds such and such a story nonsense, it is no use arguing with that person: you can argue about an historical fact (e.g. whether Napoleon was depressed in Moscow in 1815), but not about an 'event' that claims as its basic quality to lie beyond the bounds of history (e.g. an angel appeared to Mary [Lk 1:26-38]).” (tradução nossa)

⁶⁹ “'windows' into the world that God has revealed and which is beyond our normal senses” (tradução nossa)

esclarecimento a respeito de Jesus e, em segundo lugar, promover a comunhão dos leitores com a presença do próprio Cristo. Para O'Loughlin, essa era a essência da expressão *euangelion*, a boa notícia proveniente de Deus:

(...) o ato de reunir-se e ouvir o evangelho proclamado era uma das maneiras pelas quais o Senhor ressurreto estava presente. Assim como o relato foi além da história e revelou miticamente a identidade interna de Jesus, recontar a história não era uma simples recordação, mas um encontro. Reunir-se em seu nome e recordá-lo era tê-lo presente em seu meio.⁷⁰ (O'LOUGHLIN, 2015, p. 144)

Da mesma forma, conforme defende Rivas (2008, p. 31), uma leitura piedosa dos evangelhos não se dá apenas para saber o que Jesus fez em determinada situação, mas para compreender “de que maneira aquilo que ele disse e fez continua, ainda hoje, dizendo e fazendo para quem lê e ouve a leitura do Evangelho neste momento”. Trata-se, então, de uma busca por continuidade.

Todos esses aspectos devem ser levados em consideração para entender as influências que confluem para o entendimento do evangelho de Lucas. Recapitulando, então, pode-se dizer que esses escritos equivalem aos relatos sobre a vida de Jesus, seus atos e ditos, bem como narrativas de sua morte, ressurreição e alguns fatos posteriores. Sua visão de propósito sobrepõe-se ao mero registro cronológico (FRANCE, 2009, p. 1347). Vistos em conjunto, esses registros são elementos fundadores da fé cristã e têm sido vistos nos últimos 20 séculos como a boa notícia de Deus para a humanidade, com base no estabelecimento de uma esperança contra a opressão e o pecado. Os textos foram elaborados tendo em mente sua leitura pública, e nela encontram sua melhor expressão. As igrejas cristãs são unânimes em reconhecer como canônicos (ou seja, inspirados) quatro evangelhos, cuja autoria é atribuída a Mateus, Marcos, Lucas e João. A seguir, serão tratadas a gênese desses textos e a questão das semelhanças e diferenças entre os três

⁷⁰ “(...) the act of gathering and hearing the gospel proclaimed was one of the ways that the risen Lord was present. Just as the account went beyond history and revealed mythically the inner identity of Jesus, so retelling the story was not simple recollection but encounter. To gather in his name and recall him was to have him present in their midst (Mt 18:20).” (tradução nossa) Com isso, O'Loughlin evoca a conhecida passagem de Mateus 18.20, que diz que, quando dois ou mais estiverem reunidos em nome de Cristo, ele estará com eles.

primeiros, conhecidos como evangelhos sinóticos – um grupo que inclui os escritos de Lucas.

3.2 Um olhar sinótico

A entrada da catedral de Brasília é guarnecida de quatro esculturas em bronze, cada uma com três metros de altura, dispostas de forma curiosamente assimétrica: são três do lado esquerdo de quem entra e uma estátua solitária à direita. Todas elas têm em mãos rolos que lembram papiro. Criadas por Alfredo Ceschiatti e Dante Croce, elas representam os quatro evangelistas, Mateus, Marcos, Lucas e João. A maneira como estão colocadas é uma representação concreta de um dos temas mais discutidos nos estudos do Novo Testamento: a questão sinótica.

O adjetivo “sinótico” foi primeiramente usada no século XVIII pelo alemão Johan Jakob Griesbach (conforme CARSON; MOO; MORRIS, 1997, p. 19) para referir-se a um tema conhecido muitos séculos antes: as semelhanças de estrutura, conteúdo e enfoque presentes nos textos atribuídos a Mateus, Marcos e Lucas. A expressão tem origem nas palavras gregas *συνόψις* (*synopsis*), que significa “visão em conjunto” ou “com um mesmo olhar”, e *συνοράω* (*synoráō*), forma verbal equivalente. As diferenciações começam já na abertura dos evangelhos: Mateus, Marcos e Lucas iniciam seus relatos com o nascimento de Jesus Cristo, enquanto João abre com um discurso teológico que situa o papel Jesus desde a Criação. Nos evangelhos sinóticos, conforme notam Carson, Moo e Morris, sobrepõem-se atividades (como viagens e descrições de milagres) e ensinamentos relativamente curtos, dando a impressão de uma ação ininterrupta e intensa. Em contraste, João, do outro lado da rampa que dá acesso à catedral, adota um tom contemplativo em seu evangelho, cuja ênfase está em longos trechos dissertativos (*Ibid.*, p.190-20). O esquema geral dos três sinóticos é parecido, com pregações na Galileia seguidas por uma única viagem a Jerusalém, onde ocorre a crucificação; em João a abordagem é distinta, com três passagens por Jerusalém. Conforme Leon L. Morris (2005, p. 46),

As semelhanças frequentemente são muito estreitas, e as passagens podem ser quase iguais, palavra por palavra. Até mesmo partículas minuciosas e sem importância podem ser idênticas em todos os três relatos. Se isto ocorresse somente nas palavras de Jesus, talvez

podéssemos pensar que a fidelidade na reportagem fosse a explicação. Acha-se, no entanto, também nas narrativas dos eventos.

As narrativas sinóticas, entretanto, não são totalmente uniformes. Há trechos que surgem em uma ordem diferente, outros que constam em algum dos três evangelhos e não aparecem nos outros. Há casos em que material comum é colocado em contextos diferentes. Este é o “problema sinótico”, ou “questão sinótica”: como explicar as semelhanças e omissões? Por que os textos são tão essencialmente similares, mas, ao mesmo tempo, apresentam divergências tão claras?

Tentativas foram feitas para resolver esse problema, a partir da formulação de hipóteses a respeito da origem e da formulação de cada um dos textos sinóticos. Tudo isso é feito a partir de pistas extremamente tênues, e há pelo menos três razões que dificultam o processo de escavação dessas evidências: imprecisão nas alegações sobre autoria, incerteza a respeito do idioma de origem e ausência de evidências físicas dos livros originais. Antes de tratar das hipóteses críticas a respeito da literatura bíblica, será preciso endereçar brevemente essas questões, para avaliar até que ponto elas invalidam a análise pretendida.

É fato que, conforme afirma Hans Küng (1976, p. 128), “Jesus pessoalmente não deixou nenhuma palavra escrita e nada fez para garantir a fiel transmissão de sua doutrina”. Sendo assim, seus ensinamentos passaram a ser transmitidos oralmente, a princípio, pelos que testemunharam os fatos e conviveram com ele: o grupo de doze pessoas mais próximas, denominadas apóstolos (expressão proveniente do grego, com significado de “enviados”) e um conjunto mais amplo de discípulos, espectadores das pregações de Jesus, que o seguia em suas caminhadas pela Judeia e Galileia. Essas formas mais antigas de pregação foram chamadas de querigmas (da expressão grega *kerygma*, traduzível por “proclamação”, “anúncio público”). Assim, o querigma pode ser entendido como “o núcleo central da pregação cristã, isto é, a fórmula que contém o anúncio essencial do Cristo morto e ressuscitado com o chamado à conversão e ao batismo” (RIVAS, 2008, p. 14). Esse núcleo é que foi organizado de forma escrita, a partir da transição da primeira para a segunda geração de crentes (KÜNG, 1976, p. 128), para impedir que as memórias dos primeiros discípulos se perdessem. A mensagem que deixavam

era influenciada pelas comunidades a que se destinavam, de acordo com suas necessidades e com as adversidades que enfrentavam:

Os evangelistas sem dúvida não foram simples colecionadores de material nem relatores apenas, como se pensou por algum tempo, mas teólogos originais a dispor de concepções próprias e distribuíram as narrações e palavras de Jesus segundo um plano próprio e a seu critério: elaboraram determinado esquema que possibilitasse uma narração fluente e contínua. A narrativa sobre a paixão, transmitida, com surpreendentes coincidências, pelos quatro Evangelhos, parece ter formado uma unidade narrativa em época relativamente antiga. Simultaneamente os evangelistas, certamente empenhados em pessoa no ministério missionário e catequético, ajeitavam os textos transmitidos de acordo com as precisões de suas comunidades: interpretavam-nos, onde lhes parecia necessário. Destarte, os vários Evangelhos a respeito do Jesus único apresentavam um perfil teológico muito diferente, apesar dos elementos comuns. (KÜNG, 1976, p. 128)

Esses primeiros registros escritos não contêm reivindicação direta de autoria. Nem Mateus, nem Marcos, Lucas ou João assinaram sua obra, diferentemente do que ocorre, por exemplo, com as cartas de Paulo, que compõem boa parte do conteúdo do Novo Testamento. A atribuição tradicional, entretanto, segue com esses textos desde os primórdios. Eles, provavelmente, já eram conhecidos dessa forma no século I, quando os autores presumidos ainda eram vivos. Escrevendo na segunda metade do século II, Irineu de Lyon (2014) já tratava desses quatro evangelhos, chamando-os pelos nomes com que são conhecidos hoje e atestando sua autoria. Outros testemunhos do século II, como os de Tertuliano, de Clemente de Alexandria, do cânon muratoriano e dos prólogos antimarcionitas, seguem no mesmo sentido (HENDRIKSEN, 2003, p. 26). Tudo indica que a circulação dos manuscritos pelas igrejas do primeiro século prescindia da reivindicação interna de autoria pelo fato de que sua procedência era conhecida de todos. No caso do terceiro evangelho (Lucas) e do livro de Atos, é possível acrescentar um argumento adicional: tratava-se, originalmente, de documento privado, conforme atesta o versículo inicial de ambos os textos. Sua autoria era conhecida pelo remetente e pelo destinatário, o que sugere não haver necessidade de “assinatura”.

O segundo problema diz respeito às dúvidas em relação ao idioma original dos textos. Os manuscritos sobreviventes e todas as citações deles, mesmo as mais antigas, são em idioma grego. Entretanto, é de se supor que a língua falada pelos personagens dos evangelhos teria sido o aramaico, idioma

comum naquela porção do Oriente Próximo. Morris (2005, p. 26) observa que algumas das diferenças constatadas entre os textos sinóticos devem-se a diferenças de tradução entre o aramaico (ou hebraico, que alguns defendem ser a língua falada por Jesus) para o grego. Assim, algumas construções incomuns na língua grega que surgem nos evangelhos podem ser resultado de um esforço para refletir formas naturais do idioma falado por Jesus, que estaria preservado na tradição oral do tempo dos apóstolos ou, ainda, em alguma antiga versão escrita das palavras de Jesus.

Há, inclusive, indícios de que uma espécie de protoevangelho em aramaico tenha precedido os livros canônicos: Eusébio de Cesareia (2006, p. 102) declara na História Eclesiástica (Livro III,XXIV,6) que Mateus “colocou-o por escrito em sua língua natal”. Se isso realmente ocorreu, não há rastro desta obra pioneira – talvez em consequência da destruição de Jerusalém, em 70 d.C.. É provável que essa primeira versão seja, justamente, uma coleção de ditos de Jesus (como aquela que Papias menciona) e não propriamente o evangelho que sobreviveu até os dias atuais.

A formalização dos textos do Novo Testamento em grego, entretanto, providenciou para o cristianismo nascente um veículo saudável para sua expansão, conforme ressalta Harold Innis (2011, p. 81):

Um alfabeto relativamente rígido como o hebreu e dificuldades de comunicação reduziram o problema da educação a uma classe privilegiada ou a um grupo pequeno e bem treinado. Suas habilidades ficaram demonstradas nos avanços literários do Velho Testamento. Os perigos apareceram diante da dificuldade de acompanhar as mudanças na linguagem oral. O povo falava aramaico e o hebreu se tornou uma linguagem aprendida. O cristianismo foi salvo de ser uma seita judaica porque tinha necessidade de recorrer à língua grega falada. “Está escrito [...], mas eu vos digo.” O Novo Testamento foi escrito em grego coloquial.

Dessa forma, a diferença na linguagem não deve ser vista como uma dificuldade, mas como uma característica peculiar do Novo Testamento, resultado do ambiente multicultural em que o cristianismo nascia e realizava seu desenvolvimento inicial.

A terceira dificuldade provém da ausência de fragmentos que possam ser considerados vias originais dos relatos evangélicos. Os manuscritos completos já descobertos datam do século IV. “Deixando à parte fragmentos mais antigos, cerca de 300 anos, portanto, separam a redação original do texto

conservado”, observa Oscar Cullmann (2001, p. 7). Embora esse possa ser um argumento em favor de uma hipótese de deturpação – de cópia em cópia erros de escrita podem ser perpetuados e deformações podem ser acrescentadas –, é preciso lembrar que o caráter de escritura religiosa fez com que os textos fossem reproduzidos com minúcia e escrúpulo. Da mesma forma, as cópias foram preservadas em melhor estado que outros escritos contemporâneos. Cullmann (*Op. cit.*, p. 7) relata que o manuscrito mais antigo de uma obra do dramaturgo grego Ésquilo (do século V a.C.) data do ano 1000.

Alguém poderia citar como uma quarta razão a dificultar a discussão da questão sinótica a existência de narrativas concorrentes, comumente denominadas evangelhos apócrifos no campo dos estudos bíblicos. Essa, entretanto, talvez seja a principal causa da formalização de todo esse material. Isso porque diversas narrativas da vida, dos atos e das pregações de Jesus deveriam conviver nos primeiros anos do Cristianismo. Essas narrativas teriam de ser provenientes dos seus seguidores mais próximos (os doze apóstolos e um grupo maior, porém ainda limitado, de discípulos), que foram testemunhas oculares dos eventos da Judeia. O surgimento de narrativas divergentes levou as lideranças apostólicas a buscar uma uniformização das composições, de forma a garantir a perpetuação das versões que mais se aproximavam daquilo que elas próprias haviam presenciado (RIVAS, 2008, p. 27). Cada um desses textos teria sido, então, composto primariamente⁷¹ de acordo com as os desafios teológicos que eles próprios estavam enfrentando e com as características culturais da comunidade a quem se dirigiam. Essa seria a

⁷¹ A ressalva deste “primariamente” deve-se à objeção apresentada por Richard Bauckman (1999) ao aparente consenso que, ao longo do século XX, se formou em torno da ideia de que os evangelistas compuseram seus textos como epístolas, destinados a uma única comunidade e tratando determinadas peculiaridades doutrinárias ou comportamentais nela detectadas. Para Bauckman, a mobilidade permitida às pessoas até, provavelmente, o terceiro século depois de Cristo (o período da *pax romana*) era favorável à livre circulação de pessoas e de ideias. A movimentação de Paulo, Apolo, Timóteo e outros, descrita ou ao menos mencionada nos Atos dos Apóstolos e nas cartas paulinas, parece confirmar essa suposição. Além disso, as mesmas evidências apontam para uma circulação de informações relevante entre as igrejas. A linguagem cristã, que desde os primórdios identificava como “irmãos” aqueles que seguiam a mesma fé, encorajava os convertidos a substituir a família de sangue pelos laços da igreja, de forma que as pessoas podiam sentir-se apoiadas em qualquer lugar. As cartas de João assim como obras extrabíblicas, como o Didaquê, indicam que havia certo número de pregadores itinerantes viajando entre as igrejas. Essas observações levam a crer que havia um movimento cristão pela bacia mediterrânea em que o intercâmbio de informações era amplo. Nesse ambiente, ficaria ainda mais importante formalizar por escrito o evangelho, como maneira de garantir que a doutrina que estava sendo disseminada seria uniforme. Por essas razões, parece fazer todo sentido imaginar redes de igrejas que se comunicavam.

origem da ideia de um único evangelho, expresso de quatro formas diferentes – uma ideia, que, de resto, está presente no título grego tradicional que antecede cada narrativa: *Ευαγγέλιον κατά* (*Euangelion katá*, “Evangelho segundo” ou “de acordo com”)⁷².

Em uma das explicações mais antigas sobre a razão de haver quatro evangelhos canônicos – ou seja, tidos pelas autoridades eclesiásticas da época como inspirados e aceitos pelos cristãos em geral – Irineu de Lião (2014, p. 201) diz que eles formam um conjunto perfeito. Não seriam quatro textos separados, de acordo com o antigo bispo, mas “um Evangelho, quadriforme, sustentado por um único Espírito” e explicáveis pelas figuras sobrenaturais descritas no livro do profeta Ezequiel (capítulo 1) e no Apocalipse de João (capítulo 4). Para Irineu, as quatro criaturas que ladeiam o trono de Deus são imagens que representam cada um o texto de um dos evangelhos. Irineu justifica suas escolhas nas palavras iniciais de cada livro. Assim, o evangelho de João é representado pelo leão, por trazer nos seus primeiros versículos a imagem gloriosa de Jesus junto com Deus desde a criação. Lucas, por ser “portador do caráter sacerdotal” (IRINEU DE LIÃO, p. 201), começa sua narrativa com o sacerdote Zacarias oferecendo sacrifício de incenso, e, por isso, seria representado pelo touro, que é sacrificado no altar. Mateus, cujo evangelho começa relatando a genealogia de Jesus, é simbolizado pela figura humana. E Marcos, cujo início relembra que o profeta Isaías havia predito a atuação de João Batista como precursor de Jesus, é representado pela águia porque demonstra que a história é contada por uma perspectiva do alto, profética.

Não seria arriscado dizer que nunca será possível determinar com certeza o percurso pelo qual os evangelhos, na forma como chegaram aos dias atuais, foram redigidos ou compilados. O próprio texto de Lucas aponta que houve diversas tentativas de narrar os acontecimentos acerca de Jesus (Lucas 1.1-4 ARA):

⁷² Neste sentido, é bastante elucidativa a explicação dada por Antônio Renato Gusso (2006, p. 108) a respeito. Ele recorda que, no Novo Testamento, o termo *Ευαγγέλιον* sempre se refere à proclamação oral da mensagem da salvação. Sendo assim, só é possível a existência de um evangelho. “O termo plural, ‘os evangelhos’, é uma contradição de sua própria natureza” (*Ibid.*, p. 108). A expressão só passou a ser usada no sentido de um livro específico que descreve a trajetória de Jesus na terra no século II.

Visto que muitos houve que empreenderam uma narração dos fatos que entre nós se realizaram, conforme nos transmitiram os que desde o princípio foram deles testemunhas oculares e ministros da palavra, igualmente a mim me pareceu bem, depois de acurada investigação de tudo desde sua origem, dar-te por escrito, excelentíssimo Teófilo, uma exposição em ordem, para que tenhas plena certeza das verdades em que foste instruído. (BÍBLIA, 1993, p. 61)

Esses quatro versículos apontam para o uso de fontes que antecederam ao próprio evangelista, e alimentam a discussão sobre a questão sinótica. Sendo a discussão das fontes útil para o entendimento do tema desta pesquisa, o tema será revisto a seguir.

3.2.1 As soluções propostas

À primeira vista, alguém poderia dizer que os textos se assemelham por tratar da mesma matéria. Essa tentativa não explica as diferenças entre os sinóticos nem dá pistas sobre as razões por que o evangelho de João é tão distinto. Se cada evangelista tinha memórias e dizeres ou mesmo narrativas isoladas de Jesus, cada um deles poderia dispor delas como quisesse. O fato de a formalização desses textos usar um plano comum parece apontar para alguma forma de dependência entre esses três textos (CULLMANN, 2001, p. 17). Na tentativa de explicar a questão sinótica, foram formuladas cinco hipóteses⁷³.

A primeira delas é conhecida como a da utilização recíproca. De acordo com ela, os escritores de Marcos, Mateus e Lucas utilizaram-se reciprocamente e, com isso, alteraram uns aos outros. É, provavelmente, a mais antiga das três – em sua “Harmonia dos Evangelhos”, escrita em fins do século IV, Agostinho de Hipona formulava uma primeira versão dessa teoria. De acordo com ele, Mateus teria escrito o primeiro arrazoado com as palavras e atos de Jesus. Marcos, auxiliar de Pedro em sua pregação em Roma, teria feito um resumo do que escreveu Mateus, para uso na capital imperial. Lucas teria vindo depois, mesclando o que seus antecessores já haviam anotado, resumindo algumas

⁷³ Conforme Oscar Cullmann (2001, p. 17–20). Diferentes interpretações podem ser feitas nesse sentido. Os instrumentos de análise dos textos podem ser divididos em três áreas: crítica da forma, que se baseia principalmente nas tradições orais; crítica das fontes, que tem foco em como as unidades temáticas foram coligidas dentro dos evangelhos; e a crítica da redação, centradas nas contribuições literárias e teológicas de cada um dos escritores (CARSON; MOO; MORRIS, 1997, p. 21). A abordagem de Cullmann permite um olhar mais amplo sobre essas possibilidades.

partes e acrescentando outras. Daí provém a apresentação tradicional dos livros, que trazem Mateus em primeiro lugar, abrindo o Novo Testamento, presumindo-se ser esse o texto mais antigo (CULLMANN, 2001, p. 17). Há, entretanto, outras hipóteses de interdependência. Atualmente, a maioria dos estudiosos aponta para a primazia histórica do registro de Marcos (SCHREINER; DAUTZENBER, 2004, p. 222).

A segunda possibilidade é a teoria do evangelho primitivo. Segundo essa formulação, os três evangelhos sinóticos teriam sido precedidos por uma fonte comum, que se perdeu. Essa origem antiga, provavelmente redigida em idioma aramaico, teria sido usada como base pelos três evangelistas, cada qual buscando retratar os eventos sob a égide da realidade de suas comunidades e buscando o que eles próprios tinham de recordações dos eventos. A terceira possibilidade é a das diegeses, que aponta a possibilidade de pequenos fragmentos da história de Jesus terem sido escritos pouco tempo após a crucificação. Esses fragmentos conteriam falas de Jesus Cristo, narrações de milagres, relatos sobre a paixão. Esses relatos teriam sido combinados pelos apóstolos de forma a compor histórias mais longas e coerentes, e seria essa a origem dos textos dos evangelhos sinóticos. Essa hipótese foi defendida por Friedrich Schleiermacher, em 1817, que defendia que Lucas havia colecionado e organizado anotações da época dos apóstolos – o trecho já citado do prólogo de Lucas é apontado como uma evidência de que os evangelistas trabalharam com esses fragmentos, chamados “diegeses”. Já a hipótese da tradição oral aponta para a disseminação de uma narrativa oral conhecida das igrejas e consagrada pelo uso. O trabalho dos evangelistas teria sido, então, o de organizar esse relato oral por escrito, editando-o conforme as características de cada comunidade.

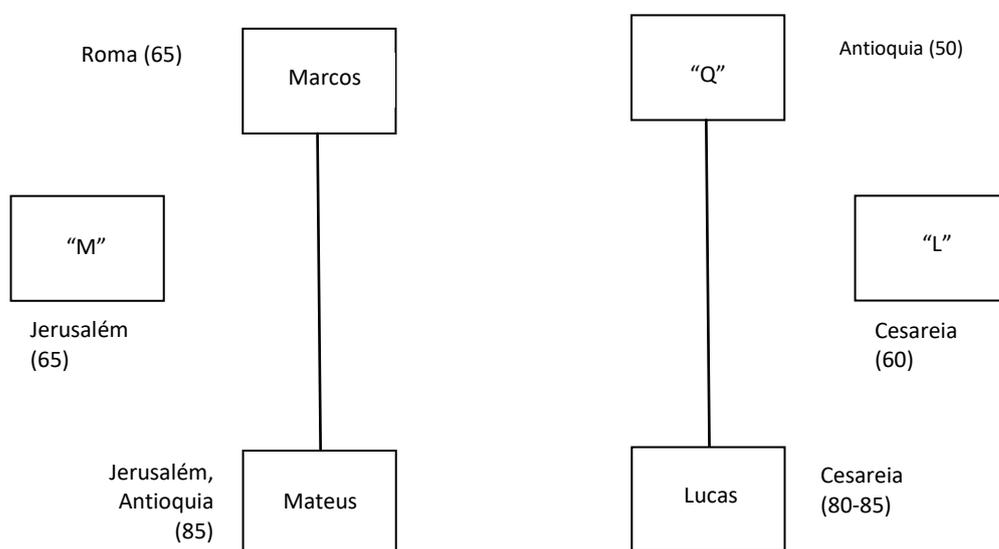
A quinta e última hipótese é a das duas fontes, aqui abordada com a inclusão de suas variantes. A hipótese das duas fontes combina a ideia da utilização recíproca com a tese de um evangelho perdido. De acordo com a formulação original – feita por Heinrich Julius Holtzmann em 1863 –, o evangelho de Marcos teria sido o primeiro a ser firmado por escrito. Este texto e uma coleção de palavras de Jesus teriam servido de base para as compilações de Mateus e de Lucas. A princípio, Holtzmann associou essa fonte às *logia* mencionadas por Papias. Essa hipótese tornou-se a mais aceita pelos

estudiosos, embora ainda sofra oposição (CULLMANN, 2001, p. 18). Essa fonte perdida passou a ser denominada Q (do alemão *Quelle*, “fonte”); mais recentemente, passou-se a admitir a probabilidade de mais de uma fonte primitiva, assim como a possibilidade de a base para os escritores bíblicos não ser exatamente o evangelho de Marcos, mas um “proto-Marcos”, ainda não acabado (*Ibid.*, p. 19). Q seria, então, a matéria prima principal dos cerca de 250 versículos que Mateus e Lucas têm em comum, mas que não se encontram em Marcos. Desse material, há muito pouco que se encaixa na forma narrativa, donde que se subentende que Q seria, essencialmente, um documento formado por ditos de Jesus (MORRIS, 2005, p. 51–52).

Como um desdobramento da teoria das duas fontes, o britânico Burnett Hillman Streeter propôs, em 1924, a hipótese das quatro fontes. Além de Marcos e “Q”, Streeter acrescenta duas outras fontes: “M”, com o material exclusivo do evangelho de Mateus, e “L”, cujo conteúdo seria formado pelas narrativas e ditos exclusivos do livro de Lucas, conforme a figura abaixo.

Figura 1

A hipótese das quatro fontes, de Streeter



Fonte: Elaborado pelo autor, sobre esquema apresentado por Carson, Moo e Morris (1997, p. 35)

A hipótese de Streeter é a que trata de forma mais radical a linha da crítica das fontes. Embora ela apresente um ponto de vista relevante sobre a diversidade das influências que cercaram a formalização por escrito dos

evangelhos, a maioria dos críticos da atualidade tem sido cética quanto à existência de M e L como documentos escritos (CARSON; MOO; MORRIS, 1997, p. 36) – essa nomenclatura tem sido usada com alguma frequência para referir-se a informações exclusivas de Mateus e Lucas, mas admitindo que elas, provavelmente só existiram de forma oral.

3.2.2 Lucas no panorama sinótico

Neste trabalho, o olhar do pesquisador se detém sobre Lucas, o terceiro evangelista – na passarela de acesso à catedral de Brasília, ele é mais próximo da igreja. Trata-se, na verdade, do primeiro volume de uma obra em duas partes, sendo a segunda o livro de Atos dos Apóstolos, uma continuação lógica da história remota do Cristianismo. O evangelho de Lucas trata do nascimento, vida, morte e ressurreição de Jesus e dos acontecimentos que os cercaram, enquanto Atos apresenta os feitos de alguns dos seus discípulos mais próximos, bem como o estabelecimento de novas frentes para a pregação cristã na Ásia e na Europa. O terceiro evangelho é o mais longo; somando-o a Atos, fica claro que Lucas escreveu mais do que qualquer outro escritor do Novo Testamento. Em termos literários e teológicos, os dois livros formam um conjunto de grande importância:

(...) o Evangelho segundo Lucas possui uma característica peculiar, por ser o único escrito do Novo Testamento que tem uma continuação com características próprias no aspecto literário, didático, apologético, geográfico, histórico e teológico. Alguns desses aspectos podem ser detectados também na própria narração evangélica, e valem para justificar o trabalho redacional com que Lucas reelaborou os materiais recebidos da tradição. Somente compreendendo a totalidade da obra lucana é que se pode chegar a perceber como Lucas foi, pouco a pouco, semeando numerosos signos literários, que servem de preparação para uma série de detalhes verdadeiramente importantes para o propósito de seu relato. (FITZMYER, 1981, p. 21–22)⁷⁴

⁷⁴ “(...) el Evangelio según Lucas posee una característica peculiar, en cuanto que es el único escrito del Nuevo Testamento que tiene una continuación con perspectivas propias en el aspecto literario, didáctico, apologético, geográfico, histórico y teológico. Algunos de estos aspectos se pueden detectar también en la propia narración evangélica, y valen para justificar el trabajo redaccional con el que Lucas ha reelaborado los materiales recibidos de la tradición. Sólo si se comprende la totalidad de la obra lucana se puede llegar a percibir cómo Lucas ha ido poco a poco sembrando numerosos signos literarios, que sirvan de preparación para una

De acordo com uma razoável maioria dos biblistas, Lucas teria sido o último dos três textos sinóticos a ser concluído. Em sendo assim, ele teria, forçosamente, de ter utilizado fontes que lhe antecederam, de acordo com as diversas possíveis explicações para o problema sinótico. De acordo com Carson, Moo e Morris (1997, p. 132), Lucas altera Marcos e a provável fonte Q de forma a melhorar-lhes o estilo e a forma de expressão. Os textos não são totalmente reescritos, mas têm partes preservadas, de forma a revelar o uso de fontes. Em geral, Lucas parece abreviar o que Marcos escreveu, mediante a supressão de trechos que não comprometem o entendimento da passagem. É o caso da parábola do semeador (Lc 8.4-8 e Mc 4.1-9): em Marcos, ela soma 151 palavras, ao passo que Lucas a descreve em 90.

Em outras situações, em especial na descrição da paixão e nos aparecimentos após a ressurreição, Lucas tende a seguir por um caminho diferente de Marcos. Por essa razão, alguns autores identificam um documento que costuma ser chamado de Protolucas, resultado da combinação de informações de Q com as fontes próprias de Lucas (L). Um dos argumentos em favor da existência de um documento protolucano é o uso do vocativo *Κύριε* (*kyrie*, “Ó Senhor”), que surge 16 vezes em Lucas, contra apenas uma em Marcos (CARSON; MOO; MORRIS, 1997, p. 134).

Fosse esse o fulcro da tese, haveria uma grande quantidade de argumentos e ressalvas em relação ao uso de fontes por Lucas a serem descritos aqui. Como o tema central é o estudo dos indícios de jornalismo no terceiro evangelho, entretanto, seria ocioso prosseguir com essa discussão. Para uma ter uma ideia sucinta e, ao mesmo tempo, ampla das possibilidades de uso de fontes, os capítulos de Carson, Moo e Morris (1997) sobre a questão sinótica e sobre Lucas trazem uma introdução completa. Ressalte-se, ainda, que há um sem-número de hipóteses sobre a formação dos evangelhos, e mesmo temas tidos como assentados têm recebido novas contribuições. É o caso, por exemplo, da hipótese postulada mais recentemente por Barbara Shellard (2002). Ela defende que Lucas seria, cronologicamente, o quarto evangelho, e que suas fontes incluem Marcos, Mateus e também João – uma possibilidade que vinha sendo descartada pela academia há muito tempo.

serie de detalles verdaderamente importantes en orden a la finalidad de su relato.” (tradução nossa)

A característica de Lucas como um investigador, revelada no seu prólogo, dá uma indicação de como o seu texto deve ser encarado: “Certamente não é irracional concluir que parte da pesquisa que Lucas fez envolveu aprender com – e talvez até entrevistando diretamente – aqueles que foram testemunhas oculares e ministros da palavra”⁷⁵ (CROWE, 2012, p. 85). Howard Marshall, comentando a respeito das narrações da infância de Jesus e os eventos que o antecederam (o nascimento de João Batista, o encontro entre Maria e Isabel e outros relatos que contam entre Lc 1.5 e 2.52), observa:

Não sabemos como Lucas tomou conhecimento das histórias; presumivelmente elas foram transmitidas em círculos familiares, mas não se tomaram públicas. Elas têm algo de poético e dramático, embora os principais fatos sejam históricos e corroborados pelo relato independente de Mateus. (MARSHALL, 2009, p. 1477)

A partir do que foi exposto, parece haver no terceiro evangelho um esforço intencional de coleta, seleção e edição de informações que o aproximam do trabalho de um historiador ou de um jornalista. Acrescente-se a isso a tradicional observação de que a forma de escrita usada no evangelho de Lucas utiliza-se de um vocabulário e de um estilo que se aproxima mais do grego clássico do que os outros escritos do Novo Testamento⁷⁶, e as variações no estilo decorrentes do uso das fontes – quando se expressa de uma forma mais próxima da linguagem semítica, Lucas está fazendo uso de fontes mais antigas; quando suas escolhas de palavras se assemelham à Septuaginta, tende a fazê-lo porque está tratando do cumprimento em Jesus das profecias e promessas do Antigo Testamento, conforme foram perenizadas por essa tradução grega (HENDRIKSEN, 2003, p. 58). Ao fim, o que se tem é um

⁷⁵ “It is certainly not unreasonable to conclude that part of the research Luke did involved learning from – perhaps even interviewing directly – those who were eyewitnesses and ministers of the word.” (Tradução nossa)

⁷⁶ É importante lembrar aqui que os escritos neotestamentários usam uma variante do grego diferente do clássico – é o chamado grego *koiné*, expressão equivalente a “comum” ou “ordinário”. Esta era a língua do dia a dia no período helenístico, nas regiões de influência grega. O grego clássico, por contraste, era a vertente ática (COENEN; BROWN, 2000, p. LXIX). Diversos comentaristas apontam que, em especial, os quatro primeiros versículos do evangelho (frequentemente citados como “prólogo de Lucas”, e que equivalem a uma espécie de exposição de motivos para a composição do livro) são escritos em um estilo que lembra a historiografia helenista do século I. Joseph Schmid (1968, p. 43–44) escreve que esse prólogo contém o texto mais elegante de todo o Novo Testamento e revela um escritor seguro de sua capacidade. Hendriksen (2003, p. 81–82) compara o prólogo com as aberturas de “Contra Apião” e do segundo volume das “Antiguidades Judaicas”, de Flavio Josefo, apontando grandes semelhanças estilísticas.

cenário em que a seleção e edição de material, feita com vistas à distribuição das informações, é essencial ao entendimento das narrativas atribuídas a Lucas. Como, de resto, seria essencial para o entendimento da forma de trabalhar de qualquer jornalista, em qualquer cenário histórico.

3.3 As peculiaridades de Lucas

Essas peculiaridades não deixaram de ser percebidas. Ao longo da história, Lucas foi conhecido como o evangelista que tinha espírito de historiador (CARSON *et al.*, 2009, p. 1472). Ele também foi apontado como o grande cronista do Novo Testamento (CULLMANN, 2001, p. 27) e como “um tipo de jornalista do século I” (STROBEL, 2001, p. 22). Esses epítetos vêm a despeito do pouco que se conhece, de fato, a respeito do personagem Lucas.

A discussão a respeito de quem é o autor⁷⁷ do terceiro evangelho é recorrente na literatura e deve-se, principalmente, à ausência de uma reivindicação de autoria. Mas não só a ela – afinal, algumas das cartas paulinas, que incluem preâmbulos mencionando diretamente Paulo, também têm sua autoria discutida. Importa aqui o fato de que o nome de Lucas nunca é mencionado nas narrativas da vida de Jesus. Mateus e João estavam entre os doze apóstolos. Marcos, de acordo com a tradição, deve ter acompanhado pelo menos parte do ministério terreno de Jesus, já que a nascente igreja de Jerusalém se reunia na casa de sua mãe, conforme descreve Atos 12.12. Mas quem era Lucas?

O nome Lucas é referido apenas três vezes no Novo Testamento, sempre no ambiente das cartas de Paulo, denotando que se tratava de um companheiro de trabalho e de viagens do apóstolo. Colossenses 4.14 o cita

⁷⁷ Para os propósitos desta tese, não está sendo tratada em profundidade a questão da autoria do evangelho, bastando apenas alguns parágrafos para descrever as principais teorias. Entre os estudiosos das Escrituras, no entanto, esta tem sido uma discussão importante, em especial pelo fato de não haver uma declaração direta de autoria nos textos – como, aliás, era frequente à época. Conforme Dicken (*op. cit.*, p. 8), há duas hipóteses de autoria. A primeira é do reconhecimento da tradição que aponta a autoria de Lucas, médico de origem grega e colaborador de Paulo em suas viagens missionárias; a segunda, de um escritor desconhecido. Hendriksen (2003, p. 20–21) especula ainda a possibilidade de Tito – que alguns autores apontam como um possível irmão de sangue de Lucas – ser o escritor do terceiro evangelho. Sustenta essa hipótese o fato de Tito, assim como Lucas, não ser nunca mencionado nominalmente no livro dos Atos dos Apóstolos. O próprio Hendriksen, entretanto, descarta a possibilidade por não haver qualquer outra evidência nesse sentido.

como “o médico amado” (BÍBLIA, 2000, p. 945), e faz um panorama étnico daqueles que acompanhavam Paulo na sua prisão. Diz que estavam com ele apenas três judeus, Aristarco, Marcos e Jesus⁷⁸. Logo em seguida são citados outros três nomes, de Epafras, Lucas e Demas, dando a entender que estes últimos não eram judeus. Fitzmyer (1981, p. 72) recorda que João Crisóstomo, no século IV, associava Lucas a uma passagem um tanto obscura de 2 Coríntios 8.18, em que Paulo explica que estava enviando aos cristãos de Corinto duas pessoas, Tito e “o irmão que é recomendado por todas as igrejas por seu serviço no evangelho” (BÍBLIA, 2000, p. 928).

Fora das Escrituras, a referência mais antiga a Lucas é o fragmento muratoriano (ou cânone muratoriano). Trata-se de um trecho de uma lista de livros bíblicos, com pequenas explicações sobre alguns deles, descoberta na Biblioteca Ambrosiana de Milão no século XVIII. O manuscrito data do século VIII, mas ele reproduz um documento mais antigo, cuja data original costuma-se atribuir entre os anos 170 e 180. O cânone diz que

Lucas era médico de profissão. Depois da ascensão de Cristo, Paulo o tomou consigo, porque escrevia bem. Lucas escreveu sua narração a partir do que ouviu e a assinou com seu próprio nome. Embora não tenha tido contato pessoal com o Senhor, começou seu relato pelo nascimento de João, segundo permitiam suas próprias investigações.⁷⁹ (FITZMYER, 1981, p. 74)

O texto do fragmento combina com a ideia contida no prólogo (Lc 1.1-4), do qual se depreende que Lucas não caminhou junto com Jesus em seu ministério – se fosse de outra forma, ele não precisaria ter evocado as testemunhas oculares. Das pessoas a quem Lucas ouviu para compor sua obra, o apóstolo Paulo deve ter tido grande importância. Irineu de Lyon (2014, p. 218), escrevendo em fins do século II, conta que Lucas acompanhou Paulo em suas viagens, inclusive quando foi a Roma, preso:

Estando presente a todos estes acontecimentos, Lucas anotou-os diligentemente sem que se possa achar nele mentira, nem ilação, por

⁷⁸ Não é, naturalmente, o Cristo, mas um israelita homônimo, convertido ao cristianismo. Algumas traduções da Bíblia apresentam-no como Josué, talvez para evitar confusão, já que o nome hebraico é equivalente.

⁷⁹ “Lucas era médico de profesión. Después de la ascensión de Cristo, Pablo lo tomó consigo, porque era un buen literato. Lucas escribió su narración de oídas, y la firmó con su propio nombre. Aunque no había tenido contacto personal con el Señor, empezó su relato por el nacimiento de Juan, según se lo permitían sus propias investigaciones.” (tradução nossa)

serem acontecimentos conhecidos, e por ele ser mais ancião do que todos os que hoje ensinam o erro, e por não desconhecer a verdade.

A presença de Lucas é atestada, de acordo com o testemunho tradicional, pelos trechos em primeira pessoa que constam do livro de Atos. Segundo essas passagens, Lucas teria de ter se juntado ao grupo de Paulo, no máximo, em sua segunda viagem missionária, por volta do ano 50. Estariam juntos, portanto, quando Paulo pisou pela primeira vez em território europeu, partindo de Trôade, na Ásia Menor. Embora apresentados desde sempre (de acordo com os testemunhos dos pais da igreja – bispos e líderes dos três primeiros séculos do cristianismo – e dos primeiros historiadores eclesiásticos) como escritos separados, o evangelho segundo Lucas e a narrativa dos Atos dos Apóstolos precisam ser considerados como um conjunto – a “dupla obra lucana” a que se refere Fitzmyer (1981, p. 27). Por isso, a exegese moderna costuma referir-se ao conjunto como Lucas-Atos (MARGUERAT, 2004, p. 1), um díptico indissociável.

Um terceiro testemunho a respeito de quem era esse Lucas provém do Prólogo Antimarcionita a Lucas, um escrito anônimo datado entre os anos 160 e 180 (HENDRIKSEN, 2003, p. 26), composto, segundo consta, para combater os pontos de vista do filósofo gnóstico Marcião, que negava a validade das escrituras do Antigo Testamento e prescrevia um cânon resumido do Novo Testamento⁸⁰. O prólogo descreve Lucas da seguinte forma:

Lucas era, de fato, sírio da Antioquia, médico por profissão, discípulo dos apóstolos. Depois seguiu Paulo até seu martírio, servindo a Deus irrepreensivelmente. Nunca teve esposa, nunca teve filhos, morreu aos 84 anos na Beócia, cheio do Espírito Santo. Então, quando já estavam escritos os evangelhos de Mateus na Judeia e de Marcos na Itália, instigado pelo Espírito Santo ele escreveu o evangelho na região da Acaia⁸¹, indicando no início que outros foram escritos antes, mas [dizendo] que era de máxima necessidade expor uma narrativa exata e em ordem para os fiéis gregos, de modo que eles não fiquem atados a fábulas judaicas nem sejam seduzidos pelas fantasias heréticas e desviados da verdade pelas suas exigências estúpidas. Assim, ele tomou o nascimento de João, extremamente necessário,

⁸⁰ Marcião foi um dos primeiros a demandar uma lista de escritos autorizados do Novo Testamento e sua pregação apressou a definição de um cânon neotestamentário. Ele pregava a supressão de todo trecho evangélico que fizesse referência ao Deus do Antigo Testamento e a autenticidade de apenas dez cartas paulinas. Seu cânon tinha apenas onze livros (as dez cartas mais uma versão editada do evangelho de Lucas, que excluía os primeiros dois capítulos, entre outros trechos).

⁸¹ Como província romana, a Acaia ocupava toda a península do Peloponeso e a porção Leste da Grécia central. Incluía cidades importantes como Atenas e Corinto.

porque é o princípio do evangelho, precursor de Nosso Senhor Jesus Cristo no aperfeiçoamento das pessoas, seu companheiro no batismo e no sofrimento. Ele mencionou do profeta Malaquias, um dos doze, e ainda o mesmo Lucas escreveu os Atos dos Apóstolos. Mais tarde, o apóstolo João escreveu o Apocalipse na ilha de Patmos e o evangelho na Ásia. (GUTWENGER, 1946, p. 394–395)⁸²

Apesar de testemunhos tão antigos, esta posição não é unânime. Entre as opiniões discordantes recentes, é importante citar o anglicano britânico John Wenham, morto em 1996. Wenham (1991) defende que Lucas seria um dos 70 discípulos citados em Lc 10 e o identifica com Lúcio de Cirene, citado em At 13 como um dos líderes da igreja de Antioquia. Tais opiniões, entretanto, são minoritárias. A origem antioquena de Lucas pouco revela do ponto de vista étnico-cultural. De qualquer forma, ele poderia ser um cristão de origem pagã (ou seja, de tradição grega ou semítica) ou um convertido do judaísmo (FITZMYER, 1981, p. 81), nascido em outra parte da região hoje conhecida como Oriente Médio.

Há duas hipóteses principais a respeito da datação de Lucas (CARSON; MOO; MORRIS, 1997, p. 129–130). A primeira situa os textos no início da década de 60, levando em conta a omissão da condenação e execução de Paulo em Roma (a narrativa de Atos encerra-se com Paulo pregando livremente na capital do império) e a ausência de menções à perseguição promovida por Nero, entre outros argumentos. A segunda hipótese leva a confecção do texto para o período entre 75 e 85 d.C. Os defensores dessa linha argumentam que a profecia de Jesus sobre a destruição de Jerusalém – que consta também no texto de Marcos, tido como mais antigo que Lucas – contém no terceiro evangelho detalhes que podem indicar conhecimento dos acontecimentos. Seria, assim, o que os latinos denominavam *vaticinia ex eventu*, uma previsão feita após o evento.⁸³

Recapitulando os relatos do princípio da história eclesiástica, é possível chegar a um perfil de Lucas que foge ao que, talvez, se esperaria de um

⁸² Tradução nossa da versão latina do prólogo, reproduzida por Engelbert Gutwenger, tendo por base a tradução para o inglês feita por Roger Pearse (2006).

⁸³ Para um debate mais aprofundado sobre a questão da datação de Lucas, ver FITZMYER, 1981. Fitzmyer, por sinal, diverge de Carson, Moo e Harris em seu veredito final: aponta provável uma data avançada, entre 80 e 85. Carson observa que as narrativas do complexo Lucas-Atos limitam-se a descrever acontecimentos ocorridos até o ano 62, sendo esse, portanto, o limite para a composição dos textos. Uma discussão mais contemporânea pode ser observada em Frank Dicken (2012). Dicken segue a mesma linha de Fitzmyer, definindo o limite da produção lucana entre 75 e 90 d. C.

biógrafo de Jesus. Não se trata de uma testemunha dos acontecimentos da Judeia nos primeiros anos do século I, mas de um “discípulo dos apóstolos” (de acordo com o prólogo antimarcionita, já citado) – ou seja, um crente de segunda geração, talvez até terceira. Não um judeu, que teria um passado comum e uma teologia compartilhada com os primeiros cristãos, mas sírio, pertencente ao mundo helênico e herdeiro de uma outra tradição. Esses detalhes biográficos de Lucas justificam a comparação que Cullman (2001, p. 27) faz com um cronista e remetem ao que se espera de um jornalista ou historiador contemporâneo: alguém que, mesmo sem estar presente a um evento, busca informações, compara fontes, busca outros relatos orais e, a partir desses itens, elabora um relato confiável e ordenado, como o que o próprio Lucas promete a Teófilo, o destinatário inicial de seu texto.

3.3.1 Para quem e por quê?

Este Teófilo, por sinal, é um mistério. Não há nenhuma pista histórica a respeito do homem a quem são dedicados tanto o terceiro evangelho como o relato dos Atos dos Apóstolos. Conforme declara Lucas nos quatro versículos iniciais de seu evangelho, ampliar os conhecimentos de Teófilo a respeito de Jesus Cristo (“para que tenhas plena certeza das verdades em que foste instruído”, conforme Lc 1.4) é o propósito imediato do evangelho – e, provavelmente, também de Atos, embora nesse caso a referência não seja tão explícita⁸⁴.

Parece claro que Teófilo é alguém que o escritor tem em alta conta, seja por amizade, seja por posição social (MARSHALL, 2009, p. 1476). A expressão grega *κράτιστε* (*krátiste*), frequentemente traduzida por “excelentíssimo” é sinal dessa deferência. Em parte por causa dessa expressão, são poucos os que veem Teófilo como uma designação simbólica – essa é uma alternativa real,

⁸⁴ O prólogo de Atos (At 1.1-5) também conta com referência a Teófilo: “Em meu livro anterior, Teófilo, escrevi a respeito de tudo o que Jesus começou a fazer e a ensinar, até o dia em que foi elevado aos céus, depois de ter dado instruções por meio do Espírito Santo aos apóstolos que havia escolhido. Depois do seu sofrimento, Jesus apresentou-se a eles e deu-lhes muitas provas indiscutíveis de que estava vivo. Apareceu-lhes por um período de quarenta dias falando-lhes acerca do Reino de Deus. Certa ocasião, enquanto comia com eles, deu-lhes esta ordem: ‘Não saiam de Jerusalém, mas esperem pela promessa de meu Pai, da qual falei a vocês. Pois João batizou com água, mas dentro de poucos dias vocês serão batizados com o Espírito Santo.’” (BÍBLIA, 2000, p. 870).

dado o significado do nome Teófilo, que é “amigo de Deus” ou “o que ama a Deus”. Morris (2005, p. 64) deduz que pode se tratar de um patrocinador, que pagaria as despesas com a reprodução dos escritos de Lucas.

Hendriksen (2003, p. 35–37) aponta três níveis de propósitos para a composição do evangelho de Lucas. O primeiro é o propósito imediato, já citado: a instrução de Teófilo. Há, entretanto, algumas outras possibilidades, que o mesmo autor sumariza. O evangelho pode ter sido criado como uma espécie de tratado apologético, para defender a fé cristã ou para comprovar que não havia conflito entre esta e os interesses de Roma. Hendriksen (*Op. cit.*, p. 35, 81) não descarta essa possibilidade, observando que Josefo, usando de argumento semelhante, havia dedicado parte dos seus escritos a um certo Epafrodito, para quem pretendia comprovar a antiguidade do povo israelita e seus costumes. Por outro lado, há quem sugira que o conjunto Lucas-Atos foi escrito como parte da defesa de Paulo em algum de seus julgamentos em Roma.

Um segundo nível de propósito para o texto lucano – que Hendriksen denomina propósito intermédio – transborda além do destinatário primário. Schmid (1968, p. 39) observa que a dedicatória não significa, de acordo com os costumes da época, que a obra esteja destinada ao uso privado. Algo parecido ocorria também com as cartas apostólicas – Paulo ordena aos cristãos de Colossos que a carta enviada a eles seja lida também na igreja de Laodiceia, e uma carta enviada aos laodicenses fosse lida também em Colossos. Isso ocorria porque a finalidade dos escritos era dar a conhecer aos outros cristãos a solidez dos ensinamentos recebidos. Esse, por sinal, é um entendimento antigo e consolidado na história eclesiástica. Na primeira de suas homilias sobre Lucas, escritas na primeira metade do século III, Orígenes (1996, p. 9) escrevia que “alguém pode pensar que Lucas endereçou o Evangelho a um homem específico chamado Teófilo. Mas, se vocês são o tipo de pessoa que Deus pode amar, então todos vocês que nos ouvem falar são Teófilos.”

Um terceiro propósito, a que Hendriksen (2003, p. 37) denomina o “propósito último” do evangelho de Lucas, é “alcançar todas as nações – até mesmo os samaritanos – para o Deus Triuno revelado em Cristo”. Esse objetivo é discernível por meio da profusão de citações falando sobre outras nações, algo incomum no fechado universo religioso dos israelitas do século I.

Dos quatro evangelistas, Lucas é o mais enfático ao abordar a disponibilidade da fé cristã e da salvação que ela oferta a todos os povos, sem distinção de origem étnica. Passagens como Lc 24.46-48 demonstram isso:

E lhes disse: “Está escrito que o Cristo haveria de sofrer e ressuscitar dos mortos no terceiro dia, e que em seu nome seria pregado o arrependimento para perdão dos pecados a todas as nações, começando por Jerusalém. Vocês são testemunhas dessas coisas”. (BÍBLIA, 2000, p. 846–847)

Levando-se em conta a ideia da leitura comunitária desses escritos, a amplitude de propósitos da narrativa lucana desperta a atenção para um fator mais amplo, que é a composição étnica e cultural dos seus prováveis destinatários – uma perspectiva ligada ao propósito intermédio dos escritos. Como um escritor não judeu (ou gentio)⁸⁵, Lucas teve em mente um público também de origem gentia para a elaboração do evangelho. O texto de Lc 1.1-4 aponta que não se trata, entretanto, de uma audiência comprometida com a religião tradicional. Primeiro porque Lucas se dirige a um Teófilo que foi ensinado dentro do cristianismo. E segundo porque Lucas refere-se aos “fatos que entre nós se realizaram” (Lc 1.1). Cabe a pergunta: a quem se dirige esse “nós”? Daniel Marguerat (2017, p. 10) conclui que, “visivelmente, Lucas circunscreve aqui um lugar sociológico de que ele participa, e que engloba ao mesmo tempo seus leitores e o destinatário, Teófilo”.⁸⁶

Os primeiros beneficiários do terceiro evangelho e dos Atos dos Apóstolos, então, devem ter sido gentios convertidos ao cristianismo, vivendo na Ásia Menor no século I. Tratava-se de um público distante das origens judaicas da cristandade, para quem os rituais e símbolos do segundo templo de Jerusalém não tinham ressonância. Assim, “Lucas busca apresentar Jesus como uma figura significativa na história, em concordância com as convenções da biografia greco-romana contemporânea”⁸⁷ (BILLINGS, 2009, p. 70).

⁸⁵ Hendriksen (2003, p. 28–29), com base nos testemunhos antigos e também em indícios encontrados no livro de Atos, sugere que Lucas seria grego (de fala grega, ao menos), originário de Antioquia, mas como laços em Filipos, onde talvez tenha fixado residência, após passagem pela cidade na equipe de Paulo.

⁸⁶ “Visiblement, Luc circonscrit ici un lieu sociologique auquel il participe, et qui englobe à la fois ses lecteurs et le dédicataire, Théophile.” (Tradução nossa)

⁸⁷ “Luke seeks to present Jesus as a significant figure in history in accordance with the conventions of contemporary Greco-Roman biography” (tradução nossa)

Tendo em mente esse objetivo editorial, cabia ao cronista Lucas compor sua narrativa de modo a contemplar esse objetivo. Uma comparação entre os evangelhos sinóticos demonstra que Lucas expõe seu relato, na medida do possível, excluindo o pano de fundo judaico, suprimindo as polêmicas relacionadas com os temas especificamente israelitas, excluindo ou, quando possível, explicando os usos, costumes e instituições da Palestina a um público que não está acostumado com elas. Vale lembrar que, segundo a maior parte dos especialistas no tema, Lucas tinha como referência o evangelho de Marcos, que também estava direcionado a um grupo que não era etnicamente judaico – Marcos, de acordo com o testemunho histórico de fontes como Papias e Eusébio de Cesareia, foi o tradutor de Pedro em seu ministério em Roma, tendo relatado o evangelho por escrito para uma audiência romana, após a morte do apóstolo. Essas omissões e correções desvelam uma tendência pedagógica no evangelho de Lucas (SCHMID, 1968, p. 30), cuja finalidade parece ser a de tornar o cenário todo compreensível a pessoas de uma cultura diferente e, assim, garantir que o ensino que já vinha sendo executado pela igreja da época estava, de fato, enraizado nos fatos que haviam ocorrido anos antes, na Judeia (FITZMYER, 1981, p. 31).

Nesse contexto, torna-se importante também buscar um entendimento a respeito de como Lucas (visto aqui como a obra completa, formada pelo evangelho e pelos Atos dos Apóstolos) se relaciona com o poder dominante da época, o Império Romano. Historicamente, alguns pontos de vista foram expressos a esse respeito. Steve Walton (2002) resume essas visões de cinco maneiras: 1) Lucas escreve uma apologia política da igreja, endereçada às autoridades imperiais; 2) o evangelista dirige-se à igreja, fazendo uma apologia do império; 3) Lucas-Atos busca prover a legitimação da identidade da igreja diante de Roma⁸⁸; 4) a obra lucana busca equipar a igreja para a convivência com a política romana; e 5) Lucas-Atos não tem qualquer interesse em política.

Seria sedutor pensar que os textos evangélicos não têm qualquer interesse em política terrena, mas apenas com o Reino dos Céus. Entretanto, uma coisa não exclui a outra – na verdade, se um texto for historicamente

⁸⁸ Nesse caso, é importante lembrar que, até o século IV, a igreja cristã foi vista, sucessivamente, como uma parte indistinguível da religião judaica, como um grupo rebelde entre os judeus e, mais tarde, como uma *superstitio* – uma superstição, sem o valor de uma religião formal diante do império, em oposição à *religio licita*.

válido, ele terá necessariamente de manter uma relação (que pode ou não ser consciente por parte do escritor) com o ambiente em que foi composto, inclusive nos termos das relações de poder. O Novo Testamento oferece visões diferentes do império (WALTON, 2002, p. 1–2): o silêncio de Jesus diante do governador Pôncio Pilatos, a reivindicação de direitos de Paulo como cidadão romano, a advertência de Pedro a respeito da necessidade de padecer para fazer o que é certo (1 Pe 3.13-17), a identificação de Roma como a besta que se levanta do mar para se opor ao povo de Deus (Ap 13) ou, ainda, a possível referência velada a Nero como a besta que emerge da terra, simbolizada pelo número 666 (CHARLES, 1920, p. 367)⁸⁹. Assim sendo, a última hipótese precisa ser descartada. Não obstante, o propósito do texto está longe de ser diretamente político: “Lucas concentra-se no que Deus está fazendo, e outros tópicos surgem em relação às ações de Deus”⁹⁰ (WALTON, 2002, p. 30).

Buscando no texto bíblico do complexo Lucas-Atos evidências a respeito das outras quatro possibilidades, Walton (2002, p. 16) destaca que os leitores podem perceber nos textos os benefícios da *pax romana*, isto é, o longo período de paz instalado na região mediterrânea pelo poderio bélico do império. É nesse ambiente que Paulo tem liberdade para suas viagens missionárias, sem enfrentar barreiras entre reinos nem risco de meter-se em guerras. Apesar disso, não há referências diretas ou elogios às autoridades romanas que mantinham a ordem. Em Lucas, quando confrontado de forma explícita com a questão da supremacia política de Roma, Jesus encoraja a submissão ao império (no famoso trecho em que fala “Dai a César o que é de César”, Lc 20.20-26). Embora as acusações que lhe fossem imputadas fossem políticas (Lc 23.1-5), Jesus deixa claro que sua atuação não é política, mas profética (Lc 4.16-27). As autoridades romanas e judaicas são declaradas culpadas pela perseguição a Jesus e aos apóstolos, juntamente com o povo de Israel (At 4.27). E o retrato lucano de Pilatos é contraditório: embora mencione

⁸⁹ Charles menciona quatro autores (Heinrich Julius Holtzmann, Franz Ferdinand Benary, Ferdinand Hitzig e Édouard Guillaume Reuss) que se baseiam na gematria – ou seja, a equivalência entre números e letras no alfabeto hebraico – para apontar que o número misterioso mencionado em Ap 13.18 é uma referência cautelosa ao imperador, responsável por um dos períodos mais violentos da perseguição aos cristãos na Antiguidade.

⁹⁰ “Luke focuses on what God is doing, and other topics arise in relation to God's actions.” (Tradução nossa)

três vezes a inocência de Jesus (Lc 23.4,15,22), da mesma forma ele o sentencia à morte (Lc 23.25). Para Walton (2002, p. 20), essa é uma demonstração de que o sistema judicial e administrativo de Roma não é inocente no processo que condenou Jesus.

Em uma conclusão que parece suficientemente alinhada com as evidências para ser reconhecida como correta, Walton (2002, p. 33–34) argumenta que Lucas expressa uma variedade de formas como a cristandade se relaciona com o império. Quando este se comporta de modo justo e amistoso, os cristãos podem esperar dele a liberdade para expressar seu testemunho em relação a Jesus. Esse é o cenário apresentado nas cenas dos Atos dos Apóstolos passadas em Corinto (At 18), Éfeso (At 19) e Malta (At 28). Lucas, por outro lado, não deixa de demonstrar que a convivência nem sempre é pacífica. Os casos de Jesus, Estêvão, Pedro e João, Tiago e Paulo demonstram a realidade de uma perseguição que, em tempos posteriores aos do evangelista, haveria ainda de recrudescer. Nesses casos, os relatos de Lucas estimulam o cristão a confiar na promessa de Jesus de que o Espírito Santo lhe daria palavras de defesa (Lc 12.11-12) e na lembrança de que deveriam obedecer antes a Deus do que a seres humanos (At 4.19; 5.29). Além disso, Lucas recorre ao uso de expressões como rei, salvador e Senhor em referência a Jesus – e certamente era de conhecimento de seus ouvintes do primeiro e do segundo século que esses tratamentos deveriam ser reservados ao imperador (WALTON, 2002, p. 34). Essa, por sinal, é uma expressão semântica da prevalência do julgamento de Deus sobre o julgamento humano: afinal, o ato supremo da ressurreição equivale a uma reversão da condenação que as autoridades estatais e religiosas de Roma e Jerusalém haviam imposto a Jesus. Em resumo, Lucas oferece aos seus leitores uma estratégia que pode ser descrita como de distanciamento crítico em relação ao império romano: “A igreja deve viver no conhecimento de que, assim como seu Senhor sofreu injustiça por parte do império e foi vindicado, da mesma forma a igreja do Senhor será capaz de resistir pela mesma ‘boa confissão’”⁹¹ (WALTON, 2002, p. 35). Ao apresentar-se como uma força diante

⁹¹ “The church is to live in the knowledge that, just as its Lord suffered injustice from the empire and was vindicated, so the church of the Lord will be able to withstand by the same ‘good confession’.” (Tradução nossa)

do poderoso império que mantinha sob estrito controle boa parte do mundo da época, o texto lucano apresentava e credenciava o cristianismo com um testemunho a todas as nações – este, o propósito último a que se referia Hendriksen, conforme elaborado anteriormente.

3.3.2 Precisão e historicidade

Embora traga em si um corpo de arrazoados filosóficos, o coração da fé cristã reside em seu embasamento histórico. Escrevendo sobre uma divergência doutrinária que ocorria na jovem igreja de Corinto, Paulo resume isso de forma direta (1 Co 15.12-14):

Ora, se está sendo pregado que Cristo ressuscitou dentre os mortos, como alguns de vocês estão dizendo que não existe ressurreição dos mortos? Se não há ressurreição dos mortos, nem Cristo ressuscitou; e, se Cristo não ressuscitou, é inútil a nossa pregação, como também é inútil a fé que vocês têm. (BÍBLIA, 2000, p. 922)

Ou seja: o fato histórico da ressurreição é essencial à fé cristã, sem ele o restante se torna irrelevante. “O Cristo dos cristãos é uma pessoa muito concreta, humana, histórica: o Cristo dos cristãos não é senão *Jesus de Nazaré*. Na medida em que o cristianismo se baseia na história, é fé essencialmente histórica a fé cristã.” (KÜNG, 1976, p. 123) Por isso há na formação das Escrituras uma preocupação com a historicidade dos relatos, que atinge seu ponto mais alto nas narrativas lucanas. Uma das características mais marcantes do texto de Lucas é a correlação que ele traz, repetidas vezes, entre a sua narrativa e os fatos históricos que o cercam. Da mesma forma, as referências do evangelista a elementos geográficos têm sido apontados como fidedignas⁹² (HENDRIKSEN, 2003, p. 59). Em consequência, em que pese a existência de diversas lacunas no conhecimento histórico que se tem a respeito de detalhes citados pelo evangelista, “*sempre que foi possível comprovar as declarações de Lucas, veio à luz sua impecável confiabilidade como historiador*” (HENDRIKSEN, 2003, p. 66, grifo do autor).⁹³

⁹² Um levantamento completo a respeito dessas referências cruzadas será apresentado no capítulo 4 desta tese.

⁹³ Objeção importante a esse ponto de vista veio do teólogo alemão Hans Conzelmann, um dos nomes relevantes da teologia liberal na segunda metade do século XX. Conzelmann (1974) defende que o conhecimento da geografia palestina revelado por Lucas é parco, sendo que

A posição de Lucas como historiador não deve ser desprezada. Ele foi o primeiro cronista da igreja cristã (MARGUERAT, 2004, p. xi), antecedendo a Eusébio de Cesareia em pelo menos 200 anos. Mas que tipo de historiador poderia ser Lucas, já que ele próprio estava diretamente envolvido em parte da história que se pretende contar e, além disso, tratava de uma matéria de fé? Certamente não era um historiador contemporâneo, do tipo científico (BARRETT, 1961, p. 9) – seria um anacronismo, já que esse tipo de narrativa pode ser contado como um resultado da modernidade. George H. P. Thompson (1972, p. 16) observou uma interessante aderência entre as proposições do escritor satírico siro-helênico Luciano de Samósata, que, escreveu um panfleto criticando a incompetência dos historiadores de seu tempo, em meados do século II⁹⁴ (depois de Lucas, portanto).

Luciano dedica boa parte de seu tratado satírico “Como se deve escrever a história” ao que se poderia chamar de contraexemplos, nos quais sublinha o modo de agir dos maus historiadores. Ao analisar os escritos de Luciano, o historiador André Leme Lopes (2005, p. 191, grifos do autor) aponta qual seria o principal ponto de tensão do opúsculo, que é a crítica do escritor helênico aos cronistas que favoreciam o império romano em seus relatos, mais preocupados em receber os benefícios reservados aos adutores que com a precisão de suas descrições. “A oposição central de **Como se deve escrever a história** não é, portanto, entre verdade e mentira, como poderíamos pensar inicialmente; é entre verdade e adulação, pois a história era um assunto político que exigia imparcialidade e justiça”, escreveu.

Marguerat (2004) trabalha com dez regras⁹⁵ sobre a ética do historiador no mundo greco-romano, baseadas no “Como se deve escrever a História” de

seu uso de locais e referências é meramente simbólico. De acordo com esse autor, Lucas coligiu seu evangelho como uma elaboração teológica cujo objetivo era narrar a história da salvação, com destaque para o papel da igreja como sucessora de Jesus no mundo. A respeito desse tema, vale a pena lembrar que a composição do evangelho Lucas, sempre que possível, foge às referências ligadas estritamente ao mundo israelita. Não o faz por desconhecimento, mas por julgar essas informações desnecessárias para pintar o panorama que deseja ao público que tem em mente – ou seja, pessoas do mundo greco-romano convertidas ao cristianismo. Em todo caso, percebe-se que Lucas não se furta a incluir descrições que não se enquadram no retrato que Conzelmann traça, em especial no livro de Atos. Morris (2005, p. 30–31) lista uma coleção de locais que Lucas situa com precisão, como a distância entre Cesareia e Jerusalém, o nome do campo onde Judas morreu (Acéldama) e o local do aquartelamento da coorte romana, entre outros.

⁹⁴ A data exata é estimada entre os anos 166 e 168 (MARGUERAT, 2004, p. 13).

⁹⁵ Elaboradas anteriormente por W. C. Van Unnik (1989).

Luciano de Samósata e também na “Carta a Pompeu”, de Dionísio de Helicarnasso. O decálogo segue assim: 1) o tema deve ser nobre; 2) a narrativa deve ser útil para o sujeito a quem se destina; 3) o escritor deve buscar independência e imparcialidade; 4) o relato deve ser bem construído, principalmente o início e o fim; 5) é necessário coletar um material preparatório adequado; 6) o tratamento da informação deve incluir, ao mesmo tempo, seleção e variedade; 7) ordenação e disposição correta do relato; 8) vivacidade na narrativa; 9) moderação nos detalhes topográficos; 10) composição de discursos adaptada ao orador e à situação retórica (porque o relato seria, primariamente, lido de forma pública).

Marguerat (*Op. cit.*, p. 14) observa que a narrativa de Lucas apresenta afinidade com oito das dez regras e, com base nessa comparação, aponta que o conjunto Lucas-Atos corresponde aos padrões da historiografia greco-romana. Já a suposta transgressão de duas dessas regras (a primeira e a terceira) tem a ver com a especificidade do projeto lucano.

O leitor contemporâneo talvez discorde da ideia de que Lucas transgreda a primeira regra – a da temática nobre. Afinal, ele se dedica a narrar a vida do Filho de Deus e dos seus seguidores mais chegados, patriarcas fundadores da cristandade. Mas é preciso julgar um escritor da Antiguidade pelos padrões da Antiguidade:

O que é um ‘bom tema’ para historiadores greco-romanos? Uma passada pelas suas obras é suficiente para encontrar uma resposta a essa questão. O historiador clássico lida com história política e militar, a menos que empreenda um estudo etnográfico. Ele conta sobre as vidas e as vicissitudes dos grandes, generais e imperadores. Ele mostra seu brilhantismo na descrição de manobras de conquista. Ele narra batalhas. O próprio Luciano não perde a chance de ridicularizar historiadores que não sabem narrar uma batalha.⁹⁶ (MARGUERAT, 2004, p. 19–20)

Sem guerras ou generais, portanto, não deveria haver historiografia. Marguerat (*Op. cit.*, p. 20) conclui que Lucas optou por um outro caminho, o da historiografia judaica. Os escritores do Antigo Testamento, mesmo quando

⁹⁶ “What is a ‘good subject’ for Graeco-Roman historians? It is sufficient to go through their works to find an answer to this question. The classical historian deals with political or military history, unless he undertakes an ethnographical study. He tells of the lives and the vicissitudes of the great, generals and emperors. He displays his brilliance in describing manoeuvres of conquest. He narrates battles. Lucian himself does not forgo the occasion to ridicule historians who do not know how to narrate a battle.” (Tradução nossa)

narram batalhas épicas, deslocam a atenção para a ação de Deus e sobre como a intervenção divina vem para amenizar as perdas e dores dos pobres e dos menores do país. A explicação, entretanto, cobre apenas parte da questão. Será necessário olhar para outras circunstâncias para compreender melhor essa opção. Conforme observado anteriormente, Lucas trata Jesus como rei e refere-se a ele como *Kyrios* (Senhor), o mesmo honorífico que, no ambiente imperial, era reservado ao imperador. Sua narrativa evangélica, então, aproxima-se do cumprimento da primeira regra.

A questão da regra 3 (que trata de independência e imparcialidade) está ligada à virtude da ousadia, a franqueza, na capacidade de escrever sem adular ou servir os poderosos. Lucas destaca essa virtude na descrição das ações de seus personagens (o próprio Jesus e os discípulos), mas oculta a si próprio. Para Marguerat (*Op. cit.*, p. 21), a leitura da História feita por Lucas não é a de um intelectual, mas de um crente: “Devemos resistir à tentação de transformar o autor de Atos em um Tucídides cristão; ele está mais próximo ao pensamento de um Flávio Josefo ou dos autores dos livros de Macabeus”.⁹⁷ Novamente, então, Lucas aproxima-se da tradição israelita. Com base nisso, decreta (acertadamente) que Lucas se encontra na encruzilhada dessas duas tradições historiográficas, estabelecendo um novo caminho, confessional, que é o da história da salvação – é este o papel de historiador desempenhado pelo escritor. “A busca da causalidade que anima o historiador greco-romano é exclusivamente teológica para Lucas.”⁹⁸ (MARGUERAT, 2004, p. 25) O resultado é uma obra multifacetada, que não é totalmente dedicada à tradição helenista, nem 100% submissa à ordem judaica. Cria algo diferente, como a própria religiosidade cristã é diferente do que a antecedeu. “Na composição de seu relato (*diégésis*), Lucas não é só um historiador de puro corte helenístico nem unicamente um teólogo cristão que reproduz esquemas do Antigo

⁹⁷ “We must resist the temptation to turn the author of Acts into a Christian Thucydides; he is closer in thought to a Flavius Josephus or the authors of the books of Maccabees.” (Tradução nossa)

⁹⁸ “The quest for causality which animates the Graeco-Roman historian is exclusively theological for Luke.” (Tradução nossa)

Testamento, mas um verdadeiro literato de seu tempo.”⁹⁹ (FITZMYER, 1981, p. 160)

Diversas pesquisas foram conduzidas a respeito dos prefácios de Lucas (Lc 1.1-4) e Atos (At 1.1-5), comparando-os com os textos iniciais de peças historiográficas do mundo greco-romano. Um dos mais recentes e detalhados é assinado por Benjamin Fung, Aída Besançon Spencer e Francois Viljoen (2017), que compararam os versículos neotestamentários com parágrafos iniciais das “Histórias” de Heródoto; da “História da Guerra do Peloponeso” de Tucídides; das “Histórias” de Políbio; da “Descrição da Grécia” de Pausânias; de “A Vida de Apolônio de Tiana”, de Filóstrato; de “A Vida”, “Contra Apião” e “A Guerra dos Judeus”, todos de Flávio Josefo; e da “História Eclesiástica”, de Eusébio de Cesareia. Os achados da pesquisa demonstraram que o prefácio de Lucas apresenta todos os quatro elementos presentes nos prefácios da historiografia greco-romana (razão, conteúdo, metodologia e resultados esperados) e que o prefácio de Atos cumpre o requisito tradicional para que os escritores incluam uma abertura explicativa em livros sequenciais. Em geral, isso ocorre somente quando um dos quatro elementos é modificado. No caso de Lucas-Atos, há uma mudança de conteúdo – o evangelho mostra “os fatos que entre nós se realizaram”, e que se relacionam com a vida e pregação de Jesus, enquanto Atos fala da realização da promessa do Pai (At 1.4). Desta forma, a maneira como Lucas endereça suas obras combina com as obras historiográficas da época.

3.4 Lucas e o protojornalismo

Até aqui, este capítulo trouxe uma discussão a respeito da caracterização de um evangelho e do papel do díptico Lucas-Atos dentro da Bíblia e também no panorama da historiografia do século I. Foram apresentadas as origens etimológicas da expressão “evangelho”, ordinariamente traduzida por “boas notícias” e o seu significado dentro das Escrituras cristãs – um tipo específico de boa notícia, relacionado com a

⁹⁹ “En la composición de su relato (*diégésis*), Lucas no es sólo un historiador de puro corte helenístico ni únicamente un teólogo cristiano que reproduce esquemas del Antiguo Testamento, sino un verdadero literato de su tiempo.” (Tradução nossa)

salvação que Deus providencia para o seu povo por meio da morte e ressurreição de Jesus Cristo. Essa boa notícia, a partir da segunda metade do século I, foi organizada em livros, e “evangelho” passou a designar uma parte dessa literatura, que apresenta a trajetória de Jesus. Foi apresentada ainda a questão sinótica, que trata do estudo a respeito da formação dos três primeiros evangelhos (Mateus, Marcos e Lucas). Fechando ainda mais o foco, chega-se a Lucas, que forma um conjunto de dois volumes com os Atos dos Apóstolos. Enquanto a primeira parte trata especificamente de Jesus (incluindo as circunstâncias que antecederam seu nascimento e eventos que ocorreram após a ressurreição), a segunda apresenta um relato dos primeiros anos da igreja cristã e sua expansão inicial, que equivale à realização da promessa de Deus de benção e derramamento do Espírito Santo. Lucas foi revisto, em seguida, nos termos de seus propósitos, audiência e de algumas de suas peculiaridades, em especial os aspectos que o aproximam da historiografia greco-romana da época – semelhanças de estilo e de abordagem, além de uma preocupação com precisão histórica e geográfica que não é tão evidente em outros escritos bíblicos. Cabe, agora, relacionar o que foi visto neste capítulo com o jornalismo propriamente dito. Esta parte usará três modos de aproximação que estão presentes nos protojornalismos em geral e nos textos da Antiguidade, especificamente: a disposição do escritor, a temática e a forma. Não se pretende com isso isolar esses itens como únicos identificadores do fenômeno, mas estabelecer alguns itens como básicos para a análise.

O aspecto da **disposição** – que outros autores já identificaram, com ligeiras diferenças de *approach*, como a filosofia do jornalismo (BELTRÃO, 1992), ao seu *ethos* profissional (KOLJONEN, 2013) ou ideologia ocupacional (DEUZE; WITSCHGE, 2015) – é o que liga o evangelista à maneira de pensar e agir dos jornalistas. Este, por sinal, tende a ser o aspecto de maior amplitude. Para compreendê-lo melhor, é necessário voltar à ideia de atos de jornalismo (STEARNS, 2013), apresentada no capítulo anterior. Esses atos implicam na coleta, preparo, organização, fotografia, gravação, redação, edição, relato ou publicação de notícias, sendo que devem estar 1) enraizados na ética, 2) evidenciados pelo comportamento curioso, investigativo e focado na disseminação da informação e 3) apresentados como um serviço ao público. O reconhecimento de um quadro de atributos classificáveis como atos de

jornalismo é uma ferramenta capaz de elucidar não somente os impasses a que a academia se depara hoje, mas também para encontrar caminhos para a compreensão dos protojornalimos. Esses elementos estão presentes na atualidade e são difundidos, muitas vezes, por meio de dispositivos que usam a tecnologia digital mais avançada. Mas a disposição das pessoas que agem dentro desse conceito jornalístico é semelhante àquela que movia autores do passado.

Observe-se, por exemplo, o trecho abaixo, extraído de “A História da Guerra do Peloponeso”, de Tucídides. Ele é parte de um trecho mais amplo, que trata da maneira como ele compôs sua obra – uma espécie de declaração de propósito do trabalho. O segmento encerra-se no capítulo 22 do livro I:

O empenho em apurar os fatos se constituiu numa tarefa laboriosa, pois as testemunhas oculares de vários eventos nem sempre faziam os mesmos relatos a respeito das mesmas coisas, mas variavam de acordo com suas simpatias por um lado ou pelo outro, ou de acordo com sua memória. Pode acontecer que a ausência do fabuloso em minha narrativa pareça menos agradável ao ouvido, mas quem quer que deseje ter uma ideia clara tanto dos eventos ocorridos quanto daqueles que algum dia voltarão a ocorrer em circunstâncias idênticas ou semelhantes em consequência de seu conteúdo humano, julgará a minha história útil e isto me bastará. Na verdade, ela foi feita para ser um patrimônio sempre útil, e não uma composição a ser ouvida apenas no momento da competição por algum prêmio. (TUCÍDIDES, 2001, p. 14–15)

Por agir enraizado na ética e comprometido com sua autonomia de ação, Tucídides conta ter buscado relatar os eventos do conflito da forma mais próxima possível da realidade, e demonstra incômodo com aqueles que adornaram e amplificaram o tema – preocupação semelhante à que demonstra Luciano de Samósata quando ironiza os pretensos historiadores que usavam suas obras para obter favores dos poderosos. A finalidade declarada de compor um “patrimônio sempre útil” satisfaz a característica de “serviço destinado ao público” tipificada por Stearns. E o empenho em apurar os fatos e separar deles as declarações que continham simples preferência partidária permite entrever o comportamento típico do jornalista, característica também dos atos de jornalismo.

Retomando o prólogo de Lucas, apresentado pelo evangelista nos quatro primeiros versículos do capítulo 1, é possível perceber algum paralelo

com a declaração de Tucídides e também afinidades das intenções do evangelista com as definições do ato jornalístico:

Visto que muitos houve que empreenderam uma narração dos fatos que entre nós se realizaram, conforme nos transmitiram os que desde o princípio foram deles testemunhas oculares e ministros da palavra, igualmente a mim me pareceu bem, depois de acurada investigação de tudo desde sua origem, dar-te por escrito, excelentíssimo Teófilo, uma exposição em ordem, para que tenhas plena certeza das verdades em que foste instruído. (BÍBLIA, 1993, p. 61)

Ao deparar-se com essa declaração, talvez a primeira pergunta que passe pela cabeça do leitor seja por qual razão o evangelista escreveu seu texto. Afinal, muitos já haviam empreendido uma narração dos mesmos fatos que ele passaria a expor logo a seguir. Embora o próprio escritor não contribua para esclarecer suas razões, há dois caminhos a seguir, e parece provável que ambos estivessem no círculo de intenções de Lucas. O primeiro, mais simples, é que Lucas discordava do conteúdo de alguma ou algumas dessas compilações. Escritores posteriores (mais ainda das primeiras gerações após os apóstolos), como Eusébio de Cesareia, apontam para a convivência de diferentes relatos, influenciados por filosofias e aspectos culturais regionalizados. Eusébio (2006, p. 104) nomeia, entre os escritos cuja autenticidade não era reconhecida pela igreja de sua época, os evangelhos segundo os Hebreus, de Pedro, Tomé e Matias, assim como os Atos de André, de João e de outros. Irineu de Lyon (2014) menciona ainda o evangelho de Judas, escrito deixado por um grupo gnóstico denominado cainita.¹⁰⁰ Assim, parece seguro afirmar que havia uma grande variedade de escritos disponíveis a respeito da vida de Jesus à época de Lucas, o que justificaria uma iniciativa de separar o que era confiável da fábula e dos relatos engajados nas filosofias gnósticas.

Ao avaliar o prólogo à luz dessa primeira razão, é possível identificar já nela dois dos princípios definidores dos atos de jornalismo. Em primeiro lugar, Lucas demonstra-se enraizado na ética e comprometido com a autonomia de ação porque, ao deparar-se com relatos desviantes entre si, resolve dedicar-se à investigação e à comparação de fontes desde sua origem, de forma a

¹⁰⁰ Antônio Renato Gusso (2006, p. 110) comenta que é possível que essa referência seja ao manuscrito redescoberto recentemente e publicado em 2006 pela The National Geographic Society, com grande repercussão.

separar o que corresponde aos relatos das testemunhas oculares e a apresentar uma narrativa conforme aos fatos. Essa seria a prática esperada do jornalista contemporâneo – investigação e disseminação dos resultados da pesquisa.

O segundo caminho explicativo é de que Lucas tencionava apresentar uma versão desses fatos que fosse significativa para a comunidade que ele pretendia atingir. Essa hipótese já foi tratada neste capítulo, no segmento que tratou da formação dos evangelhos. O fato de que o evangelista produziu um relato ordenado e o enviou ao seu destinatário para que este tenha “plena certeza” dos ensinamentos que lhe haviam sido apresentados é sinal de que pretendia um efeito didático em seus escritos. Levando-se em conta, conforme observado anteriormente neste capítulo, que se esperava sempre uma leitura pública dos textos evangélicos, fica caracterizado que se tratava de um serviço destinado ao público, e não apenas de consumo privado. Este é o terceiro caracterizador dos atos de jornalismo.

O elemento aqui denominado de **temática** está ligado a um conjunto de assuntos tipicamente abordados pelo jornalismo em suas manifestações mais antigas. Esses temas foram perfilados, ainda que de passagem, na primeira parte desta tese. Observou-se, então, que os jornalistas são adeptos de uma forma específica de contar histórias, cujos interesses abarcam eventos como terremotos, incêndios e furacões (tragédias em geral), guerras, escândalos e crimes e informações – até mesmo boatos – sobre personalidades conhecidas. A esses temas sobrepõem-se, ainda, os temas considerados mais “nobres”, por estarem ligados àquilo que a cultura comum dos jornalistas considera sua função primordial, que é a defesa da democracia e da liberdade. São as “notícias sérias” a que se refere Thomas E. Patterson (2003), já citado. Esse é o sentido no qual Denis McQuail (2003, p. 4) observou que os meios de comunicação de massa são elementos essenciais para o processo político nas democracias, posto que se constituem “uma arena e um canal para um debate alargado”.

Esse debate é importante porque um ponto essencial das democracias representativas é que os eleitos sejam capazes de trabalhar no sentido de garantir que as aspirações daqueles que os elegeram sejam levadas em conta pelos governos: “idealmente, o processo democrático apenas tem significado

real e verdadeiro se os cidadãos estiverem informados” (SOUSA, 2009, p. 2). Essa é a função de “cão de guarda” (*watchdog*) da sociedade, pela qual o jornalismo se posta como um sentinela, zelando pelo princípio da transparência e labutando em favor das liberdades. Essa característica tem um sentido amplo, completando-se como uma espécie de zelador da promoção humana:

O jornalismo também se precisa de abrir aos cidadãos empenhados que querem obter visibilidade para as suas ideias e mesmo àqueles que se mantêm na sombra. Porém, a auscultação dos cidadãos pode necessitar de ser feita por iniciativa jornalística, para se contornar a espiral do silêncio, que leva as pessoas a silenciarem-se quando julgam que as suas posições são isoladas ou minoritárias. (SOUSA, 2009, p. 14)

Assim, pode-se dizer que o jornalismo é, também, atividade que dá visibilidade a grupos minoritários ou isolados.

Ainda dentro da temática jornalística, é frequente o uso de uma linguagem empática, que recorre ao inconsciente do leitor, descrita por Robert Darnton no episódio sobre o roubo da bicicleta em Newark. Ela diz respeito ao uso de categorias reconhecíveis pelo leitor (ou pelo ouvinte, no caso da disseminação oral do evangelho) porque são emprestadas de narrativas antigas com as quais o destinatário se reconhece e identifica. Darnton (1990, p. 95) denominou essa prática de “elemento arcaico” do jornalismo. Um elemento mítico dentro do jornalismo, conforme a leitura que Northrop Frye (2004, p. 57) faz em seu estudo da Bíblia como obra literária:

Como crítico literário quero fundear a palavra em seu contexto literário; para mim mito quer dizer então e antes de tudo *mythos*, enredo, narrativa, ou, de modo geral, a ordenação de palavras numa sequência. Como todas as estruturas verbais têm algum tipo de sequência, mesmo que não sejam lidas desta forma, como é o caso das listas telefônicas, segue-se que todas as estruturas verbais são míticas neste sentido primeiro.

Por mais antigos que seja o protojornalismo, esses elementos continuam presentes. Eles funcionam como uma espécie de substrato, uma cultura comum que facilita a apreensão das informações e dos conceitos ao simplesmente encaixá-los em categorias pré-existentes. Lucas também faz uso desses elementos culturais arcaicos para aproximar os eventos ligados ao

nascimento de Jesus de histórias que eram familiares à audiência greco-romana a quem se dirigiu, inicialmente, sua narrativa evangélica:

À luz de seu contexto sociopolítico, Lucas apresenta a seus leitores e ouvintes uma narrativa que começa com o nascimento de um messias inteiramente judaico em um cenário narrativo completamente judaico, mas não deixa nem o messias, o cenário ou mesmo a audiência ali. Em um exercício de matizes finamente balanceadas e de paralelismo cuidadosamente construído, Lucas começa seu trabalho de dois volumes montando, na sua narrativa de infância, um lugar para Jesus entre os grandes homens do passado usando as convenções da biografia greco-romana contemporânea e, além disso, busca ampliar o mundo de seu texto para mostrar Jesus de uma maneira que, para seus leitores e ouvintes, traz reminiscências das tradições e histórias que se acumulavam em torno do nascimento e infância de César Augusto.¹⁰¹ (BILLINGS, 2009, p. 71)

O caso a que Bradly S. Billings se refere é o de Jesus, aos 12 anos de idade, no templo de Jerusalém. Todos os anos, conforme o costume dos judeus e as prescrições da lei israelita, a família de Jesus se dirigia a Jerusalém para celebrar a Páscoa. Quando Jesus tinha 12 anos, ele, de alguma forma, desgarrou-se de sua família. Seus pais, pensando que o filho estava em companhia de algum outro parente, começaram seu retorno a Nazaré, onde viviam, e só se deram conta do desencontro quando já havia se passado um dia inteiro. Retornaram à cidade, para buscá-lo. Eis como prossegue o relato lucano (Lc 2.46-51)

Depois de três dias o encontraram no templo, sentado entre os mestres, ouvindo-os e fazendo-lhes perguntas. Todos os que o ouviam ficavam maravilhados com o seu entendimento e com as suas respostas. Quando seus pais o viram, ficaram perplexos. Sua mãe lhe disse: “Filho, por que você nos fez isso? Seu pai e eu estávamos aflitos, à sua procura”.

Ele perguntou: “Por que vocês estavam me procurando? Não sabiam que eu devia estar na casa de meu Pai?” Mas eles não compreenderam o que lhes dizia.

¹⁰¹ “In the light of this socio-political context, Luke presents for his readers and hearers a narrative that commences with the birth of a thoroughly Jewish Messiah in a completely Jewish narrative setting, but does not leave either the Messiah, the setting, or indeed his audience, there. In an exercise in finely balanced nuance and carefully constructed parallelism, Luke begins his two-volume work by constructing, in his infancy narrative, a place for Jesus among the great men of the past using the conventions of contemporary Greco-Roman biography, and, furthermore, seeks to enlarge the world of his text to present Jesus in a manner that, for his readers and hearers, is reminiscent of the traditions and stories that had accrued around the birth and childhood of Caesar Augustus.” (Tradução nossa)

Então foi com eles para Nazaré, e era-lhes obediente. Sua mãe, porém, guardava todas essas coisas em seu coração.¹⁰² Jesus ia crescendo em sabedoria, estatura e graça diante de Deus e dos homens. (BÍBLIA, 2000, p. 818–819)

Esse relato cumpre uma função dupla de ligação. Na estrutura do evangelho, ele é uma ponte cronológica, unindo o tempo da anunciação e nascimento de Jesus com o início do ministério de João Batista e, logo a seguir, de Jesus. A idade é importante nesse cenário – aos 13, os meninos judeus ganhavam autonomia e assumiam muitas das responsabilidades da idade adulta; por isso, o tempo dos 12 anos era uma época de intensa preparação (BILLINGS, 2009, p. 73)¹⁰³. A tradição judaica extrabíblica atribuía a outros personagens do passado grandes conhecimentos em tenra idade: Flávio Josefo conta que, embora Moisés crescesse em estatura, seu entendimento excedia a medição dos anos (JOSEPHUS, 1961, p. 265) e Filo de Alexandria (COLSON, 1984, p. 287) elogiava sua beleza e discernimento já aos 3 anos de idade. Este, entretanto, não era personagem de grande apelo para a audiência de origem pagã, que talvez nunca tivesse ouvido falar do líder que conduziu os hebreus em sua fuga do Egito. A figura de Augusto, que ainda era reverenciada em fins do primeiro século (mesmo após sua morte, em 14 depois de Cristo), fornecia o paralelo que permitiria a empatia do público não-judeu. Nicolau de Damasco relata que, aos 9 anos, as habilidades oratórias de Augusto chamavam a atenção dos anciãos (BILLINGS, 2009, p. 74). Suetônio (2012, p. 55) descreve que, aos 12 anos, Augusto discursou publicamente no elogio fúnebre de sua avó Júlia. E a Eneida de Virgílio, o grande poema épico dos romanos, celebra Augusto como aquele que traria a paz e restauraria a grandeza de Roma:

Este aqui sim, este mesmo, é o herói prometido mil vezes, César Augusto, de origem divina, que o século de ouro restaurará nas campinas do reino do antigo Saturno, e alargará seus domínios às fontes longínquas dos índios e os garamantes, às terras situadas além de mil astros, longe da rota do sol e do tempo, onde o Atlante celífero sobre as espáduas sustenta esta esfera tauxiada de estrelas. (VIRGÍLIO, 1983, p. 133)

¹⁰² ¹⁰² Esta passagem e outras em que Lucas menciona os sentimentos de Maria têm servido como argumento para a tradição que aponta Maria como umas das fontes entrevistadas por Lucas para a elaboração do evangelho.

¹⁰³ Billings adverte, entretanto, que o tema da idade não deve ser contaminado por tradições posteriores, como a da cerimônia do *bar mitzvah*.

A região da Ásia Menor (onde se situava Antioquia, origem de Lucas e provável área geográfica dos destinatários iniciais de sua obra evangélica) era um polo importante do culto imperial. De acordo com Billings (2009, p. 77–78), essas cidades tendiam a demonstrar sua afiliação ao império com a construção de templos, estátuas e santuários em honra aos imperadores divinizados, em especial a Augusto, cujo culto era adotado entusiasticamente e era um fato do dia a dia para a população local. Como resultado dessas opções narrativas, Lucas expande o alcance de seus relatos da infância, indo além das fórmulas de cumprimento profético do Antigo Testamento, de forma a referenciar as tradições judaicas e palestinas dentro do cenário romano.

Essas ampliações, singularmente lucanas, da narrativa da infância e de sua tradicional forma palestina judaica têm a função de estender os parâmetros da narrativa para englobar toda a extensão geográfica do império junto e o amplo espectro da população dentro dela. O objetivo é ambicioso, estabelecer um lugar para Jesus dentro da matriz mais ampla do imperialismo greco-romano e associar, por meio de uma série de alusões, os eventos em torno do nascimento de Jesus e seu significado percebido àquele do primeiro e maior imperador do mundo romano, César Augusto¹⁰⁴ (BILLINGS, 2009, p. 84).

Dessa forma, Lucas apropria-se da linguagem e de títulos ordinariamente aplicados a Augusto. Com isso, estrategicamente usou de formas mais antigas de contar histórias e, de um modo que não soava subversivo aos ouvidos das autoridades romanas, apresentou Jesus como superior a Augusto e seu sucessor escatológico. O que não é pouco, levando-se em conta que César Augusto simbolizava Roma e seu poder máximo. Havia, ainda, uma sinalização clara aos novos cristãos que começavam a enfrentar perseguição por parte das autoridades imperiais: manter-se fiel ao cristianismo poderia ser mais vantajoso que retornar ao paganismo (BILLINGS, 2009, p. 88).

No campo da **forma**, a aproximação entre a obra lucana e o protojornalismo está relacionada também com a sua vocação historiográfica.

¹⁰⁴ “These singularly Lukan enlargements of the infancy narrative and of its traditional Jewish Palestinian form have the function of extending the parameters of the narrative to encompass the whole of the geographical expanse of the empire together with the broad spectrum of the population within it. The purpose is an ambitious one. To establish a place for Jesus within the broader matrix of Greco-Roman imperialism, and to liken, through a series of allusions, the events surrounding the birth of Jesus and their perceived significance to that of the first and greatest emperor of the Roman world, Caesar Augustus.” (Tradução nossa)

Conforme observado por Tobias Peucer (e recordado no capítulo 1) já em 1690, historiografia e jornalismo são parentes muito próximos, a ponto de, em certos momentos do passado, serem indiscerníveis um do outro. É com a história, por sinal, que Peucer abre seu tratado: “Atesto que não há nada que satisfaça tanto a alma humana como a história, seja qual for a maneira como tenha sido escrita” (PEUCER, 2004, p. 14–15). Em seguida, passa a tratar da origem da expressão “notícias” (*novellae*, no latim em que se expressa Peucer), esclarecendo que empregará, por motivo de clareza, a expressão “relatos” (*relationes*), e então, no terceiro parágrafo de sua tese, Peucer mergulha na história e em suas formas narrativas:

Podemos verificar aqui, a preocupação de Peucer com a forma de escrever, de relatar, de contar a história. Já existe aqui uma primeira aproximação entre notícia (como narração do fato) e história. No quarto parágrafo, Peucer chama esta última classe ou tipo de *relationes* de relatos periodísticos (*relationes novellae*) que contêm a notificação de coisas diversas acontecidas recentemente em qualquer lugar. Os relatos jornalísticos têm em conta a sucessão exata dos fatos que estão inter-relacionados e suas causas. Limitam-se a uma simples exposição a bem de reconhecer os fatos históricos mais importantes. Ou até mesmo misturam coisas de temas diferentes como acontece na vida diária ou como são propagadas pela voz pública para que o leitor curioso se sinta atraído pela variedade de caráter ameno e preste atenção. (PEDROSO, 2004, p. 63)

Em seguida, Peucer destaca características do escritor desses relatos, enfatizando-lhes o intelecto, a vontade e o compromisso com a verdade. Ao fazê-lo, destaca a fidedignidade da testemunha ocular, presencial:

E nisso qualquer pessoa concordará sem nenhum problema que é merecedor de mais credibilidade o testemunho “presencial” (*autóptes*) que o receptor de uma transmissão de outro. Assim como nos julgamentos costuma-se dar mais crédito a um testemunho ocular que a um testemunho de ouvidos, assim também se dá mais crédito ao narrador “presencial” (*autóptes*) que a quem cuja narrativa foi extraída de outro. (PEUCER, 2004, p. 18)

Para tanto, Peucer confia em autores clássicos, como Cícero, Sêneca, Plínio e Tácito. E estes são mencionados tanto como referência – ou seja, pelo que falaram a respeito do modo aceitável de relatar os acontecimentos – quanto como exemplo. A afirmação está de acordo com outras contribuições sobre o tema, em especial com a elaboração de Jorge Pedro Sousa, para quem a historiografia, juntamente com a retórica, a literatura e os relatos

geográficos, contribuiu para fixar a estrutura e o tema da reportagem, assim como os valores e a forma de agir do jornalista. Diz o professor português:

É possível afirmar que o jornalismo está ligado à história, pois historiografia e jornalismo estão associados. Os resumos historiográficos feitos pelos povos antigos acerca dos factos notáveis da sua vida quotidiana e das façanhas dos seus reis são um dispositivo pré-jornalístico. O jornalista terá apenas substituído o historiador-cronista na tarefa de elaborar a historiografia do quotidiano. O jornalista actual poderá, eventualmente, preocupar-se mais com a elaboração de uma crónica sobre a multifacetada vida quotidiana, enquanto o historiador actual poderá preocupar-se mais com a estruturação das fases da história e com o esclarecimento das grandes forças e conjunturas que determinaram as causas e consequências dos acontecimentos, mas a historiografia e o jornalismo têm as suas raízes comuns na época em que fazer história se traduzia, essencialmente, por redigir uma espécie de crónica, ou resumo, dos acontecimentos notáveis, para arquivo e memória futura. Aliás, por fazerem história, jornalista e historiador cultivam idênticas qualidades e valores profissionais, como a preocupação pela fidelidade aos factos, a intenção de verdade, etc. (SOUSA, 2008, p. 20)

Tais características (preocupação com a fidelidade aos fatos e intenção de verdade, por exemplo) estão presentes na narrativa lucana – uma narrativa, que, conforme exposto anteriormente, tem por objetivo trazer um relato didático e confiável das boas notícias a respeito de Jesus.

Mas até que ponto se pode dizer que as posturas de Lucas podem ter influenciado a forma como o jornalismo se desenvolveu posteriormente? Teriam as linguagens e a disposição de Lucas deixado, de alguma forma, marcas que nas formas que a narração dos fatos veio a assumir séculos depois, mesmo em tempos de separação rigorosa entre a esfera religiosa e o campo secular? Essas são questões difíceis, talvez impossíveis de responder. No entanto, é possível perceber que essa influência é razoavelmente lógica. A dessacralização promovida pelo homem arreligioso, verificada em especial a partir do advento da Era Moderna, não evita que as influências deixadas pela religião se façam sentir nas mais variadas áreas da vida humana (inclusive na maneira como se desenvolveu o jornalismo):

Mas o homem arreligioso descende do *homo religiosus* e, queira ou não, é também obra deste, constituiu-se a partir das situações assumidas por seus antepassados. Em suma, ele é o resultado de um processo de dessacralização. Assim como a “Natureza” é o produto de uma secularização progressiva do Cosmos obra de Deus, também o homem profano é o resultado de uma dessacralização da existência humana. Isto significa que o homem a religioso se constitui

por oposição a seu predecessor, esforçando-se por se “esvaziar” de toda religiosidade e de todo significado trans humano. Ele reconhece a si próprio na medida em que se “liberta” e se “purifica” das “superstições” de seus antepassados. Em outras palavras, o homem profano, queira ou não, conserva ainda os vestígios do comportamento do homem religioso, mas esvaziado dos significados religiosos. Faça o que fizer, é um herdeiro. Não pode abolir definitivamente seu passado, porque ele próprio é produto desse passado: É constituído por uma série de negações e recusas, mas continua ainda a ser assediado pelas realidades que recusou e negou. Para obter um mundo próprio, dessacralizou o mundo em que viviam seus antepassados; mas, para chegar aí, foi obrigado a adotar um comportamento oposto àquele que o precedia – e ele sente que este comportamento está sempre prestes a reatualizar-se, de uma forma ou outra, no mais profundo de seu ser. (ELIADE, 1999, p. 98)

Há razões, portanto, para admitir a presença de elementos protojornalísticos no evangelho de Lucas. Ao fazê-lo, não é necessário negar nenhum de seus outros atributos. As escolhas de enfoques e a seleção dos recortes da vida de Jesus apresentadas pelo evangelista seguem lógicas próprias, influenciadas pelas peculiaridades da rede de comunidades cristãs que pretendia atingir e pelas ênfases teológicas do escritor, entre outros aspectos. Fazendo uma analogia, a escolha de pautas a serem cobertas no dia a dia de um periódico contemporâneo seguem também suas lógicas próprias – demandas locais, bandeiras escolhidas pelos editores ou pelas empresas proprietárias, aspectos políticos típicos de determinada localidade, as circunstâncias que cercam algum acontecimento. Nem por isso deixam de ser qualificadas como objetos jornalísticos. Levando essa analogia um pouco mais longe, pode-se até discutir quem seria o responsável pela elaboração da pauta – o escritor, a liderança intelectual da comunidade cristã local, o Espírito Santo. Qualquer que seja a resposta que o pesquisador dê a essa última questão, não fica anulada a qualidade de certos elementos do texto, que provam-se protojornalísticos.

Menciona-se aqui “certos elementos”, porque a vocação do evangelho de Lucas não é decerto puramente jornalística. Assim como também não é puramente jornalístico o relato de Tucídides em sua narrativa da guerra do Peloponeso – embora seja muito mais fácil para um pesquisador contemporâneo apontar uma disposição jornalística no historiador grego que no evangelista. Nos escritos mais antigos, o jornalismo se apresenta mesclado a

outras formas de narrativa. A maneira como esses elementos se relacionam dentro da obra lucana será elaborada no próximo capítulo.

4. ESCAVANDO LUCAS

Em linhas gerais, os capítulos anteriores delinearam um pouco a respeito do que é o jornalismo e das suas origens mais remotas. Por último, foram levantadas algumas das sobreposições entre as características desse fenômeno jornalístico e o relato evangélico, afinando-se até o texto de Lucas. Com isso, chegou-se a uma base mínima de concordância, apontando que há indícios que apontam elementos de trabalho jornalístico dentro da obra lucana. Esses elementos encontram-se dispersos em meio a outras formas de discurso, junto a elementos religiosos ou mesmo historiográficos. São fósseis de jornalismo: não são plenamente identificáveis com o jornalismo conforme este passou a ser definido em sua alta modernidade, mas portadores de disposição, temática e forma que viriam a dar origem ao fenômeno jornalístico, séculos mais tarde. É hora, então, de alinhar esses conceitos em torno das formas como Lucas exerce uma atividade que pode ser identificada como uma espécie precoce de jornalismo – escavar Lucas, por assim dizer, de modo a localizar os fósseis de jornalismo.

Esse processo de escavação foi dividido em áreas, de forma a espelhar o que já se descreveu a respeito da forma jornalística nos capítulos anteriores. Serão cobertos aqui aspectos concernentes ao jornalismo dentro da temática de Lucas, assim como as aproximações de Lucas e do estilo jornalístico em termos de forma. Serão, igualmente, abordadas as identificações entre a disposição do jornalista e a forma como Lucas se coloca enquanto investigador e narrador da vida de Jesus. Cada um desses três setores de escavação será tratado inicialmente de forma geral e, em seguida, apontando trechos e versículos específicos que podem ser associados ao tema – expondo, assim, os fósseis encontrados nessas áreas.

4.1 Lucas e a disposição jornalística

A relação entre os textos antigos e as manifestações jornalísticas, vistas pelo viés da disposição, precisa estar ligada à noção de “atos de jornalismo”, descritos por Stearns (2013). A ideia central de Stearns é que, para que criação humana seja considerada jornalística, é preciso que aqueles que a produziram tenham se comportado como jornalistas e que, portanto, o resultado de sua

ação seja enraizado na ética, realizado mediante a coleta e intercâmbio de conhecimento e compartilhado de forma pública. A coleta e intercâmbio de conhecimento é tema que já foi tratado no capítulo 3, na parte que tratou da forma como os evangelhos foram compostos, a partir de diferentes fontes orais e escritas, que foram mescladas em um processo de editoração consciente.

Quando ao compartilhamento público, a noção que se tem da distribuição de informação está ligada aos meios de comunicação de massa. Assim, costuma-se pensar que sem um sistema de *broadcast* não seria possível cogitar que determinada produção seja considerada jornalística. O conceito de comunicação de massa foi refinado ao longo do século XX, e tem entre seus principais divulgadores o russo-americano David Sarnoff, vice-presidente da RCA, que fabricava aparelhos de rádio e montou a primeira rede nacional de emissoras nos Estados Unidos (SIMONSON, 2010, p. 10). Embora o conceito de comunicação de massa hoje seja considerado antiquado – graças, principalmente, às ponderações de Raymond Williams (2008) sobre mídia e cultura e a desenvolvimentos posteriores –, a ideia permanece no imaginário das pessoas.

A ideia de comunicação de massa, entretanto, pode ser traçada até origens mais antigas. Peter Simonson (2010) argumenta que a ideia de um *broadcast* centralizado em um emissor e destinado às massas é apenas uma de diversas possibilidades de comunicação. De formas distintas, tanto uma peça de oratória quanto uma bandeira são elementos de comunicação de massa. Etimologicamente, a expressão “massa” descende de duas correntes: o latim *missa*, no sentido de um culto religioso, e o grego *maza*, que era uma espécie de bolo de cevada. Simonson (2010, p. 20) destaca que a missa católica – e, conseqüentemente, as celebrações cristãs em geral – é uma das formas de comunicação de massa de maior e mais recorrente presença no Ocidente. O uso da expressão para qualificar o povo em geral (“as massas”) populariza-se a partir do século XVIII e deriva do segundo significado. Agostinho de Hipona (2009, p. 56) já usava a expressão, no século IV, para se referir à *massa condemnata* ou *massa perditionis*, aquele grupo de pessoas espiritualmente destruídas, em oposição à humanidade salva por Deus.

O sentido que mais interessa a esta pesquisa, entretanto, é o primeiro, ligado à comunicação religiosa ou litúrgica. É neste sentido que a comunicação

promovida por Lucas (e também pelos outros evangelistas e pelas cartas bíblicas) se desenvolve. Ao registrar, copiar e disseminar mensagens escritas às igrejas, esses líderes religiosos se constituíram em pioneiros da comunicação do século I: desenvolveram um modelo em que a mensagem era ampliada de uma pessoa ou um grupo de pessoas para um corpo de destinatários espalhado por dezenas de localidades na Ásia, no Norte da África e na Europa. Assim, considera-se que os textos de Lucas preenchem a exigência de disponibilidade pública das manifestações do jornalismo.

O ponto de partida para reconhecer a disposição jornalística de Lucas está na declaração de princípios feita pelo escritor no prólogo do evangelho. Visto de forma isolada, entretanto, ele talvez seja insuficiente para caracterizar a obra toda como protojornalística, dado que, a fórmula adotada nesse parágrafo de abertura é frequente na produção historiográfica da Antiguidade. É preciso olhar outros pormenores para confirmar que os elementos de jornalismo presentes no texto, em especial no que se refere aos entrelaçamentos entre a narrativa lucana e os fatos históricos. Estes elementos poderão fornecer indícios sobre o que de fato foi realizado, dentre os objetivos apontados no prólogo.

4.1.1 A veracidade

Em diversos momentos de suas narrativas, o escritor faz correlações entre os eventos que descreve e elementos referenciáveis, de forma a situá-los em uma hipotética matriz histórica. Jennifer Creamer *et al.* (2014) observam que o prólogo de Lucas usa a expressão ἀσφάλεια (*asfaleia*, Lc 1.4) no sentido de garantia ou certeza da verdade, querendo com isso assegurar ao seu leitor que o que se segue não é invenção ou fábula – ou seja, ao prometer *asfaleia* a Teófilo, Lucas garante que dará a ele mostras de que suas histórias estão ancoradas na realidade. É o princípio jornalístico da veracidade aplicado à forma lucana de relatar os acontecimentos. “O que Teófilo tem a ganhar com uma leitura da narrativa é uma validação segura da mensagem a respeito da qual havia recebido anteriormente informação parcial (CREAMER; SPENCER; VILJOEN, 2014, p. 5).”¹⁰⁵ A precisão das informações apresentadas era de

¹⁰⁵ “What Theophilus has to gain by a reading of the narrative is a secure validation of the message about which he had previously received partial information”. Tradução nossa.

grande importância, por isso a abundância de referências. Como evidência interna de que o próprio escritor valoriza o testemunho histórico, observa-se a referência feita em At 26.26, quando Paulo apresenta-se ao rei Agripa II: “O rei está familiarizado com essas coisas, e lhe posso falar abertamente. Estou certo de que nada disso escapou do seu conhecimento, pois nada se passou num lugar qualquer” (BÍBLIA, 2000, p. 896). As referências devem ser tão acuradas quanto possível, pois elas ainda são verificáveis. No caso de Paulo, o relato se referia a eventos ocorridos nos anos do reinado do próprio rei e de seu pai e estariam na memória de cada um dos presentes àquela audiência. Por isso mesmo, um dos aspectos mais relevantes (e, logo, mais rico em termos de fósseis de jornalismo) é o do tempo.

No evangelho de Lucas, as referências temporais são mais presentes em dois momentos da narrativa: o início, quando são apresentadas circunstâncias históricas relacionadas ao nascimento de Jesus, e o relato da crucificação, em que as referências às autoridades da época servem a um duplo objetivo: testemunham a respeito do processo legal a que Jesus foi submetido e atestam o momento histórico em que se situam os relatos. Ao relacionar o momento histórico às autoridades vigentes, Lucas segue o costume da época: durante a fase da República romana, por exemplo, os anos não eram contados, mas nomeados de acordo com os cônsules que haveriam de exercer o poder naquele período (SANTOS, 2006). No caso dos gregos, cada *polis* tinha seu próprio calendário, denominado a partir de uma autoridade local (como o primeiro-arconte de Atenas ou o primeiro éforo de Esparta). A variedade de contagens era tanta que, para harmonizar o relato da guerra do Peloponeso, Tucídides teve de inventar um sistema próprio de datação (WHITROW, 1993, p. 59).

Nas passagens abaixo, a intenção lucana parece ser a de fornecer uma ligação entre os eventos narrados e aqueles de conhecimento comum do mundo greco-romano. É possível apontar duas razões para esse entrelaçamento, complementares entre si. A primeira delas é a separação entre verdade e fábula. Nicola Abbagnano (2007) aponta a existência de cinco conceitos fundamentais de verdade: a verdade como correspondência; verdade como revelação; verdade como conformidade a uma regra; verdade como coerência; e verdade como utilidade. É interessante observar que a evidência

de verdade que o texto lucano apresenta não está baseada somente na noção teológica de revelação, segundo a qual a verdade “se revela em modos de conhecimento excepcionais ou privilegiados, por meio dos quais se torna evidente a essência das coisas, seu ser ou o seu princípio (Deus)” (ABBAGNANO, 2007, p. 996). Ao recorrer às referências históricas, verificáveis, Lucas retira os eventos que descreve da esfera mítica e os localiza em um ambiente real, comum, alcançável pelos destinatários de seus escritos. Essa opção é coerente com a ideia, exposta também nas cartas paulinas (por exemplo, no capítulo 15 de 1 Coríntios), de que a certeza histórica dos eventos que cercam o nascimento, morte e ressurreição de Jesus são base para a fé cristã.

A segunda razão para o entrelaçamento entre a narrativa de fé e as referências históricas é que estas fornecem um critério de validação, a partir do qual outras pessoas poderiam buscar novas informações a fim de confrontar os achados de Lucas. Trata-se de um desenvolvimento surpreendente para a época em que foi escrito porque antecipa, de certa forma, procedimentos que só viriam a ser descritos na Modernidade e que fazem parte da construção de um saber científico. Também antecipa a ideia do “realismo”, que é como Michael Schudson (2010) denomina o movimento da imprensa americana, a qual, ao abandonar as formas mais romanceadas de notícia, voltava-se para a exatidão. De fato, pode-se ouvir um eco das preocupações de Lucas com a exatidão nas orientações que o jovem H. L. Mencken (1980, p. 144) recebeu de Max Ways, editor de notícias locais do “*Morning Herald*” de Baltimore quando começou a trabalhar lá, aos 18 anos, em 1899:

Em primeiro lugar, nunca confie num tira: assim que possível, verifique o relatório dele. Sempre tente entregar sua matéria cedo: a primeira história que chega na mesa do editor local tem chances muito mais de ser publicada na íntegra que a última. Seja cuidadoso com datas, nomes, idades, endereços, números de todo tipo. Tenha em mente os riscos da difamação.¹⁰⁶

Essas duas formas de entrelaçamento entre os eventos narrados e o mundo greco-romano ficam evidentes à luz da maneira como Lucas apresenta

¹⁰⁶ “*Imprimis*, never trust a cop: whenever possible, verify his report. *Item*, always try to get in early copy: the first story to reach the city-desk has a much better chance of being printed in full than the last. *Item*, be careful about dates, names, ages, addresses, figures of every sort. *Item*, keep in mind at all times the dangers of libel.” (Tradução nossa.)

datas, nomes, locais e referências históricas. Essa abordagem traz em si alguns fósseis de jornalismo, que serão tratados de forma mais explícita a seguir.

4.1.1.1 Fóssil: exatidão no terceiro evangelho

Em Lucas, em algumas ocasiões a referência a autoridades é feita no sentido primário de fornecer referências cronológicas. O caso em que essa intenção parece mais clara é o de Lc 3.1,2:

No décimo quinto ano do reinado de Tibério César, quando Pôncio Pilatos era governador da Judéia; Herodes, tetrarca da Galileia; seu irmão Filipe, tetrarca da Itureia e Traconites; e Lisânias, tetrarca de Abilene; Anás e Caifás exerciam o sumo sacerdócio. Foi nesse ano que veio a palavra do Senhor a João, filho de Zacarias, no deserto. (BÍBLIA, 2000, p. 819)

Fitzmyer (1981, p. 295) assinala que, embora todos os evangelistas descrevam o encontro de Jesus com Pôncio Pilatos (que foi governador da Judeia entre 26 e 36 d.C.), apenas em Lucas ocorre uma relação entre o chamado profético de João Batista com o momento histórico da Palestina e de Roma. Marguerat (2004, p. 20) aponta que, nessa passagem, Lucas busca ancorar sua narrativa na história mundial, fornecendo uma referência para que seus leitores reconheçam o local e a época em que os eventos se passaram.

4.1.1.2 Fóssil: exatidão em Atos

Em Atos dos Apóstolos, referências do mesmo gênero – ou seja, associações entre nomes e datas, que, em um ambiente pobre de registros, permitem estabelecer referências firmes e verificáveis para outras pessoas – também ocorrem. Há uma série de passagens, várias minuciadas abaixo, que se enquadram nessa categoria e podem ser classificadas como evidências da disposição jornalística de Lucas.

Quando os apóstolos Pedro e João se apresentam diante do conselho dos líderes religiosos de Jerusalém, nomes são citados (At 4.5-6):

No dia seguinte, as autoridades, os líderes religiosos e os mestres da lei reuniram-se em Jerusalém. Estavam ali Anás, o sumo sacerdote, bem como Caifás, João, Alexandre e todos os que eram da família do sumo sacerdote. (BÍBLIA, 2000, p. 873)

Em Lc 18.1-2 menciona-se um casal de judeus convertidos ao Cristianismo, Áquila e Priscila¹⁰⁷. De acordo com o texto, eles foram para Corinto porque o imperador Cláudio havia expulsado os judeus de Roma, um decreto que foi, de fato, expedido no ano 49 (FITZMYER, 1981, p. 294):

Depois disso Paulo saiu de Atenas e foi para Corinto. Ali, encontrou um judeu chamado Áquila, natural do Ponto, que havia chegado recentemente da Itália com Priscila, sua mulher, pois Cláudio havia ordenado que todos os judeus saíssem de Roma. Paulo foi vê-los. (BÍBLIA, 2000, p. 888)

Quando a pregação de Paulo provocou reações dos judeus que viviam em Corinto, a descrição de Lucas inclui o nome do chefe da representação imperial na cidade e uma riqueza de detalhes a respeito do processo judicial (At 18.12-13):

Sendo Gálio procônsul da Acaia, os judeus fizeram em conjunto um levante contra Paulo e o levaram ao tribunal, fazendo a seguinte acusação: 'Este homem está persuadindo o povo a adorar a Deus de maneira contrária à lei'. (BÍBLIA, 2000, p. 888).

Gálio, os registros arqueológicos apontam, exercia esse cargo no ano 52, que é tido como a data mais provável para essa prisão de Paulo (FITZMYER, 1981, p. 294). Mais perto dos capítulos finais, quando Paulo volta a ser preso em Jerusalém, há diversas citações de autoridades e a transcrição de uma carta trocada por oficiais romanos (At 23.23-30):

Então ele chamou dois de seus centuriões e ordenou-lhes: "Preparem um destacamento de duzentos soldados, setenta cavaleiros e duzentos lanceiros a fim de irem para Cesareia esta noite, às nove horas. Providenciem montarias para Paulo, e levem-no em segurança ao governador Félix".

O comandante escreveu uma carta nestes termos:

"Cláudio Lísias,
ao Excelentíssimo Governador Félix,
Saudações.

"Este homem foi preso pelos judeus, que estavam prestes a matá-lo quando eu, chegando com minhas tropas, o resgatei, pois soube que ele é cidadão romano. Querendo saber por que o estavam acusando, levei-o ao Sinédrio deles. Descobri que ele estava sendo acusado em

¹⁰⁷ Áquila e Priscila estão entre os principais líderes não apostólicos (ou seja, não comissionados diretamente por Jesus) mencionados no Novo Testamento. Seus nomes são citados seis vezes, sendo três no capítulo 18 de Atos. As outras referências são em cartas paulinas (Romanos, 1 Coríntios e 2 Timóteo). É interessante perceber que os nomes dos dois sempre são citados juntos (nunca é só Áquila ou só Priscila), e a primazia dos nomes é alternada – são seis vezes em que Áquila aparece citado antes, nas outras três Priscila vem em primeiro lugar. Costuma-se mencionar esse fato para justificar a ideia de que os dois tinham igual *status* perante a igreja (ALEXANDER, 2013, p. 19).

questões acerca da lei deles, mas não havia contra ele nenhuma acusação que merecesse morte ou prisão. Quando fui informado de que estava sendo preparada uma cilada contra ele, enviei-o imediatamente a Vossa Excelência. Também ordenei que os seus acusadores apresentassem a Vossa Excelência aquilo que têm contra ele". (BÍBLIA, 2000, p. 894)

Conrad Gempf (2009, p. 1658) nota que o conteúdo da carta pode ter sido revelado em alguma das audiências públicas sobre o caso, situação em que o evangelista ou mesmo o próprio Paulo poderiam ter tomado nota dos termos. Lucas descreve que, depois de ler a carta, Félix indagou de Paulo de qual província romana ele era proveniente. Gempf (*Ibid.*) assinala que essa pergunta era uma tentativa de confirmar sua jurisdição sobre o caso, e que Félix aceita tratar do tema. As informações contidas na passagem são compatíveis com o processo judicial romano e, adicionalmente, fornecem informações a respeito da época em que os eventos narrados ocorreram. Alguns versículos adiante (At 24.27), o leitor fica sabendo que Félix foi substituído no cargo de governador por Pórcio Festo, dois anos mais tarde – a troca ocorreu por volta do ano 60 (FITZMYER, 1981, p. 294).

4.1.1.3 Fóssil: historicidade

Ao fazer as referências históricas logo no início da narrativa evangélica, Lucas estabelece um parâmetro de historicidade e precisão para toda a obra. Ressalve-se, entretanto, que alguns desses textos têm sido alvo de polêmica. É o caso do procedimento descrito por Lucas para o recenseamento, de acordo com Lc 2.1-3:

“Naqueles dias César Augusto publicou um decreto ordenando o recenseamento de todo o império romano. Este foi o primeiro recenseamento feito quando Quirino era governador da Síria. E todos iam para a sua cidade natal, a fim de alistar-se.” (BÍBLIA, 2000, p. 817).

O crítico literário britânico Terry Eagleton (2016) classifica a narrativa como um exemplo implausível da argumentação fundamentalista, ponderando que uma tal movimentação de pessoas, motivada por exigência do Império Romano, certamente seria documentada a partir de outras fontes além do relato bíblico. Essa, de acordo com Hendriksen (2003), seria a passagem cujos problemas históricos ainda não foram totalmente sanados pelos historiadores.

O autor relata (*Op. cit.*, p. 195) que Roma havia estabelecido, ainda no século II a.C, um sistema regular de censos a cada 14 anos. Esses arrolamentos periódicos serviam para aparelhar a rede de arrecadação de impostos do império. Josefo (1824) relata um desses censos, encerrado no 37º ano da vitória de César sobre Antônio em Ácio¹⁰⁸, ou seja, no ano 6 d. C. Dadas as menções à rebelião entre o povo israelita, liderada pelo galileu Judas – que protestou contra a coleta de impostos, qualificada por Josefo (*Op. cit.*, p. 58) como comparável “à introdução da escravidão” –, esta é a mesma revolta que Gamaliel cita no capítulo 5.37 de Atos. Hendriksen (2003, p. 198) aponta que o costume entre os judeus era fazer a contagem populacional por famílias¹⁰⁹, um hábito que também era respeitado no Egito. Assim, a obrigação de migrar até a cidade de origem da família não valia para todo o império, mas apenas para um ou outro povo específico, entre eles o israelita. Esse argumento invalida a ressalva feita por Eagleton, confirmando a precisão histórica do relato de Lucas – ao menos, à luz das evidências atualmente disponíveis. Em consequência, permanece a coincidência dessas passagens com elementos do modo contemporâneo de produção jornalística, de maneira que seu *status* como fósseis de jornalismo pode ser atestado.

4.1.1.4 Fóssil: transparência

Entre os pontos em que referências claras de tempo e espaço são apresentadas, há, também, uma profusão de trechos no evangelho de Lucas em que a precisão é deixada de lado. Observe-se, por exemplo, os trechos abaixo (os grifos são nossos):

- Lc 5.1 – “Certo dia Jesus estava perto do lago de Genesaré, e uma multidão o comprimia de todos os lados para ouvir a palavra de Deus. (BÍBLIA, 200, p.821)

¹⁰⁸A batalha naval de Ácio, onde Júlio César derrotou as forças combinadas de Marco Antônio e Cleópatra, foi o ponto final da República romana. Vencido, Antônio cometeu suicídio e Cleópatra deixou-se picar por uma cobra venenosa, para não ser levada acorrentada a Roma.

¹⁰⁹No Antigo Testamento, as listagens do povo são feitas por famílias ou grupos de famílias (por exemplo, Nm 1 e Ne 7). Entre os israelitas, havia uma dupla resistência em relação aos recenseamentos. Por um lado, os romanos o faziam juntamente com uma cobrança extra de impostos, o que despertava o sentimento nacionalista do povo. Por outro, a contagem populacional dos hebreus era feita para avaliar a disponibilidade de gente para o exército. O cuidado com a força bélica era visto como desprezo a Deus, que era visto como a única proteção de Israel. O livro de 2 Samuel conta que um censo promovido pelo rei Davi despertou a ira de Deus e resultou em uma peste que dizimou 70 mil homens.

- Lc 5.17 – Certo dia, quando ele ensinava, estavam sentados ali fariseus e mestres da lei, procedentes de todos os povoados da Galiléia, da Judéia e de Jerusalém. E o poder do Senhor estava com ele para curar os doentes. (BÍBLIA, 2000, p. 821)
- Lc 6.1 Certo sábado, enquanto Jesus passava pelas lavouras de cereal, seus discípulos começaram a colher e a debulhar espigas com as mãos, comendo os grãos. (BÍBLIA, 2000, p. 822)
- Lc 8.22 Certo dia Jesus disse aos seus discípulos: “Vamos para o outro lado do lago”. Eles entraram num barco e partiram. (BÍBLIA, 2000, p. 826)
- Lc 20.1 Certo dia, quando Jesus estava ensinando o povo no templo e pregando as boas novas, chegaram-se a ele os chefes dos sacerdotes, os mestres da lei e os líderes religiosos. (BÍBLIA, 2000, p. 840)

O uso da expressão “certo dia” ou “certo sábado” parece evidenciar uma tentativa do escritor de aplicar transparência ao seu processo de compilação: quando não havia referência para datar determinado evento – e isso vale inclusive para a sequência dos acontecimentos –, Lucas opta por não usar nenhuma conexão (como “depois disso”, por exemplo). Tais trechos também são evidências de um trabalho de transposição da tradição oral e de escolhas editoriais: é como se as narrativas que se contavam isoladamente tivessem sido dispostas no novo trabalho, sem que o editor ousasse estabelecer sobre elas uma ordem que não fosse a da coerência geográfica (dentro da progressão das caminhadas de Jesus e seu grupo pelo interior da Judeia) e da afinidade dos discursos.

4.1.1.5 Fóssil: fonte histórica

Como primeira narrativa histórica do Cristianismo, Atos conta também algumas referências a nomes do início do Cristianismo. É o caso, em especial, das porções iniciais, que relatam os primeiros encontros da igreja de Jerusalém e permitem ver o texto lucano como uma referência histórica para futuros pesquisadores – nisso, ele se equipara ao jornalismo contemporâneo, que também é fonte primária para a pesquisa histórica. Nos termos da época em que foi escrito, essa característica permitia a identificação dos primeiros componentes da comunidade cristã e, em consequência, a validação das lideranças que se estabeleceram nas diversas localidades alcançadas pela evangelização. Em At 1.13-14, Lucas enumera as pessoas presentes em um dos primeiros encontros dos apóstolos na cidade:

Quando chegaram, subiram ao aposento onde estavam hospedados. Achavam-se presentes Pedro, João, Tiago e André; Filipe, Tomé, Bartolomeu e Mateus; Tiago, filho de Alfeu, Simão, o zelote, e Judas, filho de Tiago. Todos eles se reuniam sempre em oração, com as mulheres, inclusive Maria, a mãe de Jesus, e com os irmãos dele. (BÍBLIA, 2000, p. 870)

É importante lembrar que Lucas escreve na segunda metade do primeiro século e que seu público pertence, provavelmente, à segunda geração de cristãos. Ao citar esses nomes, Lucas está ativando um circuito de referências para os seus leitores e ouvintes. Quando a perseguição aos discípulos de Jesus começou em Jerusalém, a maior parte dos convertidos dispersou-se por outras regiões (conforme At 8.2). Mais tarde, quando Jerusalém foi destruída pelo general Tito, essa dispersão atingiu todos os sobreviventes, que eram liderados pelos apóstolos ou pelos seus sucessores. Assim, a citação dos seus nomes no texto lucano servia como validação das lideranças das comunidades cristãs que se estabeleciam em regiões como Éfeso (para onde foi o apóstolo João), Roma (destino de Pedro), Pérsia e Índia (regiões que, de acordo com a tradição, foram percorridas pelo apóstolo Tomé), entre outras.

Em geral, Lucas é bem sucedido em seu objetivo de situar a história de Jesus e da jovem igreja cristã dentro do panorama histórico do mundo greco-romano, que era o seu público primário. “Com base nesses sincronismos históricos, Lucas apresenta o acontecimento Cristo e sua continuidade na igreja nascente como um fenômeno enraizado na história romana do século I da nossa era.”¹¹⁰ (FITZMYER, 1981, p. 294) O que leva a uma reflexão necessária sobre a relação de Lucas com o Império Romano.

4.1.2 A ética

A ética em Lucas tem a ver com a forma com a qual o escritor e seu texto se relacionam com o poder constituído, visto que a autonomia de ação em relação aos governos faz parte do universo de princípios éticos universais do jornalismo¹¹¹. Essa disposição veio se firmando historicamente, há pelo

¹¹⁰ “A base de estos sincronismos históricos, Lucas presenta el acontecimiento Cristo y su continuidad en la Iglesia naciente como un fenómeno enraizado en la historia romana del siglo I de nuestra era.” (Tradução nossa.)

¹¹¹ O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (disponível em http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf), por exemplo, coloca como dever profissional opor-se ao autoritarismo e lutar pela liberdade de pensamento e de expressão (artigo 6º). Em Portugal, o Código Deontológico dos Jornalistas (disponível em

menos 300 anos – embora seja possível traçar origens mais remotas a partir das advertências de Luciano de Samósata, Tucídides e Políbio para que aquele que relata a história não se deixe levar pelas vantagens oferecidas pelos poderosos.

Segundo Nelson Traquina (2005b, p. 42), à época da consolidação inicial do jornalismo em sua forma moderna (a partir de fins do século XVIII), “a afirmação da nova legitimidade jornalística ocorre perante o antagonismo com o poder político, inserido num processo secular de luta pela liberdade e, subsequentemente, pela conquista de uma nova forma de governo: a democracia”. Esse é um dos paradigmas do jornalismo nos padrões da sua versão alto-modernista – a luta pela liberdade. Esse embate teve início bem antes, com uma oposição à censura promovida pelos absolutismos europeus, e prosseguiu depois como uma reação aos próprios regimes que a impunham – essa foi, por exemplo, uma das bandeiras da Revolução Francesa de 1789. Nos séculos XVII e XVIII, a ascensão da burguesia (e sua conseqüente busca por poder político) resultaria na emergência de espaços públicos (HABERMAS, 2003), como os cafés que se estabeleceram em Londres e Paris e que logo se tornaram ponto de convergência para quem buscava as últimas novidades¹¹². E, por consequência, um local de encontros políticos: não foi por outra razão que Carlos II da Inglaterra chegou a ordenar a interdição dos cafés em 1675, reabrindo-os mais tarde sob a condição de que neles não se encontrassem livros ou panfletos escandalosos, nem que houvesse conversas contra o governo (RIZZINI, 1977, p. 76). Não é de hoje, portanto, que “imprensa é oposição. O resto é armazém de secos e molhados”, conforme prescrevia o lema do Pasquim, criado nos anos 1970 por Millôr Fernandes (BRAGA, 1991, p. 61).

www.jornalistas.eu/?n=10011) estipula o dever de combater a censura (item 2), as restrições no acesso às fontes (item 3) e de recusar funções, tarefas e benefícios que possam comprometer sua independência (item 11). Objeções semelhantes constam em outros dispositivos, como o código de ética da *Society of Professional Journalists* (www.spj.org/ethicscode.asp) dos Estados Unidos, que demanda do jornalista que atue de forma independente, seja transparente e preste contas.

¹¹² Carlos Rizzini (1977) conta que quem tinha algum dinheiro pagava para receber em casa as gazetas manuscritas – eventualmente, correndo algum risco, caso elas falassem mal do governo. Quem não tinha recursos ia aos cafés, onde, pelo preço de uma xícara, poderia manter-se em dia com as novidades.

O tratamento das relações entre o cristianismo e o Império Romano em Lucas vai além da forma como o Roma e suas autoridades são mencionados. Como grupo religioso de formação recente, o cristianismo não tinha reconhecimento imperial. Diante dessa questão, o complexo Lucas-Atos apresenta um entrelaçamento entre a religiosidade judaica e o fenômeno cristão:

Este interesse de Lucas por sublinhar os laços que marcam a continuidade entre judaísmo e cristianismo se percebe claramente no uso que faz do Antigo Testamento para interpretar o fenômeno Cristo. Cita numerosas passagens dos livros sagrados do judaísmo, que não têm formalmente o menor caráter pré-figurativo, mas que Lucas se atreve a ler não somente como profecia, mas até mesmo como autênticas previsões do que realmente ocorreu no ministério de Jesus e na sua continuação. A este cumprimento se deram inúmeros rótulos, como “promessa e cumprimento” em Lucas-Atos, “prova escriturística”, etc. Assim, desempenhou um papel importante nas motivações de Lucas durante o processo de sua coleta de tradições sobre Jesus e o movimento iniciado por este personagem.¹¹³ (FITZMYER, 1981, p. 32)

Fitzmyer (1981) defende que o tratamento dado por Lucas aos cristãos é o de um grupo ou partido (αἵρεσις, *haireseis*) dentro do judaísmo. Trata-se da mesma expressão que o próprio Lucas usa em At 15.5 e 26.5 para caracterizar os fariseus e em 5.17 para descrever os saduceus. Flávio Josefo (1957, p. 310–311) usa a mesma palavra quando relata a existência de três diferentes escolas de pensamento entre os judeus à época da dinastia hasmoneia, no século II a.C.¹¹⁴ Essa continuidade pode ser lida como uma forma de defesa do cristianismo como uma continuação natural e lógica do judaísmo e, portanto, com condições plenas de ser reconhecido pelo império como *religio licita*.

À parte essa defesa, Lucas oferece uma visão crítica das relações dos cristãos com Roma. Ele (e, em consequência, seus leitores) está consciente de que haverá assédio, perseguição, prisão. “A repetida ênfase na inocência dos

¹¹³ “Este interés de Lucas por subrayar los lazos que marcan la continuidad entre judaismo y cristianismo se aprecia claramente en el uso que hace del Antigo Testamento para interpretar el fenómeno Cristo. Cita numerosos pasajes de los libros sagrados del judaismo, que no tienen formalmente el más mínimo carácter prefigurativo, pero que Lucas se atreve a leer no sólo como profecía, sino incluso como autênticas predicciones de lo que realmente sucedió en el ministerio de Jesús y en su continuación. A este procedimiento se le han colgado múltiples etiquetas como «promesa y cumplimiento» en Lucas-Hechos, «prueba escriturística», etc. Por lo pronto, desempeñó un papel importante en las motivaciones de Lucas durante el proceso de su recogida de tradiciones sobre Jesús y sobre el movimiento iniciado por este personaje.” (Tradução nossa.)

¹¹⁴ Josefo se refere aos fariseus, saduceus e essênios.

cristãos e de Jesus mostra que os leitores de Lucas não deveriam lutar com as armas do inimigo, seja violência ou falsidade, mas em vez disso deveriam oferecer seu testemunho a Jesus de maneira similar a Pedro e João, Estêvão ou Paulo.”¹¹⁵ (WALTON, 2002, p. 34) A questão é especialmente importante na porção final de Atos, a partir do capítulo 16, que é também aquela em que a presença de Lucas como narrador é mais sensível, porque inclui os trechos em primeira pessoa.

O confronto entre a expansão do cristianismo e o império pode ser pressentido quando Paulo e sua equipe missionária deixam a Ásia Menor e entram, pela primeira vez, em território europeu, em Lc 16.11-12: “Partindo de Trôade, navegamos diretamente para Samotrácia e, no dia seguinte, para Neápolis. Dali partimos para Filipos, na Macedônia, que é colônia romana e a principal cidade daquele distrito. Ali ficamos vários dias” (BÍBLIA, 2000, p. 886). A observação sobre o *status* colonial de Filipos serve quase como uma advertência de que os choques com as autoridades locais saltariam de patamar: em vez de defrontar-se apenas com a oposição dos israelitas, os mensageiros cristãos passariam então a lidar com o poder imperial. E, de fato, a partir daí “Paulo rola de uma acusação pública para outra, em perpétuo modo de defesa, sustentado, no lado espiritual, pela presença de Deus e pela direção do Espírito (16:6–7; 18:9–11; 19:21; 20:22–23; 23:11; 27:23–25; cf. Luke 21:12–19); e, pelo lado legal, pelo seu direito nativo de cidadão tanto de Tarso (sua proeminente cidade de origem, de acordo com 21.39) como de Roma (16:37–39; 22:25–29; 23:27)” (SPENCER, 2012, p. 142)¹¹⁶.

4.1.2.1 Fóssil: posicionamento crítico frente aos governos

Em Tessalônica, a acusação parte dos israelitas, mas tem como alvo uma pretensa perversão dos valores romanos (At 17.5-8):

¹¹⁵ “The repeated emphasis on the innocence of the Christians and of Jesus shows that Luke’s readers should not fight with the enemies’ weapons, whether violence of falsehood, but rather they should offer testimony to Jesus in similar manner to Peter and John, Stephen or Paul.” (Tradução nossa.)

¹¹⁶ “Paul rolls from one public accusation to another in perpetual defense mode, sustained on the spiritual side, by God’s presence and the Spirit’s guidance (16:6–7; 18:9–11; 19:21; 20:22–23; 23:11; 27:23–25; cf. Luke 21:12–19); and on the legal side, by his native status as a citizen of both Tarsus (his prominent city of origin [21:39]) and Rome (16:37–39; 22:25–29; 23:27). (Tradução nossa.)

Mas os judeus ficaram com inveja. Reuniram alguns homens perversos dentre os desocupados e, com a multidão, iniciaram um tumulto na cidade. Invadiram a casa de Jasom, em busca de Paulo e Silas, a fim de trazê-los para o meio da multidão. Contudo, não os achando, arrastaram Jasom e alguns outros irmãos para diante dos oficiais da cidade, gritando: “Esses homens, que têm causado alvoroço por todo o mundo, agora chegaram aqui, e Jasom os recebeu em sua casa. Todos eles estão agindo contra os decretos de César, dizendo que existe um outro rei, chamado Jesus”. Ouvindo isso, a multidão e os oficiais da cidade ficaram agitados. (BÍBLIA, 2000, p. 887)

A expressão grega usada para “todo o mundo” é peculiar: οἰκουμένη (*oikouménē*) é a mesma raiz da palavra “ecumênico” do português moderno e denota uma grande amplitude. O termo era usado pelos gregos arcaicos como sinônimo do mundo helênico (em oposição às terras habitadas pelos bárbaros) e, mais tarde, passou a ser sinônimo de terra habitada. No período romano, a partir do século II a.C, a expressão passou a ser usada para referir-se ao *imperium Romanum*, ou seja, os territórios sob domínio de Roma. “Em outras palavras, aquilo que tinha sido um conceito geográfico e cultural veio a ser um conceito político no período romano. O Imperador Nero tinha os títulos de *sōtēr* ('salvador') e *euergetēs* ('benfeitor') da *oikoumene*”. (FLENDER, 2000). A acusação dos israelitas, então, tem endereço certo – eles querem dizer que os cristãos são agitadores políticos agindo contra o império, culpados de rebelião contra os decretos de César e que querem colocar Jesus como rei.

Conforme observa F. Scott Spencer (2012), o texto de Atos retrata o cristianismo como uma contracultura que consegue, ao mesmo tempo, afrontar dois grupos hegemônicos: o do judaísmo de Jerusalém, que tem dificuldades para aceitar tanto o Jesus messias como a aproximação com os gentios; e o Império Romano, para quem os cristãos são supersticiosos com uma tendência irritante para a desobediência civil. Em relação ao império, a pregação de Paulo, descrita por Lucas na porção final de Atos, traz desafios em quatro áreas (SPENCER, 2012, p. 143-144):

1) Na área econômica, há pelo menos duas referências diretas a impasses criados pela influência dos cristãos. Em Filipos, uma escrava que fazia adivinhações movida por uma possessão espiritual encontra-se com Paulo, e este expulsa o demônio que lhe dava o conhecimento do futuro. Com isso, cessam os ganhos financeiros dos proprietários da escrava, que se queixam de perturbação da ordem aos magistrados locais (At 16.16-21). Em

Éfeso, o conflito é com a guilda de artesãos locais. Eles temem que a adesão do povo à pregação cristã reduza seus ganhos com a venda de imagens da deusa Artêmis (At 19.23-41).

2) No terreno filosófico, a defesa da ressurreição e do Deus cristão como fonte de conhecimento provoca discussão em Atenas, um dos principais centros de ensino da Antiguidade.

3) No campo teológico, Paulo habilmente desperta um contencioso entre os líderes judaicos em seu julgamento em Jerusalém, usando a questão da esperança na ressurreição (At 23.6-8). O tema colocava de lados opostos as duas principais correntes judaicas da época, os saduceus (que não criam na ressurreição) e os fariseus. Embora tal tema tenha, teoricamente, pouca repercussão política, ficava claro que havia um elemento revolucionário nessa esperança escatológica, porque ela gerava um discurso de que uma justiça salvadora haveria de suplantar o sistema corrupto que vigorava então. Esse discurso era um dos elementos que atraía os gentios e que minava a autoridade das lideranças judaicas.

4) Em termos políticos, o Paulo cujos atos Lucas narra era fonte de dificuldades para Roma. Em Jerusalém, ele trazia intranquilidade para uma região que sofria com seguidas revoltas populares. Quando esteve preso na cidade e em Cesareia, as autoridades romanas falaram diversas vezes em liberá-lo ou permitir que fosse julgado pelos judeus, já que as acusações que contra ele eram lançadas eram mais de ordem ritual do que ofensas ao sistema legal imperial. O governador Pórcio Festo deixa claro em At 25.25 que não tem razão para mantê-lo preso, mas terá de deixá-lo em custódia porque ele havia apelado a César – como cidadão romano, ele tinha direito de ter seu caso avaliado por um tribunal imperial. Mantê-lo sob os cuidados da tropa era um risco na Judeia por causa da oposição dos israelitas, mas enviá-lo a Roma não faria senão ampliar a reverberação de sua pregação, que não era de modo algum neutra em relação à política imperial.

Por que? Porque ele tem um testemunho crucial a ser registrado na capital imperial, e não é um testemunho inofensivo. Embora nunca realmente se encontre com César até o fim de Atos, ele não se esconde em Roma e, mesmo como prisioneiro, dá testemunho “de manhã até a tarde” por “dois anos inteiros” sobre “o Reino de Deus” e o “Senhor Jesus Cristo” (28:23, 30–31). Não se engane: falar sobre “reino” (βασίλεια [*basileia*] = “império”) and “Senhor” (κύριος, *kyrios*) é

dinamite política, equivalente a afirmar o império de Deus como antitético ou superior ao de Roma e, mais provocativamente: Jesus Cristo é Senhor, e o Senhor César não é. (SPENCER, 2012, p. 144)¹¹⁷

Visto isso, parece claro que Lucas atende ao imperativo ético na sua relação com as autoridades romanas: ele as reconhece, mas mantém sobre elas um olhar de distanciamento que é compatível com o perfil dos fósseis de jornalismo.

4.2 Lucas e a temática jornalística

Guerras, realeza e riqueza, fatos correntes da comunidade onde se vive, histórias humanas que motivam a curiosidade e a compaixão, crimes e seu julgamento. Estes são temas típicos do jornalismo na longa duração, conforme levantado no capítulo 1. A relação não é exaustiva, mas uma amostra de alguns dos assuntos que, ao longo dos séculos, têm sido narradas pelos jornalistas e seus antecedentes. Em se tratando da Antiguidade, presume-se que a maior parte dos registros desses “novidadeiros” tenha se perdido. Restaram os relatos mais grandiosos, relatos fundadores como aqueles de Heródoto ou Tucídides, descrições de batalhas épicas como as de Xenofonte e outras, que o conhecimento geral classifica como históricas ou historiográficas. Em meio a esses, os escritos cristãos sobreviveram por serem considerados sagrados – mas, até que esse reconhecimento tenha ocorrido, eles circularam como informação e ensino.

Nos livros de comentário bíblico, quando se fala no tema dos evangelhos, normalmente a referência se faz às doutrinas teológicas abordadas – a Cristologia ou a Pneumologia sob o viés do evangelho de Lucas, por exemplo. Naturalmente, esse é o ponto de vista utilitário para teólogos e pregadores. Em busca de uma análise do ponto de vista comunicacional da obra lucana, entretanto, essa coleção de temas é insuficiente. Afinal, o que o leitor encontra em Lucas e Atos não é um apanhado doutrinário

¹¹⁷ “Why? Because he has critical testimony to register in the imperial capital, and it is not at all innocent. Though he never quite gets to Caesar by Acts’ end, he does ensconce himself in Rome and, even as a prisoner, bears witness “morning and evening” for “two whole years” about “the kingdom of God and...the Lord Jesus Christ” (28:23, 30–31). Make no mistake: talk about “kingdom” (βασιλεία = “empire”) and “Lord” (κύριος) is political dynamite, tanta-mount to claiming God’s empire as antithetical and superior to Rome’s and even more provocatively: Jesus Christ is Lord, and Lord Caesar isn’t.” (Tradução nossa.)

(diferentemente, por exemplo, do que ocorre com as cartas paulinas), mas uma coleção de histórias. Vale a pena, então, debruçar-se um pouco sobre o conteúdo dessas histórias. Não sob o ponto de vista das doutrinas que se poderia extrair delas, mas de seu aspecto informativo. Nesse caso, será necessário dividir a atenção entre as histórias contidas em Lucas e aquelas do livro dos Atos dos Apóstolos.

4.2.1 No terceiro evangelho

O encontro da torrente escura do Rio Negro com as águas barrentas do rio Solimões, atração turística do estado brasileiro do Amazonas, provê uma analogia visual a respeito da amálgama de influências que se encontra no evangelho de Lucas. De um lado vem a tradição judaica, teimosamente rebelde à dominação romana, fiel às suas tradições e cheia de idiossincrasias que distinguem o povo israelita de todos os seus vizinhos, como a guarda do sábado, os alimentos proibidos e a recusa ao culto de imagens. De outro, o Império Romano, que chega como um caudal que arrasta e conforma a si mesmo as culturas regionais que encontra.

Essas duas influências desembocam no fluxo literário de Lucas. Sua noção de historiografia – que é a origem dos indícios de jornalismo que se encontram no texto – aponta para os dois lados. À primeira vista, ela destoa dos conceitos greco-romanos de história, revistos anteriormente. Em vez de imperadores e generais, ele perfila o filho de um carpinteiro, que peregrina de cidade em cidade em uma província periférica. Mas esse mesmo indivíduo é qualificado como rei e salvador, expressões reservadas ao próprio César. Pelo ponto de vista judaico, Lucas é fiel ao projeto de destacar a história como o poder de Deus em ação ao longo do tempo. Ao desenvolver essa terceira via, Lucas firma uma mudança de foco que o aproxima daquilo que, mais tarde, se firmaria como um dos caminhos do jornalismo: a ideia de que pessoas comuns podem ser capazes de atos extraordinários. Essa ideia se desenvolve com mais força nos Atos dos Apóstolos, a partir do comissionamento dado em At 1.8: “Mas receberão poder quando o Espírito Santo descer sobre vocês, e serão minhas testemunhas em Jerusalém, em toda a Judéia e Samaria, e até os confins da terra” (BÍBLIA, 2000, p. 870). Começa aí a preocupação em

narrar as histórias de pessoas comuns (em vez dos grandes líderes) e com as consequências dos fatos para a vida destas mesmas pessoas:

O jornalismo pode ser explicado pela frase de que é a resposta à pergunta que muita gente se faz todos os dias — o que é que aconteceu/está acontecendo no mundo?, no Timor? no meu país?, na minha “terra”? — o que aconteceu no julgamento de um ex-presidente de um clube desportivo desde ontem — quem ganhou o jogo? Ao longo dos séculos, as pessoas (muitas delas, pelo menos) têm desejado ser informadas sobre o que as rodeia, usando o jornalismo (ou uma forma pré-moderna do jornalismo) para se manterem em dia com os últimos acontecimentos, para os combinarem com um conhecimento dos tópicos que lhes permita participar de conversas pessoais e de grupo, talvez para se sentirem reassuradas de que através dos vários produtos do jornalismo não estão a perder algo, ou para serem fascinadas pelas alegrias ou tragédias da vida. (TRAQUINA, 2005b, p. 20)

Mas como essa ênfase opera em Lucas? A característica mais marcante nesse sentido está no destaque dado aos temas sociais. Conforme Traquina (2005b, p. 130–131), há um exercício ideológico na atividade jornalística, o que significa que “ser jornalista também implica a crença em uma constelação de valores, a começar pela liberdade”. É da índole do jornalista, motivado pela mitologia do *watchdog*, dedicar tempo e esforço à cobertura de temas ligados à promoção social e aos direitos do cidadão.

Os comentaristas bíblicos em geral consideram o evangelho de Lucas como aquele que trata mais direta e amplamente de questões sociais. Essa vocação aparece claramente em uma passagem ocorrida no início da pregação de Jesus, que não é mencionado em nenhum dos outros evangelhos canônicos. Lucas conta que Jesus chega à cidade de Nazaré, onde cresceu, e é chamado para ensinar na sinagoga (Lc 4.17-21):

Foi-lhe entregue o livro do profeta Isaías. Abriu-o e encontrou o lugar onde está escrito:
 “O Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me ungiu para pregar boas novas aos pobres. Ele me enviou para proclamar liberdade aos presos e recuperação da vista aos cegos, para libertar os oprimidos e proclamar o ano da graça do Senhor”.
 Então ele fechou o livro, devolveu-o ao assistente e assentou-se. Na sinagoga todos tinham os olhos fixos nele; e ele começou a dizer-lhes: “Hoje se cumpriu a Escritura que vocês acabaram de ouvir”. (BÍBLIA, 2000, P. 820)

A passagem é colocada em um contexto significativo. Após as narrativas da natividade e da infância de Jesus, o capítulo 3 de Lucas descreve o início da

pregação de João Batista, apontado como aquele que abriria o caminho para o Messias e anunciaria a sua chegada. João batiza Jesus e, ao fim deste mesmo capítulo, Lucas relata a genealogia de Jesus, traçando suas origens até Adão, passando pelo rei Davi e pelos patriarcas Abraão, Isaque e Jacó. Em seguida, Jesus “foi levado pelo Espírito” (Lc 4.1) ao deserto para ser tentado pelo diabo. Depois da tentação vem o trecho em que Jesus prega em Nazaré. Este é, portanto, o primeiro discurso de Jesus no texto de Lucas, e pode ser entendido como uma extensão de seu comissionamento por parte de Deus. “Jesus interpreta sua unção batismal pelo Espírito Santo em termos vocacionais: ‘pregar boas novas aos pobres’.”¹¹⁸ (GREEN, 2014, p. 173–174)

4.2.1.1 Fóssil: a opção pelos pobres

Escavando as referências de Lucas a respeito dos pobres, a opção de tratá-los de forma privilegiada aparece já no capítulo 1, em meio ao cântico de agradecimento de Maria, conhecido como *Magnificat*¹¹⁹ (Lc 1.50-53):

A sua misericórdia estende-se aos que o temem,
de geração em geração.
Ele realizou poderosos feitos com seu braço;
dispersou os que são soberbos
mais íntimo do coração.
Derrubou governantes
dos seus tronos,
mas exaltou os humildes.
Encheu de coisas boas
os famintos,
mas despediu de mãos vazias os ricos.

A opção pelos pobres aparece também na versão de Lucas para as bem-aventuranças, que difere daquela apresentada por Mateus, entre outras coisas, por apresentar em seguida uma série de “ais” que lhes servem de contraponto. Em Lc 6.20, 24, Jesus diz:

Olhando para os seus discípulos, ele disse:
Bem-aventurados vocês,
os pobres,
pois a vocês pertence
o Reino de Deus.
(...)

¹¹⁸ “Jesus interprets his baptismal anointing by the Holy Spirit in vocational terms: “to preach good news to the poor.” (Tradução nossa.)

¹¹⁹ *Magnificat* (“engrandece”) é palavra inicial do cântico na versão latina Vulgata. O cântico está em Lc 1.46-55.

Mas ai de vocês, os ricos,
pois já receberam
sua consolação. (BÍBLIA, 2000, p. 823)

A história do rico e Lázaro, em que um homem de grandes posses morre e vai para o tormento eterno, enquanto um mendigo pobre vai para o paraíso (Lc 16-1931), também é encontrada apenas no texto lucano. Das 24 ocorrências da expressão grega πτωχός (“pobre”) no Novo Testamento, 11 estão no evangelho de Lucas, o que dá uma ideia da importância do tema na comparação com o restante do conteúdo neotestamentário.

Quem seriam, então, os pobres no contexto lucano? Joel B. Green levantou quais são as situações associadas à pobreza no contexto do terceiro evangelho. A Tabela 2 mostra os achados:

Tabela 2
Expressões associadas à expressão “pobre” em Lucas

4:18	6:20	7:22	14:13	14:21	16:20,22	21:2-4
Pobres	Pobres	Cegos	Pobres	Pobres	Pobre	Viúva pobre
Presos	Fome	Aleijados	Aleijados	Aleijados	Chagas	Necessidade
Cegos	Choro	Surdos	Mancos	Cegos	Fome	
Oprimidos	Assédio	Mortos	Cegos	Mancos		
Pobres						

Fonte: (GREEN, 2014, p. 176). Tradução nossa

Pelo contexto, é possível perceber que o significado da expressão “pobre” em Lucas não é apenas econômico, mas está associado a outros tipos de marginalização – em que pese que, em uma sociedade agrária como a da Judeia do século I, o fato de alguém ter uma dificuldade de mobilidade era um empecilho importante para sua inserção no mercado de trabalho, o que colocaria os “mancos” e “aleijados” também na categoria de desvalidos por razões econômicas. Na avaliação de Green (2014, p. 179),

O advento de Jesus marca a revelação decisiva do reino de Deus, que expõe como falsas todas as tentativas concorrentes de moldar e avaliar a vida humana. Boas notícias para os pobres equilibram o campo de jogo, de modo que os despossuídos, viúvas, crianças, os deficientes são honrados e, de fato, são bem-vindos à mesa.

Nos anos que se seguiram à formalização do Novo Testamento, os princípios de solidariedade expostos no evangelho de Lucas (e em outros livros

do Novo Testamento, como a carta de Tiago) foram colocados à prova. Nas epidemias que afetaram o Império Romano no século II, as redes de proteção e ação social montadas pelas igrejas resultaram em taxas de mortalidade diferenciadas, que levaram a um crescimento relativo da população cristã e a uma nova onda de conversões (STARK, 2006).

4.2.1.2 Fóssil: o papel da mulher

A Parábola do Semeador é um dos textos que se encontram, de forma bastante semelhante, nos três evangelhos sinóticos. Em Lucas, entretanto, ela é precedida por um parágrafo que fala a respeito do grupo que acompanhava Jesus em suas viagens pela Galileia e Judeia (Lc 8.1-3):

Depois disso Jesus ia passando pelas cidades e povoados proclamando as boas novas do Reino de Deus. Os Doze estavam com ele, e também algumas mulheres que haviam sido curadas de espíritos malignos e doenças: Maria, chamada Madalena, de quem haviam saído sete demônios; Joana, mulher de Cuza, administrador da casa de Herodes; Susana e muitas outras. Essas mulheres ajudavam a sustentá-los com os seus bens. (BÍBLIA, 2000, p. 825)

O ambiente da Antiguidade não costumava ser dos mais benéficos para o gênero feminino. Em Atenas, por exemplo, o número de mulheres na população era baixo porque o infanticídio de meninas era comum (STARK, 2006, p. 117). Em Roma não era diferente, e estimava-se que na Itália havia em média 140 homens para cada grupo de 100 mulheres (STARK, 2006, p. 112). Nessas condições, o *status* relativo das mulheres cristãs era alto: era-lhes permitido assistir às reuniões públicas e às pregações e participar ativamente até mesmo do sustento dos apóstolos.

4.2.2 Nos Atos

Assim como o evangelho de Lucas, o livro de Atos é uma coleção de histórias, que está centrada em uma trajetória simples: a expansão do cristianismo, por meio de alguns personagens, a partir de Jerusalém, depois para o restante da Judeia e Samaria e, depois até os confins da terra. Esta, por sinal, é a missão concedida por Jesus aos apóstolos no momento de sua ascensão (At 1.8). Trata-se da progressão lógica do que havia descrito o

evangelho – no primeiro livro, Lucas narrava a vida de Jesus da periferia (a Galileia) até o centro (Jerusalém); em Atos, o eixo da expansão se amplia.

Em termos literários, havia uma tradição de historiadores antigos de empregar a expressão *πραξεις* (*praxeis*, “atos” ou “feitos”) para denominar um gênero em que eram narrados os grandes feitos de um herói ou das pessoas de uma cidade. No caso do livro bíblico, esses Atos são, principalmente, de alguns personagens: Paulo e João, que concentram a ação nos capítulos iniciais, e Paulo. Estes talvez não sejam comparáveis aos heróis míticos – até porque o texto costuma deixar claro que mesmo suas ações mais impressionantes não são consequência de poderes seus, mas de capacidades especiais concedidas por Deus por meio de Jesus Cristo e do Espírito Santo (conforme declara At 1.8 e 3.6, entre outras passagens). Os Atos descritos no livro seriam os da comunidade cristã em geral, ensejados por Deus (como manda a prática da historiografia judaica) e exemplificados por alguns de seus líderes.

Por si, a narrativa dos *praxeis* se aproxima da reportagem. No caso do livro dos Atos dos Apóstolos, sua temática geral tem algo daquilo que foi apresentado no capítulo 1 (a partir da página 58, “Histórias humanas, guerras, realeza, crimes e seus julgamentos”). Há uma especial atenção na representação de eventos judiciais, que estão entre os temas frequentes no jornalismo contemporâneo.

4.2.2.1 Fósseis: relatos de julgamentos

Há em Atos dos Apóstolos pelo menos quatro passagens que retratam atos judiciais equivalentes a audiências ou julgamentos: a apresentação de Pedro e João diante do Sinédrio (capítulo 4), a punição destes dois pelo mesmo conselho (capítulo 5), a prisão e morte do diácono Estêvão (capítulos 6 e 7) e o longo julgamento de Paulo, em diversas instâncias. Em outros trechos, uma medida judicial é brevemente mencionada (“A multidão ajuntou-se contra Paulo e Silas, e os magistrados ordenaram que se lhes tirassem as roupas e fossem açoitados” – At. 16.22, BÍBLIA, 2000, p. 886).

A apresentação de crimes e de seus julgamentos é frequente nos relatos jornalísticos porque reflete um interesse comum a boa parte das pessoas. Graeme Newman (1990, p. 261) nota que a dualidade crime-castigo em suas

variações dentro da justiça criminal está entre os temas mais presentes de novelas, histórias em quadrinhos, filmes e desenhos animados, sinal de uma penetração importante do assunto na cultura popular. No ambiente da cobertura hodierna, é frequente no ambiente jurídico o uso da expressão *trial by the media* (“julgamento pela mídia”), significando que os meios de comunicação emitem seu próprio veredito pela forma como apresentam as circunstâncias ligadas ao evento (TAVARES; PRADO; BORGES, s.d.). Lucas, ao apresentar os eventos relacionados aos processos judiciais (ainda que o faça de forma bastante abreviada na maior parte dos casos) também segue uma lógica que leva a audiência a dar preferência por uma visão dos eventos, que é aquela em que fica sublinhada a inocência dos apóstolos e dos cristãos em geral. Em última análise, Lucas remete o julgamento das ações dessas pessoas a Deus.

4.3 Lucas e a forma jornalística

As afinidades entre o relato lucano e a forma jornalística começam pela sua vocação historiográfica e, conseqüentemente, pela organização que o texto assume. Conforme observado anteriormente, os estudiosos da formação do Novo Testamento apontam que deve ter havido, nos primeiros tempos do Cristianismo, um período em que conviveram duas formas de relatos a respeito de Jesus: coleções de dizeres, como o apócrifo Evangelho de Tomé recentemente descoberto, chamados *logia* em grego; e relatos biográficos de milagres, parábolas e histórias. Thomas O’Loughlin (2015) sugere que ambas chegaram a ser registradas por escrito, e que a sobrevivência apenas das formas narrativas (já devidamente organizadas por seus compiladores) é consequência de uma opção por um tipo de estrutura: “Esta forma é a narrativa de uma vida ao longo do tempo. O movimento do tempo, e a vida de um indivíduo, é o que dá estrutura ao texto” (O’LOUGHLIN, 2015, p. 138).

4.3.1 A forma de contar histórias

Nesse sentido, é interessante a comparação que Fitzmyer (1981) faz dos versículos iniciais de Marcos e Lucas. Marcos abre com uma frase introdutória: “Princípio do evangelho de Jesus Cristo, filho de Deus” (BÍBLIA, 2000, p. 796). A palavra “evangelho” aparece aqui quase como um título para o

texto, e voltará a ocorrer sete vezes, sempre com seu significado literal – a de que a propagação da história de Jesus é uma boa notícia para a humanidade. Lucas, por outro lado, evita o uso dessa palavra em toda a extensão de seu evangelho¹²⁰ (embora a reintroduza em Atos). Em seu prólogo a palavra-chave é *diēgēsis* (“narração” ou “relato”). Para Fitzmyer, isso significa que o evangelista pretende deixar claras as dimensões literária e histórica de sua obra, vinculando-a com o momento histórico do mundo greco-romano. Mas é possível reconhecer uma segunda dimensão, ligada à forma como a história de Jesus é contada: trata-se de uma coletânea de histórias, cada uma delas um pequeno fragmento biográfico; uma coleção de *diegeses*. Essa fórmula é mais clara em Lucas, justamente pela superposição de trechos em que a ancoragem temporal é mais tênue (ou seja, os trechos de “certo dia”), mas também é válida para Atos, que é constituído de diversas narrativas sequenciadas. Em uma visão comunicacional, cada uma dessas *diegeses* poderia ser entendida como uma reportagem.

Conforme Jorge Pedro Sousa (2008, p. 8), obras como a *Iliada* e a *Odisseia* foram disseminadas, primeiro de forma oral e, mais tarde, por escrito, como um repositório de histórias que davam um sentido de existência coletiva aos povos de origem grega que estavam espalhadas pelas diversas cidades-estado. Nesse sentido, elas têm um sentido fundacional. Da mesma forma, os evangelhos e Atos podem ser considerados textos fundacionais para os cristãos, porque descrevem a origem de sua fé e narram os seus primeiros movimentos de expansão. E, assim como as obras homéricas contêm esquemas de narração e enunciação que são semelhantes aos que foram consagrados pelo jornalismo, os textos de Lucas abrigam modelos que acabaram também fixados no modo de escrever dos jornalistas.

4.3.1.1 Fóssil: a pirâmide invertida

No caso dos relatos de Homero, Sousa identifica ocorrências que antecipam a ideia do lide e da estratégia de pirâmide invertida, em que a narrativa é feita com força decrescente – ou seja, uma informação de força dramática (às vezes, uma palavra ou frase de impacto) abre o texto, para que,

¹²⁰ O verbo *euabgelizesthai*, derivado de *euangelion* é bastante usado por Lucas, no sentido de divulgar ou proclamar as boas notícias ou, em termos contemporâneos, pregar, evangelizar.

em seguida, novas descrições apresentem detalhes. Essa não é uma construção frequente no complexo Lucas-Atos. Um desses poucos momentos é a apresentação de Saulo, personagem que, na sequência, terá um encontro com Jesus e passará a ser conhecido como Paulo. Ele é mencionado pela primeira vez em um momento de grande tensão, quando o diácono Estêvão é morto por apedrejamento, em Jerusalém, depois de um proferir um discurso que recordava toda a história de Israel, desde os tempos do patriarca Abraão (At 7.51-B.1a):

“Povo rebelde, obstinado de coração e de ouvidos! Vocês são iguais aos seus antepassados: sempre resistem ao Espírito Santo! Qual dos profetas os seus antepassados não perseguiram? Eles mataram aqueles que prediziam a vinda do Justo, de quem agora vocês se tornaram traidores e assassinos — vocês, que receberam a Lei por intermédio de anjos, mas não lhe obedeceram”.

Ouvindo isso, ficaram furiosos e rangeram os dentes contra ele. Mas Estêvão, cheio do Espírito Santo, levantou os olhos para o céu e viu a glória de Deus, e Jesus em pé, à direita de Deus, e disse: “Vejo os céus abertos e o Filho do homem em pé, à direita de Deus”.

Mas eles taparam os ouvidos e, dando fortes gritos, lançaram-se todos juntos contra ele, arrastaram-no para fora da cidade e começaram a apedrejá-lo. As testemunhas deixaram seus mantos aos pés de um jovem chamado Saulo.

Enquanto apedrejavam Estêvão, este orava: “Senhor Jesus, recebe o meu espírito”. Então caiu de joelhos e bradou: “Senhor, não os consideres culpados deste pecado”. E, tendo dito isso, adormeceu.

E Saulo estava ali, consentindo na morte de Estêvão. (BÍBLIA, 2000, p. 877)

Completamente alheio à narrativa até este momento, Saulo surge discretamente. Quem é ele? Qual sua importância para ser citado dessa forma? A partir do parágrafo seguinte, Lucas passa a concentrar seu foco narrativo sobre Saulo/Paulo, que se converte no personagem principal do livro a partir do capítulo 13. O suspense criado pela menção ligeira ao nome será desfeito lentamente, primeiro com a conversão de Saulo e, depois, com suas viagens missionárias. Esse desvendar progressivo da história é compatível com a técnica da pirâmide invertida.

4.3.1.2 Fóssil: a técnica de força crescente

A técnica da força crescente é minoritária nas narrativas de Lucas como, de resto, também na literatura clássica em geral. A forma predominante é a

cronológica (ou *modus per tempora*, conforme a conheciam os retóricos romanos), que também pode ser usada no jornalismo contemporâneo – é a fórmula usada, por exemplo, para descrever um jogo de futebol, em que o cronista reconta o que ocorreu na partida. Essa fórmula guarda alguma diferença da técnica de força crescente, que Sousa (2008) também identifica nos escritos antigos. O texto abaixo é um exemplo contemporâneo dessa maneira de escrever:

A mulher saiu para ir às compras. O marido estava a trabalhar. A temperatura atingia 38 graus.
Em casa, os três filhos ficaram trancados a ver televisão, o que era habitual, pois a casa era pequena e compartilhada com outra família, com quem as relações atravessavam uma fase difícil.
João, Sofia e André provavelmente nem se aperceberam de que tinha ocorrido um curto-circuito no frigorífico.
Quando os bombeiros chegaram ao local, em Gondomar, perto do Porto, já nada havia a fazer. O calor tinha acelerado o incêndio.
A habitação ardeu e os três irmãos morreram carbonizados. Tinham 3, 5 e 7 anos. (SOUSA, 2008, p. 13–14)

O exemplo abaixo vem de Lc 19.1-10:

Jesus entrou em Jericó, e atravessava a cidade. Havia ali um homem rico chamado Zaqueu, chefe dos publicanos. Ele queria ver quem era Jesus, mas, sendo de pequena estatura, não o conseguia, por causa da multidão. Assim, correu adiante e subiu numa figueira brava para vê-lo, pois Jesus ia passar por ali.
Quando Jesus chegou àquele lugar, olhou para cima e lhe disse: “Zaqueu, desça depressa. Quero ficar em sua casa hoje”. Então ele desceu rapidamente e o recebeu com alegria.
Todo o povo viu isso e começou a se queixar: “Ele se hospedou na casa de um ‘pecador’ ”.
Mas Zaqueu levantou-se e disse ao Senhor: “Olha, Senhor! Estou dando a metade dos meus bens aos pobres; e se de alguém extorqui alguma coisa, devolvarei quatro vezes mais”.
Jesus lhe disse: “Hoje houve salvação nesta casa! Porque este homem também é filho de Abraão. Pois o Filho do homem veio buscar e salvar o que estava perdido”. (BÍBLIA, 2000, p. 839)

De acordo com essa técnica (também conhecida como da pirâmide), o ponto de partida é um detalhe de pouca importância, como o fato de a mulher ter ido às compras ou de Jesus atravessar uma cidade. Ao longo da narrativa, a importância cresce e chega-se a um clímax (o incêndio e as mortes, no caso da reportagem, a salvação de Zaqueu, no texto bíblico).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho começou com a busca por uma definição de jornalismo do passado e se encerra com duas conclusões e uma nova indagação.

Conclusão 1: Lucas era protojornalista. Essa constatação parte, principalmente, da forma como o evangelista se dispõe a investigar a realidade, recorrendo a fontes escritas e orais (inclusive, presumivelmente, entrevistas) para montar um relato confiável a respeito da vida e pregação de Jesus e também dos primeiros líderes da igreja cristã. Para Lucas, assim como para outros líderes do cristianismo do primeiro século, era essencial demonstrar a veracidade dos relatos sobre Jesus, porque a sua historicidade era a fonte primeira de legitimação da mensagem que levavam.

É compreensível que o estudo da comunicação tenha evitado aprofundar-se no passado remoto, preferindo aqueles aspectos que estão ao alcance da mão dos pesquisadores. É que a comunicação é fenômeno fugidio – é possível guardar, ler e estudar os meios que se usa para comunicar, mas a comunicação, em si, é particular e pessoal. O passado da comunicação tende a ser irrecuperável. Como uma forma de interação comunicacional, o jornalismo também segue a mesma lógica. Assim, passados séculos do registro comunicacional originário, pouco resta de seu aspecto jornalístico, diário, vivo, porque jornalismo é o hoje. Quando se toma de uma peça antiga, é fácil ver nela um aspecto historiográfico, porque para o pesquisador ela pertence ao passado. O desafio de ver nela o presente exige o distanciamento de que fala Giorgio Agamben (2009, p. 70):

Já que o presente não é outra coisa senão a parte de não vivido em todo vivido, e aquilo que impede o acesso ao presente é precisamente a massa daquilo que, por alguma razão (o seu caráter traumático, a sua proximidade), neste não conseguimos viver. A atenção que dirigimos a esse não vivido é a vida do contemporâneo. E ser contemporâneo significa, nesse sentido, voltar a um presente em que jamais estivemos.

Desta forma, aceita-se que o pesquisador do século XXI entenda que o jornalismo ocorria, no passado, misturado a outras manifestações culturais, que poderiam ser classificados como relatos etnográficos e historiográficos. Relatava experiências importantes ou traumáticas e, frequentemente, trazia

informações de terras distantes e hábitos exóticos. Estava presente em crônicas, cartas e diários pessoais. Rompia os limites de uma memória pessoal e servia para que toda a comunidade construísse uma identidade comum. Estava presente no registro da história pessoal e coletiva, e vinha associado aos elementos mais corriqueiros e essenciais da vida de uma comunidade, como é o caso do fenômeno religioso.

Sendo impossível reconhecer o jornalismo como disciplina ou gênero independente nas produções da Antiguidade, esta pesquisa se refere aos textos mais antigos como protojornalísticos. Devido às limitações semânticas impostas pela maneira como a técnica se desenvolveu, o jornalismo é identificado com a imprensa e esta se vincula visivelmente à prensa mecânica de Gutenberg e de seus sucessores. Antes da Era Moderna, as manifestações jornalísticas surgiam mescladas a outras formas de expressão, algumas, inclusive, de grande alcance. É o caso da rede comunitária das igrejas do século I, que foi destinatária dos escritos dos primeiros cristãos, entre eles Lucas. Contando com a possibilidade de deslocar-se com relativa segurança pela bacia mediterrânea graças à paz imposta pelo Império Romano, missionários e pregadores itinerantes levavam entre uma comunidade e outra mensagens cuja leitura pública constituiu uma forma inicial de comunicação de massa.

Para reconhecer os indícios do fazer jornalístico em meio a outras manifestações, o capítulo 2 desenvolveu a noção de fósseis de jornalismo. Estes são como os indícios ou pistas encontrados por um detetive, que remetem a algo que ainda não é possível reconhecer. Há uma profusão de fósseis de jornalismo nos escritos lucanos, e uma parte deles foi exposta nas escavações imaginárias apresentada no capítulo 4.

A conclusão 2 é incidental, no sentido de que não estava no radar da pesquisa desde o início, mas surgiu como uma consequência das constatações feitas ao longo do processo de escrita desta tese: compreender que o jornalismo teve um passado que não está em plena sintonia com ideais de objetividade, precisão e até mesmo de autoria é essencial para a apreensão das novas conformações que ele vem assumindo em termos mais recentes. É um retorno, não um território desconhecido. Saber como o jornalismo se moveu nessa área no passado pode funcionar como uma fonte de orientação para o

presente. É preciso contemplar a questão do jornalismo, de como ele precisa aprender com os protojornalisms a sua forma real de comunicação: desabrigada do *broadcasting* e mais próxima do modelo antigo de disseminação pessoa a pessoa, que era a forma das cartas, de algumas gazetas e agora vem sendo repetido nas redes sociais. Este é um caminho aberto para a pesquisa, que pode ser explorado na busca por um entendimento mais aprofundado de fenômenos comunicacionais que parecem típicos do século XXI, como a pós-verdade, a proliferação de boatos nas redes sociais, a descrença nos meios de comunicação institucionalizados, entre outros temas.

A nova indagação: até que ponto a tradição cristã influenciou os rumos assumidos pelo jornalismo? A questão fica porque, embora seja possível situar o complexo Lucas-Atos como uma das manifestações que o jornalismo assumiu ao longo da história, não é possível determinar até que ponto o jornalismo contemporâneo é influenciado pela escrita de Lucas. Ser antecedente não é o mesmo que ser ascendente. Houve muitas fontes, e o jornalismo dos séculos mais recentes parece ter buscado inspiração mais claramente em algumas delas. É o caso da retórica greco-romana, que trouxe uma solução simples quando o jornalismo do século XIX se defrontou com as limitações técnicas apresentadas pelo sistema de telégrafos e pelos modelos de distribuição de informação das agências de notícias. O lide, como ensinado nas escolas de jornalismo atualmente, não é invenção dos profissionais da *Associated Press*, mas uma apropriação de um saber estudado aprofundadamente na Grécia e na Roma da Antiguidade Clássica. Este é, portanto, outro tema que pode ser aproveitado para estudos futuros – embora a tradição iluminista insista em lembrar que a civilização ocidental é tributária do mundo greco-romano (e, em termos de história e literatura, disciplinas que podem ser consideradas parentes diretas do jornalismo, a relação seja perfeitamente discernível), ainda é preciso estudar a influência dos escritos bíblicos na maneira como se conformou o desenvolvimento do jornalismo em termos de forma, temática e disposição.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. Tradução Alfredo Bosi. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ABBOTT, Frank Frost. *A History and Description of Roman Political Institutions*. Bel Aire (CA): Elibron Classics, 1901. Disponível em: <<https://ia800309.us.archive.org/18/items/historydescripti00abbouoft/historydescripti00abbouoft.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2018.
- AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Chapecó: Argos, 2009.
- ALEXANDER, Loveday. Women as leaders in New Testament. *Modern Believing*, v. 54, n. 1, p. 14–22, 2013.
- ALLAN, Stuart. *Citizen Witnessing: Revising Journalism in Times of Crisis*. Cambridge: Polity, 2013.
- ANÔNIMO. *The “Anti-Marcionite” prologues to the gospels*. Tradução de Roger Pearse. Disponível em: <http://www.tertullian.org/fathers/anti_marcionite_prologues.htm>. Acesso em: 27 fev. 2018.
- ARNT, Hérís. *A influência da literatura no jornalismo: o folhetim e a crônica*. Rio de Janeiro: e-Papers, 2001.
- BALZAC, Honoré De. *Os Jornalistas*. Tradução João Domenech. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- BARNHURST, Kevin G.; NERONE, John. Journalism and History. *The handbook of Journalism Studies*. New York: Routledge, 2009. .
- BARRERA, Carlos. *Historia del Periodismo Universal*. Barcelona: Editorial Ariel, 2004.
- BARRETT, Charles Kingsley. *Luke the historian in recent study*. London: Epworth Press, 1961.
- BAUCKHAM, Richard. For whom were Gospels written? *HTS Teologiese Studies/Theological Studies*, Durbanville, v. 55, n. 4, p. 865–882, 1999.
- BAUMAN, Zygmunt. *Vida líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- BEALE, G.K. *Manual do uso do Antigo Testamento no Novo Testamento*. Tradução A.G. Mendes. São Paulo: Vida Nova, 2013.
- BELTRÃO, Luiz. *Iniciação à Filosofia do Jornalismo*. São Paulo: Edusp, 1992. (Clássicos do Jornalismo Brasileiro, 5).
- BENHAMOU, Paul. Le journalisme dans l’Encyclopédie. *Recherches sur Diderot et sur l’Encyclopédie*, Paris, n. 5, p. 45–54, 1988.

BENTES, Ivana. *Mídia-multidão: estéticas da comunicação e biopolíticas*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.

BÍBLIA. *Bíblia Sagrada*. Português. Nova Versão Internacional. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2000.

BÍBLIA. *Bíblia Sagrada - Edição Missionária*. Tradução de João Ferreira de Almeida Revista e Atualizada. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

BILLINGS, Bradley S. "At the age of 12": the boy Jesus in the Temple (Luke 2:41-52), the emperor Augustus, and the social setting of the third gospel. *Journal of Theological Studies*, Oxford, UK, v. 60, n. 1, p. 70–89, abr. 2009.

BIRD, S. Elizabeth; DARDENNE, Robert W. Rethinking News and Myth as Storytelling. *The Handbook of Journalism Studies*. New York: Routledge, 2009. p. 205–217.

BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou O Ofício do Historiador*. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BORGES, Jorge Luis. *O livro de areia*. Tradução Davi Arrigucci Jr. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a Televisão seguido de A Influência do Jornalismo e Os Jogos Olímpicos*. Tradução Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRAGA, José Luiz. Constituição do Campo da Comunicação. *Verso e Reverso*, São Leopoldo, v. XXY, n. 58, p. 62–77, jan. 2011.

BRAGA, José Luiz. *O Pasquim e os anos 70: mais pra epa que pra oba*. Brasília: Editora UnB, 1991.

BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais. A longa duração. *Revista de História*, São Paulo, v. 30, n. 62, p. 261–294, jun. 1965.

CARROL, Lewis. *Aventuras de Alice no País das Maravilhas & Através do Espelho e o que Alice encontrou por lá*. Tradução Maria Luiza X. A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

CARSON, D. A. *et al. Comentário Bíblico Vida Nova*. Tradução Carlos E. S. Lopes *et al.* São Paulo: Vida Nova, 2009.

CARSON, D. A.; MOO, Douglas J.; MORRIS, Leon. *Introdução ao Novo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 1997.

CARTIER, Raymond. *O enigma da Terra*. Tradução Miecio Tati. Rio de Janeiro: Primor, 1976.

CASASÚS, Josep Maria; LADEVÉZE, Luis Nuñez. *Estilo y Géneros Periodísticos*. Barcelona: Ariel, 1991.

CHALABY, Jean. O Jornalismo como invenção anglo-americana: Comparação entre o desenvolvimento do jornalismo francês e anglo-americano (1830-1920). *Media & Jornalismo*, Coimbra, v. 2, n. 3, p. 29–50, 2003.

CHALABY, Jean. *The Invention of Journalism*. Londres: Palgrave Mcmillan, 1998.

CHARLES, R. H. *The Revelation of St. John*. Edinburgh: T & T Clark, 1920.

COENEN, Lothar; BROWN, Colin. *Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento*. Tradução Gordon Chown. São Paulo: Vida Nova, 2000. v. 1.

COLSON, F. H. (Trad.). *Philo*. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 1984. v. VI.

CONZELMANN, Hans. *El centro del tiempo: la teología de Lucas*. Madrid: Fax, 1974.

CREAMER, Jennifer M.; SPENCER, Aida B.; VILJOEN, Francois P. Who is Theophilus? Discovering the original reader of Luke-Acts. *In die Skriflig/In Luce Verbi*, Cape Town, v. 48, n. 1, p. 1–7, 2014.

CROWE, Brandon D. The sources for Luke and Acts: where did Luke get his material (and why does it matter)? *Issues in Luke-Acts - Selected Essays*. Piscataway, NJ: Gorgias Press, 2012. p. 73–96.

CULLMANN, Oscar. *A formação do Novo Testamento*. Tradução Bertoldo Weber. São Leopoldo: Sinodal, 2001.

CURRAN, James. *Media and Power*. Londres: Routledge, 2002.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DERRIDA, Jacques. *A escritura e a diferença*. Tradução Maria Beatriz Marques Nizza Da Silva. São Paulo: Perspectiva, 1995.

DEUZE, Mark. The Changing Context of News Work: Liquid Journalism and Monitorial Citizenship. *International Journal of Communication*, Los Angeles, n. 2, p. 848–465, 2008.

DEUZE, Mark; WITSCHGE, Tamara. Além do jornalismo. *Leituras do Jornalismo*, Bauru, v. 2, n. 4, p. 1–31, jul. 2015.

DEUZE, Mark; WITSCHGE, Tamara. O que o Jornalismo está se tornando. *Parágrafo*, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 6–21, 2016.

DICKEN, Frank. The author and date of Luke-Acts: Exploring the options. *Issues in Luke-Acts -Selected Essays*. Piscataway: Georgias Press, 2012. p. 7–26.

DUFFIN, Christopher J. Fossil Sharks' Teeth as Alexipharmics. *Toxicology in the Middle Ages and Renaissance*. London: Academic Press, 2017. p. 125–133.

EAGLETON, Terry. *Depois da Teoria: Um olhar sobre os Estudos Culturais e o pós-modernismo*. Tradução Maria Lucia Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

EHRET, Dana *et al.* Origin of the white shark *Carcharodon* (Lamniformes: Lamnidae) based on recalibration of the Upper Neogene Pisco Formation of Peru. *Palaentology*, v. 55, n. 6, p. 1139–1153, nov. 2012.

ELIADE, Mircea. *História das crenças e das ideias religiosas*. Tradução Roberto Cortes Lacerda. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978. v. 1, t.1.

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano*. Tradução Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ERICKSON, Millard J. *Dicionário popular de Teologia*. São Paulo: Mundo Cristão, 2011.

ESTARQUE, Marina. *Jornal brasileiro com maioria de assinantes do impresso encerra versão diária no papel e aumenta margem de lucro*. Disponível em: <<https://knightcenter.utexas.edu/pt-br/blog/00-18428-jornal-brasileiro-com-maioria-de-assinantes-do-impresso-encerra-versao-diaria-no-papel>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

ESTARQUE, Marina. *Por que jornais brasileiros batem recorde de audiência, vendem assinaturas digitais, e ainda assim estão em crise?* Disponível em: <<https://knightcenter.utexas.edu/pt-br/blog/00-17762-por-que-jornais-brasileiros-batem-recorde-de-audiencia-vendem-assinaturas-digitais-e-a>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

EUSÉBIO DE CESAREIA. *História Eclesiástica*. Tradução Luís Aron Macedo; Lucy Iamkami. Rio de Janeiro: CPAD, 2006.

FITZMYER, Joseph A. *El Evangelio Segun Lucas*. Madrid: Ediciones Cristiandad, 1981. v. I.

FOLHA DE S. PAULO. *Missão, visão, princípios e valores*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/institucional/missao.shtml>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

FRANCE, R. T. Lendo os Evangelhos. *Comentário Bíblico Vida Nova*. São Paulo: Vida Nova, 2009. p. 1345–1357.

FRANCISCO, Edson de Faria. Sistemas de Transliteração: Hebraico, Aramaico e Grego. *Manual da Bíblia Hebraica: Introdução ao Texto Massorético – Guia Introductório para a Bíblia Hebraica Stuttgartensia*. 3ª ed. São Paulo: Vida Nova, 2008. p. XXVIII–XXIX.

FRYE, Nothrop. *O Código dos códigos: a Bíblia e a literatura*. Tradução Flávio Aguiar. São Paulo: Boitempo, 2004.

FUNG, Benjamin W.W.; SPENCER, Aida B.; VILJOEN, Francois P. Do the writing methodologies of Greco-Roman historians have an impact on Luke's writing order? *HTS Teologiese Studies / Theological Studies*, Pretoria, v. 73, n. 3, p. 1–10, set. 2017.

FURTADO, Kevin Willian Kossar; GADINI, Sérgio Luiz. O Jornalismo em forma de carta no primeiro século da Era Cristã: análise das epístolas bíblicas de São Paulo a partir das principais características jornalísticas. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, v. 10, n. 1, p. 183–204, jun. 2013.

GARAVELLI, Bice Mortara. *Manual de Retórica*. Tradução Maria José Vega. Madrid: Cátedra, 1991.

GAZETTE. In: VOLTAIRE, François Marie Arouet. *Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*. [S.l.: s.n.], 1757. Disponível em: <<http://enccre.academie-sciences.fr/encyclopedie/article/v7-832-0/>>. Acesso em: 4 mar. 2018.

GEMPF, Conrad. Atos dos Apóstolos. *Comentário Bíblico Vida Nova*. São Paulo: Vida Nova, 2009. v. 5. .

GILLMOR, Dan. *Journalism Schools Should Educate Non-Journalists and "Almost-Journalists" Too*. Disponível em: <<http://mediashift.org/2014/04/journalism-schools-need-to-educate-non-journalists-and-almost-journalists-too/>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

GILLMOR, Dan. *Nós, os media*. Tradução Saul Barata. Lisboa: Editorial Presença, 2005.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Tradução Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOSPELS. In: KLOPPENBORG, John S. *The Oxford Encyclopedia of the Books of the Bible*. Oxford: Oxford University Press, 2011. v. 2.

GREEN, Joel B. Good news to the poor: A Lukan leitmotif. *Review and Expositor*, Louisville (KY), v. 111, n. 2, p. 173–179, 2014.

GRUPO GLOBO. *Essência Globo*. Disponível em: <<http://www.essenciaglobo.com.br/>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Modernização dos sentidos*. Tradução Lawrence Flores Pereira. São Paulo: Editora 34, 1998.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Produção de presença: o que o sentido não consegue transmitir*. Tradução Ana Isabel Soares. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2010.

- GUSSO, Antônio Renato. O Evangelho de Judas: Questões introdutórias. *Via Teológica*, Curitiba, v. 2, n. 14, p. 105–114, Dezembro de 2006.
- GUTWENGER, Engelbert. The Anti-Marcionite Prologues. *Theological Studies*, Santa Clara, CA, v. 7, n. 3, p. 393–409, 1946.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural na esfera pública*. Tradução Denilson Luis Werle. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu Silva; Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- HALLIN, Daniel C. The passing of the “High Modernism” of American journalism. *Journal of Communication*, New York, v. 42, n. 3, p. 14–25, 1992.
- HALLIN, Daniel C. The Passing of the “High Modernism” of American Journalism Revisited. *Political Communication Report*, Reno, Nevada, v. 16, n. 1, 2006. Disponível em:
<http://www.jour.unr.edu/pcr/1601_2005_winter/commentary_hallin.htm>. Acesso em: 4 nov. 2018.
- HANUSCH, Folker. Broadening the focus. *Journalism Practice*, New York, v. 6, n. 1, p. 2–11, 2012.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Tradução Berilo Vargas. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- HARTLEY, John. Journalism and Popular Culture. *The handbook of journalism studies*. New York: Routledge, 2009. .
- HAVELOCK, Eric. *A musa aprende a escrever*. Tradução Maria Leonor Santa Bárbara. Lisboa: Gradiva, 1996a.
- HAVELOCK, Eric. *A revolução da escrita na Grécia e suas consequências culturais*. Tradução Ordep José Serra. São Paulo: Unesp, 1996b.
- HAVELOCK, Eric. *Prefácio a Platão*. Tradução Enid Abreu Dobránsky. Campinas: Papirus, 1996c.
- HENDRIKSEN, William. *Comentário do Novo Testamento, exposição do Evangelho de Lucas*. Tradução Valter Graciano Martins. São Paulo: Cultura Cristã, 2003. v. 1.
- HOMERO. *Odisseia*. Tradução Jaime Bruna. São Paulo: Cultrix, 2006.
- INNIS, Harold A. *O Viés da Comunicação*. Tradução Luiz C. Martino. Petrópolis: Vozes, 2011.
- IRINEU DE LIÃO. *Contra as Heresias*. Tradução Lourenço Costa. São Paulo: Pia Sociedade de São Paulo - Editora Paulus, 2014.

JOSEPHUS, Flavius. *Josephus*. Tradução Ralph Marcus. Cambridge (MA): Harvard University Press, 1957. v. VII.

JOSEPHUS, Flavius. *Josephus*. Tradução Henry St. John Thackeray. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 1961. v. IV.

JOSEPHUS, Flavius. *The Genuine Works of Flavius Josephus*. Tradução William Whiston. New York: William Borrodaile, 1824.

JOURNAL. In: ANÔNIMO. *Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*. [S.l: s.n.], 1765. Disponível em: <<http://enccre.academie-sciences.fr/encyclopedie/article/v8-2784-2/>>. Acesso em: 4 mar. 2018.

JOURNALISTE. In: DIDEROT, Denis. *Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*. [S.l: s.n.], 1765. Disponível em: <<http://enccre.academie-sciences.fr/encyclopedie/article/v8-2785-0/>>. Acesso em: 4 mar. 2018.

KARAM, Francisco José Castilhos. Retórica, Grécia e Roma Antigas: vestígios da futura linguagem jornalística. *Alceu*, Niteroi, v. 10, n. 19, p. 109–117, jul. 2009.

KOLJONEN, Kari. The Shift from High to Liquid Ideals: Making Sense of Journalism and Its Change throughna Multidimensional Model. *Nordicom Review*, v. 2013, n. 34, p. 141–154, 2013.

KÜNG, Hans. *Ser cristão*. Tradução José Wisniewski Filho. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

LINTOTT, Andrew. Acta Antiquissima: A Week in the History of the Roman Republic. *Papers of the British School at Rome*, v. 54, p. 213–228, 1986.

LOPES, André Leme. Moralidade e justiça na historiografia antiga: o “manual” historiográfico de Luciano de Samósata. *História*, Goiânia, v. 24, n. 2, p. 187–205, 2005.

LUHMANN, Niklas. *A realidade dos meios de comunicação*. Tradução Ciro Marcondes Filho. São Paulo: Paulus, 2005.

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. *A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais*. Porto Alegre: Sulina, 2013. Disponível em: <http://www.liinc.ufrj.br/pt/attachments/316_A-internet-e-a-rua-.online.pdf>.

MARCONDES FILHO, Ciro. *Para entender a comunicação*. São Paulo: Paulus, 2008.

MARGUERAT, Daniel. Luc, l'historien de Dieu. Histoire et théologie dans les Actes des apôtres. *Rivista biblica*, Bologna, n. 65, p. 8–36, 2017.

- MARGUERAT, Daniel. *The First Christian Historian*. Tradução Ken McKinney; Gregory J. Laughery; Richard Bauckham. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2004.
- MARSHALL, I. Howard. Lucas. *Comentário Bíblico Vida Nova*. São Paulo: Vida Nova, 2009. p. 1472–1535.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. Tradução Álvaro Pina; Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MASTINO, Attilio. *Il “Giornalismo” nell’antica Roma: gli Acta urbis*. Urbino: Editrice Montefeltro, 1978. Disponível em: <http://eprints.uniss.it/6300/1/Mastino_A_Giornalismo_nell_antica_Roma.pdf>.
- MCCALL, Daniel F. Herodotus on the Garamantes: A Problem in Protohistory. *History in Africa*, Cambridge(MA), v. 26, p. 197–217, 1999.
- MCLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensão do homem*. Tradução Décio Pignatari. São Paulo: Cultrix, 1979.
- MCQUAIL, Denis. *Teoria da Comunicação de Massas*. Tradução Carlos De Jesus. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- MEDINA, Cremilda. *Notícia, Um Produto à Venda: Jornalismo na Sociedade Urbana e Industrial*. São Paulo: Summus, 1988.
- MENCKEN, H. L. *A Choice of Days*. New York: Random House, 1980.
- MILLER, Robert J. *Native America, Discovered and Conquered: Thomas Jefferson, Lewis & Clark and Manifest Destiny*. Westport, Conn.: Praeger, 2006.
- MORRIS, Leon L. *Lucas - Introdução e Comentário*. Tradução Gordon Chown. São Paulo: Vida Nova, 2005.
- MYERS, Steve. *Why the man who tweeted Osama bin Laden raid is a citizen journalist*. Disponível em: <<https://www.poynter.org/2011/why-the-man-who-tweeted-bin-laden-raid-is-a-citizen-journalist/131135/>>. Acesso em: 23 mar. 2017.
- NERONE, John C. The mythology of the penny press. *Critical Studies in Mass Communication*, Annandale, v. 4, n. 4, p. 376–404, 1987.
- NEVEU, Érik. *Sociologia do Jornalismo*. Tradução Daniela Dariano. São Paulo: Loyola, 2006.
- NEWMAN, Graeme R. Popular culture and criminal justice: A preliminary analysis. *Journal of Criminal Justice*, v. 18, n. 3, p. 261–274, 1990.
- OIKOUMÉNĒ. In: FLENDER, O. *Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento*. 2ª ed. São Paulo: Vida Nova, 2000. v. 1. p. 2494–2496.

O'LOUGHLIN, Thomas. What is a Gospel? *The Japan Mission Journal*, Tóquio, v. 69, n. 2, p. 137–144, 2015.

ORIGEN. *Homilies on Luke - Fragments on Luke*. Tradução Joseph T. Lienhard. Washington, DC: The Catholic University of America Press, 1996.

PARK, Robert E. The Natural History of the Newspaper. *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 29, n. 3, p. 273–289, 1 nov. 1923.

PATERSON, John. The Hurrians. *Studia Semitica et Orientalia*. Glasgow: Glasgow University Oriental Society, 1945. v. II. p. 95–115.

PATTERSON, Thomas E. Tendências do jornalismo contemporâneo: Estarão as notícias leves e o jornalismo crítico a enfraquecer a Democracia? *Media & Jornalismo*, v. 2, n. 2, p. 19–47, 2003.

PEDROSO, Rosa Nívea. O Jornalismo como uma forma de narração da história do presente: uma interpretação da Tese de Doutorado em Periodística de Tobias Peucer. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 61–72, 2004.

PELAYO, Francisco; SEQUEIROS, Leandro. Las Raíces De La Geología: El Canis Carchariae De Nicolás Steno (1667). *Llul: Revista de la Sociedad Española de Historia de las Ciencias y de las Técnicas*, Zaragoza, v. 28, n. 61, p. 209–243, 2005.

PETERS, John Durham. History as a Communication Problem. *Explorations in Communication and History*. New York: Routledge, 2008. p. 19–34.

PEUCER, Tobias. Os Relatos jornalísticos. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, v. I, n. 2, p. 13–29, 2004 Tradução Paulo da Rocha Dias. .

PEW RESEARCH CENTER. *Changing Definitions of News | Pew Research Center*. . [S.l.: s.n.]. Disponível em: <<http://www.journalism.org/1998/03/06/changing-definitions-of-news/>>. Acesso em: 16 out. 2018. , 6 mar. 1998

PHOTIUS OF CONSTANTINOPLA. *Bibliotheca or Myriobiblion*. Disponível em: <http://www.tertullian.org/fathers/photius_03bibliotheca.htm>. Acesso em: 16 out. 2018.

POSADAS SÁNCHEZ, Juan Luis. La Historia antigua en la Biblioteca de Focio. *Panta Rei. Revista Digital de Ciencia y Didáctica de la Historia*, Murcia, v. 2016, p. 87–95, 2016.

PUJOL, Stéphane. Diderot ou o pensamento nômade. *Discurso*, São Paulo, v. 45, n. 1, p. 41–66, 2015.

RISCO, Ana Maria. Los orígenes del periodismo en la Antigüedad Clásica. Una interpretación en El Orden de Tucumán (1884). *Praesentia - Revista Venezoelana de Estudios Clásicos*, Caracas, n. 16, p. 1–22, 2015.

RIVAS, Luís Heriberto. *O que é um Evangelho?: Introdução aos evangelhos de Mateus, Marcos, Lucas e João*. Tradução Maria Angélica Careaga Soler. São Paulo: Ave-Maria, 2008.

RIZZINI, Carlos. *O jornalismo antes da tipografia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

RUBLECKI, Anelise; SILVA, Alexandre Rocha Da. Jornalismo líquido: tendências de ampliação do campo. *Brazilian Journalism Research*, Brasília, v. 8, n. 1, p. 118–132, 2012.

RYKEN, Leland. A leitura da Bíblia como literatura. *Origem, confiabilidade e significado da Bíblia*. Tradução Rogério Portella. São Paulo: Vida Nova, 2013. p. 36–44.

SANTO AGOSTINHO. *A graça (II)*. São Paulo: Paulus, 2009. v. 13. (Patrística).

SANTOS, Maria do Rosário Laureano. Os contornos do tempo: Calendários na Roma Antiga. *Cultura - Revista de História e Teoria das Ideias*, Lisboa, v. 23, p. 119–129, 2006.

SCHMID, Joseph. *El Evangelio Según San Lucas*. Tradução Mercedes González-Haba. Barcelona: Editorial Herder, 1968.

SCHREINER, Josef; DAUTZENBER, Gerhard. *Forma e exigências do Novo Testamento*. São Paulo: Teológica/Paulus, 2004.

SCHUDSON, Michael. *Descobrimos a notícia: Uma história social dos jornais dos Estados Unidos*. Tradução Denise Jardim Duarte. Petrópolis: Vozes, 2010.

SCHUDSON, Michael. News, Public, Nation. *The American Historical Review*, v. 107, n. 2, p. 481–495, 1 abr. 2002.

SHELLARD, Barbara. *New light on Luke. Its purpose, sources and literary content*. London/New York: Sheffield Academic Press, 2002.

SHERK, Robert K. *Rome and the Greek East to the Death of Augustus*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1993. v. 4.

SILVA, Ana Lúcia Migowski *et al.* Jornalismo: entre a busca por uma epistemologia própria e a necessidade de afirmação profissional e de pesquisa. *Questões transversais - Revista de Epistemologia da Comunicação*, São Leopoldo, v. 3, n. 5, p. 53–60, jun. 2015.

SIMONSON, Peter. Assembly, Rhetoric, and Widespread Community: Mass Communication in Paul of Tarsus. *Journal of Media and Religion*, v. 2, n. 3, p. 165–182, 2003.

SIMONSON, Peter. *Refiguring Mass Communication: A History*. Chicago: University of Illinois Press, 2010.

SOUSA, Jorge Pedro. Construindo uma teoria multifactorial da notícia como uma Teoria do Jornalismo. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 73–92, 2005.

SOUSA, Jorge Pedro. *O jornalismo na democracia representativa: Um ensaio*. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/~boccmirror/pag/bocc-o-jornalismo-sousa.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2018.

SOUSA, Jorge Pedro. Tobias Peucer: Progenitor da Teoria do Jornalismo. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 31–46, 2004.

SOUSA, Jorge Pedro. *Uma história breve do jornalismo no Ocidente*. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-uma-historia-breve-do-jornalismo-no-ocidente.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2016.

SPENCER, F. Scott. The Narrative of Luke-Acts: Getting to Know the Savior God. *Issues in Luke-Acts -Selected Essays*. Piscataway: Georgias Press, 2012. p. 121–146.

STARK, Rodney. *O crescimento do Cristianismo - Um sociólogo reconsidera a história*. Tradução Jonas Pereira Dos Santos. São Paulo: Paulinas, 2006.

STEARNS, Josh. *Acts of Journalism: Defining Press Freedom in the Digital Age*. New York: Free Press, 2013. Disponível em: <http://www.freepress.net/sites/default/files/resources/Acts_of_Journalism_October_2013.pdf>.

STEPHENS, Mitchell. *Uma história das comunicações: dos tantãs aos satélites*. Tradução Elena Gaidano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

STROBEL, Lee. *Em defesa de Cristo: um jornalista ex-ateu investiga as provas da existência de Cristo*. Tradução Antivan Mendes; Hans Udo Fuchs. São Paulo: Vida, 2001.

SUETÔNIO. *A vida dos doze céсарes*. Brasília: Senado Federal, 2012.

TAMBOSI, Orlando. Jornalismo e teorias da verdade. *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. v.30, n. n. 1, p. 35–48, jun. 2007.

TAVARES, Juarez; PRADO, Geraldo; BORGES, Ademar. *A construção midiática de casos criminais pode ofender direitos fundamentais*. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/artigo-midia-crime.pdf>>.

THOMPSON, George H. P. *The Gospel According to Luke in the Revised Standard Version*. Oxford: Clarendon Press, 1972.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: Uma teoria social da mídia*. Tradução Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis: Vozes, 2011.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo – A tribo jornalística: Uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular, 2005a. v. 2.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo – Por que as notícias são como são*. Florianópolis: Insular, 2005b. v. 1.

TRAQUINA, Nelson. Uma comunidade interpretativa transnacional. *Media & Jornalismo*, Coimbra, v. I, n. 1, p. 45–64, Outubro de 2002.

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Tradução Mário da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais, 2001. (Clássicos IPRI, 2).

VAN UNNIK, W. C. Luke's Second Book and the Rules of Hellenistic Historiography. *The Book of Acts in the Setting of Hellenistic History*. Tübingen: J. C. B. Mohr, 1989. p. 37–60.

VERISSIMO, Erico. *Viagem à aurora do mundo*. Porto Alegre: Globo, 1997.

VIRGÍLIO, Públio. *Eneida*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1983.

WALTON, Steve. The State They Were in: Luke's View of the Roman Empire. *Rome in the Bible and the Early Church*. Grand Rapids: Baker Academics, 2002. .

WENHAM, John. The Identification of Luke. *Evangelical Quarterly*, n. 63, p. 3–44, 1991.

WHITROW, G. J. *O Tempo na História*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Tradução Lólio Lourenço Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

WILLIAMS, Raymond. *O povo das montanhas negras*. Tradução Sergio Flaksman. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

ZELIZER, Barbie. Journalists as interpretive communities. *Critical Studies in Mass Communication*, v. 10, n. 3, p. 219–237, 1 set. 1993.

ZELIZER, Barbie. O que fazer com o Jornalismo? *Brazilian Journalism Research*, Brasília, v. 11, n. 2, p. 12–27, 2014.